

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

ANA PAULA DE SANTANA CORREIA

**MULHERES DA PERIFERIA EM MOVIMENTO:
UM ESTUDO SOBRE OUTRAS TRAJETÓRIAS DO FEMINISMO**

**GUARULHOS
2015**

ANA PAULA DE SANTANA CORREIA

**MULHERES DA PERIFERIA EM MOVIMENTO:
UM ESTUDO SOBRE OUTRAS TRAJETÓRIAS DO FEMINISMO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Área de concentração: Arte, cultura e teoria social.

Orientador: José Carlos Gomes da Silva

**GUARULHOS
2015**

Correia, Ana Paula de Santana

Mulheres da periferia em movimento : um estudo sobre outras trajetórias do feminismo / Ana Paula de Santana Correia. – Guarulhos, 2015.

204 p.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

Orientador: José Carlos Gomes da Silva

1. Mulheres da Periferia. 2. Epistemologia Feminista. 3. Feminismo Negro. 4. Feminismo Latino-americano. 5. Raça. I. Título.

Ana PAULA DE SANTANA Correia

**Mulheres DA PERIFERIA EM MOVIMENTO:
um ESTUDO SOBRE OUTRAS TRAJETÓRIAS DO FEMINISMO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Área de concentração: Arte, cultura e teoria social.

Orientador: José Carlos Gomes da Silva

Aprovado em: ____ de _____ de 2015.

Prof. Dr. José Carlos Gomes da Silva
Universidade Federal de São Paulo

Profa. Dra. Carla Cristina Garcia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Débora Alves Maciel
Universidade Federal de São Paulo

Dedico às mulheres provenientes da periferia, em especial às residentes na Cidade Tiradentes, Guaianases/Lajeado e Itaim Paulista. E a todas as mulheres consideradas “marginais”, sejam àquelas localizadas geograficamente na “periferia do mundo” ou àquelas subjetivamente nas fronteiras, no entre lugar, enfim, àquelas que existem sempre deslocadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às inúmeras mulheres negras e moradoras das periferias que ousaram transformar a realidade de privações e resistiram/resistem nos movimentos, nas instituições a um mundo de invisibilidades, em especial, às precursoras dos movimentos de mulheres na Zona Leste, como Maria Miguel; Emereciana Custódio; Cida Lima entre muitas, as quais resistiram a um tempo no qual o espaço reservado à mulher era apenas o espaço doméstico.

Este trabalho foi possível em razão do apoio de muitas mulheres, por isso é considerado uma produção coletiva. Foi fundamental, nos meus primeiros passos ainda na graduação, a colaboração das militantes da Associação de Mulheres da Zona Leste (AMZOL), que com empatia e generosidade dividiram suas histórias.

Agradeço, incondicionalmente, à equipe do Centro de Defesa e Convivência da Mulher “Viviane dos Santos” por me receberem com muito carinho e solidariedade para realizar o trabalho de campo. Muito me ensinaram durante os almoços, trabalhos e passeios. Foram todas imprescindíveis: Keli Oliveira, Michelle Dias, Michele Henrique, Margarida Escadim, Roseane Ribeiro, Marta Vale e, as gerentes anteriores, Renata Carvalho e Thatiane Coghi. E, também, Marilda de Oliveira, assessora para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Suas reuniões de supervisão foram momentos importantes de aprendizado.

Agradeço, em especial, à psicóloga Marta Vale, por nossas longas conversas em que me ensinava sobre o trabalho. Além disso, generosamente reviu o texto etnográfico de ambos os Centros de Defesa, corrigindo e cuidando de modo a preservar as usuárias.

Sou grata também à equipe do Centro de Defesa e Convivência da mulher “Casa Anastácia” que da mesma forma me com muita amizade e generosidade, auxiliando naquilo que foi necessário. Foram elas também imprescindíveis: Suzi Souza; Shirlei Martins; Marileide Araujo, Dosdete; Patrícia; Dani Cristina e Fabiana Pitanga.

Agradeço às usuárias de ambos os Centros de Defesa pela coragem e confiança em contar suas histórias. Os diálogos com a equipe e usuárias foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal de São Paulo, especificamente à equipe da Secretaria de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelo trabalho de forma gentil e competente com o qual me trataram desde minha entrada como mestranda. E, especialmente, ao trabalho na pessoa do Prof. Dr. José Carlos Gomes da Silva, que orientou este trabalho. Seu incentivo e confiança foram fundamentais no processo difícil de iniciar essa pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos, sem a qual este trabalho não seria exequível.

Agradeço à Profa. Dra. Carla Cristina, banca examinadora e minha mestra no caminho de conhecer os vários feminismos, principalmente o feminismo negro. Obrigada pelo carinho!

Agradeço à Profa. Dra. Débora Alves Maciel por aceitar o convite de fazer parte da banca examinadora.

Agradeço ao grande amigo Prof. Me. Carlos Eduardo Mendes. Muito obrigada pela generosidade e apoio, sua parceria e contribuições no processo de qualificação desta pesquisa foram fundamentais.

Agradeço à amiga e pesquisadora feminista Shislene de Oliveira por partilhar, apesar das fronteiras geográficas e limites imaginários, autoras que ainda não poderia acessar sejam pela dificuldade da língua e a transposição entre as fronteiras simbólicas do conhecimento que propagam algumas teorias e limitam outras, mas que pelas proximidades das relações sociais também me interpelam.

Agradeço a paciência e carinho da minha família que teve que suportar meus medos e angústias, além das ausências. Obrigada à minha mãe, Alicia Ribeiro de Santana, pela força de ser mulher negra nordestina em São Paulo e ter superado muitos obstáculos permitindo que eu chegasse e me mantasse na universidade.

A Kajali Lima pelo apoio, incentivo e confiança. Nossas conversas sempre foram inspiradoras. À amiga Patrícia Alves Costa pela amizade de sempre.

Ao Jefferson de Assis Fléming companheiro pelo acalanto.

E, finalmente, agradeço a Deus e aos Orixás.

Enfoque Subjetivo
Manchei de preto a página branca
Quebrando as barreiras invisíveis
Invadi esse espaço que finge ser livre
Rabisquei interrogando e cheio de
exclamação:
Se somos tantos! Onde estamos todos?
Entre parênteses e cheio de reticências
Colchetes tranca revolta em garrancho
Página branca oprime letras pretas
Pra não deixar de ser rascunho
E ter sempre dentro de si
Um ponto final.

Akins Kinte¹

Sou grata às muitas mulheres e homens
que ousam criar teoria a partir do lugar da
dor e da luta, que expõem corajosamente suas
feridas para nos oferecer sua experiência
como mestra e guia, como meio para mapear
novas jornadas teóricas.

bell hooks²

¹ KINTE, A. Poesias de Akins Kinte. In Punga. Edições Toró, 2007, p.13. Poeta negro brasileiro.

² HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p.103. Escritora feminista negra norte-americana.

RESUMO

O estudo que apresentamos sob a forma de dissertação de mestrado tem por objetivo compreender diferentes visões do feminismo, em especial o feminismo negro. O foco empírico principal são as mulheres que atuam na periferia da Zona Leste de São Paulo. A metodologia aplicada é de natureza etnográfica. Durante aproximadamente dois anos acompanhamos as práticas e representações das mulheres, narrativas de dramas da vida familiar, em sua maioria, centrados na violência doméstica, tema que apareceu de maneira enfática, embora não fosse o objeto privilegiado do nosso estudo. Registramos também as ações e reações das mulheres em uma perspectiva histórica. O estudo da AMZOL foi estratégico no sentido de estabelecer conexões com o passado recente. Compreendemos que as lutas das mulheres na periferia possuem especificidades e se articulam com os movimentos sociais urbanos dos anos 1970. Constatamos posteriormente que, os problemas da segregação socioespacial, racismo e desigualdades econômicas articulam-se na contemporaneidade com as questões de gênero. Os estudos etnográficos realizados em duas entidades que atuam no apoio às mulheres, a Casa Viviane dos Santos e a Casa Anastácia, revelaram conexões com o passado de lutas dos anos 1970, mas, indicaram também que novas temáticas e estratégias estão sendo pautadas. O racismo, por exemplo, aparece como uma questão importante a ser enfrentada pelas militantes, usuárias e técnicas na Casa Anastácia. Os resultados a que chegamos indicam que as mulheres da periferia enfrentam questões particulares. A condição de mulher negra e as localidades em que vivem, marcadas pelos problemas da segregação urbana, racismo, desigualdades de classe, socioeconômicas e de gênero, configuram um quadro específico que conduzem a reflexões e experiências também particulares, que explicam as alternativas e caminhos de uma prática feminista em consonância com as experiências de mulheres negras e pobres.

Palavras-chave: Mulheres da Periferia. Epistemologia Feminista. Feminismo Negro. Feminismo latino-americano. Raça.

ABSTRACT

The study presented here as a Master's thesis aims to understand different views of feminism, particularly black feminism. The main empirical focus is on women who work in the periphery of São Paulo's Eastern Zone. An ethnographic methodology was used to carry out this study. For about two years, we followed the practices and representations of women, narratives of family life drama, mostly focused on domestic violence - a theme which appeared forcefully in these narratives, though it was not the central focus of our study. We also placed the actions and reactions of women in historical perspective. The AMZOL study was strategic to establishing connections with the recent past. We understand that women's struggles in the periphery have specificities and are linked with the urban social movements of the 70s. We also noted later that in contemporary times problems of socio-spatial segregation, racism and economic inequality are tied to gender issues. The ethnographic study of two entities that act in support of women, Casa Viviane dos Santos and Casa Anastasia, revealed connections with the past struggles of the 70s, but also indicated that new themes and strategies are being defined. Racism, for example, appears as an important issue faced by the militants, beneficiaries and technicians of Casa Anastasia. Our results indicate that women from the periphery face unique issues. The condition of black women and the localities in which they live, marked by problems of urban segregation, racism, socioeconomic and gender inequalities, structure a specific framework, leading to particular reflections and experiences, which explain the alternatives and approaches of feminist practices in line with the experiences of poor and black women.

Keywords: Women of Periphery. Feminist Epistemology. Black Feminism. Latin American Feminism. Race.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 - INTRODUÇÃO	15
1.1 EPISTEMOLOGIA FEMINISTA	22
1.2 FEMINISMOS NEGROS	27
1.3 FEMINISMO LATINO-AMERICANO	41
1.4 FEMINISMO BRASILEIRO	43
1.5 TRILHANDO O CAMINHO	50
1.5.1 DO LUGAR DE ONDE SE FALA	50
1.5.2 TECENDO O PERCURSO	57
2 - PERCURSOS DO MOVIMENTO DE MULHERES: PERIFERIA EM CENA	63
2.1 CONTEXTO	63
2.2 OS CLUBES DE MÃES NA ZONA LESTE	69
2.3 OS CLUBES DE MÃES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	77
2.4 OS CLUBES DE MÃES E O FEMINISMO	81
2.5 A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA ZONA LESTE (AMZOL)	94
3 - ENTRE MULHERES DA PERIFERIA: EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA ...	106
3.1 NOVO CONTEXTO	106
3.2 “ABRA OS OLHOS COMPANHEIRA” – FORMAÇÃO DO CDCM “VIVIANE DOS SANTOS”	110
3.3 DESAFIOS E AÇÕES	117
3.4 SUBJETIVIDADES AUSENTES: VOZES DAS USUÁRIAS	122
3.5 A REVOLUÇÃO COMEÇA JUSTAMENTE NA REVOLUÇÃO DA VIDA COTIDIANA: VOZES DAS PROFISSIONAIS	137
3.6 ESPAÇOS DE OPOSIÇÃO: CHÁ LILÁS	149
4 - A INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA NA LUTA DAS MULHERES NA PERIFERIA	155
4.1 OUTRO CONTEXTO: CASA ANASTÁCIA	155
4.2 CASA ANASTÁCIA – SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA	164
5 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: DAQUI DE ONDE VEMOS	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é investigar o feminismo a partir das experiências e subjetividades de mulheres organizadas em instituições e movimentos feministas populares na periferia da Zona Leste de São Paulo. Em face deste intuito procurei visitar e ouvir mulheres engajadas nessas instituições e gerenciadas por elas. Visando compreender como estas mulheres vivenciam o feminismo foi inevitável considerar as dimensões socioespaciais, a história da região e, principalmente, as lutas e conquistas femininas que culminaram nos dois Centros de Defesa e Convivência da Mulher, os quais foram tomados como referências na elaboração da etnografia.

Esta história com a moldura socioespacial, que tem como cenário os Centros de Defesa da Mulher, exprime uma realidade de natureza complexa em que a violência endêmica encontra revelo e vitima crianças, jovens e idosos. Contudo, dados empíricos permitem constatar que as mulheres se apresentam como vítimas preferenciais em um contexto de periferia marcado por diferentes tipos de violências.

Considerando que são as mulheres feministas moradoras da periferia da Zona Leste e profissionais dos Centros de Defesa o maior foco desta pesquisa é oportuno lembrar que elas trabalham com muitas usuárias³ que geralmente trazem como demanda a violação de direitos fortemente vinculados à experiência vivida de violência institucional e doméstica. Esta escolha pode em princípio dar a impressão de que este trabalho é sobre violência doméstica e mulheres que vivem esta situação. Porém, apesar de muitas mulheres com as quais dialoguei estarem, de alguma forma, imersas na temática da violência doméstica, busquei observar os desafios da atuação feminista neste contexto, o que exigiu repensar o feminismo diante das práticas diárias das profissionais.

A defesa de mulheres com experiências dramáticas, provindas dos maus tratos e da administração da escassez de recursos, exige ações políticas. O enfrentamento de vários agressores, a luta por direitos, debates e reflexões que interpelem o sistema por dentro e por fora são pautas a serem consideradas. São mulheres que sentem e que amam, sonham, e buscam ser felizes e fazer outros/as felizes em meio a um mundo de invisibilidades onde, como nos argumentos de Gloria Anzaldúa (2000, p. 230): “nossas próprias expectativas nos condicionam”.

³ Termo usado pelas profissionais com relação às mulheres atendidas nos Centros de Defesa e Convivência da Mulher.

Acredito que a manifestação de momentos de minha trajetória de vida, e incipiente vida acadêmica, permite uma melhor compreensão das escolhas teórico-metodológicas que fiz, as aponto aqui brevemente para anunciar o lugar de onde falo. Sigo a indicação teórica de Sandra Harding (1998), segundo a qual, todos “os pressupostos de classe, raça, cultura, e gênero, as crenças e os comportamentos da própria pesquisadora devem ser colocados dentro da moldura do quadro que pretende descrever”, pois, desta forma, aparece “não como uma voz de autoridade invisível ou anônima, mas como um indivíduo real, histórico, com desejos e interesses concretos” (HARDING, 1998 apud CARDOSO, 2012, p. 21).

Assim, como orienta Sandra Harding insiro-me na dissertação, uma vez que a temática tem para mim uma importância singular como cientista social, feminista negra e moradora de região periférica de São Paulo. Meu interesse é contribuir para a visibilização de nossas diferenças de forma positivada. Uma consequência imediata desse investimento é o fortalecimento e legitimação de nossas lutas. Além de buscar compreender o processo que configura as múltiplas opressões que recaem sobre nós mulheres - em maioria, mulheres negras -, desejamos produzir conhecimentos que contribuam para a alteração do quadro de desigualdades.

Resido há 32 anos no Itaim Paulista, região da Zona Leste, filha de nordestinos migrados para São Paulo – roceiros que se transformaram em um operário e uma costureira. Durante o meu crescimento fui descobrindo que o único hospital e a única creche pública do bairro foram adquiridos por meio da luta dos movimentos populares da região. Parte das casas foi construída em terrenos adquiridos com o movimento de moradia. A história dessas conquistas revela, em sua maioria, a liderança de mulheres (GONH, 2010).

O interesse por estudar o feminismo, pela ótica de mulheres empenhadas na luta pela defesa de outras mulheres, surgiu a partir do contato com o universo de histórias de mulheres que organizaram alguns dos importantes movimentos sociais na região da Zona Leste. Este desejo se fortaleceu, no entanto, com a minha entrada na universidade.

Após um período seguido do Ensino Médio de estudos e tentativas para entrar na Universidade Pública, programas sociais que surgiam no período⁴, me foi possível ultrapassar os muros que separam o estudante popular da Universidade. Entrar para universidade foi uma

⁴ Nesta ocasião fui parte do Programa Escola da Família do Governo do Estado de São Paulo, anterior ao Programa Universidade para Todos (ProUni) do Governo Federal. Como contrapartida tinha a obrigação de passar o sábado e o domingo, das 9h às 17h, desenvolvendo atividades em Escolas Estaduais da região onde moro, ou seja, no Itaim Paulista. Essa atividade mais o emprego durante a semana reduzia, drasticamente, o tempo de estudo e lazer. Dessa forma, após dois anos e meio consegui transferir-me para uma bolsa da própria Universidade.

grande conquista porque o ensino superior é garantido a poucos. Tenho a consciência de que ter a oportunidade de cursar Ciências Sociais em uma Universidade conceituada (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP) me fez privilegiada. Estar na Universidade nos coloca em um campo de possibilidades de reflexões, debates e diferentes visões de mundo significativo e isto foi fundamental para que eu entendesse o sentido de ser mulher negra na sociedade brasileira⁵.

Como estudante de Ciências Sociais, conheci outras mulheres que me convidaram a participar do Grupo de Estudos por Relações Igualitárias (GERI). Este grupo era formado por jovens de ambos os sexos, estudantes da Zona Leste de São Paulo e de outras regiões do Brasil. Neste grupo participei das minhas primeiras discussões sobre gênero que se somaram ao aprendizado proveniente do curso de Promotoras Legais Populares, desenvolvido pela União de Mulheres, com apoio do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP) e do Movimento do Ministério Público Democrático. Nesse momento me aproximei de algumas mulheres, lideranças de algumas organizações sociais e estudantes com o propósito de discutir e aprender sobre os Direitos Humanos das Mulheres. Com isto, conheci uma das minhas interlocutoras na pesquisa que fiz sobre a Associação de Mulheres da Zona Leste (AMZOL). Dona Rosa, mulher negra, na época com 51 anos de idade, que cursava serviço social e que fora atuante na Associação.

Nessa época, conheci também Cida Lima, mulher negra, assídua militante pelos direitos das mulheres na Zona Leste, que também participou da AMZOL desde sua fundação. Eu diria que ela “me pegou pela mão” e contou as primeiras histórias de lutas das mulheres na Zona Leste, abriu as portas da instituição e me indicou outras mulheres que partilharam comigo suas memórias e que compuseram minha pesquisa de conclusão de curso.

Atualmente, dedicada à pesquisa de mestrado, tive a oportunidade de participar do congresso: X Reunião de Antropologia do MERCOSUL em Córdoba, Argentina. O elemento importante do congresso para a pesquisa, além das discussões e da experiência vivida, foi o livro que encontrei em uma banca, chamado: *Feminismos y Poscolonialidad – Descolonizando el feminismo desde y en América Latina* [Karina Bidaseca e Vanesa Vazquez Laba (Org.), 2011]. Este livro reúne artigos de feministas latinas que em torno da expressão “descolonizando o feminismo ocidental desde América Latina”, refletem a possibilidade de construir conhecimento situado para a produção de uma epistemologia feminista latino-americana a partir das margens de vida de “outras” do feminismo

⁵ MARCONDES, Mariana Mazzini et al (Org.). Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

hegemônico: indígenas e camponesas, afrodescendentes, diaspóricas e migrantes, lésbicas, trabalhadoras do sexo etc. (BIDASECA, 2011, p. 7).

Essa literatura permitiu mudar minha perspectiva de falar de mulher na periferia e do feminismo. Este debate é retomado mais adiante. Outro momento essencial nesse percurso foi participar como ouvinte da disciplina “Entre Deusas, Monstros e Cyborgs: a emergência do sujeito na epistemologia feminista contemporânea”, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Garcia na PUC/SP. Esta disciplina contribuiu para que eu pensasse em novas formas de ver o feminismo, diferente daquela que considerava apenas o de alcançar a igualdade jurídica da mulher branca, de classe média, ocidental, heterossexual. Tomei conhecimento de autoras que se fizeram primordiais como vozes críticas dos pressupostos racistas do feminismo colonial branco, tais como: Angela Davis; bell hooks⁶; Gloria Anzaldúa; Gayatri Spivak; entre outras. Segundo Carla Garcia, estas autoras forçaram o gênero a pensar em sua relação constitutiva com as diferenças geopolíticas de raça, classe, migração e de tráfico de pessoas.

Carla Garcia no seu curso nos coloca a seguinte questão: É possível a produção de conhecimento transformador e não reprodutor das desigualdades a partir do universo acadêmico, historicamente estruturado com base em hierarquias de gênero, raça e classe? E traz a autora feminista negra, Audre Lorde, que durante a conferência da New York University Institute em 1984 proferiu um discurso em que dizia ser preciso questionar a produção do conhecimento científico a partir do ponto de vista de quem, até então, permaneceu excluída dos círculos acadêmicos. Trata-se nessa perspectiva de combater as causas que produzem a invisibilidade das mulheres tradicionalmente deixadas à margem. É oportuno frisar que este trabalho teve como apoio teórico outros olhares feministas. Tratam-se nestes casos de olhares com pouco reflexo nos círculos acadêmicos, mas que nos serviram de moldura para analisar o ponto de vista em relação ao feminismo e aos direitos de mulheres da periferia da Zona Leste em contextos históricos diferentes.

Pretendemos neste trabalho, portanto, suscitar no primeiro momento, os pressupostos teóricos que norteiam e embasam esta pesquisa, apostando nas questões que nos interpelam dentro do debate sobre os diferentes feminismos, discutindo aspectos teóricos em que privilegiaremos a constituição histórica do feminismo enquanto movimento plural. Além dos pressupostos teóricos metodológicos no primeiro capítulo, apresentamos as entrevistadas ou as principais colaboradoras do trabalho etnográfico, fornecendo informações pessoais

⁶ bell hooks adotou a grafia de seu nome em minúsculas e, em respeito às convicções que a levaram a fazê-lo, eu a mantenho neste texto. Para ela, nomes, títulos, nada disso têm tanto valor quanto as ideias.

colhidas no trabalho de campo e que identificam as marcações sociais que compõem a diversidade de subjetividades das mulheres que participam desta dissertação. Acreditamos que para a investigação feminista contra-hegemônica, ou seja, dos feminismos negros, latinos, indígenas precisamos aprender a confiar nas biografias pessoais e culturais daqueles que estão à margem dos conhecimentos hegemônicos como importantes fontes de conhecimento.

No segundo capítulo falamos das primeiras organizações femininas na Zona Leste, da emergência de vozes femininas que surgem a partir dos clubes de mães e dos movimentos reivindicativos (por melhorias no custo de vida, moradia, creche, saúde) na Zona Leste nas décadas de 1980 e 1990 e que desembocaram na criação da AMZOL.

No terceiro capítulo propomos pensar na geração seguinte que, a partir de reivindicações dos movimentos de mulheres, constroem o Centro de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos que se desmembra, também, em Centro de Defesa e Convivência da Mulher Anastácia. Nesse momento o movimento de mulheres articula-se em práticas institucionalizadas, atuando via Organizações Não-Governamentais (ONGs) em projetos e programas sociais apoiados por órgãos públicos e organizações internacionais.

No quarto capítulo trazemos a etnografia da Casa Anastácia, no qual aprofundamos o debate racial. A Casa tem como principal característica a luta contra o racismo e o sexismo. As mulheres que frequentam a Casa Anastácia vão compreender as opressões vivenciadas com relação ao gênero, a classe social e também a raça.

E, por último, no quinto capítulo trazemos as considerações finais pontuando as contribuições dos movimentos de mulheres na periferia no intuito de transformar a própria realidade.

1. INTRODUÇÃO

Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida.
bell hooks⁷.

Quando temos acesso à história do movimento feminista no Brasil, é comum encontrarmos em destaque apenas a luta das mulheres da elite pela cidadania, que culminou com o direito à educação e ao voto. Embora esse seja de fato o que vem sendo entendido como "o movimento feminista", é importante ressaltar que esta é apenas uma parte da história. Por todo o mundo, negras e indígenas lutaram para sobreviver à dominação imposta pela construção do Estado Moderno e, embora, por vezes, essas lutas não tivessem um vínculo direto com o movimento feminista, dar visibilidade a elas é fundamental para compreendermos os desafios presentes no feminismo atualmente.

Quando falamos *Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo* é para contar e nos debruçar sobre essa parte da história pouco visível, ainda que traga importantes contribuições para o debate feminista brasileiro, assegurando a diversidade de contextos, a realidade e culturas que fazem das mulheres sujeitos plurais. Para alguns se trata de uma história nova, para nós essa história é tão antiga quanto o próprio feminismo, mas ganha o lugar de “outras trajetórias” pelo fato de ainda ser pouco documentada e/ou produzida ativamente como uma realidade “não existente, como uma alternativa não crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo” (SANTOS, 2007, p. 29). Boaventura dos Santos (2007) ao formular o conceito de “Sociologia das Ausências”, isto é, um procedimento transgressivo para tentar mostrar que o que não existe em nossa realidade é produzido ativamente como não existente, provocando um epistemicídio – a morte de conhecimentos alternativos. Segundo o autor, essa cultura das ausências é produzida de várias formas, uma delas é “a ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico; portanto outros conhecimentos não têm a validade nem o rigor do conhecimento científico” (SANTOS, 2007, p.29).

⁷ HOOKS, 1995, p.478.

Assim, afirma o autor, as diversas experiências e realidades ficam invisíveis porque “descredibilizam” não somente os conhecimentos alternativos, mas também os povos, os grupos sociais cujas práticas são construídas dentro dos conhecimentos alternativos. O autor propõe a transformação das experiências ausentes em presentes, invisíveis em visíveis a partir da ampliação dos modos de produção do conhecimento, de “monocultura” para a “ecologia dos saberes”. E afirma “a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo. E por isso nos falta um conhecimento tão global como a globalização” (SANTOS, 2007, p. 20).

Seguindo o caminho proposto por Boaventura Santos de visibilizar experiências ausentes, esta dissertação tem por objetivo discutir feminismo com base em organizações de mulheres na periferia da Zona Leste de São Paulo. Registra as experiências e práticas de grupos de mulheres, iniciando com os Clubes de Mães e Associação de Mulheres da Zona Leste até chegar aos Centros de Defesa da atualidade. Com esse objetivo entrevistamos feministas e/ou participantes do movimento de mulheres moradoras da região e de contextos históricos diferentes, mas que de alguma forma se entrelaçam em um novelo de lutas diversificadas.

Também produzimos trabalho etnográfico em dois Centros de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Viviane e Casa Anastácia, coordenados por mulheres feministas da região e fundados a partir do movimento de mulheres. As ações dessas mulheres para esta pesquisa são exemplos de práticas feministas contra-hegemônicas, pois necessitam repensar o feminismo hegemônico – ideia de que todas as mulheres têm uma experiência de opressão comum - a partir de suas experiências. São exemplos de transgressões, de enfrentamentos à opressão sexista e de práticas feministas elaboradas por mulheres dos segmentos populares, a maioria delas negras.

Esta pesquisa também se esforça para dar visibilidade às subjetividades das mulheres negras e da periferia, que apesar das desigualdades, silenciamentos e omissões em relação às suas vivências sempre estiveram nos movimentos, nas organizações, construindo espaços de fortalecimento e de luta. Damos lugar às subjetividades de ativistas integrantes das organizações e também, àquelas que ainda estão nos processos de emancipação. Histórias de mulheres excluídas e ignoradas pelas narrativas históricas tradicionais, de modo geral, e também, pela literatura feminista. Práticas presentes em nossa sociedade desde o período escravagista até os dias de hoje, indicam que para estas mulheres, o cotidiano da vida e do trabalho doméstico, ou mesmo a separação entre espaço público e privado nunca tiveram a

mesma significação que para as mulheres brancas das elites (CARDOSO, 2012; BIDASECA, 2011; CARNEIRO, 2003; DAVIS, 2013).

Não somente essas experiências são ignoradas, mas também, as críticas feministas que se baseiam nas experiências dessas mulheres ou nas próprias experiências. Estamos falando da crítica feminista das mulheres negras, indígenas e lésbicas. Suas produções raramente são discutidas nas universidades ou pelo movimento feminista de maior presença nos meios de comunicação. E por isso, encontram-se à margem da produção do conhecimento considerado hegemônico, central, do ocidente e mesmo nos centros do saber dominante nos países periféricos. Desconsiderando as autoras que partem de outros polos da geopolítica do poder, do lugar de quem é excluído, identificamos um corpus de teóricas feministas negras e trabalhadoras dos EUA, as latinas, dentre estas as brasileiras, as indígenas, as transexuais e outras. Estas nos interpelam com discussões sobre a teoria da diferença, da interseccionalidade, da consciência subalterna, mestiça e outros temas relevantes que considera a diversidade de mulheres.

Tal silêncio nos faz refletir sobre a geopolítica da tradução e os sistemas de exclusão que, em suas múltiplas intersecções com os outros eixos da diferença – gênero, raça, classe, orientação sexual, etc. –, selecionam os textos que receberão visto de entrada e aqueles que permanecerão do outro lado da fronteira, desqualificados. O feminismo é quem mais perde com tais barreiras, dificultando o diálogo e o aprendizado a partir de outras experiências/saberes.

Dessa maneira, esta pesquisa dialoga com as teóricas do feminismo que lutam por incluir na perspectiva feminista experiências das mulheres situadas à margem das discussões hegemônicas, e também, com as várias feministas nos movimentos de mulheres e das instituições feministas na região da Zona Leste. Iniciamos o estudo tomando como marco a década de 1970, quando as mulheres emergiram na cena pública brasileira exercendo diferentes papéis sociais: como mães que lutavam por seus filhos desaparecidos pela ditadura militar, exiladas que retornavam após conviverem com movimentos feministas do exterior, mães moradoras das periferias que lutavam por creche, trabalhadoras que lutavam por igualdade de salários e direito à maternidade. Centramo-nos nas mulheres da Zona Leste, reunidas em clubes mães, geralmente ligados às Comunidades Eclesiais de Bases⁸ (CEB's),

⁸ “As CEBs são um grande movimento de evangelização a partir da perspectiva dos pobres, os preferidos do reino, não para deixá-los em sua situação de pobreza, mas para convocá-los a se unirem na busca da própria libertação”. Fonte: Comunidades Eclesiais de Base, estudos da CNBB, v. 23, p.18.

cuja atuação inspirava-se na Teologia da Libertação⁹. A partir da década de 1970 estas organizações crescem em número e articulam-se questionando a ideologia, forte na época, de que o lugar de mulher é no espaço doméstico/privado, enquanto o espaço social, político fica reservado aos homens.

Os Clubes surgem como parte da ação política das mulheres dos bairros da Zona Leste, e também, dos bairros da Zona Sul, em sua maioria, coordenados pelas mulheres, com exceção de poucos que tinham à frente um membro da igreja. Estes coletivos incentivaram a participação feminina na sociedade, refletindo com as mulheres sobre seu novo papel, as relações familiares e de trabalho, as dificuldades da vida na periferia. Ajudaram a fomentar vários movimentos populares por melhorias, como as lutas por escolas, postos de saúde, creches, transporte público e regularização de loteamentos clandestinos. O depoimento de Rita, do Clube de Mães da Zona Leste exemplifica essa fase:

É ficar só dentro de casa passando e lavando roupa não é vida mesmo. Você fica neurótica, porque só vive em função do pano, do espanador, da limpeza, do diabo a quatro. E ninguém valoriza o seu trabalho. Enquanto mulher, você é aquele burro de carga sem salário. Mas eu só comecei a descobrir que muita coisa tem que ser mudada a partir da reflexão que fiz junto com o pessoal no clube de mães. Uma reflexão não só em cima dos problemas da vida da gente, mas em cima dos problemas do bairro, também. Descobri coisas que nem sonhava que eram direitos meus [...] ¹⁰ (GEP-URPLAN/REDE MULHER, 1985)

Esse depoimento faz parte da pesquisa realizada por Moema Vizzer em 1983, coordenadora da Rede Mulher, na qual ela e uma equipe de mulheres, dos próprios clubes de mães, reuniram os depoimentos das participantes dos Clubes de Mães da Zona Leste e Zona Sul. A pesquisa foi publicada em 1985. Esse material foi cedido por mulheres que participaram da pesquisa e deram seu depoimento.

Os documentos cedidos por mulheres dos movimentos e pelas associações são de extrema importância neste trabalho, visto que, de acordo com o Conselho Internacional de

⁹A teologia da libertação é uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs desenvolvidas no terceiro mundo ou nas periferias pobres do primeiro mundo a partir dos anos 1970 do século XX, baseadas na opção pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Desenvolveu-se inicialmente na América Latina. Fonte: <http://newnum.org/portugues/disciplinas/contemporanea/teologia_libertacao.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

¹⁰ Este depoimento foi retirado da revista: “Que história é essa? Clubes de Mães e grupos de mulheres – história reconstituída a partir de depoimentos de mulheres do município de São Paulo”, uma publicação do Grupo de Educação Popular (GEP-URPLAN/REDE MULHER), n.3, out. 1985.

Arquivos, os documentos que mais se perderam, durante o século XX, foram os das organizações sociais – e dentre eles, a situação mais crítica é a dos movimentos sociais e populares – e partidos políticos, dispersos e sem tratamento adequado, com acesso comprometido (AZEVEDO; BARLETTA, 2011).

Nos Clubes de Mães as mulheres perceberam as contradições de questões específicas da mulher e que as prejudicavam no seu desenvolvimento político e social. Sentiram, então, a necessidade de construírem um movimento para lutar por suas questões. Com estes objetivos nasceu a AMZOL, em 1987. Dessa associação outros movimentos se organizam possibilitando a reivindicação do Centro de Defesa da Mulher como medida para eliminar um grande problema da região, a violência doméstica.

Os Centros de Defesa surgem como uma necessidade da região e ao mesmo tempo como espaço de luta para as militantes feministas na periferia, que passam a reivindicar políticas públicas focadas nas mulheres marginalizadas e, que tratem de suas questões. É um espaço de luta por direitos e para que as dificuldades e as especificidades da mulher negra e periférica sejam percebidas e que se reconstruam a partir de tais experiências. Isso começa pela premissa básica de que estas mulheres sobrevivam à violência, exigindo condições para que as leis de proteção aos direitos das mulheres cheguem a elas.

Nesse percurso de pesquisa falaremos das mulheres do passado e, também, das mulheres do presente “desocultando” a presença inegável e importante das mulheres, em geral, nas lutas sociais e na construção da história. Apesar da invisibilidade das mulheres, dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações associativas da sociedade civil têm demonstrado que as mulheres são o contingente principal entre aqueles que se mobilizam para a luta por questões coletivas, no âmbito público (GOHN, 2010).

Como afirma Maria Gohn¹¹ (2010), as mulheres são maioria nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho. São majoritárias também nos movimentos feministas, nas redes e nos fóruns transversais que ultrapassam fronteiras nacionais. Atualmente, existem lutas que acontecem nas ruas e outras que acontecem em espaços institucionais de representação política da sociedade. Portanto, Maria Gohn aponta que, quer como grupos de mobilização de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas

¹¹ É importante para esta dissertação deixar explícito o primeiro nome das autoras, mesmo que não respeite as normas técnicas vigentes de normalização de trabalhos acadêmicos. Mas, vem de encontro a necessidade de mudar o imaginário coletivo que nega as mulheres, principalmente negras, a capacidade de desenvolverem um trabalho intelectual, ideia produzida pelas condições históricas de dominação.

públicas. Ainda observa que, apesar dessa presença, existe uma invisibilidade da atuação das mulheres. Não é incomum encontrar obras que tratam de diferentes movimentos sociais e ações na cidade de São Paulo que não incorporam as mulheres como sujeitos, um exemplo é a obra de Kowarick e Marques (2011) *São Paulo: novos percursos e atores: sociedade, cultura e política* que não cita a atuação das mulheres. “Frequentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 247). Isto já era observado pelas próprias mulheres nos Clubes de Mães na década de 1980: “O trabalho invisível da mulher não é só no lar. A mesma situação da dona de casa continua nos movimentos: a mulherada está em tudo, luta, conquista, faz acontecer, mas parece que tudo fica escondido”.

Segundo Carla Garcia (2011), a palavra impressa frequentemente é patrimônio do grupo dominante, sendo esta empregada para reforçar a invisibilidade cultural. Assim, as vozes dos grupos dominados se encontram relativamente ausentes dessas narrativas. Acreditamos que a relevância deste trabalho é colocar essas vozes no lugar que lhes cabe, contribuindo para que façam parte da narrativa histórica da qual são protagonistas. E, esse protagonismo não está só no passado, também está no presente. Ao discutirmos os principais movimentos sociais na Zona Leste, apontando de onde surgiam as primeiras questões, de quem eram as preocupações, quem tomou a iniciativa, outros (as) atores/atrizes vão surgindo. Na atualidade, também, são elas que tomam a iniciativa e gerenciam instituições, ONGs, projetos culturais e outros. Carla Garcia assinala:

Retirar essas vozes da invisibilidade implica um trabalho de desocultação de tudo que foi deixado de lado pelo pensamento ocidental oficial, acadêmico, como, por exemplo, a criação de uma nova visão do pensamento e da presença das mulheres, que as retire da posição desfavorável e inferior, com que foram sempre identificadas na cultura, pois quando revisitamos a história uma dúvida nos assalta: Onde estavam as mulheres durante a árdua construção da cultura? (GARCIA, 2011, p. 106).

Para Carla Garcia se faz necessário uma verdadeira reconstrução da história. Tal desafio implica em analisar as relações entre o poder e o saber que resultaram na exclusão das mulheres. Hoje não há como negar as contribuições das mulheres na história. Dessa maneira, este trabalho terá como contribuição trazer o ponto de vista das mulheres da periferia da Zona Leste, que dentro das suas diversidades muito têm a dizer ao feminismo, à academia e à sociedade em geral.

É importante ressaltar que na esfera teórica e prática, as discussões de gênero, têm sido marcadas pela invisibilidade da mulher pobre e negra em contraposição ao destaque conferido à mulher branca. Estas desigualdades podem ser percebidas quando se revisa a história da mulher e suas conquistas. Tal revisão revela que as especificidades das mulheres não brancas periféricas, assim como seus interesses de vida, amores, sonhos são aspectos secundários nos estudos majoritários que estudam sua sexualidade, número de filhos, abandono, penúria, violência doméstica. A condição específica dessas mulheres que acabam por ficar à margem, nem sempre é contemplada, pelo contrário, há uma série de discursos que visam a naturalizar diferenças, cujas tramas foram sendo historicamente confeccionadas.

Nesse sentido, compreender as distinções entre um feminismo pautado como hegemônico, ou seja, visão eurocêntrica para a qual a dominação de gênero é universal, sem maiores diferenças, a partir de uma experiência única apresenta-se como problema de investigação, mas também como justificativa.

Esta perspectiva instaura a necessidade de privilegiarmos mulheres que estão à margem da discussão hegemônica, neste caso específico, mulheres de regiões extremas da capital paulistana. Precisamente em Guaianases, Itaim Paulista e Cidade Tiradentes, bairros que compõem a periferia da Zona Leste, palco de movimentos de mulheres desde a década de 1970. Nestes bairros localizam-se os Centros de Defesa e Convivência da Mulher nos quais realizamos a etnografia. A etnografia nesses Centros, que surgem como exigência dos movimentos de mulheres da região, tem o objetivo de expor a partir de falas de mulheres profissionais das instituições e também das usuárias, o desenvolvimento de um feminismo distinto daquele que toma como sujeito de referência a mulher branca ocidental, heterossexual, de classe média, educada e com sua cidadania assegurada.

Para realizar o debate do feminismo na periferia da Zona Leste é necessário pensar outra epistemologia, ou seja, outras formas de construir o conhecimento que não estejam pautadas nas teorias de dominação. Os estudos de gênero no âmbito acadêmico nos colocam no lugar do outro, vistas como vítimas e incapazes de emancipação sob a tutela do feminismo branco ocidental. Nesse sentido as mulheres negras, as lésbicas, as indígenas, as mulheres do terceiro mundo em geral, aparecem na academia como objeto de estudo, e não como sujeitos da história; ao colocar, nós mulheres, como vítimas e dependentes apagam ou silenciam nossas histórias de luta, de resistência e as nossas contribuições.

1.1 Epistemologias Feministas

Ao iniciar este trabalho nos apoiamos nos pressupostos das epistemologias feministas. Por que a epistemologia feminista? A epistemologia feminista contrapõe o modelo epistemológico da ciência moderna ocidental. Este modelo tem como fundamento básico a exigência de se impor uma separação entre “aquele que conhece e aquilo que é conhecido, entre sujeito e objeto, e supõe a possibilidade de uma visão eficaz, exata e transcendente, pela qual a natureza e a vida social tomam a perspectiva que nos parece correta” (HARDING, 1993, p. 10). Segundo esse modelo de conhecimento, apenas com total “neutralidade” é possível assegurar a objetividade necessária para a busca de “verdades científicas”. Contrariando esta posição as práticas científicas feministas “fundamentam-se, assumidamente, em uma práxis política – em um projeto de transformação das relações de gênero” (SARDENBERG, 2002, p. 3).

Cecilia Sardenberg defende, como objetivo do projeto feminista nas ciências e na academia, a produção e disseminação de saberes de relevância para as mulheres e suas (nossas) lutas. Esta ideia se formula a partir da percepção “de que, historicamente, a ciência moderna objetificou a nós, mulheres, negou-nos a capacidade e autoridade do saber, e vem produzindo conhecimentos que não atendem de todo aos nossos interesses emancipatórios” (SARDENBERG, 2002, p.1). Para a autora,

Pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista - de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado (SARDENBERG, 2002, p.3).

A autora traz alguns dos questionamentos propostos pelos estudos feministas nas ciências acerca do androcentrismo, para revelar que o suposto “sujeito universal” da ciência moderna tem sido o homem branco ocidental. Para ela a ciência que parte deste lugar e se afirma como universal tem fortalecido a produção teórica que coloca as mulheres (nós) como inferiores, desviantes, e apenas importantes nos temas de interesse masculinos. As teorias ou fenômenos importantes para as mulheres ficam desvalorizados, além de esconderem as relações de poder entre os sexos (SARDENBERG, 2002).

Para as autoras Cecilia Sardenberg (2002) e Sandra Harding (1993), o conhecimento é construído a partir de um posicionamento social, histórico e cultural específicos, ou seja, não pode ser abstrato, neutro ou objetivo, pois todo conhecimento é produzido a partir de um contexto, representa uma perspectiva e reflete um ponto de vista social particular. Boaventura Santos (2006) também contribui com esta discussão ao problematizar sobre as epistemologias do sul: segundo o autor, as perspectivas feministas, pós-coloniais, multiculturais e pragmáticas contribuem para a discussão sobre a pluralidade interna da ciência, e podem ser consideradas epistemologias de práticas científicas. Para o autor, é importante questionar a neutralidade da ciência “tornando explícita a dependência da atividade da pesquisa científica das escolhas sobre os temas, os problemas, os modelos teóricos, as metodologias, as linguagens e imagens e as formas de argumentação” (SANTOS, 2006 apud GOMES, 2010, p. 493). E afirma que toda investigação científica é contextualmente localizada e subjetivamente produzida (SANTOS, 2007).

A construção de saberes alternativos ao sistema convencional da ciência moderna, apontado por Santos (2006) como uma produção de pluralidade externa, refere-se à abertura a uma diversidade de modos de conhecimento e às novas formas de relacionamento entre estes e a ciência. Para o autor, este processo é positivo principalmente nas áreas consideradas mais periféricas do sistema mundial moderno “onde o encontro entre os saberes hegemônicos e os saberes não hegemônicos é mais desigual e violento” (SANTOS, 2006 apud GOMES, 2010, p. 493). É nesse contexto que esta pesquisa se encontra. Aposta nos processos de luta contra uma “monocultura do saber” (SANTOS, 2007).

Donna Haraway (1995) contribui para a epistemologia feminista ao interpretar a objetividade científica em termos de conhecimentos situados, pois, para a autora o conhecimento é sempre situado e depende de um contexto inserido dentro das práticas de cada grupo social. Dessa maneira, para a crítica feminista o conhecimento é situado e socialmente construído a partir de determinada posição social, ele depende do lugar que ocupamos no gênero, na raça, na classe, na sexualidade. Também observa Cláudia Cardoso que a objetividade exigida pela epistemologia feminista significa saberes localizados, sendo o sujeito parcial, assim como sua visão sobre o seu objeto. Dessa forma, a pesquisa feminista é política e engajada, e ao expor sua parcialidade não se pretende universal (CARDOSO, 2012). Contrapõe os padrões predominantes de análise dos fenômenos construídos pela ciência moderna ocidental que procura “desaparecer o corpo marcado do pesquisado (a) por gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros marcadores sociais, sob o manto da objetividade e da

neutralidade e da separação entre sujeito e objeto” (CARDOSO, 2012, p. 71). Cláudia Cardoso propõe:

O conhecimento científico não está livre desses marcadores sociais que, ao mesmo tempo, definem processos de exclusão e são constitutivos de nossas construções identitárias. Ao analisar seu objeto, a/o pesquisadora (o) o faz, com certeza, a partir também destes marcadores, que a/o constituem como sujeito, pois o método científico por si não assegura uma interpretação da realidade objetiva livre de fatores sociais e culturais. Assim sendo, os marcadores sociais constrói quem somos e a forma como pensamos e produzimos conhecimento (CARDOSO, 2012, p. 71).

As epistemologias feministas têm constituído um importante papel no questionamento das teorias do conhecimento e seus métodos imbuídos de valores e interesses gendrados/genderizados (CARDOSO, 2012). Porém, esta contribuição tem sido ocultada ou pouco aproveitada pela grande maioria das/os autoras/es que discutem o tema. Para Cláudia Cardoso é necessário que a investigação feminista construa novos conceitos, princípios e práticas que atendam “aos interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres e de outros grupos historicamente subordinados” (SARDENBERG, 2002 apud CARDOSO, 2012, p. 67). Os estudos feministas ao historiar e problematizar as experiências das mulheres tornam visíveis os estereótipos, os preconceitos e as ideologias gerados por eixos de dominação que passam a ter suas estruturas desafiadas (CARDOSO, 2012). Cláudia Cardoso cita as mulheres negras como exemplo de um grupo historicamente subalternizado, que tem seu “status do ser negado pelo racismo, pela discriminação racial e pelo sexismo, resultando em sua exclusão como ‘sujeito social’ e na negação de suas habilidades intelectuais para produzir conhecimento” (CARDOSO, 2012, p. 67).

Apesar da relevância das questões levantadas pelo debate feminista no que tange aos fundamentos epistemológicos, a teoria feminista continua desvalorizada, marginal no dizer de Cecilia Sardenberg (2002) e o “outro” no dizer de Susan Bordo (2000). Além disso, segundo Cecilia Sardenberg (2002) dentro do próprio feminismo algumas perspectivas ainda parecem manter uma posição marginal:

Por certo, os feminismos não-brancos vêm de há muito questionando a unidade desse ‘nós’, argumentando que a tendência principal do(s) feminismo(s) foi e tem sido a “branca”, não contestadora ao racismo. Ademais, os “estudos de mulheres” (*women’s studies*) pouco abordaram as experiências daquelas submetidas a múltiplas

formas de opressão – de gênero, raça, classe, dentre outras – como têm vivenciado historicamente as mulheres negras (SARDENBERG, 2002, p. 24).

Sandra Harding (1993, p. 9) discute o importante papel do feminismo na desconstrução da ideia de um homem universal, “não há e nunca houve ‘homens’ genéricos – existem apenas homens e mulheres classificados em gêneros”. Segundo a autora, ao mesmo tempo em que duvidamos de um “homem” universal e essencial posto como sujeito e objeto das teorias não feministas, também temos que duvidar de uma análise que vê a mulher universal como pressuposto da construção do pensamento. Para a autora, aquilo que tínhamos considerado importante a partir da experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, reconfigura-se quando analisamos a experiência de outra mulher distinta destas categorias (HARDING, 1993). Da mesma forma, observa Sandra Harding (1993), que as teorias patriarcais foram criadas a partir da experiência de homens brancos heterossexuais, burgueses e ocidentais, as feministas teóricas a princípio vêm dessas mesmas camadas sociais, isso em decorrência do nosso padrão histórico, o qual autoriza que indivíduos desse lugar tenham disponibilidade e recursos para produzir teorias, e também, possibilidade de divulgar suas ideias.

São muitas as experiências entre as mulheres que produzem conhecimentos situados a partir da crítica e da perspectiva das feministas negras, indígenas, lésbicas, latinas, chicanas, brasileiras, das feministas de origem asiática, das nativas americanas e de outras minorias étnicas (SANDOVAL, 1991; MORAGA e ANZALDÚA, 1983; ANZALDÚA, 2000; 2005; 2011; MOHANTY, 1991; CARNEIRO, 2003; DAVIS, 2013; GARCIA, 2013; LORDE, 1979; HOOKS, 1995; 2013, entre outras), e também, as chamadas feministas pós-colonialistas, que discutem a partir do colonialismo (NARAYAN, 1992; SPIVAK, 2010; BIDASECA, 2011, entre outras). É importante salientar que cada perspectiva, como afirma Sandra Harding (1993, p.9), relaciona-se “com o uso ativo da teoria para nossa própria transformação e a das relações sociais, na medida em que nós, como agentes, e nossas teorias, como concepções de reconstrução social, estamos em transformação”. E alerta para a observação de que “as categorias analíticas feministas devem ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto as práticas sociais” (HARDING, 1993, p.11).

Através da literatura produzida pelas autoras citadas e, considerando as nossas reflexões e contribuições das mulheres que colaboram para esta pesquisa, pode-se asseverar

que não existe um único feminismo, mas feminismos. Segundo Carla Garcia (2011), o feminismo é muito mais do que uma teoria e prática social, pode ser definido como:

A tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social. Não existe apenas um tipo de feminismo, mas vários, pois são muitas as correntes de pensamento que o compõem, isto porque uma das características que diferencia o feminismo de outras correntes de pensamento político é que está constituído pelo fazer e pensar de milhares de mulheres pelo mundo todo (GARCIA 2011, p. 13).

Nas epistemologias feministas há muitas distinções e divergências que produzem debates acalorados, porém não é intenção desta pesquisa aprofundar essa análise, mas apenas trazer o escopo no qual esta pesquisa se apoia. A teoria feminista deve estar predisposta a críticas, a questionamentos, e principalmente, a exploração de novas possibilidades (CARDOSO, 2012).

Diante da discussão apresentada sobre saberes localizados ou situados e da crítica às teorias hegemônicas, adotamos na dissertação como contribuição para ler a realidade contada nas entrevistas ou observada nas etnografias, principalmente a perspectiva do feminismo negro. É importante salientar que as principais ideias incitadas neste trabalho foram produzidas a partir de mulheres de outro contexto social que não o brasileiro. Apesar das reconfigurações pelos contextos locais, nossas experiências em comum ligadas à diáspora e aos colonialismos tornam nossas opressões semelhantes, em especial, devido à escravidão e ao racismo.

Acreditamos, assim como apresentado por Eleni Varikas (1988), que a pesquisa deva ser guiada com uma intenção de emancipação, ou seja, de uma perspectiva que deve contribuir para a supressão das relações de opressão e exploração, as quais as pessoas e os grupos estudados vivenciam (mos). É esta perspectiva de emancipação que deve ditar as questões colocadas, os problemas abordados e também os métodos com os quais tentamos resolvê-los. Segundo a referida autora, para as pesquisadoras feministas a dimensão étnico-política abordada é importante porque nos encontramos diretamente implicadas nestas relações sociais de desigualdade e de opressão. Essa partilha de uma mesma condição social -

observa a autora - funda a legitimidade empática, um dos desafios feministas no objetivismo das Ciências Sociais e na História.

1.2 Feminismos Negros

Entendemos que a atuação das mulheres para se constituírem como sujeito histórico não é recente. Trata-se de uma luta que vem transcorrendo há vários séculos. A história do feminismo e de todas as lutas das mulheres é longa e, exatamente por esta razão, não tencionamos neste trabalho trazer todas as fases e momentos desse percurso.

Trazemos os recortes necessários que indicam que desde as primeiras concepções teóricas do feminismo sempre houve críticas e mulheres resistentes à uniformização do mesmo, orientado pela lente europeia e norte-americana, pautado apenas nas experiências vivenciadas por mulheres brancas e elitizadas. Para Cláudia Cardoso (2012) esse feminismo “se expressa, ainda, na formação de uma memória única, criando um feminismo hegemônico e referente que acaba determinando, principalmente, quem fala pelo feminismo e qual é o sujeito do feminismo” (CARDOSO, 2012, p. 29).

As críticas ao feminismo hegemônico - considerado aquele que parte da experiência de um grupo social, de uma classe privilegiada, e o torna universal, desconsiderando ou invisibilizando as diferentes diferenças entre as mulheres – surgem desde a sua formação em meados do século XIX. Consideramos aqui o contexto estadunidense de nascimento dos direitos das mulheres e início do movimento de mulheres em que Sojourner Truth e outras protagonistas dos movimentos abolicionistas e sufragistas questionaram a hegemonia anglo-saxônica racista e desigual.

Também consideraremos a década de 1970, início do feminismo contemporâneo e em que boa parte das vozes das feministas negras emerge. Consideramos nesse início o contexto norte-americano por trazer as autoras com as quais nos identificamos e por ser um marco para o feminismo negro, o que não significa que em outras regiões não houvesse processos semelhantes de luta das mulheres a partir da negação do direito multiétnico, de genocídios, escravismos e migrações. “A história da dominação das pessoas de cor é a história dos processos coloniais e pós-coloniais e das sucessivas classificações, hierarquizações e explorações, as quais deram lugar ao amplo desenvolvimento do capitalismo” (HOOKS et al, 2004, p. 17).

Destacamos, oportunamente, a luta anti-escravatura nos EUA, onde muitas mulheres brancas da classe média, que se sensibilizaram com a opressão na qual o povo negro sofria,

tomaram consciência das contradições em suas próprias vidas e perceberam que era possível lutar pela igualdade. Nesse período ganha força uma classe média de mulheres educadas que formam o núcleo feminista norte-americano do século XIX. Partiram desse segmento social as bases e princípios que deram origem a um movimento capaz de construir um programa de ação concreta: o sufrágismo - movimento de agitação internacional presente em todas as sociedades industriais. As ações eram fundamentadas por dois princípios: o direito ao voto e aos direitos educativos (GARCIA, 2011).

O movimento organizou ações importantes como a primeira Convenção dos Direitos das Mulheres em Seneca Falls que resultou na redação da Declaração dos Sentimentos, texto que fundou o movimento sufragista estadunidense em 1848 (GARCIA 2011; DAVIS, 2013). A declaração questionava as restrições às mulheres quanto à negação dos direitos civis e jurídicos: não poder votar, não poder ocupar cargos públicos ou participar de reuniões políticas. Além disso, questionava o fato de o casamento tirar os seus direitos de propriedade passando tudo para o marido e as tornando dependentes economicamente e moralmente deste, além da proibição de dedicarem-se ao comércio, entre outros.

Deste modo, estas mulheres aprenderam no período em tela a se organizar, a participar dos grandes debates públicos e exigir direitos participando da luta abolicionista, como fica demonstrado no trecho clássico do livro “*Woman, Race & Classe*” de Angela Davis publicado no ano 1982 apresentado na versão em português em 2013. Angela Davis ao discutir o movimento antiescravidão e o nascimento dos direitos das mulheres assinala:

No entanto, as mulheres brancas mais visíveis na campanha anti-escravidão foram mulheres que não trabalhavam por salários. Eram mulheres de médicos, advogados, juizes, mercadores, donos de fábricas – mulheres de classe média e da nascente burguesia. Em 1833 muitas dessas mulheres de classe média provavelmente começaram a tomar consciência de que alguma coisa fazia terrivelmente falta nas suas vidas. Como donas de casa na nova era do capitalismo industrial elas perdiam importância econômica em casa e o seu status social como mulheres deteriorava-se (DAVIS, 2013, p. 34).

Angela Davis aponta que nesse processo elas adquiriram tempo para a leitura, as tornando capazes de serem reformistas sociais - organizadas na campanha abolicionistas. Esse movimento deu-lhes a oportunidade de alcançarem um protesto implícito contra a opressão que sofriam em casa. Enquanto trabalhavam no movimento abolicionista, as mulheres brancas aprendiam sobre a opressão da natureza humana - e nesse processo aprenderam importantes

lições sobre a sua própria subjugação. Se ainda não sabiam apresentar as suas próprias reivindicações coletivamente, ao menos podiam contestar a causa daqueles que também eram oprimidos (DAVIS, 2013).

Angela Davis (2013) afirma a importância da Declaração de Seneca Falls no seu papel de conscientização articulada dos direitos das mulheres em meados do século XIX, mas também aponta as primeiras contradições com relação à posição social das mulheres e as divergências entre os discursos:

Foi o culminar de uma teoria de anos de insegurança, muitas vezes silenciada, apontando de forma desafiadora para a condição política, social, doméstica e religiosa que era contraditória, frustrante e absolutamente opressora para as mulheres burguesas e da crescente classe média. No entanto, como consumação rigorosa da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a Declaração ignorou a situação difícil da classe de mulheres brancas trabalhadoras, como ignorou a condição das mulheres negras no Sul e no Norte. Por outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propôs uma análise da condição feminina que desprezou as circunstâncias das mulheres fora da classe social das autoras do documento (DAVIS, 2013, p. 45).

Angela Davis (2013, p. 46) pergunta: “e quanto àquelas mulheres que trabalhavam para viver – as mulheres que, por exemplo, operavam nas fábricas têxteis no nordeste?”. Assinala que em 1820 – muito antes da Convenção de Seneca Falls em 1848 – as mulheres trabalhadoras começaram a fazer “paragens” e greves, militantemente protestando contra a dupla opressão que sofriam como mulheres e como trabalhadoras. Em 1831 as mulheres eram maioria dos trabalhadores da indústria. E, quando aconteceu a Convenção em 1848, as condições de trabalho tinham se deteriorado ainda mais e as filhas dos agricultores tornaram-se uma força de trabalho minoritário. Substituindo as mulheres de boas famílias (do norte) foram as mulheres imigrantes que, como seus pais, irmãos e maridos, passaram a formar o proletariado da nação. Em 1840 as mulheres trabalhadoras lideravam a militância pelo trabalho nos Estados Unidos. Nessa época as mulheres negras eram minoria na força de trabalho industrial, elas ainda ficariam presas ao trabalho doméstico nas casas dos brancos – a nova forma da escravidão pós-Abolição.

As principais líderes do movimento sufragista tentaram persuadir as mulheres brancas trabalhadoras a protestarem contra a ausência de direitos das mulheres, criticando-as por focarem nas suas necessidades imediatas. As trabalhadoras estavam demasiado preocupadas

com os seus problemas específicos – salários, horas, condições de trabalho – para lutarem por uma causa que parecia abstrata. As sufragistas prometiam que o voto às tornariam iguais aos seus homens. Mas, as trabalhadoras sabiam bem que, mesmo os seus maridos, filhos, pais e irmãos ao exercerem o direito de voto continuavam a ser miseravelmente explorados pelos seus patrões ricos. Igualdade política não abria a porta à igualdade econômica (DAVIS, 2013). Davis observa a não percepção do insurgente feminismo das diferenças entre as realidades das mulheres:

As líderes do movimento do direito das mulheres não suspeitaram que a escravatura do povo negro no Sul, a exploração econômica de trabalhadores no Norte e a opressão social das mulheres pudessem estar sistematicamente relacionados. Com o início do movimento de mulheres, pouco foi dito sobre as pessoas trabalhadoras – nem sobre as mulheres brancas trabalhadoras. Muitas das mulheres que apoiavam a campanha abolicionista, falharam em integrar a sua consciência anti-escravatura na sua análise da opressão sobre as mulheres (DAVIS, 2013, p. 52).

Angela Davis (2013) insiste que, apesar da implacável luta das mulheres operárias em defesa da sua dignidade como trabalhadoras e mulheres, da consciência do desafio à ideologia sexista, as líderes do novo movimento sufragista ignoraram o papel das mulheres brancas trabalhadoras sem compreenderem que elas experienciaram e desafiaram a supremacia masculina da sua própria e especial maneira.

Dessa mesma forma, também sequer poderiam considerar a realidade das mulheres negras, mesmo havendo na época mulheres negras ativistas, nenhuma delas pode participar da Convenção de Seneca Falls. É importante ressaltar que mais de uma década antes desta reunião, Maria Stewart respondeu ao ataque sobre ela por ser conferencista pública, perguntando enfaticamente “E então se eu for uma mulher?”, esta foi a primeira mulher negra nascida nos Estados Unidos a conferenciar dirigindo-se a audiências de homens e mulheres. E dois anos depois da Convenção de Seneca Falls na Convenção Nacional de Direitos das Mulheres em Worcester, Massachusetts, outra mulher negra ativista, Sojourner Truth participou do evento, não se sabe se tendo sido convidada ou estando lá por iniciativa.

Sojourner Truth, como descreve Carla Garcia (2011) era uma escrava liberta do estado de Nova York, não sabia ler nem escrever uma vez que a alfabetização era proibida – sob pena de morte – para os escravos, contudo, conseguiu assistir à Primeira Convenção Nacional dos Direitos das Mulheres em 1850. No ano seguinte Truth fez um pronunciamento na convenção de mulheres pelo direito ao voto - Convenção de Akron - e nele enfocou pela

primeira vez os problemas específicos das mulheres negras que estavam asfixiadas entre duas exclusões: a raça e o gênero. Na convenção os homens ironizavam o discurso das mulheres questionando-as sobre como poderiam requerer o direito de votar se não conseguiam atravessar uma poça de água ou subir em uma carruagem, sozinhas. Truth no seu discurso *Por acaso não sou eu uma mulher?* questionou os comentários masculinos de que a fragilidade feminina era incompatível como sufrágio (GARCIA, 2011; CARDOSO, 2012; DAVIS, 2013), pronunciou:

Creio que com esta união dos negros do sul e das mulheres do norte, todos falando de direitos, os homens brancos estariam com grandes problemas bem rapidamente. Este homem diz que as mulheres necessitam da ajuda dos homens para subirem nas carruagens, cruzar as ruas, e que devem ter o melhor lugar em todas as partes. Mas a mim ninguém me ajuda a subir em carruagens, nem me deixam o melhor lugar. Por acaso eu não sou uma mulher? Olhem-me! Olhem meus braços! Eu arei e plantei e colhi e nenhum homem era melhor do que eu! E por acaso eu não sou uma mulher? (...) tive treze filhos e os vi serem vendidos como escravos e enquanto eu chorava com a dor de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouvia! E por acaso eu não sou uma mulher? (SCHENEIR, 1972 apud GARCIA, 2011, p. 59).

O discurso de Sojourner Truth abriu caminho para o desenvolvimento do feminismo na perspectiva das mulheres negras. Isso porque reivindicava seus direitos não apenas como negra, mas como mulher. Angela Davis (2013) assinala que de todas as mulheres assistindo à reunião, Truth foi capaz sozinha de responder agressivamente aos rudes e provocadores argumentos da supremacia masculina, com o seu carisma e habilidade de oralidade, questionou os argumentos sobre a fraqueza da mulher e a incompatibilidade com o sufrágio.

Assim, o movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira ideia de feminismo organizado no mundo (PINTO, 2003). Neste trabalho tencionamos trazer apenas algumas contradições do movimento feminista indicando que ele inicia ignorando ou invisibilizando as diferenças de raça e classe, e que desde esse período existiam mulheres contrárias às primeiras formulações do feminismo. No Brasil o movimento sufragista também surge em meados do século XIX, porém de forma individual. Através de mulheres provenientes da oligarquia, filhas que tiveram acesso ao mundo culto e à valorização da educação. O feminismo no Brasil inicia associado a personalidades, como Bertha Lutz e Maria Lacerda de Mouro que exigiam seu alistamento como eleitoras e candidatas (PINTO, 2003).

Dessa forma, a luta da mulher ocidental a partir do século XIX e, sequencialmente nos séculos XX e XXI assume a característica de movimento sociofilosófico, corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos – voto, trabalho etc. Já no século XIX houve muitos avanços, mulheres destacaram-se como atrizes independentes, defensoras dos direitos das mulheres, num mundo totalmente dominado pelos homens. Elas exerciam o princípio democrático da igualdade lutando no campo dos direitos civis e políticos fundamentados, na maioria dos casos, na democracia liberal (GOHN, 2010).

No século XX forjaram-se as raízes da concepção de gênero - aquilo que é considerado como natural nas mulheres é, na realidade, fruto da repressão e da aprendizagem social (GARCIA, 2011). Assim, dirá Simone de Beauvoir em 1949: não se nasce mulher, torna-se. Dessa forma, as relações de poder masculino sobre as mulheres não poderiam mais ser atribuídas aos poderes divinos nem à natureza, mas resultantes de uma construção social. Muitas pensadoras e filósofas contribuíram, até com a própria vida, para que as mulheres se tornassem atuantes nos movimentos sociais, nas instituições e na política.

A crítica ao feminismo hegemônico contemporâneo vem sendo feita em várias línguas e em diferentes países há muito tempo. Estas críticas “tem explorado as formas como, historicamente, o feminismo vem sendo situado no discurso dominante do ocidente, como produto da política cultural ocidental, refletindo, portanto, uma compreensão da política sexual e das relações de gênero a partir desse lugar” (CHERYL MCEWAN, 2006 apud CARDOSO, 2012, p. 78).

Um dos marcos dessa crítica envolve a publicação do livro *A Mística Feminina* em 1963 pela norte-americana Betty Friedan. Este foi considerado o livro que abriu caminho para o movimento feminista contemporâneo. O livro aborda as crises das mulheres brancas norte-americanas de classe média por estarem excluídas do trabalho, e descreve a insatisfação dessas mulheres consigo mesmas e com a vida monótona que levavam e infligia diversas patologias autodestrutivas: ansiedade, depressão, alcoolismo (GARCIA, 2011). bell hooks¹² (2004) critica essa obra por ter sido escrita sem considerar a experiência de mulheres que são vítimas diretas da opressão sexista, mulheres que não têm a força necessária para mudar suas condições de vida.

A autora aponta quem são as mulheres descritas por Betty Friedan: mulheres que faziam parte de um grupo restrito, brancas, casadas, de classe média ou alta, com educação

¹² bell hooks adotou a grafia de seu nome em minúsculas e, em respeito às convicções que a levaram a fazê-lo, eu a mantenho neste texto. Para ela, nomes, títulos, nada disso têm tanto valor quanto as ideias.

universitária, donas de casa, cansadas do tempo livre, da casa, dos filhos, do consumismo e que queriam mais da vida. Segundo a autora, Friedan fez dessa situação sinônima da condição de todas as mulheres, quando mais de um terço das mulheres formavam parte da força de trabalho e desejavam ter tempo e dinheiro para serem apenas donas-de-casa, mas não poderiam formar suas identidades a partir do modelo da mística feminina. bell hooks se pergunta: quem vai ficar no lugar das mulheres citadas no livro de Friedan no serviço de casa para que tenham liberdade para estudar e trabalhar? Betty Friedan não diz nada sobre dividir o serviço doméstico com os homens, seriam então as mulheres “não valiosas” que ela nem cita no livro? Isso é observado no seguinte trecho do livro:

Urge comprender cómo la misma condición de ser ama de casa puede crear en las mujeres una sensación de vacío, de no existencia, de nada. Hay aspectos de la función de ama de casa que hacen casi imposible para una mujer de inteligencia adulta mantener un sentido de la identidad humana, el núcleo firme del «yo» sin el cual un ser humano, ya sea hombre o mujer, no está verdaderamente vivo. Estoy convencida de que, hoy en día en Estados Unidos, hay algo de peligroso en el estado de ama de casa para las mujeres valiosas (FRIEDAN, 1963 apud HOOKS, 2004, p.34).

A autora bell hooks aponta que Friedan foi uma personalidade essencial na formação do pensamento feminista contemporâneo. Afirma que são estas mulheres brancas que dominam o discurso feminista, que em sua maioria criam e articulam a teoria feminista e mostram pouco ou nenhuma compreensão da supremacia branca como política racial, do impacto psicológico da classe e do status político em um estado racista, sexista e capitalista (HOOKS, 2004). Raramente questionam se sua perspectiva de realidade se adequa ou não às experiências vitais das mulheres como coletivo.

Um princípio central do pensamento feminista moderno, afirma bell hooks, é que “todas as mulheres são oprimidas”. Esta afirmação implica que as mulheres compartilham de uma sorte comum, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual, e outros, não criam uma diversidade de experiências entre as mulheres que determina o alcance com que o sexismo será uma força opressiva na vida das mulheres individuais. A noção de opressão comum era a desculpa que as mulheres brancas privilegiadas necessitavam para ignorar a diferença entre seu status social e da grande maioria das mulheres. Dessa forma, as mulheres de classe média foram capazes de converter seus interesses em foco principal do movimento feminista (HOOKS, 2004).

O livro de Betty Friedan também foi um forte representante do feminismo liberal. Visto que as críticas iniciais ao feminismo, principalmente apresentadas pelas feministas negras, chicanas e lésbicas, em finais das décadas de 1970 e 1980 geraram em torno da crítica ao feminismo da igualdade que inclui os feminismos liberal, socialista (e marxista) e o radical.

O feminismo liberal “se caracteriza por definir a situação das mulheres como desigual – e não de opressão e exploração – e por postular a reforma do sistema até conseguir a igualdade entre os sexos” (GARCIA, 2011, p. 85). As liberais reivindicavam a participação na esfera pública e no mercado de trabalho. Já o feminismo socialista (e marxista) “sustenta que a opressão das mulheres e a dominação de classe podem ser superadas com a instauração de uma organização social sem classes” (CARDOSO, 2012, p. 79). E, para o feminismo radical, não se tratava apenas de ganhar o espaço público, mas também transformar o espaço privado. As radicais também associavam a subordinação das mulheres ao seu papel no processo reprodutivo que as tornava prisioneiras da biologia, forçando-as a depender dos homens (GARCIA, 2011; CARDOSO, 2012). Fizemos um recorte básico das características de cada perspectiva demonstrando a diversidade teórica, porém há muito mais questões e divergências entre elas e dentro de cada uma, apenas buscamos apresentar cada perspectiva para a compreensão das críticas produzidas pelo feminismo contra-hegemônico. Cláudia Cardoso (2012) sintetiza as críticas da seguinte forma:

Logo, se as críticas emitidas contra o feminismo liberal se referem ao seu cunho individualista e de integração às estruturas vigentes e o colocam como alheio às necessidades das mulheres das classes populares, as críticas aos feminismos socialista e marxista residem na centralidade da categoria classe social, em detrimento de outros fatores determinantes na vida das mulheres, assim como, na priorização da opressão sexual, no caso do feminismo radical. As críticas, portanto, acentuam que essas perspectivas feministas acabavam por priorizar as experiências e condições de vida das mulheres brancas, heterossexuais, da classe média e generalizando-as, de forma inapropriada e perigosa, para as outras mulheres (CARDOSO, 2012, p. 80).

As feministas norte-americanas foram as primeiras a evidenciar a intersecção das categorias de raça e gênero como um aspecto que marca a diferença nas experiências de mulheres. Também incorporam a crítica ao feminismo enquanto teoria e prática, sobretudo, a dificuldade em reconhecer a diversidade interna ao movimento, em particular a questão racial,

dimensões estas que também são evidenciadas pelas feministas negras brasileiras, especialmente, ao incorporarem o tema das diferenças em suas abordagens, ocupando-se em discutir a presença do racismo. Outro aspecto a ser destacado é o entrecruzamento entre gênero, raça e classe, como elementos representativos das diferenças nas experiências das mulheres, fator que contribuiu para aprofundar a análise e a compreensão da marginalização social, econômica e política das mulheres negras nos EUA (BARBOSA, 2010).

Aparecem também nesse momento as primeiras críticas à priorização do conceito de gênero em detrimento de outros marcadores sociais, conceito este que introduziu os estudos sobre mulheres na academia. As primeiras produções datam da década de 1970 nas universidades norte-americanas quando as mulheres apareceram nas ciências sociais, sejam como objetos de estudo ou como pesquisadoras, colocando em crise as teorias estabelecidas. Porém, a construção do conceito gerou discussões e conflitos entre as teóricas feministas, pois ocultava as diferenças entre as mulheres ao não considerar outras dimensões da construção da identidade individual e social.

As feministas negras, tais como, bell hooks, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, Barbara Smith, Cheryl, Angela Davis, todas reunidas em meados dos anos 1970, e as feministas dos movimentos de mulheres não brancas e terceiro-mundistas, também nos EUA, tais como Gloria Anzaldúa; Cherry Moraga, Ana Castilho, Norma Alarcón, fazem parte de um programa amplo de denúncia e desconstrução do saber pretendidamente universalista do feminismo branco ocidental. Essa busca resultou numa grande fonte de produção teórica e impulsionou os estudos feministas e de gênero.

Dessa forma, as marginalizadas dos relatos feministas: as mulheres negras, latinas, mestiças, indígenas e lésbicas, que encontravam sua história e cultura ignoradas são as primeiras a denunciar o conceito de gênero como uma nova totalização excludente (GARCIA, 2011). Um exemplo foi o manifesto do *Combahee River Collective*¹³ (1988) de 1977, o qual apresenta críticas à uniformização da forma de opressão para todas as mulheres e expõe as experiências simultâneas com o racismo, sexismo e classe na vida das mulheres negras (CARDOSO, 2012). Outro exemplo foi a coletânea “*Esta puente mi espalda. Voces de mujeres tercermundistas em los Estados Unidos*”¹⁴ de Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa,

¹³ *Combahee River Collective* foi um grupo formado em 1974 por mulheres negras estadunidenses, dentre as quais Barbara Smith, Cheryl Clarke e Audre Lorde.

¹⁴ Este texto, segundo a autora: “se refere às pontes que as mulheres fronteiriças ou migrantes criam com suas línguas e seus corpos, para trabalhar intensamente para que as culturas, sexos, gêneros e nações diferentes possam entender-se e conviver”. Tradução própria.

publicada em 1985, que reúne ideias do feminismo chicano¹⁵, negro, indígena e asiático americano observando outras ausências sintomáticas da agenda feminista, como o racismo, lesbofobia e a colonização.

As teóricas do pensamento feminista contra-hegemônico percebem os limites e possibilidades do conceito de gênero. Carla Garcia (2011) observa que o conceito de gênero, como o termo “mulher”, usado no discurso das feministas nos anos 1970, mantinha referência à experiência de mulheres ocidentais, brancas, burguesas e heterossexuais como se fosse uma totalidade, renegando ao silêncio a experiência individual e coletiva de muitas. Para a autora o conceito,

Foi importante por desmascarar a razão patriarcal ao denunciar que as pretensões de neutralidade e objetividade se faziam à custa das mulheres e contra elas mantendo como pilar do sistema patriarcal a sua exclusão da esfera da razão transcendente, por outro lado manteve alguns supostos essencialistas sobre a natureza dos seres humanos e as condições da vida social utilizando conceitos e teorias como se fossem ferramentas permanentes e invariáveis, que as conduziram a compartilhar algumas noções essencialistas e a-históricas das metanarrativas (GARCIA, 2011, p. 23).

A investigação feminista recente tem visto o conceito de gênero como uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas, como parte de uma construção social complexa de identidades, hierarquias e diferenças. A raça, a etnia, a classe são outras categorias socialmente construídas que se intersectam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos (SOARES, 2004). Mas esta discussão ainda não é majoritária. Para a teórica indígena Rosália Paiva (2007) o conceito de gênero é patrimônio das ciências sociais como categoria de análise e sua construção teórica é parte de um processo social e acadêmico distante dos Andes. Também podemos dizer que é um processo distante dos movimentos de mulheres da periferia.

Chandra Mohanty (2008), feminista pós-colonial, em seu clássico texto *“Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales”* vai mais longe em relação à crítica ao feminismo hegemônico. Ao discutir o feminismo branco e os “outros” feminismos aponta as contradições geradas pelo imperialismo, demonstrando que não é possível entender as relações de gênero sem pensar historicamente a colonização e pós-colonização. Critica o

¹⁵ O termo “chicano” é visto como preconceituoso quando aplicado aos mexicanos nos EUA, porém a autora Gloria Anzaldúa ressignifica o termo como um marcador político, de forma positiva.

feminismo hegemônico ou ocidental por elaborar uma noção homogênea da opressão das mulheres como grupo e por universalizar as concepções ocidentais. Chandra Mohanty,

Identifica três princípios analíticos básicos presentes no discurso feminista ocidental: a pressuposição de “mulheres” como um grupo já constituído e coerente, com interesses e desejos idênticos, sem importar a classe social, a localização ou as contradições raciais ou étnicas. Esta ideia implica: uma noção de diferença sexual ou de gênero ou, inclusive, uma noção de patriarcado que pode se aplicar de forma universal a todas as culturas; a carência crítica com que se apresenta a evidência que sustenta a universalidade e validade para todas as culturas; e a noção homogênea da opressão das mulheres como grupo produz uma representação binária da categoria mulher. Por um lado, a representação do sujeito do feminismo hegemônico “moderno, educado, com controle do corpo e de sua sexualidade e com liberdade de tomar suas próprias decisões” e, por outro lado, a representação de seu oposto, a mulher “pobre, sem educação, limitada pelas tradições, doméstica, restrita a família, a vítima”. Estas distinções, assegura, são possíveis em função do privilégio fornecido a um grupo particular como a norma, o referente (MOHANTY, 2008, p. 126 apud CARDOSO, 2012, p.83).

Dessa forma, Chandra Mohanty (2008) critica a maneira como o feminismo ocidental “codifica o outro”, a autora se refere a todas as feministas, mesmo as “acadêmicas do Terceiro mundo” que também utilizam as mesmas estratégias escrevendo acerca da sua própria cultura. Segundo Chandra, e também outras feministas pós-coloniais, é preciso pensar em estruturas de conhecimento que não privilegiem os conhecimentos do Hemisfério Norte. É preciso democratizar os conhecimentos, reformatar a pedagogia, alterar a maneira como fazemos perguntas, citações, repensar hábitos de pensamento e perceber a forma como nos relacionamos com as instituições da metrópole. Nos conceitos formulados pelo Norte, gênero está fechado em si mesmo, não se reporta à sociedade em geral. Isto reflete no imperialismo dessas sociedades, pois estas se veem no lugar de colonizadores e não colonizadas. Apostam na necessidade de estabelecer conexões com o que está sendo produzido na África, Brasil, Índia, Chile e que não tem a mesma estrutura acadêmica do Norte. Mudar a direção da produção do conhecimento que tem o Sul como objeto de estudos, para o Sul olhar para o Norte como objeto de seus estudos.

O feminismo negro, ao defender a pluralidade epistemológica para mostrar as contribuições das mulheres negras e não brancas nas diversas áreas do conhecimento, contribui na descolonização do conhecimento, ou seja, aposta no desprendimento epistêmico

do conhecimento norte-europeu para pensar a própria história a partir de categorias baseadas nas experiências de mulheres negras da diáspora (CARDOSO, 2012).

Torna-se importante trazer algumas ideias provenientes do feminismo negro que são fundamentais para a elaboração desta pesquisa, pois dialogam com as experiências de mulheres negras e moradoras da periferia.

Somente na década de 1980 as mulheres negras apareceram como sujeitos de pesquisa, contexto evidenciado pelo feminismo negro norte-americano e pelo movimento negro. Esses movimentos enfatizaram a necessidade de pensar as diferentes experiências históricas das mulheres, inclusive o próprio feminismo “branco de classe média e heterossexual” que sustenta a tese de uma experiência única e universal feminina. Esta afirmação não considera o impacto e a articulação das categorias gênero, raça e classe social e outras na constituição histórica das mulheres em contextos específicos e diferenciados. Nesse período, quando se constata a ausência da temática de gênero e raça no campo dos estudos feministas, surgem os primeiros trabalhos científicos contemporâneos sobre a mulher negra brasileira (PACHECO, 2003; CARNEIRO, 2003; GONZALEZ, 1983; 1988).

As diferenças entre as mulheres passam a ser o novo eixo articulador do feminismo contemporâneo. Essa mudança de eixo se articula através das discussões sobre os riscos que assume o feminismo – construído historicamente como feminismo branco ocidental e heterossexista. Por conseguinte, é importante trazer ao debate as ideias de Audre Lorde (1979), feminista interseccional negra norte-americana, poeta, ensaísta e ativista. Ela costumava se definir nos congressos que falava como “negra, lésbica, mãe, guerreira e poeta”. No seu artigo *As Ferramentas do Amo nunca desmontam a casa do amo*, afirmava que no âmbito acadêmico há a peculiar arrogância de empreender debates sobre teorias feministas sem analisar nossas numerosas diferenças e sem conceder espaço às significativas contribuições das mulheres pobres, negras, do terceiro mundo e lésbicas.

Para Audre Lorde (1982) qualquer debate feminista sobre questões pessoais ou políticas fica desvirtuado se não levar em conta as diferenças de raça, sexualidade, classe e idade. Ainda afirmava que promover a mera tolerância entre as mulheres é “o mais burro” dos reformismos, pois supõe negar por completo a função criativa que as diferenças desempenham em nossas vidas. Elas devem servir como um meio dialético necessário para fomentar nossa criatividade.

Para a autora feminista negra norte-americana, Patrícia Hill Collins, o conceito de interseccionalidade é a base conceitual para entender as experiências das mulheres negras. O conceito de interseccionalidade foi criado por feministas negras norte-americanas na década

de 1980 e aprofundado como modelo analítico por Kimberlé Crenshaw (2002), no qual a interseccionalidade é a forma de conceituação que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Observa especificamente como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas às mulheres, raças, etnias, classes e outras. Para a autora “somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Na concepção de Patrícia Hill Collins sobre interseccionalidade, raça, gênero e classe formam os principais eixos de opressão que afetam profundamente as experiências das mulheres negras nas sociedades pós-coloniais da diáspora negra. Segundo a autora,

Os eixos ou sistemas de opressão compartilham uma concepção ideológica apoiada nas noções de superioridade e inferioridade para construir suas ideias de dominação. A matriz de dominação é estruturada ao longo dos eixos e em vários níveis (COLLINS, 1999 apud CARDOSO, 2012, p. 58).

A autora aponta ainda que:

As pessoas experienciam e resistem à opressão em três níveis: individual, em grupo e em nível sistêmico das instituições sociais, residindo aqui, em minha opinião, a especificidade da proposta teórica da autora. O pensamento feminista negro, ao assentar-se na interseccionalidade de opressões, está atento ao exame destes níveis, provocando, uma mudança paradigmática, ao priorizar, nas investigações, as experiências das mulheres negras, forçando assim o surgimento de novas interpretações sobre as relações sociais de dominação e resistência, ou melhor, revelando, principalmente, outras formas de saber que permitem/têm permitido aos grupos subordinados se autodefinirem a partir de suas próprias realidades. Por conseguinte, o pensamento feminista negro enfatiza os três níveis como locais de dominação, mas, também, como locais potenciais de resistência (COLLINS, 1990 apud CARDOSO, 2012, p. 58).

Dessa forma, Patrícia Hill Collins observa que a ação de mulheres negras mais conhecidas teve suporte na ação de outras mulheres comuns que pensaram estratégias de resistência cotidianas, criando uma poderosa fundação para dar mais visibilidade a uma tradição ativista das feministas negras. Collins aponta uma longa tradição feminista entre as mulheres negras em torno de cinco aspectos fundamentais: 1º o legado de uma história de

luta; 2º a natureza interligada de raça, gênero e classe; 3º combate aos estereótipos; 4º atuação como mães, professoras e líderes comunitárias; e 5º a política sexual (COLLINS apud BAIROS, 1995). Collins critica os critérios epistemológicos que negam a experiência como base legítima para a construção do conhecimento. Para ela o ponto de vista das mulheres negras é definido a partir da opressão vivida por elas, isto é, a partir do lugar que ocupam na estrutura social.

A feminista negra norte-americana bell hooks (2013) tem como um dos elementos importantes de sua produção enfatizar a relação entre produção intelectual e experiência pessoal. Para ela o pessoal é o ponto de partida para conectar politização e transformação da consciência. Dessa perspectiva o feminismo passa a ser a lente, através da qual, diferentes experiências das mulheres podem ser analisadas criticamente, no sentido de reinventar as relações sociais entre homens e mulheres fora dos padrões que estabelecem inferioridade de um em relação ao outro.

Para a autora, permanece no feminismo contemporâneo a ideia de que a raiz de todos os problemas é o patriarcado e que a erradicação da opressão sexista levaria necessariamente à eliminação de todas as formas de opressão. Argumenta que falar do patriarcado e não do racismo permite que as feministas brancas sigam atuando como exploradoras e opressoras. Sexismo, racismo e exploração de classe constituem sistemas inter-relacionados de dominação (HOOKS, 2004). Ao ignorar esta relação de dominação, algumas feministas brancas dão continuidade ao intento de silenciar as mulheres negras ou não brancas, e também de falar no lugar delas. Logo, o feminismo hegemônico apagou as diferenças das mulheres do “terceiro mundo” em nome da ilusão de uma opressão em comum.

Acredita ser essencial para a continuidade da luta feminista que se reconheça o ponto de vista das mulheres negras, e que o feminismo negro atue a partir das lutas em que raça, classe e gênero apresentem-se como fatores simultâneos de opressão. A partir dessa perspectiva, foi possível criticar a hegemonia racista, sexista e classista, viabilizou-se também uma alternativa de contra-hegemonia. Segundo esta autora as mulheres negras constituem uma situação particular, elas não foram socializadas para assumir o papel de explorador/agressor, não lhes foi permitido ter institucionalizado “outros” que pudessem explorar ou oprimir. Observa que mulheres brancas e homens negros podem ter as duas atitudes, eles e elas podem agir como opressores ou serem oprimidos. Os homens negros podem ser vítimas do racismo, sexismo, mas lhes é permitido agir como exploradores e opressores da mulher. As mulheres brancas podem ser vítimas do sexismo, mas o racismo lhes permite agir como exploradoras e opressoras do povo negro (HOOKS, 2004). A partir

deste contexto, o feminismo negro propõe a conexão entre teoria e prática para entender como certas realidades e sistemas classificatórios de mundo são modificados e repensados nas várias experiências das mulheres.

É importante evidenciar que o feminismo negro e o feminismo branco/ocidental/hegemônico não são categorias fixas e em oposição, devem ser percebidos como campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais (BRAH, 2004). Cumpre também ressaltar que o pensamento feminista negro apoia-se em uma teoria e uma práxis objetivando transformar a vida das mulheres, como também a sociedade em si, já que visualiza o enfrentamento de estruturas de poder: o racismo, sexismo, divisão em classes e heterossexismo (CARDOSO, 2012).

1.3 Feminismo Latino-Americano

Diferentes debates têm surgido no interior do feminismo a partir da necessidade de compreender as complexas intersecções constitutivas das relações de subordinação: aquelas que se enfrentam mulheres concretas, respondendo não apenas às relações de gênero ou de classe, mas também do racismo, da lesbofobia, dos efeitos da colonização, da descolonização e das migrações transnacionais (HOOKS et al, 2004).

Segundo Claudia Costa (2012), as teorias feministas latino-americanas produzidas a partir das margens por sujeitos subalternos/racializados, produzem dentro de uma referência epistemológica distinta do modelo que estruturam as relações entre centro e periferia. Questionam a epistemologia ocidental de produção do conhecimento reivindicando os saberes dos corpos, identidades e culturas marginalizados pelo universalismo do feminismo hegemônico ocidental, propondo construir um conhecimento situado desde as margens do feminismo hegemônico e pensando uma epistemologia latino-americana como forma vital de reverter condições históricas que colocam as mulheres no lugar de subalternidade e centradas na noção de mulher essencializada. Surgem como traduções feministas e latino-americanas do pós-colonial oferecendo novas abordagens epistemológicas a partir do sul.

Para Karina Bidaseca (2011), paradoxalmente os avanços nessa linha de investigação têm se desenvolvido muito lentamente na América Latina. Ainda conforme a autora, as acadêmicas latino-americanas não têm se interessado ou se comprometido em continuar o legado apresentado pelo feminismo negro, e em reconhecer estas pensadoras e ativistas como fonte de grande desenvolvimento teórico do feminismo contemporâneo, por isso, importam as vozes das teóricas feministas brancas.

Para a pesquisadora, também chama a atenção, a falta de reconhecimento por parte da intelectualidade acadêmica de fontes próprias de produção de saber que não respondam a bandeiras definidas e importadas das academias norte-americana e europeia. Desde já bastante tempo o feminismo latino-americano tem suas próprias fontes de crítica, mas estas estão muitas vezes nos setores marginalizados ou fazem parte de minorias do movimento de mulheres e feministas, como por exemplo, os trabalhos desenvolvidos por autoras como Silvia Rivera Cusicanqui, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Lélia Gonzáles, Julieta Paredes, Breny Mendonza, Ochy Curiel, Rita Segato, Francesca Gargalho, entre outras. As autoras mencionadas constituem um grupo significativo que segue a linha crítica de produção do saber a partir das margens (BIDASECA, 2011).

Argumenta ainda Claudia Costa (2012), que nos movimentos e deslocamentos das teorias feministas, principalmente da teoria contra-hegemônica, pelas Américas existem várias barreiras ou “postos de controle” – por exemplo: publicações, e instituições acadêmicas – e mediadores – intelectuais, ativistas, acadêmicos/as - que regulamentam seus movimentos através das fronteiras, facilitando ou dificultando acesso a textos, autoras e debates. A autora questiona “por quais rotas as teorias feministas, junto com seus conceitos fundacionais, viajam nas Américas?” E também indaga “como são traduzidas em diferentes contextos geográficos e históricos?” E pergunta: “qual lugar as acadêmicas feministas ocupam no trânsito das teorias ao longo do eixo norte/sul e vice-versa?” (COSTA, 2000, p. 01) Ainda sobre viagens e teorias, a autora afirma:

Na divisão global do trânsito teórico entre centros metropolitanos e periferias permanece preso a uma troca desigual ou uma lógica intratável: enquanto o centro acadêmico teoriza, espera-se da periferia o fornecimento de estudos de caso. Em outras palavras, a periferia é reduzida ao lado prático da teoria; isto é, num binarismo perverso, ela se torna o corpo concreto em oposição à mente abstrata do feminismo metropolitano (COSTA, 2000, p. 02).

Claudia Costa (2000) observa que a teoria tende a existir sob a lente do ocidente que por sua vez se constitui como responsável ou depositário das informações sobre as formações não-ocidentais¹⁶. Para Rita Segato (2011) o feminismo hegemônico que afirma ser a dominação de gênero, a dominação patriarcal universal, sem maiores diferenças, justificando sob esta bandeira da unidade a possibilidade de transmitir os avanços da modernidade no

¹⁶ Discussão apresentada por Homi Bhabha (1994) e que Cláudia Costa contextualiza abordando os sujeitos feministas.

campo dos direitos às mulheres não brancas, indígenas e negras, dos continentes colonizados. Sustenta assim uma posição de superioridade moral das mulheres europeias, autorizando-as a intervir com sua missão civilizadora – colonial/modernizadora.

As ideias apresentadas por Rita Segato, Claudia Costa e por outras feministas latino-americanas significam posicionamentos feministas que têm como proposta epistemológica a descolonização do pensamento e também do feminismo. Está presente na abordagem das autoras a preocupação dos efeitos da intervenção do colonialismo na vida das mulheres colonizadas, pois a imposição colonialista expôs as mulheres dos continentes colonizados a um processo de opressão e dominação violento e perverso (CARDOSO, 2012).

Para Cláudia Cardoso (2012, p.111), feminista negra brasileira, as teóricas feministas latinas refletem sobre a necessidade de pensarmos teorias feministas “desde o Sul, desde a América Latina e Caribe, desde nossa experiência particular colonial e pós-colonial, uma vez que, de alguma forma, somos sempre interpretadas a partir de teorias tecidas fora de nossos contextos, de nossas realidades”.

1.4 Feminismo Negro Brasileiro

O feminismo negro norte-americano inicia com a crítica ao conceito de gênero na década de 1970. Já no Brasil inicia tendo como foco a saúde reprodutiva, a partir da denúncia de esterilizações cirúrgicas em massa entre mulheres negras na década de 1980. Assim o feminismo negro brasileiro se formou através da inter-relação entre raça, gênero e saúde. No artigo *Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)*, de Mariana Santos Damasco, Marcos Chor Maio e Simone Monteiro (2012) os/as autores/as pesquisaram a importância da saúde reprodutiva para a constituição de um feminismo negro no país, investigando as políticas públicas, no período de 1975 a 1993, voltadas à saúde da mulher e ao direito ao planejamento familiar. Segundo os/as autores/as, a partir do debate e ações no campo da saúde reprodutiva da população negra no país que se constituiu uma identidade racial entre as ativistas, dado a preocupação “em particular às acusações de que as mulheres negras estariam sendo vítimas de esterilizações cirúrgicas em massa durante a década de 1980 com o objetivo de controlar a natalidade desse grupo populacional¹⁷” (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012, p.134).

¹⁷ Várias/os autoras/es discutem o tema, entre eles a demógrafa Elza Berquó (1994; 1988; 1986), e também a organização GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra tem lançado cadernos sobre o tema: Esterilização:

É importante ressaltar que da primeira fase do movimento feminista no Brasil, nos primeiros anos do século XX, até meados da década de 1970, o perfil das militantes era de mulheres de classe média, com formação universitária e urbana, e a luta centrava-se em torno do voto feminino e de melhores condições de trabalho. Entretanto, na década de 1980 com a influência do feminismo norte-americano, critica-se o fato de o feminismo ser liderado por mulheres brancas, urbanas e da classe média alta e se afirma a necessidade de ampliar o debate acerca de conceitos de classe social e raça (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012).

O III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, ocorrido em Bertioga, São Paulo, em 1985 foi importante como marco da mobilização do feminismo negro. Neste evento, mulheres negras questionaram a ausência da temática racial no movimento¹⁸. No encontro as feministas negras apresentaram suas demandas relativas à luta contra a violência doméstica, ao combate às práticas racistas no mercado de trabalho e, principalmente, a assuntos relativos à saúde, como mortalidade materna e saúde reprodutiva e sexual das mulheres negras (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012).

O feminismo negro no Brasil foi se consolidando a partir das organizações não governamentais (ONGs) de mulheres negras, a exemplo, entre as mais conhecidas: Geledés (SP), Fala Preta (SP), Nzinga-Coletivo de Mulheres Negras (RJ), Criola (RJ), entre outras. Organizações atuantes no combate à violência doméstica e à discriminação racial e para os cuidados no âmbito da saúde reprodutiva.

Entre as lideranças do movimento feminista negro é importante evidenciar a luta da intelectual e feminista negra brasileira Lélia Gonzalez. Nos anos 1980 Lélia refletiu sobre a exclusão da mulher, principalmente negra e indígena, na sociedade brasileira. Ela também foi pioneira nas críticas ao feminismo hegemônico no país, refletiu acerca das diferentes lutas e

impunidade ou regulamentação? 1991a; Mulher Negra e Saúde, 1991b; Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras, 1993.

¹⁸ Passados dez anos no XIII Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe ocorrido no Perú, em novembro de 2014 as reivindicações das mulheres negras de maior participação e visibilidade no encontro ainda são as mesmas. A reinvidicação do debate racial precisa ser feito sempre porque os lugares de poder não mudaram. Segue trecho do manifesto elaborado por feministas afrodescendentes no XIII EFLAC exigindo maior participação e inclusão no interior dos espaços de debate feminista: “Cuestionamos nuestra invisibilidad en la agenda formal y oficial de este encuentro, cuya praxis no es coherente con el Manifiesto Político del mismo”, resaltaron. Resaltaron, además, su participación y contribución “en la construcción y el desarrollo de América Latina y el Caribe” y exigieron que en la próxima sede del EFLAC, así como en los posteriores encuentros feministas, se garantice la participación de las Mujeres del Movimiento Afrodescendiente en el equipo impulsor y organizador, “y no me manera improvisada o de relleno, sino agendada, planificada, monitoreada y anticipada”. Ver manifesto em: <<http://www.13eflac.org/index.php/historico-noticias/141-feministas-afrodescendientes-demandan-mayor-presencia-en-el-eflac>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, tornando visíveis as histórias das mulheres negras e indígenas no Brasil, na América Latina e Caribe. Lélia também é pioneira na proposição de descolonização do saber e da produção do conhecimento. Questionou, por exemplo, a insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar a realidade das mulheres negras (CARDOSO, 2012).

Lélia Gonzalez cunhou o termo amefricanidade nos anos de 1980, que se insere na perspectiva pós-colonial e do feminismo latino americano. Amefricanidade foi conceituada por Lélia “como um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretção, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de uma identidade étnica” (GONZALEZ apud BAIROS, 2006, p. 51). Cláudia Cardoso (2012) observa no pensamento de Lélia contribuições para a formação do feminismo negro. Para a autora, Lélia percebe a mulher negra na diáspora dentro do contexto histórico-cultural das Américas, assim, predominava no seu pensamento elementos ameríndios e africanos, defendia uma “América Ladina”, contexto no qual essa presença afro-ameríndia era negada por conta do racismo.

Lélia se definia como feminista e participou de várias organizações de mulheres, o que não a impedia de criticar o feminismo enquanto teoria e prática. Acreditava que a dificuldade das feministas em reconhecer a diversidade interna ao movimento provinha da rejeição da dimensão racial, que para ela só diminuiu lentamente a partir de 1985 com a Conferência da Década da Mulher em Nairóbi (BAIROS, 2006). Fundou em 1983 o NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, e também foi responsável por estabelecer a discussão sobre a mulher negra no interior do Movimento Negro, o qual ajudou a formar.

Apesar das ações das mulheres negras no Brasil serem de longa data, produzindo formas de luta e resistência desde o período escravocrata, a terminologia feminismo negro é recente. Isso se deve ao contexto brasileiro de construção das teorias sobre gênero e feminismo, no qual o debate racial fica em segundo plano. Isso é percebido, principalmente no tocante à posição racial das autoras, dificilmente mencionado. Muitas autoras produzem conhecimento, em geral, de um lugar não marcado, visto que, segundo Cláudia Cardoso (2012):

branco é um marcador sem marcas, diferentemente de nós mulheres e homens negros, obrigados a justificar/explicar os marcadores presentes em nossas construções sociais/teóricas, pois negro é assumir um lugar racialmente e politicamente marcado (CARDOSO, 2012, p. 243).

A produção acadêmica sobre o feminismo negro brasileiro ainda é muito tímida, embora tenham produções importantes¹⁹. Ainda são restritas as investigações acerca das mulheres negras no Brasil. Os poucos estudos feministas sobre a racialização do gênero levou Sandra Azerêdo (1994) em seu artigo *Teorizando sobre Gênero e Relações Raciais* a buscar:

Entender por que em um país racista e desigual como o Brasil, em que a experiência de escravidão foi tão marcante, a questão racial permanece silenciada em grande parte de nossa produção teórica e prática, contrastando com os Estados Unidos, onde a questão racial tem sido incorporada em cheio nas produções feministas. Até hoje, entre nós feministas no Brasil, a questão racial tem geralmente ficado a cargo das mulheres pretas, como se apenas estas fossem marcadas pela raça (AZERÊDO, 1994, p. 204).

Para responder a esta questão, a autora compara teorias e práticas feministas nos Estados Unidos e no Brasil, toma os Estados Unidos como base para suas reflexões sobre produção feminista e relações raciais no Brasil pelo fato de a experiência de escravidão ser um marco importante nos dois países, compreensão atingida através do curso de doutorado realizado na Universidade de Califórnia, Estados Unidos, em 1981. Até este momento a autora não considerava as relações raciais, apenas interessava o fato de todas as mulheres compartilharem experiências de subordinação, ainda que fossem experiências diversas (AZERÊDO, 1994). Apenas quando iniciou sua formação em estudos feministas nos Estados Unidos sendo orientada por Donna Haraway, pioneira entre as feministas brancas a pensar a categoria de gênero relacionado com outras formas de dominação, Sandra Azerêdo mudou sua perspectiva.

Nesse período, segundo a autora, o ano de 1981 foi um marco para a produção teórica nos Estados Unidos e no Brasil. Nos Estados Unidos foram publicados o livro de bell hooks, *Ain't I a Woman: black woman and feminism*; o livro de Angela Davis, *Women, Race and Class* e o livro editado por Cherríe Moranga e Gloria Anzaldúa, *This Bridge Called My Black: Writings by Radical Women of Color*. Além dessas publicações o tema da III Conferência

¹⁹ Alguns exemplos de ótimas produções sobre o feminismo negro brasileiro são o artigo já citado de Mariana Damasco (2012): *Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil*; o trabalho de Rosália Lemos (1997): *O feminismo Negro em Construção*; de Núbia Moreira: *O feminismo negro brasileiro*; de Marjorie Chaves (2008): *As lutas das mulheres negras: identidade e militância na construção do sujeito político*; o trabalho, bastante citado nesta pesquisa, de Cláudia Cardoso (2012): *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileira*.

anual da Associação Nacional de Estudos sobre as Mulheres foi “*Mulheres Negras respondem ao racismo*”.

É importante ressaltar que nenhuma dessas publicações foi traduzida no Brasil, até hoje não há edições em português. Discussão que já trouxemos neste trabalho indicando as barreiras que alguns temas de pesquisa possuem para ultrapassar fronteiras. Por que instituições acadêmicas, editoras e intelectuais que têm acesso aos meios de publicação e divulgação de obras não se interessaram em traduzi-las? Felizmente, uma das obras, o livro de Angela Davis: *Women, Race and Class*, foi traduzido por uma plataforma independente no ano de 2013, e propagado apenas em formato de pdf. Esses obstáculos prejudicam o acesso e o conhecimento das brasileiras e de outras mulheres nas periferias do saber hegemônico.

Essas obras citadas por Sandra Azerêdo são publicações feitas por mulheres negras que representam críticas ao etnocentrismo das feministas brancas, as quais, ao estudarem as relações de gênero entre mulheres e homens, negavam as especificidades de classe, raça, sexualidade, etc, e as “multideterminações” da categoria de gênero. “A crítica das ‘mulheres de cor’ denunciava as tendências individuais e liberais das produções feministas e propunham novas alternativas de se fazer teoria feminista” (AZERÊDO, 1994, p. 206).

Sandra Azerêdo também indica algumas obras publicadas no Brasil no mesmo período, em 1981, cita o primeiro volume da *Coleção Perspectivas Antropológicas da Mulher; Antropologia e Feminismo*; e o artigo de Tania Salem: *Mulheres Faveladas: com a Venda nos Olhos*; e o livro do Grupo Ceres (Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, Leila Barsted, Mariska Ribeiro e Sandra Azerêdo Boschi), *Espelho de Vênus: Identidade Sexual e Social da Mulher* (AZERÊDO, 1994, p. 206). Essas publicações foram importantes no Brasil, trouxeram novos debates, incluindo ao gênero a discussão de classe, por exemplo, no trabalho de Tania Salem. No entanto, a autora observa que a categoria raça não aparece em nenhuma dessas publicações como uma variável importante na determinação das relações de gênero, mesmo quando se considera a relação entre patroas e empregadas, ocorrências no trabalho de Salem e da própria autora em *Espelho de Vênus* (AZERÊDO, 1994, p. 206). A própria autora se coloca no grupo de autores/as que em nenhum momento consideram raça como uma categoria importante, a questão simplesmente não é percebida dada à invisibilidade da temática e das mulheres negras no Brasil. A autora, em 1987, passa a estudar as relações de gênero e a considerar a importância das relações raciais nesta discussão.

Sandra Azerêdo conclui o artigo chamando a atenção para o fato de que a discussão do feminismo negro nos Estados Unidos não serviu de inspiração para os núcleos de estudos nas universidades brasileiras:

É extremamente parcial: em nenhum momento as críticas ao racismo que estavam sendo feitas nos Estados Unidos ao feminismo ocidental desde pelo menos 1981 nos serviram de inspiração. Isto fica claro no desconhecimento entre nós das produções de mulheres de cor nos Estados Unidos – não existem traduções entre nós destas produções. Mas a parcialidade da inspiração aparece, sobretudo, na ausência desta discussão entre nós mesmas (AZERÊDO, 1994, p. 216).

A autora também questiona as dificuldades que os núcleos de estudos sobre gênero têm no Brasil para se constituírem na universidade. Ela acredita que esta resistência tem a ver com uma tradição acadêmica patrilinear que impede a entrada de outros grupos, inclusive das mulheres.

Para a autora, as diferentes formas de teorizar sobre gênero nos Estados Unidos e no Brasil se relacionam com as formas diferentes como se dão as relações raciais e de classe nos dois países. É preciso, no Brasil, dialogar com outras formas de pensar as relações de gênero e o feminismo, e compreender que tanto a raça quanto o gênero se constituem em relações de poder e por isso determinam tanto as vidas das mulheres e homens brancos como a de mulheres e homens negros, “qualquer sistema de diferenciação modela tanto os que se beneficiam dele quanto aqueles a quem ele oprime” (AZERÊDO, 1994, p. 204).

Neste trabalho percebemos o quanto a temática racial se insere de forma tímida, inclusive no contexto do movimento de mulheres na periferia. Embora este seja formado por maioria de mulheres negras, elas também são influenciadas pela sociedade brasileira que mascara o racismo. No segundo capítulo deste trabalho, quando falamos da emergência de vozes das mulheres na periferia da Zona Leste, isto entre os anos de 1980 e 1990, elas não falavam de raça. Apesar de se autodeclararem negras, em sua maioria, o debate racial ainda não era priorizado. As discussões percorriam o debate de direito (direitos básicos: saúde, moradia, educação, etc) e o de cidadania. No capítulo três esta percepção é ampliada para o debate dos direitos humanos para as mulheres e o fim da violência contra a mulher, isto na década de 2000, quando se institui a Lei Maria da Penha. Apenas no terceiro capítulo, o movimento de mulheres na periferia irá intensificar o debate sobre o racismo.

O Centro de Defesa Casa Anastácia, localizado na Cidade Tiradentes, extremo da Zona Leste foi inaugurado em 2011, e tem como principal bandeira a luta contra o racismo e o sexismo. As mulheres que frequentam a Casa Anastácia vão compreender as opressões vivenciadas com relação ao gênero, à classe social e também à raça. Elas ainda são vozes solitárias dentro do feminismo, o que é percebido quando as feministas se unem nos atos e

passeatas, na elaboração dos manifestos. A Casa Anastácia é a única a incluir o racismo nas pautas e a relacioná-lo com o gênero.

O feminismo negro fala das mulheres silenciadas pelo feminismo hegemônico, colocando raça em evidência e articulando com o gênero. Obriga o feminismo hegemônico a incluir raça, mas esta ainda está longe de ser considerada uma categoria epistêmica. Fabiana Pitanga da Silva (gerente da Casa Anastácia), feminista e moradora da Cidade Tiradentes, aponta nos seus relatos a necessidade de o feminismo incluir/perceber as opressões que sofrem as trabalhadoras domésticas, as mulheres encarceradas, as moradoras das favelas, em geral, mulheres negras que o feminismo ignora. Cláudia Cardoso teórica feminista brasileira observa:

A arrogância ocidental que não vê o olhar de mulheres negras brasileiras, indígenas etc, este feminismo sem o antirracismo em um país racista, sem discutir os locais de privilégios. Apenas quando as mulheres negras e igualmente as indígenas forem iguais às mulheres brancas, estiverem na mesma posição, teremos uma sociedade democrática, já que elas estão na base da sociedade brasileira. A discussão de gênero precisa considerar o racismo no Brasil (informação verbal)²⁰.

Portanto, o feminismo negro é para esta pesquisa a principal fonte e lente através da qual analisamos e construímos nossos saberes. Trouxemos conhecimentos que apontam a diversidade da teoria feminista a partir de saberes localizados e também da crítica ao feminismo hegemônico. As divergências dos posicionamentos tornam o debate feminista atualizado e em constante movimento. O importante é que as autoras apostam na construção de um pensamento próprio confirmado por experiências concretas das mulheres negras, pobres, indígenas, lésbicas e do “terceiro mundo”.

²⁰ Informação fornecida por Cláudia Pons Cardoso no Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos ocorrido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, entre os dias 16 e 20 de setembro de 2013. O relato foi apresentado por Cláudia Pons Cardoso, docente na Universidade do Estado da Bahia, na mesa: Feminismos e os Desafios Atuais do Pós-colonial.

1.5 Trilhando Um Caminho

A investigação local exige muita estratégia e invenção,
e que, se quiser ser ciência, tem de ser arte.

Edgar Morin, Paris, 1982²¹.

1.5.1 Do Lugar de Onde Se Fala

Como bem sabemos as “periferias²²” paulistanas, em especial aquelas no extremo da Zona Leste do Município de São Paulo, são historicamente marcadas por um processo de produção desigual do espaço urbano. Na Zona Leste pode-se notar que o tamanho da desigualdade denuncia a segregação das mulheres pobres e negras, que se tornam as maiores vítimas da falta de moradia, das várias faces da violência, do desrespeito de valores e de direitos. Assim, a situação de desigualdade promove e fertiliza. Em reação contrária a luta de outras tantas mulheres, emerge em um processo complexo de luta por uma equidade difícil.

Neste contexto, as experiências e práticas de mulheres moradoras da região e profissionais de dois Centros de Convivência e Defesa da Mulher, revelaram-se um recorte privilegiado para análise do feminismo com base nas organizações de mulheres na periferia da Zona Leste de São Paulo. Para compreender como as mulheres feministas e também institucionalizadas pensam a situação das mulheres nos mais variados aspectos sociais, e como este pensamento influencia suas ações profissionais e suas utopias de erradicar a degradação de tantas mulheres que residem nos arredores periféricos da Zona Leste, seguimos os passos do método etnográfico, o que permitiu a inserção no campo e o registro das manifestações que consideramos importantes para entender a realidade, tanto a explícita como a implícita das profissionais que ouvimos e, da realidade social das mulheres que elas se dedicam a atender. Por meio do método etnográfico foi possível compreender como estas profissionais conceituam a luta das mulheres pela equidade tão sonhada por elas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa.

Outra vantagem dessa metodologia é que ela possibilita a combinação de diferentes técnicas com as pesquisadas. Por meio dessa estratégia obtivemos as informações que compõem a pesquisa que segue. Destacamos dentre as estratégias adotadas: a observação

²¹ MORIN, Edgar. Sociologia. Portugal: Publicações Europa, América. LDA, 1984, p. 127.

²² O termo está entre aspas para referir que há diferenças entre as periferias na Cidade de São Paulo.

participante nos dois Centros de Defesa e Convivência da Mulher; as entrevistas; a análise de documentos, tais como, revistas, panfletos, atas, entre outros.

Na primeira parte metodológica utilizamos de pesquisa documental, intercalada de entrevistas das mulheres da Associação de Mulheres da Zona Leste (AMZOL) coletadas em revistas de época, atas de reuniões, textos de projetos escritos pelas mulheres, pesquisas realizadas na época, observações e entrevistas de estudos anteriores. Retomamos entrevistas realizadas em 2008 para um estudo na PUC/SP com mulheres oriundas dos Clubes de Mães e que fundaram a AMZOL.

Foi um trabalho cujos objetivos eram lembrar as primeiras ações das mulheres na região. Encontrá-las foi o mais difícil, pois endereços e telefones já não eram os mesmos. Foi necessário entrar em contato com algumas lideranças que ajudaram a combinar os encontros. Porém, não houve problemas para realizar as entrevistas, inclusive com permissão para citá-las com seus nomes. Isto porque, segundo suas próprias palavras, essas mulheres sabiam que tiveram participação importante na construção histórica das lutas da região, comuns a outras mulheres negras e pobres. Contudo, elas também estavam cientes que essas histórias nunca haviam sido registradas, ou seja, não haviam sido contadas.

Por isso, elas se sentiam ansiosas e na responsabilidade de contar sem esconder suas identidades, com o intento de contrariar os silêncios impostos a essa camada da população. Tivemos acesso a documentos cedidos pelas próprias entrevistadas, a arquivos da Associação e a materiais cedidos por membros da família das mulheres atuantes nos primeiros movimentos do bairro.

No segundo momento da metodologia foi realizado um estudo orientado pela observação participante, o qual segundo a definição de James Clifford (2008, p.20) é o “meio de produzir conhecimento por intenso envolvimento intersubjetivo”. Assim, estivemos presente nas reuniões das profissionais (de planejamento, avaliação, e de supervisão) e participamos dos eventos com as usuárias (passeios, Chá Lilás, Cine Anastácia, reflexões e passeatas). Utilizamos esta inserção nos Centros de Defesa e entrevistas com mulheres que fundaram os Centros de Defesa e outras mulheres também importantes para a existência do mesmo. As entrevistas foram abertas com o propósito de compreender em que momento da trajetória dessas mulheres elas foram interpeladas pelo feminismo ou pela questão de gênero. Foi possível identificar em que momento estes aspectos tornaram-se importantes em suas vidas. São mulheres que indicaram experiências diferentes, com diferentes maneiras de atuar e perceber o mundo, a partir do convívio com elas. Todas têm em comum a vivência na periferia e a atuação no enfrentamento da violência contra a mulher.

Apresentamos a seguir as entrevistadas e as principais colaboradoras no trabalho de campo, fornecendo elementos importantes para situar o lugar de onde falam, isto é, os marcadores sociais que as posicionam na sociedade brasileira e indicam como vivenciam as experiências do racismo, do sexismo e de outras formas de dominação e hierarquização social. De modo geral, as colaboradoras possuem condições socioeconômicas semelhantes. A faixa etária varia de 28 a 67 anos. Todas são moradoras da periferia da Zona Leste, especificamente, nos bairros de Itaim Paulista, Guaianases e Cidade Tiradentes, com exceção de Marta Vale moradora do município vizinho, Suzano. Todas trabalham ou trabalharam em organizações de mulheres nestes locais.

Entrevistamos Cida Lima, que na época da entrevista, em 2008, tinha 57 anos, negra, funcionária pública, solteira, cursou até o Ensino Médio. Diz-nos que toda sua vida foi dedicada ao movimento social e por isso não se casou e nem teve filhos. Atua no movimento de mulheres, tendo participado dos Clubes de Mães e da fundação da AMZOL, da qual foi a quarta presidenta. Atualmente luta para manter o espaço cedido pelo movimento de moradia à AMZOL e promove cursos de geração de renda para as mulheres da região²³.

Emereciana de Jesus Custódio, na época da entrevista, em 2008, tinha 67 anos, também negra, cursou a escola até o Ensino Fundamental, e além dos trabalhos no movimento de mulheres é dona de casa. Casada, tem quatro filhos. Foi muito atuante nos Clubes de Mães e participou da fundação da AMZOL, sendo a terceira presidenta. Também foi muito atuante no movimento de moradia. Diz que o trabalho a marcou: “muitas mulheres passaram por aqui [sede da AMZOL], muita gente boa, muita mulher que levantou a cabeça, pessoas que passa pela gente e até hoje liga para gente, era maravilhoso o trabalho, viu” (informação verbal). Emereciana se desvinculou da associação por conflitos dentro da mesma, conta que sente muita falta do período de militância.

E por último, entre as mulheres ligadas à AMZOL e aos Clubes de Mães, aparece Maria Lúcia, na época da entrevista, em 2008, tinha 50 anos, negra, casada, com quatro filhos, cursou até o Ensino Médio depois que entrou na associação. Trabalha como diarista. Foi a segunda presidenta da AMZOL. Atualmente, também desligada da associação, atua como ministra em uma igreja católica. Diz:

²³ As primeiras entrevistas com as mulheres atuantes nos Clubes de Mães e na AMZOL foram realizadas em 2008 em virtude do trabalho de conclusão de curso: *Discriminação de Gênero e sua interface com o racismo: mulheres negras e a Associação de Mulheres da Zona Leste de São Paulo*.

Às vezes as pessoas falam lá vem a feminista, eu digo se lutar pelo seu ideal é ser feminista, então eu sou, mas não que eu precise levantar bandeira, é assim é o que ouvi aqui [sede da AMZOL] e foi plantado na gente e a gente vai levando quer queira quer não. (informação verbal)

Seguimos indicando as colaboradoras mais jovens, atuantes a partir dos últimos dez anos, momento em que o movimento de mulheres se institucionaliza e adota o título de organização feminista:

Renata Carvalho de 34 anos, casada, tem uma filha. Foi fundadora da Casa Viviane dos Santos. Formada em Serviço Social, atualmente é Assistente Social da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Participa do GERI e atua como assessora voluntária na Instituição de Guaianases – Associação de Voluntários Integrados do Brasil (AVIB). A partir do estágio que realizou durante sua graduação em um abrigo de mulheres e, de sua pesquisa de conclusão de curso, voltou-se para a temática de gênero.

Outra entrevistada foi Fabiana Pitanga da Silva, 31 anos, negra, feminista, Assistente Social. Nasceu na Casa Verde, Zona Norte, e reside em Cidade Tiradentes desde que se mudou quando tinha oito anos de idade. Fabiana tem uma filha de três anos. Faz parte do Núcleo Cultural Força Ativa, uma organização negra que atua na região e, é gerente da Casa Anastácia. A temática de gênero tornou-se importante em sua vida quando foi contratada para ser Assistente Social na Casa Viviane. Antes deste momento realizava apenas o debate racial e de classe no Núcleo Cultural Força Ativa.

Roseane Ribeiro Arévalo, 29 anos, nascida em Manaus – capital da Amazônia - é uma manauara feminista, lésbica e descendente de negros e indígenas. Trabalha na Casa Viviane há dois anos, na administração. Em Manaus, participou da Pastoral da Juventude do Meio Popular – setor progressista da igreja Católica – e conheceu o movimento: “Maria Sem Vergonha”, composto por mulheres que discutiam feminismo. Segundo seu relato foi pelo encanto que estas mulheres despertaram nela que se tornou ativista feminista participando de congressos pelo Brasil, até decidir morar em São Paulo.

Marilda Lemos, 58 anos, branca, Assistente Social, Doutora em Sociologia, trabalha como docente universitária no interior de São Paulo, onde reside. Sua atuação se estende à consultoria para enfrentamento da violência contra as mulheres em vários espaços no Brasil. Foi freira entre os 25 e 41 anos. Tornou-se feminista no curso de teologia quando um professor a instigou a estudar teologia feminista, segundo ela. Apesar dos preconceitos oriundos do senso comum, aceitou o desafio: “foi a chave de leitura pra estudar o resto do

curso na perspectiva feminista” (informação verbal). Marilda contribuiu para a fundação da Casa Viviane, e trabalha de forma voluntária como Supervisora da Equipe Técnica da Casa Viviane e Casa Anastácia.

Marta Vale da Silva, 40 anos, feminista, negra, Psicóloga e Psicanalista, reside em Suzano, cidade do Alto Tietê próximo a Mogi das Cruzes. Iniciou seu trabalho na Casa Viviane há três anos e meio por intermédio de uma amiga que exercia a função de Psicóloga. Após seis meses atuando como voluntária, o cargo ficou vago e foi então contratada pela Casa. Atuou como militante na luta antimanicomial, fez parte de um grupo de estudos sobre psicologia social que orientava trabalhos de conclusão de curso voltados para o estudo nessa área e integrou, por muitos anos, o grupo que trouxe para Mogi das Cruzes o núcleo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Seu primeiro contato com a temática de gênero e os papéis sociais atribuídos ao feminino, foi durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), porém, um conhecimento mais específico sobre a violência doméstica e suas consequências só foi possível através da prática e do contato com os movimentos feministas.

Keli de Oliveira Rodrigues, 34 anos, negra, tem se identificado com o feminismo negro. É formada em Ciências Sociais, atuou como coordenadora do Projeto Jovens Urbanos por quatro anos, além de lecionar sociologia no ensino médio da rede estadual de ensino por três anos. Com a saída da coordenadora Thatiane Coghi do Centro de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos em 2013, foi convidada por Renata Carvalho (uma das entrevistadas nesta pesquisa, fundadora do Centro de Defesa) para coordenar, desde então, este serviço. Participa do Grupo de Estudos por Relações Igualitárias do Instituto Paulista de Juventude e também faz parte de um grupo de multiplicadoras da organização feminista Católicas pelo Direito de Decidir. A temática de gênero adentrou sua vida mais profundamente durante o período da faculdade, “interferindo” na escolha do tema de trabalho da conclusão de curso.

Suzi Souza da Silva Lucena completou o grupo de colaboradoras. Com 30 anos, negra, filha de nordestinos, seu primeiro trabalho foi no MC Donald’s e depois no Burger King, no qual permaneceu durante seis anos. Percebendo a necessidade de voltar a estudar, decidiu fazer faculdade de Serviço Social, se formando em 2013 pela Universidade Camilo Castelo Branco. Nasceu na Vila Matilde, Zona Leste, e reside, atualmente, em Guaianases. Casada há seis anos, encontrava-se gestante de sete meses no período de realização desta pesquisa. A temática de gênero e os papéis sociais atribuídos às mulheres tornaram-se importantes na sua vida através das palestras e nos atos contra a Violência Doméstica, quando realizou estágio na

Casa Viviane dos Santos. Anteriormente a este estágio não tinha conhecimento sobre o assunto, pois na faculdade não houve inserção do tema. Gostou tanto, que seu TCC foi sobre Violência Doméstica. Hoje trabalha no Centro de Defesa e Convivência da Mulher Casa Anastácia como Assistente Social.

Considerando as experiências das mulheres citadas, esta pesquisa levou em conta muitas vozes, e considerou a singularidade de cada uma delas. Pela força de seus relatos e a generosidade em colaborar, as mulheres desta pesquisa possibilitaram a inserção da pesquisadora com as dinâmicas específicas deste grupo e de uma região.

Ao iniciar esta pesquisa muitas questões se colocaram, dentre as quais a problematização do lugar do pesquisador/a se apresentou como a mais significativa. Precisamos “pensar o fazer etnográfico quando o antropólogo escreve sobre e para a cultura da qual, ambos - pesquisador e pesquisado - fazem parte e, muitas vezes, esse último passando do papel de personagem para o de leitor tem acesso às representações que os pesquisadores/as fazem dele/a?” (SILVA; REIS; SILVA, 1996, p. 8). Nesta pesquisa o diálogo com as colaboradoras foi acentuado, permitindo trazer inserções, olhares e subjetividades múltiplas, porém, é impossível não creditar à pesquisadora a condução ou proposição desse emaranhado. O que propõe outras questões: “O que os grupos estudados têm a dizer sobre as imagens passadas pela etnografia?” (SILVA; REIS; SILVA, 1996, p. 8). Ou mesmo, como pensar as relações entre sujeito-objeto quando aqueles/as consagrados/as como objetos tradicionais da pesquisa antropológica: índios/as, negros/as, feministas, operários/as, ativistas de movimentos sociais urbanos, entre outros se tornaram, também, sujeitos da pesquisa e “adotando o ponto de vista de observador/a de sua própria cultura ou grupo?” (SILVA; REIS; SILVA, 1996, p. 8).

Estas questões nada mais propõem do que o rompimento com a dicotomia: “sujeito-objeto”, já bastante citada nesta pesquisa pelas feministas contra-hegemônicas que propõem novas epistemologias. Estas questões enriquecem e problematizam as análises antropológicas e ao mesmo tempo produzem tensões, pois:

Ameaça territórios historicamente demarcados dentro do campo das ciências sociais e humanas, traz elementos novos de análise e novas disputas nos espaços de poder acadêmico. É também colocada sob suspeita por aqueles que ainda acreditam na possibilidade de produção de uma ciência neutra e descolada dos sujeitos que a produzem (GOMES, 2010, p. 496).

O texto de Nilma Gomes (2010): *Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira* traz reflexões sobre a inserção de negras e negros no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento, “não mais como objetos de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento faz parte da história das lutas sociais em prol do direito à educação e ao conhecimento assim como da luta pela superação do racismo” (GOMES, 2010, p. 492). Segundo a autora, aos poucos, pesquisadores/as oriundos de diferentes grupos sociais e étnico-raciais, e/ou comprometidos com esses setores da população se inserem nas universidades, principalmente as públicas, e inauguram uma nova fase de produção do conhecimento articulado às suas vivências “nos (e com) os movimentos sociais”.

Para a autora, esses sujeitos produzem conhecimentos e localizam-se no campo científico, tendo como objetivo em suas pesquisas “dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências” (GOMES, 2010, p. 495). Este é o lugar “desde onde” pensamos para produzir a pesquisa, em sintonia com as colocações de Nilma Gomes, procuramos através desta pesquisa, dar visibilidade às subjetividades ausentes - como já apontamos -, dar visibilidade às subjetividades das mulheres negras e da periferia que apesar das desigualdades, silenciamentos e omissões em relação às suas vivências, sempre estiveram ativas nos movimentos sociais, nas organizações, construindo espaços de fortalecimento e de luta.

Este posicionamento, segundo a autora, quando expresso no interior das universidades pode denotar ativismo político, porém, a partir de uma concepção mais ampla e menos estereotipada de militância negra e/ou feminista, é possível entender “a atuação dos intelectuais negros que optam por produzir conhecimento sobre relações raciais no interior da universidade como uma forma de militância” (GOMES, 2010, p. 507). A perspectiva que inspira esta pesquisa, assumidamente uma práxis militante, pode ser mais bem entendida na síntese elaborada por Nilma Gomes:

Militância, entendida aqui como uma forma de produzir conhecimento na academia tão válida e tão científica quanto outras que já existem na universidade. Militância entendida também como produção de um conhecimento que não se esgota em si mesmo, mas propõe reflexões teóricas que induzem ações emancipatórias e de transformação da realidade. Uma realidade de grupos sociorraciais com histórico de discriminação e exclusão e cujos meios acadêmicos, em algum momento da sua história, contribuíram com pseudo-teorias raciais que ajudaram a alimentar essa situação (GOMES, 2010, p. 508).

O papel das feministas contra-hegemônicas e também dos/as intelectuais negros/as politicamente posicionados/as, trazido pela discussão de Nilma Gomes tem sido questionar a produção do conhecimento acadêmico e o lugar ocupado pelo “outro” ao produzir conhecimento não mais a partir de um olhar distanciado e neutro sobre o fenômeno do sexismo e das desigualdades raciais, mas uma análise e leitura crítica de alguém que o vivencia em sua trajetória pessoal e coletiva, inclusive, nos meios acadêmicos. Reafirmando, assim, um olhar marcado pela condição de classe, raça e gênero, além de questionar a visão de conhecimento científico desconectada da realidade social e política do país e das demandas colocadas pelos movimentos sociais (GOMES, 2010).

1.5.2 Tecendo o Percurso

Os estudos acadêmicos recentes têm revelado o envolvimento dos/as pesquisadores/as com seu objeto de pesquisa. Gilberto Velho (1999) no texto *Observando o familiar* discute as premissas tradicionais das Ciências Sociais de que é necessário existir uma distância entre sujeito e objeto que garanta objetividade em seu trabalho e da relatividade da mesma quando o pesquisador estuda o familiar. A ideia de que exista envolvimento entre o pesquisador/a e seu objeto de estudo não constitui um problema ou imperfeição. Sendo o/a pesquisador/a, aponta o autor, parte da sociedade estudada “coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder pôr-se no lugar do outro” (VELHO, 1999, p. 127). Acredita o autor, que devemos entender o estudo da sociedade enquanto “objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa”.

Até recentemente, segundo Geertz, os estudos antropológicos estavam alicerçados na premissa de que seus objetos de estudos e o seu público eram separáveis, como moralmente desvinculados, e também, de que o objeto de estudo deveria ser descrito, mas não convidado a se manifestar. Para ele essa premissa foi rompida, porém, o mundo ainda está bastante compartimentado, mas as passagens de um lugar a outro são mais numerosas e menos protegidas (GEERTZ, 2005). Nesta pesquisa, onde se estuda o familiar, essa separação outrora pressuposta nos estudos da antropologia clássica, foi contrariada. Aqueles/as que poderiam estar no lugar de objetos de pesquisa foram convidados/as a colaborar com a mesma, oferecendo a possibilidade de rever e enriquecer os resultados da pesquisa. A todo tempo confrontamo-nos com as opiniões daqueles que estudamos (VELHO, 1999). Para Edgar Morin, segundo o princípio de cientificidade moderna:

Toda observação deve incluir o observador e toda concepção deve incluir o conceptor. Há que distinguir, mas não dissociar, o observador/conceptor e o objeto observado/concebido; há que distinguir, mas não dissociar, o objeto e o sujeito. [...] Assim, acontece que as sondagens de opinião produzem por si mesmas modificações nos indivíduos sondados. Enfim, nas ciências sociais, o observador/conceptor é sujeito entre sujeitos (MORIN, 1998, p.14).

Segundo Morin, não há um ponto de vista privilegiado, como não há um observador universal. Todas as observações são sempre relativas. Para o autor “é sempre quando se pretende falar em nome do universal que mais fortemente se afirma a sua própria subjetividade limitada” (MORIN, 1998, p. 16).

Teresa Caldeira (2000) coloca: “Quando intelectuais estudam sua própria cidade, é como cidadãos que tendem a escrever sobre ela, não como observadores distantes” (p.20). Nesta pesquisa não há uma posição de exterioridade, como não há um “outro” fixo, identidades estáveis e pontos de vista comum. Há confluência de diversas experiências de mulheres na periferia.

Reiteramos as palavras de Alex Ratts (2007, p.19) ao escrever sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento: “mulher, negra, nordestina, migrante, professora, historiadora, poeta, ativista, pensadora”. Conforme resume o autor, ao buscar restabelecer essa voz silenciada pelo tempo e, sobretudo, pelos processos de invisibilidade da produção acadêmica, militante e demais saberes do pensamento negro: “O esforço é de reconhecimento. O estranhamento e o distanciamento, exigidos para se alcançar a suposta objetividade científica, comparecem como experiências controladoras”. Também, retomamos o texto de Abdias Nascimento (1978):

Não estou interessado no exercício de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada (NASCIMENTO, 1978, p. 41).

Alguns/mas antropólogos/as já vêm escrevendo sobre estas mudanças de paradigma, que colocam o/a pesquisador/a e colaboradores/as no mesmo patamar, no que diz respeito ao trabalho do etnógrafo. O processo de autocrítica pelo qual vem passando a Antropologia está

mudando as regras implícitas que regem a relação entre autor, objeto e leitor. As regras canônicas estão sendo questionadas e desconstruídas.

No sentido de contextualização histórica da crítica que tem provocado essa mudança de paradigma, Clifford (2008) assinala que a Antropologia legitimou sua autoridade no trabalho de campo através da seguinte fórmula: “Você está lá... porque eu estava lá” (p.18). Este formato fez a ponte entre dois mundos culturais revelando para um deles outra realidade que só o/a Antropólogo/a, este sujeito que experimentou e traduziu, conhece, porém, deixando intacta a sociedade de origem do/a autor/a (CALDEIRA, 1988).

Essa mudança de paradigma que promove uma horizontalidade entre pesquisadores/as e colaboradores/as encontra desafios, inclusive para antropólogos/as da sociedade americana que foram os primeiros a criticar o modelo que rigidamente separava sujeito e objeto. Segundo Caldeira, a crítica perpassava o modelo clássico etnográfico pelo qual os antropólogos têm mostrado em seus textos desde Malinowski até os anos 1980, nos quais o outro só existe pela voz do antropólogo que esteve lá, viu e reconstruiu a cultura nativa enquanto totalidade em seu texto. Este modelo ignora o questionamento da Antropologia contemporânea sobre sua inserção no campo, no texto e no contexto que se escreve (CALDEIRA, 1988).

A partir do modelo clássico de etnografia que se estabeleceu nos anos 1920, os grupos estudados pelo antropólogo²⁴ eram, geralmente, povos coloniais. Os escritos sobre os nativos eram destinados aos membros de sua própria sociedade – a metrópole – sem colocar em questão o caráter da relação de poder que se estabelecia entre essas duas sociedades. Caldeira (1988) aponta que esta perspectiva ignorou que o conhecimento antropológico produz-se, de um lado, em um processo de comunicação, marcado por relações de desigualdade e de poder, e, de outro, em relação a um campo de forças que define os tipos de enunciados que podem ser aceitos como verdadeiros. A crítica dos modos de representação colonial, segundo Clifford (2008), demonstrara que as imagens e representações são elaboradas a partir de relações históricas específicas de dominação e diálogo. Caldeira lembra:

O antropólogo não pesquisa mais membros de culturas isoladas ou semi-isoladas, mas cidadãos de nações do terceiro mundo que se relacionam por complexos caminhos culturais e políticos com a nação de onde vem o antropólogo. Ou então defronta membros de sua própria sociedade (CALDEIRA, 1988, p 135).

²⁴ Neste período histórico não cabe incluir também as mulheres como profissionais da área, pois esta profissão foi construída a partir do olhar masculino, branco e europeu, ou seja, da visão considerada hegemônica.

A legitimação do antropólogo profissional, conforme aponta Caldeira, conseguida por Malinowski, veio junto com a legitimação de um método para o conhecimento de outras culturas – a observação participante:

Acreditava-se que através da imersão no cotidiano de outra cultura o antropólogo pode chegar a compreendê-la. Para garantir a neutralidade e cientificidade de seu texto, o autor retirava-se do texto. Apesar de cada trabalho de campo ser muito específico tendeu-se a generalizações, o que era particular vira típico e apagam-se as relações interpessoais e generaliza-se o nativo. Essas exigências acabaram produzindo no texto uma visão deformada tanto das culturas, quanto da experiência do antropólogo junto a outras culturas (CALDEIRA, 1988, p.136).

Dessa forma, conclui Caldeira (1988),

O que era um diálogo vira um monólogo, o que era interação vira descrição, tudo se resume a voz única do etnógrafo. O que deveria ser processo de comunicação, troca e de negociação submete-se apenas a elaboração do etnógrafo. Mantendo a distância entre a cultura do pesquisador e de seu objeto. Atualmente, a intenção no que diz respeito a autora/o seria que ela/ele se diluísse no texto, diminuindo muito a sua presença dando espaço a outras/os que antes só apareciam através dele/dela. O objetivo é escrever etnografia visando o modelo de diálogo, ou melhor, a polifonia – composição a várias vozes. A proposta é representar muitas vozes e produzir muitas perspectivas no texto” (CALDEIRA, 1988, p. 141).

A/o antropóloga/o na pós-modernidade precisa, portanto, encontrar meios de representar uma diversidade de experiências próximas. Caldeira assinala que com isto, a concepção da/o leitora/o muda radicalmente, ela/ele não é mais aquele que se informa, mas deve ser participante ativo na construção do sentido do texto, que apenas sugere conexões de sentido. Assim o processo de entender a/o outra/o que faz parte da nossa própria cultura conduz a pensar criticamente sobre a nossa relação com ela/ele e sobre o seu lugar na nossa sociedade (CALDEIRA, 1988).

Apesar das mudanças no olhar etnográfico, a comunidade antropológica ainda é extremamente refratária a qualquer questionamento sobre o seu lugar clássico, criticado por Caldeira. Para José Carvalho (2001) o que se incorporou foi mais uma espécie de empatia com o nativo, os etnógrafos se colocando subjetivamente em sua pesquisa de campo, mas sempre aspirando preservar para si o lugar de autor/a seguro/a e incontestado, o que nos faz

pensar sobre a baixíssima presença em nossos cursos de pós-graduação, de negras/os, de índias/os ou de seus descendentes diretos e, em geral, de estudantes oriundos das classes menos favorecidas da nossa população.

Para Carvalho, a fuga do lugar hegemônico - posto como o olhar masculino, branco, europeu, construído nas colônias como o olhar universal – costuma ser mais complicada na periferia que na metrópole, pois se construiu com mais força a ilusão de um lugar puramente acadêmico. José Carvalho propõe uma nova agenda etnográfica que recupere explicitamente a crítica à nossa posição de periferia do Ocidente. Isso nos permite uma troca intelectual mais direta com os teóricos pós-coloniais do Primeiro Mundo, pois estes já incorporaram como um dos seus pontos de crítica, os textos etnográficos de suas regiões do mundo, por exemplo, o subcontinente indiano, África, mundo Árabe e etc. Os/as autores/as pós-coloniais como Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha entre outros/as, lançam o desafio de revisar nossa situação geopolítica dentro do campo de forças da produção intelectual contemporânea (CARVALHO, 2001).

Walter D. Mignolo (1998) assinala que o grande desafio por traz do olhar pós-colonial é lutar por um deslocamento do lócus de enunciação, do primeiro mundo para o terceiro mundo. “O desafio é de relocação, não se trata apenas de devolver o olhar, mas de mudar a origem do olhar” (MIGNOLO, 1998 apud CARVALHO, 2001, p. 119).

Importantes autores/as inspiram uma revisão do olhar etnográfico. Uma das autoras é Gayatri Spivak. Em suas discussões ela faz questão de manifestar o seu hibridismo identitário, como mulher e indiana. Seu projeto político se relaciona com a necessidade biográfica de desfazer o duplo lugar da fala subalterna que lhe foi imposto desde criança, como mulher numa nação colonizada. Observa que a discussão e o campo no qual se conduzia todo o debate sobre a subjetividade contemporânea, tanto pelo colonizador como pelo colonizado, estava centrado no ocidente.

A preocupação de Spivak é desafiar os discursos hegemônicos e também nossas próprias crenças como leitores e produtores de saber e conhecimento, pensando a teoria crítica como uma prática intervencionista, engajada e contestadora (SPIVAK, 2012). Discute a capacidade do subalterno de se representar, ou seja, quais as possibilidades do subalterno de se subjetivar autonomamente. Como subalterno, descreve-se as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. No caso do sujeito subalterno feminino fica-se ainda mais na obscuridade.

No sentido spivakiano o subalterno não tem espaço dialógico de interação, carece de lugar de enunciação. Em seu importante texto: *Pode o subalterno falar?* (2012) afirma que não, a condição de subalternidade é a condição do silêncio. Quando passa a ter um lugar de enunciação deixa de ser subalterno. Quando fala passa a não ser mais vítima, isto porque quando fala deixa de fazer parte de um grupo. Para falar precisa apagar sua diferença, por isso na academia a fala deve ser impessoal. A academia não permite falar sendo a/o outra/o. Você pode falar da/o outra/o mais sem ocupar este lugar.

Qual o meu lugar na academia como mulher, negra e moradora da periferia? Ele não existe? Ou apenas como objeto de estudo? Não tenho um lugar. Preciso sair dessa posição para estar lá. É o que muitos teóricos-pesquisadores vão fazer: se travestir de branco (FANON, 2008). É necessário conquistar um espaço de enunciação, assegurar um lugar de discurso, entendido como sendo o lugar privilegiado nessa luta por uma subjetivação equânime (CARVALHO, 2001).

O teórico pós-colonial Edward Said reivindica que os oprimidos do mundo não se calem e reclamem o seu direito de narrar suas experiências, suas insurreições, suas memórias, suas tradições e suas histórias (SAID, 1984). Para Homi Bhabha, o investimento é na luta pelo controle da narrativa histórica, isto é, as tentativas do dominador de silenciar a versão do subalterno e as estratégias desse para desmascarar a versão dominante que se pretende fixar como verdadeira. O resgate das narrativas situadas à margem ganha relevância (BHABHA, 1998).

Retomando José Carvalho (2001, p.138), quando falamos como o colonizador espera ouvir, nos desterritorializamos e passamos a participar de uma comunidade internacional que é fantasiada como sem fronteiras, mas que na realidade não reconhece nossa história. Assim, somos forçados cada vez mais a pensar nos interlocutores metropolitanos e como eles vão escutar o que estamos falando. Para Carvalho, torna-se difícil conservar os dois compromissos, ou seja, falar da metrópole – o que espera nossa academia periférica em busca de integração e legitimação – e ao mesmo tempo colocar a nossa voz subalterna. E, afirma: “Minha proposta complementar para nós, etnógrafos é de que ouçamos e tentemos inscrever as vozes ainda não inscritas no cânone”.

Compreendendo a estratégia de Carvalho de inscrever as obras (fragmentos) anônimas de nossas populações, este trabalho procura discutir outras trajetórias dos feminismos, aquelas das populações subalternas que foram excepcionais e, ainda existem atualmente tomadas de outras atuações de grande valia para estes grupos. Mas, o ato de contá-las ou inscrevê-las não deve ser entendido como um ato neutro ou puramente acadêmico.

2. PERCURSOS DO MOVIMENTO DE MULHERES: PERIFERIA EM CENA

*Estou na luta...
Sou guerreira, sou negra, sou pobre, sou velha
Sou viúva e quase analfabeta
Mas é fácil me encontrar na luta
No movimento popular [...].
Maria Miguel²⁵*

2.1 Contexto

Neste capítulo iremos contar o início da história, talvez, antes houvesse outras histórias, mas esta que vamos contar ainda pode ser ouvida da memória de mulheres idosas que circulam pelos caminhos da periferia da Zona Leste. Referimo-nos ao momento em que a Zona Leste recebia seus primeiros moradores, quando o êxodo rural se fazia forte, a partir da década de 1940 e muitas mãos nordestinas ávidas por trabalho migravam para São Paulo. O lugar que os acolhia estava longe das regiões mais urbanizadas, por isto com estrutura. Em outras palavras, o que sobrava eram as regiões onde não tinha nada.

Assim, fugindo dos aluguéis altos das regiões centrais, os trabalhadores, isso já na década de 1940, acomodam um tipo de moradia periférica ao redor do centro, distante o bastante por ser acessível ao orçamento familiar, mas não o suficiente para inviabilizar o trajeto até o trabalho. Esse processo vai se intensificando, obrigando os trabalhadores a procurarem alternativas de moradia barata e cada vez mais longe, habituando-se a percursos intrincados até o emprego (HOLSTON, 2013; SADER, 1988). São essas pessoas que irão conviver com problemas que acometiam a toda periferia na época, habitação precária, falta de infraestrutura urbana, transporte público ruim e, condições sanitárias péssimas.

O deslocamento da classe trabalhadora do centro de São Paulo para regiões distantes sem nenhuma infraestrutura foi resultado de políticas implementadas entre 1930 e 1980, que produziram um padrão contínuo de segregação periférica e de urbanização nas cidades brasileiras (HOLSTON, 2013; SILVA, 2006; TELLES, 1994; SADER, 1988). James Holston (2013) em seu livro: *“Cidadania Insurgente - Disjunções da democracia e da modernidade*

²⁵ Trecho do poema “O povo é poeta” de Maria Miguel, representante do movimento de moradia da comunidade São José, Itaim Paulista/São Paulo (anexo II).

no Brasil” observa os instrumentos empregados pelas elites para assegurar sua dominação política e econômica. Segundo o autor a rápida expansão de São Paulo na virada do século com fábricas, estradas de ferro e serviços industriais que surgiam sem nenhum planejamento logo transformaram a cidade em um espaço urbano caótico e degradado. Isto trouxe à tona a discussão sobre “administração científica” da sociedade, já bastante conhecida nas cidades europeias. As elites progressistas da cidade se reúnem então para pensar a organização da produção, do trabalho e da própria cidade. Assinala o autor, que neste momento os peritos em planejamento propuseram reconfigurar a cidade de acordo com um novo padrão de segregação. Esse modelo separava a classe trabalhadora que deveria ir para as regiões mais distantes das classes abastadas que permaneceriam num centro remodelado. Assim “livres dos pobres, o centro podia ser remodelado com prédios de apartamento para a classe média. Presumia-se que os ricos continuariam em suas mansões” (HOLSTON, 2013, p. 214).

Dessa forma, observa Holston (2013), várias forças - na primeira metade do século XX - trabalharam para afastar os pobres do centro moderno de São Paulo e transformar as periferias no único lugar possível para a maioria morar. Foram segregados não só por grandes distâncias, mas também por qualquer padrão de bem estar, permitindo-lhes apenas a casa própria autoconstruída. No período de 1940 a 1980 o padrão de distribuição de desigualdade no espaço permanece dicotômico e centrífugo (expulsando os novos migrantes para regiões cada vez mais distantes do centro e das regiões mais desenvolvidas). Holston aponta:

O centro é predominantemente rico, provido de todos os serviços e infraestrutura urbanos, construídos de modo legal, e socialmente branco; seus moradores convivem muito menos com o crime, têm melhores índices de saúde, mais educação e oportunidades culturais e se locomovem em táxis e automóveis. Em contraste, quando nos afastamos em direção às periferias, os bairros se tornam pobres, mais precários em termos de serviços de infraestrutura, expandidos de maneira ilegal, e socialmente menos brancos; seus moradores são mais jovens; convivem mais com o crime, têm saúde precária, baixo nível educacional e poucos recursos culturais; e passam horas por dia amontoados como gado em ônibus indo e voltando do trabalho (HOLSTON, 2013, p.244).

Essas diferenças e desigualdades do espaço identificadas entre periferia e centro não desapareceram, apenas modificaram seu padrão, e a segregação continua ajustando-se às situações sociais atuais (HOLSTON, 2013). Contudo, entre o período de 1960 e 1980, essas desigualdades chegam ao seu máximo e acabam por mobilizar a população da periferia a

discutir seus problemas e a promover espaços coletivos de participação construindo novas formas de pensar direitos dos cidadãos, e obrigando o Estado a responder às novas demandas oriundas das condições urbanas nas periferias.

Dessa maneira, as condições sociais vigentes na periferia produziram novos tipos de cidadãos num processo de auto-organização, reivindicando direitos e modificando as relações clientelistas de dependência anteriores. A classe trabalhadora assume o papel de agente coletivo, e constitui a insurgência de uma nova esfera de cidadania (HOLSTON, 2013; TELLES, 1994; SADER, 1988). Falamos da emergência de movimentos operários e populares durante a década de 1970, antes excluídos da esfera pública, oriundos de associações comunitárias que surgem para contestar a ordem social vigente. São diferentes grupos populares que aparecem na cena pública reivindicando direitos a partir de sua experiência cotidiana, ou seja, são reivindicações por condições melhores de sobrevivência, luta pela obtenção de bens e serviços que satisfaçam as necessidades de reprodução da classe trabalhadora (SADER, 1988). Os exemplos são inúmeros, desde movimentos grevistas à luta por creches, regularização de moradia, educação e muitos outros, constituindo novas identidades coletivas que valorizam as práticas sociais presentes no cotidiano popular.

As mulheres da Zona Leste, sujeitos desta pesquisa, foram embaladas por este momento histórico de grande movimentação popular e também por influência das CEB's. É importante destacar que não temos como foco neste trabalho tratar dos muitos movimentos populares da época, mas trazer alguns momentos de movimentos empreendidos pelas mulheres da Zona Leste de São Paulo. Também não pretendemos realizar uma reconstrução histórica desses movimentos, mas trazer experiências que irão se projetar nas relações futuras. Como segue na observação de Telles (1994, p. 220): “É preciso reativar seus significados para ver a experiência histórica neles inscrita e, por essa via, identificar as possíveis linhas de força que se projetam para o presente”.

É nessa atmosfera que uma nova história será escrita. Uma história de lutas subterrâneas, miúdas, cotidianas, que não constam nos documentos oficiais e nos livros. Uma história construída coletivamente. Seus protagonistas teceram os fios de uma luta invisível que, ao ser (re)construída, permite desmistificar certas ideias que consideram o movimento da história realizada somente a partir do Estado, dos detentores do poder, dos portadores das grandes ideias e da ação de grupos minoritários²⁶.

²⁶ Cadernos do CEDI. O Caminho da Escola – Luta Popular pela Escola Pública, São Paulo, v. 15, 1986.

Contaremos a história dos Clubes de Mães, baseada nos depoimentos de suas integrantes, que podem explicar como muitos movimentos importantes e conhecidos da Zona Leste começaram, tais como, o movimento pela educação e saúde, importante dentre as várias lutas que o povo travava para efetivar direitos, que embora reconhecidos por lei, lhes eram negados na prática. Mas essas lutas não visavam apenas a concretização de direitos já reconhecidos, muitas vezes elas ultrapassavam os limites permitidos pelo Estado e elites, conquistando outras esferas de legitimidade que mais tarde acabariam por ser reconhecidas oficialmente.

Os registros suscitados nesta pesquisa referem-se aos movimentos organizados por mulheres oriundas dos Clubes de Mães. Sabemos que no período de 1970 e 1980 estes coletivos protagonizaram movimentos sociais importantes, por exemplo: os movimentos de greve, de favelas, entre outros, mas que não serão citados neste trabalho²⁷.

Os depoimentos citados nesta pesquisa referentes ao período dos Clubes de Mães foram retirados da revista *Que história é essa? Clubes de Mães e grupos de mulheres de São Paulo*, publicada em 1985, como resultado de uma pesquisa-ação-participante, desenvolvida entre 1983-85, na qual se realizou um retrato dos Clubes de Mães e Grupos de Mulheres da Zona Leste de São Paulo. O trabalho realizado sob a coordenação de Moema Viezzer teve o objetivo de investigar a participação das mulheres nos movimentos sociais através dos Clubes de Mães do Município de São Paulo. A pesquisa também foi fonte para a dissertação de Viezzer apresentada em 1988 ao programa de pós-graduação da PUC-SP, e posteriormente, em 1989 para a publicação do livro: *O Problema não Está na Mulher*, de mesma autoria. Segundo a autora Viezzer:

A intenção da pesquisa-ação-participante realizada em 1983-85 com Clubes de Mães e Grupos de Mulheres da Zona Leste da capital de São Paulo foi a de captar a maneira como as mulheres que se envolveram nos movimentos sociais – através dos Clubes e Grupos – sentiam no seu cotidiano as contradições inerentes à sua condição de mulher da classe trabalhadora popular e como estavam trabalhando estas questões (VIEZZER, 1989).

Esse intuito também nos auxilia a pensar o feminismo a partir das experiências de mulheres da periferia da Zona Leste. Nestas, nos deparamos com os processos sociais e políticos que constituíram a luta da mulher na periferia e com o feminismo. Essa revista e

²⁷ Para saber sobre a efervescência popular da época, discutindo os diversos movimentos sociais, ver TELLES, 1994; SADER, 1988, entre outros.

outros materiais nos foram cedidos por Cida Lima, ex-presidenta da AMZOL. Na ocasião em que realizávamos a pesquisa sobre a Associação, tivemos a oportunidade de entrevistá-la e a outras mulheres que foram lideranças na Associação. Alguns trechos dessas entrevistas serão recuperados nesta pesquisa quando mencionarmos a AMZOL. Para elas que participaram da pesquisa-ação-participante, o material (demonstrado abaixo) sintetiza o que viveram a partir dos Clubes de Mães da Zona Leste:

Figura 1 – Publicação Que história é essa?



(Fonte: GEP-URPLAN/REDE MULHER, 1985a)

Figura 2 – Publicação Retrato dos Clubes de Mães da Zona Leste de São Paulo



(Fonte: GEP-URPLAN/REDE MULHER, 1985b)

Moema Viezzer desenvolve no exílio²⁹ a metodologia de pesquisa-educação, a qual coordenou na República Dominicana (1976-77) e no Haiti (1978-79). Retornando ao Brasil do exílio em 1980, a pesquisadora funda a Rede Mulher, entidade feminista de educação popular, com sede em São Paulo, através da qual realizou as publicações das fotos acima. Instigada pela quantidade e a diversidade de organizações e grupos de mulheres existente na capital paulista e motivada pelo trabalho que já realizara fora do país, Moema Viezzer realiza a

²⁸ Publicações: Que História é Essa? Clube de Mães e grupos de mulheres de São Paulo, n. 3, out. 1985. GEP-URPLAN/REDE MULHER; Caderno de Dados: Retrato dos Clubes de Mães e Grupos de Mulheres da Zona Leste de São Paulo. Edições Rede Mulher, 1985.

²⁹ Durante o regime militar foi grande o número de brasileiros/as que partiram para o exílio devido a perseguições políticas, principalmente após 1968 (PINTO, 2003).

pesquisa-ação-participante sobre os Clubes de Mães já citada. Ela alertava à época, para a ausência de estudos acadêmicos sobre esses grupos, para ela os Clubes se sobressaem como: “objeto privilegiado de estudo para a compreensão da situação da mulher dos setores populares urbanos e de suas atividades sociais e políticas e do potencial revolucionário que podem representar para a transformação da sociedade” (VIEZZER, 1989, p.10). Questionava-se na oportunidade sobre a falta de estudos sobre estes numerosos grupos e que participavam majoritariamente dos mais importantes movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Moema Viezzer chega à conclusão de que:

Os Clubes de Mães, que reúnem donas-de-casa dos bairros pobres da periferia, não têm motivado o interesse de cientistas sociais – uma vez que donas-de-casa não constituem uma classe social – nem o seu movimento atraiu a atenção adequada daquelas e daqueles que têm trabalhado a questão do movimento feminista (VIEZZER, 1989, p. 10).

É interessante observar que passados trinta anos, as críticas de Moema Viezzer ainda podem ser consideradas. Nesse período, quando se estudavam os movimentos sociais, especialmente os populares, as mulheres não apareciam como atrizes principais, como se tais organizações fossem assexuadas, como se essas distintas lideranças não representassem algo novo e significativo. No Brasil os estudos sobre as mulheres caminharam em trilhas separadas das de outros/as pesquisadores/as que se concentravam no tema dos movimentos sociais (GONH, 2010). As principais pesquisas registravam a existência da periferia e suas carências como um todo (CALDEIRA, 1984) e grande parte dos estudos das feministas da época, também não tratavam das condições de vida das mulheres na periferia³⁰.

Assim, pouco se tem registrado sobre a história dos Clubes de Mães, além de documentos, tais como, atas, panfletos, jornais, revistas, produzidos pelas próprias mulheres. Documentos que hoje encontramos nas estantes, nas gavetas das igrejas, das associações, das próprias mulheres ou com muita dificuldade dentro de restrito acervo de algum Centro de Documentação e Memória (Cedem), como é o caso do Cedem/Unesp, o qual não foi possível acessar até este momento.

³⁰ Uma exceção a ser considerada é o trabalho realizado por Eder Sader já citado neste trabalho: “Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80”, publicado em 1988, no qual dedica um capítulo aos Clubes de Mães da Zona Sul.

2.2 Os Clubes de Mães na Zona Leste

Sabemos que os movimentos de mulheres nas periferias, principalmente na década de 1970, foram organizados não para questionar a condição de opressão da mulher, mas para intervir no espaço público a partir da própria condição de dona de casa, esposa e mãe. Eram mulheres do setor popular urbano, conscientes da opressão e restrição de direitos que viviam. Eles são anteriores à década de 1970 e existiram paralelamente ao desenvolvimento do feminismo na sua nova fase no Brasil³¹ (PINTO, 2003).

Em 1985, só no município de São Paulo, existiam aproximadamente mais de mil Clubes de Mães ou grupos de mulheres reunidos em comitês, núcleos, departamentos ou associações de mulheres em sindicatos e partidos políticos, e outros tipos de organizações autônomas de mulheres. Somente na Zona Leste existiam 94 Clubes que agregavam duas mil mulheres. Estes Clubes distribuíam-se da seguinte forma: 29 no Itaim Paulista, 18 em Ermelino Matarazzo, 12 em São Miguel Paulista, 10 em Artur Alvim, 7 em Guaianases, 7 em Cangaíba, 6 na Ponte Rasa, 4 em Itaquera e 1 na Vila Esperança³². Sua importância não está apenas no valor numérico, mas no potencial que representaram para o movimento de mulheres (VIEZZER, 1989).

O primeiro Clube data de 1956, porém, na Zona Leste a maioria foi formada a partir de 1975³³. Esses grupos se reuniam a cada mês, a cada quinze dias ou mesmo semanalmente para tratar de assuntos de interesse das mulheres, das comunidades, do bairro ou do país. Em São Paulo, durante muitos anos, os Clubes de Mães foram o único espaço em que as mulheres puderam se reunir, principalmente devido à repressão da ditadura militar, como conta uma integrante: “Os clubes de mães foram como a mãe de muitos movimentos de bairro” (informação verbal). As mulheres constituíram a maioria daqueles que iam às reuniões e assembleias na luta por melhorias nos bairros. São as mulheres do setor popular urbano, identificadas como agentes sociais relevantes na luta pela mudança e pelas transformações, cujo entusiasmo irá originar muitas instituições populares (GONH, 2010; VIEZZER, 1989).

Os Clubes de Mães, enquanto organizações de mulheres, não são novidades brasileiras. Há informações sobre esses grupos nos bairros e departamentos do Chile nas décadas de 1960 e 1970. Temos notícias de Clubes de Mulheres surgidos desde 1868: clubes

³¹ 1970 é considerado como o período de ressurgimento da questão feminista no Brasil, ver PINTO, 2003; SARTI, 2004; e outras/os.

³² Caderno de Dados: Retrato dos Clubes de Mães e Grupos de Mulheres da Zona Leste de São Paulo. Edições Rede Mulher, 1985.

³³ Idem.

de mulheres brancas formados nos Estados Unidos logo após o pós-guerra, quando as mulheres foram excluídas do Clube de Imprensa de New York, fato que resultou na organização dos Clubes. Apenas em dois anos esses clubes se multiplicaram em 190 filiais e mais de 20.000 membros. Segundo Angela Davis (2013), os Clubes reconheciam a necessidade da classe média, de mulheres de meia idade por atividades de lazer fora de casa, mas relacionadas com sua esfera tradicional, eram mulheres que a vida não preenchia com os afazeres domésticos e religiosos, encontravam nos Clubes a solução para os seus problemas pessoais. É importante citar que contrariamente aos Clubes de mulheres brancas, os Clubes de Mulheres negras nos EUA surgem sob outras motivações. Angela Davis aponta que as mulheres negras, do Norte e do Sul, trabalhavam principalmente fora das suas casas e dificilmente poderiam ser confrontadas com o vazio doméstico que era uma praga para as suas companheiras brancas da classe média. Foi em resposta à incontrolada onda de linchamentos de negros/as e de indiscriminados abusos sexuais que o primeiro Clube de Mulheres negras foi organizado. O que fez as mulheres negras, apesar do pouco tempo e trabalho árduo, se unirem nos EUA foi a necessidade de desafiar o racismo, foi o comprometimento com a luta de libertação dos negros (DAVIS, 2013).

No Brasil, também houve Clubes de Mulheres ricas que buscavam ocupar o seu tempo ocioso. No entanto, os Clubes de Mulheres ou de Mães nas periferias, igualmente aos Clubes de Mulheres negras dos EUA, surgiram em sua maioria, não para ocupar um tempo ocioso - o qual não existia -, surgiram e multiplicaram-se como resposta às demandas sociais. Como luta por melhorias das condições de sobrevivência e como forma de educar mais mulheres sobre seus direitos.

Há indicativos de os Clubes em São Paulo terem surgido por iniciativa de senhoras de classe média no município de Taboão da Serra, quando estas foram morar no local e estavam preocupadas em capacitar mão-de-obra para afazeres da casa, adaptados à nova realidade dos eletrodomésticos a partir de 1960³⁴. Segundo depoimentos de mulheres das regiões próximas na Zona Sul, elas se reuniam na igreja junto com as mulheres que vinham do Lions Clube³⁵ para dar aula de bordado, higiene, educação etc. Essas mulheres de classe média traziam lanches, tecidos, lãs, e o que fosse preciso, inclusive pessoas para cuidar das crianças. Uma depoente assinala qual era o sentimento diante desses grupos:

³⁴ AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy. O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região Sul (SP). Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/viewFile/1647/1400>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

³⁵ Lions Clubs International, clube de serviços humanitários.

Naquele tempo nós não tínhamos muita consciência. A gente estava recebendo só aquilo que outras mulheres vinham dar. O ensinamento que a gente tirava era que as pessoas que tinham dinheiro vinham fazer um favor para os “coitados” que não tinham. Aquilo para nós era um favor [...] Um dia o padre sem conversar com a gente chegou à reunião e falou: “Daqui para frente as senhoras não precisam mais voltar porque as mulheres aqui da vila mesmo têm capacidade de fazer o trabalho. (informação verbal)

Segundo a depoente, o padre estava se referindo às senhoras que chegam às periferias para fazer caridade. Para ele, as próprias moradoras poderiam se organizar sozinhas. Foi necessário que alguém que exercesse alguma posição de poder falasse isso para elas, pois na ocasião não se consideravam capacitadas. Essas mulheres se viam absorvidas por um processo de autodepreciação que ainda nos dias atuais tem forte influência, visto que todo o tempo algumas mulheres são invisíveis dentro deste perverso processo de silenciamentos, por serem pobres, analfabetas, nordestinas, periféricas, negras. A questão mais pertinente seria como descobrir que se pode falar; que se tem voz e o que dizer, quando, conforme os questionamentos de Gloria Anzaldúa (2000, p. 230): “Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para nós?”. Não é para nós escrever, não é para nós falar e também liderar movimentos, por isso muitos grupos iniciam a partir da iniciativa de outros, por exemplo, padres e freiras estrangeiros que vinham para o Brasil realizar seu trabalho missionário. Segundo essa mesma depoente, depois do “puxão de orelha” do padre, elas passaram a se organizar: “Daí pra frente, a gente passou a se juntar na casa de uma de nós. Nesses encontros a gente fazia trabalhos manuais e discutia os problemas da família, do bairro, o que achava que devia discutir no momento” (informação verbal).

Os clubes tiveram diferentes motivações para serem formados, mas é importante falar as motivações dos primeiros para entender como essa história começou. Um grupo passou a motivar a criação de outros grupos. Numa época de grande repressão em razão do regime militar, o objetivo era que mais pessoas estivessem organizadas ao redor de pequenas lutas. Segundo outra depoente:

Imagina a gente ter que fazer uma luta por coleta de lixo ou para reivindicar escola, e ainda por cima ser reprimida... Então, o objetivo era esse mesmo: ir reorganizando o povo, pouco a pouco. Porque tudo tinha sido destruído: os sindicatos tinham sido fechados, algumas sociedades amigos de bairro combativas tinham sido cassadas, os líderes eram perseguidos... e o povo com aquele medo. Não era fácil! (informação verbal)

Na Zona Leste, diferentemente da Zona Sul, foram poucos os Clubes organizados por iniciativa das próprias mulheres. A maioria nasceu como grupo de reflexão sobre o evangelho formado por iniciativas de padres, freiras e agentes pastorais encarregados de dinamizar as CEB's. Estas surgem como forma de propagar as ideias da Teologia da Libertação na América latina. Essa teoria consolida-se na década de 1970 como uma nova maneira de produzir teologia na América latina, momento em que parte dos bispos e sacerdotes se aproximam dos trabalhadores urbanos e rurais em um programa de assistência e de conscientização, buscando criar uma teologia a partir da realidade em que estavam inseridos e negando a teologia eurocêntrica (SANTOS; GOULART; FABER, 2009). Leonardo Boff (2008 apud SANTOS; GOULART; FABER, 2009, p. 13) explica esse momento como sendo: “Os anos de 1960-1970 se caracterizam pela mobilização popular e pela emergência de uma poderosa vontade social. Não bastavam as reformas. Queria-se uma libertação das opressões históricas que as grandes maiorias secularmente sofreram”.

Dessa forma, as comunidades de base no Brasil tinham o objetivo de transformar a realidade de determinadas pessoas e suas respectivas comunidades. E, os meios de realização desse objetivo eram as organizações de mães, os grupos de estudos bíblicos e outras organizações de cunho pastoral (CALDART, 2000 apud SANTOS; GOULART; FABER, 2009). Através das CEB's tornou-se possível a experiência de uma “igreja dos pobres”. Certamente, essas comunidades de base que se espalharam chegando a 90 mil em todo o Brasil³⁶ ajudaram a construir as condições de possibilidade da movimentação social que estaria por vir nas periferias. E também as organizações femininas nas periferias nascem e ganham força como parte dessa linha de trabalho pastoral.

Porém, apesar da Teologia da Libertação existir embasada na realidade do pobre e as reformas realizadas na Igreja, ela manteve seu caráter cristocêntrico, ou seja, não reformulou as doutrinas relacionadas com o código moral que oprime a mulher em todos os países católicos. Manteve sua visão em relação à maternidade, sexualidade e moralidade, conduzindo a direção política da “conscientização” das mulheres das camadas populares para a permanência nos papéis familiares tradicionais. Isso colocou o feminismo e a igreja em constante enfrentamento na busca de hegemonia nos grupos populares (SARTI, 1988 e VIEZZER, 1989). A influência da igreja na luta do movimento de mulheres no Brasil impediu que aqui houvesse uma grande mobilização das feministas acerca do tema do aborto, a qual

³⁶ Não há estatísticas disponíveis devido à dispersão e isolamento, e também à precariedade da documentação sobre o período (VIEZZER, 1989; HOLSTON, 2013). Esse dado foi fornecido pela Cúria Metropolitana de São Paulo (1989 apud VIEZZER, 1989).

possibilitou a legalização do mesmo em países da Europa. Esses embates produziram o rompimento de muitos grupos com a igreja e a criação de grupos autônomos.

Mas é inegável a influência das CEB's na formação e no desenvolvimento da luta das mulheres na periferia. Vera Telles (1994, p. 242) observa: “Há poucas dúvidas de que serão essas matrizes, vindas da Igreja que determinaram a formulação dos valores e referências que orientavam práticas e conferiam sentido aos acontecimentos para aqueles que vivenciaram”. Para Vera Telles a Igreja além de oferecer os espaços e instrumentos para a articulação popular (e que às vezes as impedia de usar, se questionassem as doutrinas da Igreja), também tinha como lideranças comunitárias muitas das lideranças dos movimentos populares e suas atividades constituíam locais privilegiados onde acontecia a interpretação e elaboração dos acontecimentos (TELLES, 1994). Dessa forma, a maioria das mulheres moradoras da periferia que dialogamos para esta pesquisa, as de ontem e as de hoje, foram influenciadas por ideias da Teologia da Libertação. Apesar do seu desaparecimento, percebemos o legado deixado na periferia, como por exemplo, algumas ONGs fundadas nesse período com o auxílio das igrejas. Algumas dessas ONGs ainda estão ligadas à igreja, porém desenvolvem uma ideologia mercadológica, e outras romperam com a igreja após o desaparecimento dos teólogos da libertação³⁷.

Outros Clubes de Mães, em sua minoria, também surgiram por iniciativa de instituições como: Legião Brasileira de Assistência (LBA), Sociedade Amigos de Bairro (SABS) e partidos políticos. Outros ainda surgiram estimulados por movimentos reivindicatórios, como por exemplo, os movimentos do custo de vida, saúde, creches, lixo, etc., que por sua vez surgem por demanda dos primeiros clubes. Finalmente, um grupo mais reduzido nasceu independente de instituições e movimentos. A história dos Clubes de Mães está relacionada com a resistência dos setores populares em São Paulo, que se desenvolveu mais intensamente sob a repressão militar durante os anos 1970. Assim, os Clubes de Mães nascem com objetivos diferentes, alguns mais voltados para trabalhos manuais, outros para refletir o evangelho, e para assistir as pessoas mais necessitadas. Finalmente, alguns se voltaram para as lutas nos bairros. Com o decorrer do tempo, em sua maioria, foram modificando e ampliando os objetivos.

³⁷ A AVIB, entidade localizada em Guaianses, com a qual os Centros de Defesa: Viviane dos Santos e Casa Anastácia, investigados nos próximos capítulos desta pesquisa, estão ligados, também viveu esse processo. Essa entidade surge por incentivo de padres ligados à Teologia da Libertação. Após o afastamento desses padres da região, a entidade rompe com a igreja e se torna autônoma.

Seguem abaixo as impressões de uma das mulheres da Zona Leste sobre os clubes e as primeiras motivações:

No Jardim Robru, os clubes se organizaram depois das primeiras lutas por água, linha de ônibus. Essas duas necessidades marcaram muito e fortaleceram o encontro das mulheres, porque não existia nada no bairro. No nosso caso, foi a partir das primeiras lutas que nasceram os clubes de mães. Uma luta importante e que serviu para dar impulso na organização dos clubes de mães foi a luta contra o lixo. Porque naquele tempo a gente não tinha coleta de lixo, o caminhão não passava e tinha muito terreno baldio. Era uma desorganização total. Aí nós começamos a trabalhar em cima desse problema do lixo. Primeiro reivindicamos o caminhão. Conseguimos: ele começou a passar. Depois reivindicamos que ele passasse certinho – porque ele só passava nas ruas que lhe convinha. (informação verbal)

Ela acrescenta o que acreditava ser o objetivo do grupo:

A função principal do clube de mães aqui é lutar por uma conscientização para organizar as mulheres. Acho que você pode distribuir enxovalzinho, mas tem que dizer a mulher que se ela está recebendo enxovalzinho, é porque o marido está desempregado, que no nosso país existe muito desemprego e a gente tem que lutar contra isso. Tem que assegurar o direito que a mulher tem de trabalhar, ter uma creche de retaguarda para que ela fique sossegada no emprego. Dói muito quando a gente tem que distribuir enxovalzinho, porque nós sabemos que aquela mulher que está pedindo não está segura dentro da casa dela. Então, eu não gosto muito dessa linha de trabalho paternalista nos clubes de mães. Eu acho que a luta é mais ampla. (informação verbal)

Muitas vezes, as mulheres iam para os clubes por alguma necessidade, por gostarem de bordar, fazer crochê ou por se sentirem impelidas por algum agente da igreja, mas nos encontros iam percebendo que havia algo além do trabalho manual ou da reflexão sobre a bíblia. Seguem depoimentos de algumas mulheres:

Não existe bem um por quê. Foi um momento. Me explicaram que estava havendo um grupo de mulheres no bairro, eu vim e achei interessante. Eu queria sair um pouco da rotina de casa e não queria trabalho manual pra não virar uma rotina igual. Acho que continuei no clube de mães mais pelas lutas, pelas palestras. Se não fosse isso tinha desistido, sabe? (informação verbal)

O padre tinha a mania de apontar o dedo e perguntar: “você! O que faz durante a semana? Aquele: “você” caía sempre em cima de mim e minha consciência doía muito. Costurava muito pra fora e não tinha tempo pra nada. Quando soube de um clube fui, era a primeira vez que eu discutia o evangelho com pessoas comuns. Antes era sempre na igreja, onde só o padre falava. (informação verbal)

Eu não participava de nada. Dizia que queria paz. Mas não enxergava que essa paz era, na verdade, submissão, opressão. (informação verbal)

É, de repente a gente se descobre, dá um estalo assim e você sai para o mundo. Acho que esse estalo ainda chegou muito tarde em mim [...] antigamente a minha vida era chorar, ficava nervosa, irritada. Porque há um certo tempo na vida da gente que parece que a gente se anula. Fica muito naquela vida rotineira, é só criar filhos. (informação verbal)

Se o meu marido estava contente e os meus filhos também, então para mim estava tudo bom. Nunca perguntei: “o que eu quero?” Depois que comecei a participar percebi que muita coisa pode ser diferente, né? [...] É aí que a gente vê que perdeu tanto tempo na vida. (informação verbal)

Me sentia tão burra! Tudo que ele (marido) falava, eu acabava achando que estava certo. Depois que comecei a participar, ao invés de achar só qualidades, comecei a ver que ele também tinha defeitos e erros. Essa descoberta pra mim foi mais importante do que qualquer outra coisa. (informação verbal)

Trazer as mulheres da periferia para participar dos Clubes não era fácil, além do trabalho doméstico que as ocupava o dia inteiro, muitas precisavam levar serviços extras para casa para complementar a renda, ou mesmo pelo fato de o marido estar desempregado. Trabalhando de madrugada a madrugada, ficavam alheias ao que estava acontecendo no bairro. Apesar de tantas dificuldades, muitas participavam das reuniões e foi nos momentos de luta que os Clubes mais se multiplicaram.

Os Clubes de Mães em São Paulo eram coordenados, geralmente, pelas próprias mulheres que eram escolhidas periodicamente. Alguns não tinham coordenação fixa e outros eram coordenados por religiosos ou agentes externos. Segundo levantamento realizado pela Rede Mulher na Zona Leste, dos 94 Clubes de Mães pesquisados, mais da metade era coordenado pelas próprias mulheres. Os outros 19 eram coordenados por agentes externos ou com sua ajuda. Seguem alguns depoimentos exemplificadores de como os Clubes estavam estruturados: “Eu acho muito triste os grupos que não tem direitos de escolher a sua

coordenação. Ainda tem muitos lugares que os Clubes de Mães não são dirigidos por nós”. Segundo outra depoente: “No nosso grupo a gente não tem coordenação fixa. A gente escolhe todo mês dentro do grupo duas mulheres para coordenar. Assim, não tem uma mulher que vai ser coordenadora sempre e sim todo mundo vai crescendo junto” (informação verbal).

Os Clubes não eram organizados e estruturados todos da mesma maneira, havia aqueles que possuíam estatuto, eleição e outros que não possuíam estatuto, mas coordenação. Segundo uma depoente, o seu clube funcionava da seguinte forma:

No meu clube tem um estatuto que rege a diretoria, tudo bonitinho. E tem eleição a cada dois anos. É um trabalho diferente e não é ligado à igreja. Cada sócio paga uma mensalidade, mas é uma coisa simbólica, para manter a sua estrutura. Nós temos presidente, vice-presidente, tem estatuto do clube de mães e aquela coisa toda. Mas, se a gente quiser levar qualquer trabalho, não é presidente que vai decidir. Primeiro, vai discutir no grupo. Presidente e vice-presidente é só na papelada porque nós trabalhamos em grupo. (informação verbal)

Esse outro depoimento mostra que alguns Clubes tinham grande autonomia: “Nós não somos mais aquele grupo de mulheres que vamos pedir autorização a padre e freira. Quando nós tomamos uma decisão de fazer alguma coisa, já é uma coisa nossa” (informação verbal). Nos depoimentos, também notamos o desligamento com a igreja. Esta foi importante para a constituição de muitos Clubes até o momento em que as próprias mulheres passaram a questionar a relação da instituição com elas, bem como, com outras instituições, também exigindo mais autonomia de ação e responsabilidade na organização. Como uma mulher registrou: “Hoje a gente vê que o papel da mulher não é só ficar rezando, tem que sair fora. Isso eu acho importante”. Essa outra assinala:

Hoje a gente não discute mais religião dentro dos clubes de mães, porque a gente está fora da igreja. Depois, acho que os clubes de mães são para frequentar pessoas de todas as religiões. A gente convidava pessoas independentes de qualquer religião e refletia sobre toda essa problemática que está aí na vida de todo mundo: é custo de vida, a total exploração, a violência e todos os problemas que atingem a todos. O pessoal não se interessa muito se a pessoa é católica. A gente fica discutindo o dia a dia de cada um, a vida que está vivendo. É isso que interessa porque todos vivem uma vida só de opressão, de exploração e tudo mais. (informação verbal)

Segundo a ex-freira e teórica Maria José Nunes (1994), dentro das CEBs as mulheres tomam contato com dois discursos conflitantes: proposições doutrinárias católicas e ideias provenientes do feminismo. Nos Clubes, afirmavam sua autonomia individual em relação à igreja que pretendia definir o que era moralmente lícito. A mesma atitude de independência era reivindicada diante dos maridos. Nesse momento há a tomada de consciência pelas mulheres de sua situação de subordinação social e religiosa provocando um distanciamento em relação à doutrina eclesial e uma aproximação ao ideário feminista. Assumindo suas individualidades, elas reivindicavam espaços enquanto mulheres onde poderiam falar de mudanças radicais ou de rupturas nas relações desiguais entre os sexos. Elas afirmam a importância da igreja no processo de criação dos Clubes e também no processo de conscientização das mulheres sobre as questões do bairro.

Percebem-se, portanto, duas igrejas: uma conservadora e que aliena o povo e, outra que promove a mulher dentro dos movimentos e lhe ajuda na participação. Mas lembram de que, quando houve a abertura da igreja (Teologia da Libertação), foi a mulher que a igreja encontrou, os homens trabalhavam fora. Segundo uma participante, a igreja foi importante para que a mulher percebesse que tinha direito de participar, mas que dentro da igreja também havia limites, pois não participava das decisões: “De repente a gente percebe também que tem um grupo da Igreja que decide o que vai fazer nas comunidades. Muitos trabalhos foram jogados nas costas dos leigos, mas na hora das decisões ainda é lá em cima que se decide” (informação verbal). Essa outra narrativa aponta que são os leigos que fazem o trabalho pesado: “mas a gente percebe também que dentro da Igreja, muitas vezes, a gente está sendo escrava. De repente a gente foi assumindo mil coisas no movimento popular, na catequese, na liturgia e não sei que mais. E não sobra um tempinho pra gente” (informação verbal). Dessa maneira, foram percebendo que participar de associações não era tão difícil assim e que elas poderiam dar conta autonomamente sem estarem atreladas a outras instituições.

2.3 Os Clubes de Mães e os Movimentos Sociais

A partir dos Clubes de Mães as mulheres participaram de várias lutas nos bairros, desde reivindicações de serviços públicos, como água, esgoto, telefone, creche, posto de saúde, hospital, educação, limpeza pública etc., até reivindicações mais amplas, como, movimento do custo de vida, luta contra o desemprego, solidariedade e apoio aos trabalhadores, crianças, ao movimento negro, às famílias carentes, integravam a pauta.

Uma das lutas que tomou ampla proporção foi a do custo de vida³⁸, que surgiu por iniciativa dos Clubes de Mães da Zona Sul e se estendeu à Zona leste. Começou em 1972 quando foi enviada uma carta dos clubes de mães às autoridades, denunciando a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Foram produzidas várias cartas e a primeira delas foi publicada no jornal “O S. Paulo”, e lida na “Voz do Brasil” e na Rádio Nove de Julho, quando, então, esta foi fechada. Em 1975, as mulheres, através dos Clubes, fizeram uma pesquisa sobre o custo de vida em mais de 2000 casas. Nas palavras de uma integrante:

Essa pesquisa foi feita pelas mulheres do bairro. A gente se dividia geralmente por ruas. Então, fulana e cicrana se responsabilizavam por tal rua, outras por outra rua. E a gente coordenava os trabalhos. Sempre tinha as coordenadoras dos grupos de mães escolhidas por votação. (informação verbal)

Esta participante fala das dificuldades:

Nós estávamos numa situação difícil, mas não se ouvia falar nada dessas coisas. Logo em seguida foram feitas uma pesquisa e um abaixo assinado com cerca de 1800 assinaturas. O próximo passo foi barrado pela repressão. Um bocado de gente foi presa e não tivemos condição de levar em diante o nosso trabalho. (informação verbal)

A partir dessa pesquisa, o movimento cresceu e passou a desenvolver diferentes formas de luta, como abaixo-assinados, assembleias, reuniões de representantes de vários bairros. Nas palavras de outra integrante:

Os maridos levavam os abaixo-assinados para as fábricas e lá discutiam com os companheiros. Era uma coisa muito bonita! Você mexia com a consciência dos maridos, dos chefes e de todo mundo. Para refletir a gente organizava dias de estudo e convidava economistas e um monte de gente. E eles ficavam o dia inteiro fazendo reflexões com a gente; e o grupo foi se ampliando a nível de todo o Brasil. (informação verbal)

As exigências ao governo foram: congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, aumento do salário acima do custo de vida, abono salarial etc. O ponto marcante do movimento foi uma assembleia popular de 20 mil pessoas na Praça da Sé (em agosto de

³⁸ Para saber mais sobre o Movimento Custo de Vida, ver SADER, 1988.

1978), para entregar às autoridades um abaixo-assinado com um milhão e trezentas mil assinaturas. As autoridades não compareceram e houve intensa repressão policial. Em setembro deste mesmo ano, uma comissão foi à Brasília entregar o documento ao Presidente da República, mas não foi recebida. Em outubro, o movimento se descentralizou para outras regiões de São Paulo e Campinas, realizando assembleias que ficaram conhecidas como “assembleia das panelas vazias”.

Com o desenvolvimento do movimento ele se apropria de outras esferas, além dos Clubes de Mães. Mas em todas as suas etapas, as mulheres dos Clubes de Mães tiveram participação de destaque. Segundo a afirmação de uma integrante: “Muita gente criticava, achava que era um movimento errado. Mas foi um movimento nascido do povo. Não nasceu de nenhum movimento político, nasceu de um grupo de mulheres que viu a necessidade de alguma saída”. (informação verbal)

Outro movimento importante na Zona Leste nascido da iniciativa dos Clubes de Mães foi o Movimento de Educação da Zona Leste, organização popular que desde 1980 se mobilizava em torno do direito à educação. Sua estratégia básica era exigir do Estado o cumprimento da obrigação de realizar a manutenção do sistema de ensino. Mobilizando a população, elaborando suas reivindicações, denunciando e exigindo respostas das Secretarias da Educação, o Movimento conquistou mais escolas de Primeiro Grau para a região, a ampliação dos cursos de Segundo Grau e da rede de educação infantil, além de incluir na responsabilidade do Estado, através da abertura de cursos supletivos, a educação básica para adultos e jovens expulsos do sistema de ensino regular, além da necessidade de ter aulas no período noturno, ausente na região³⁹.

Esse movimento começa com as mães que se reuniam na capela do Monte Santo em Ermelino Matarazzo. Para além da reza, elas discutiam sobre a rua cheia de lama, o lixo que, quando não era queimado, ficava todo amontoado, bem como, a necessidade de telefone público. Como havia esses assuntos e muitos outros, as mães faziam um planejamento todo fim de ano, elencando os principais problemas que teriam que resolver aquele ano. Para o ano de 1980, as mães selecionaram o problema do asfalto que teria que vir de graça da prefeitura, já que uma empresa queria cobrar o serviço; o “orelhão” e a taxa da Associação de Pais e Mestres (APM).

A APM também foi objeto de questionamento. A APM era uma taxa cobrada nas escolas. Segundo a lei 12.983 que estabelecia o Estatuto Padrão das Associações de Pais e

³⁹ Cadernos do CEDI. O Caminho da Escola – Luta Popular pela Escola Pública, São Paulo, v. 15, 1986.

Mestres, essa taxa poderia existir, mas era voluntária. Nas escolas passaram a cobrar a taxa obrigatoriamente, e a consequência foi discriminação aos alunos que não podiam pagar. Então, essas mães resolveram visitar outras mães que conheciam, que viviam em vilas mais próximas. Segundo uma participante: “Começava colocando a questão da APM e a mulherada desatava a falar uma, mais do que a outra. Não era só a APM, atrás dela vinha um monte de problemas que estavam acontecendo nas escolas públicas do bairro”⁴⁰. As escolas cobravam ilegalmente a taxa da APM na hora da matrícula. Para impedir isso, o grupo de mães da comunidade de Monte Santo organizou sua primeira luta no setor de educação, a qual se estendeu para outros bairros da Zona leste.

O movimento cresceu em tamanho e importância agitando a região. Nos meses de outubro, novembro e dezembro daquele ano, ele saiu quase toda semana no jornal. As mães distribuíram panfletos, publicaram boletins com denúncias e lançaram um abaixo-assinado⁴¹. Foi marcada uma grande assembleia para o dia 7 de dezembro, quando foi entregue o abaixo-assinado aos secretários. Isso também gerou reações contrárias, principalmente das diretoras das escolas que não entendiam que as críticas não eram para elas. Assim informa uma participante: “A maioria das diretoras não se acostumavam a ver as mães tendo alguma coisa a dizer sobre a escola. As mães, elas chamavam de analfabetas, e as escolas, elas pensavam que eram delas”⁴².

Discutindo em suas comunidades, elas perceberam que o discurso do governo “de escola pública para todos não era verdade, os moradores da região é que sabiam o que lhes faltava”. Assim, elas e outros segmentos que se juntaram ao movimento, como os jovens, trabalhadores e crianças, elaboraram uma pesquisa para saber o que havia de errado na escola. Distribuiu-se a pesquisa em todas as comunidades. A maioria foi feita nos Clubes de Mães. A pesquisa apresentou e comprovou a precariedade da escola. Dessa maneira, as mães conseguiram que seus filhos fossem matriculados nas escolas sem pagar a taxa da APM. Na luta aprenderam muitas coisas e descobriram o quanto havia por ser feito pela escola.

Além desse movimento, identificamos outros exemplos de como as mulheres da periferia se organizavam. O movimento de creche tem sido o mais lembrado dentre os liderados pelas mulheres, provavelmente pela ligação da luta com a maternidade; os outros movimentos continuam sendo assexuados, ou seja, não são apresentados com autoria das mulheres. No movimento por creche, além de reivindicarem a construção de creches para a

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

região, também reivindicavam a contratação de pessoas do próprio bairro para trabalhar nas creches e quando as mães iam inscrever os filhos, eram convidadas a participar das reuniões. Era importante que soubessem que a creche foi uma vitória da luta dos Clubes de Mães.

Os movimentos citados, além de outros que não será possível mencionar neste trabalho, foram importantes para desconstruir a característica do modelo social vigente na época, cujo autoritarismo impedia uma forma de sociabilidade política que reconhecesse o sentido da ação coletiva como forma de participação na vida social. (TELLES, 1994). Cynthia Sarti (2004), ao discutir o movimento de mulheres a partir dos anos 1970, observa que estes movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, considerando a experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres e dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social, tendo como parâmetro o mundo cotidiano da reprodução – a família, a localidade e as condições de vida – que compõe a forma tradicional de identificação social da mulher. Diríamos que este é o espaço que sobra à mulher pobre, mas quais outros espaços lhe seriam possíveis participar? Mesmo hoje é esse espaço que lhe é permitido estar e que ela irá buscar transformar.

Foram nesses breves registros históricos, considerados os “novos movimentos sociais” que politizaram espaços públicos antes silenciados na esfera privada. Dos bairros segregados, segundo Sader (1988, p. 36) “onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade”. Algumas autoras (SARTI, 2004; PINTO, 1992; OLIVEIRA, 1990) observaram como a participação das mulheres nos movimentos de bairro produziu a emergência de um novo sujeito político; ao sair do confinamento doméstico e ao questionar a condição da mulher, colocou em debate a identidade de gênero, que mesmo não sendo o foco, aparecia.

2.4 Os Clubes de Mães e o Feminismo

Foi a partir das lutas nos movimentos sociais que as mulheres dos clubes compreenderam que eram oprimidas. Nos depoimentos registramos a forma como as mulheres dos clubes que se envolveram nos movimentos, sentiam no seu cotidiano as contradições inerentes a sua condição de mulher da classe popular e como estavam trabalhando estas questões (VIEZZER, 1989). A principal mudança das mulheres nos clubes foi quando perceberam que estavam discutindo problemas relacionados com a educação, com o trabalho, mas continuavam na situação de oprimidas. Isso ficou mais visível na relação dos

Clubes com outras instituições. A relação com as Sociedades Amigos de Bairro e os partidos sempre foi tensa. O autoritarismo e o machismo foram, e ainda são, obstáculos difíceis que as mulheres encontram para participar das diretorias das Sociedades. Nos partidos enfrentavam àqueles que queriam transformar o movimento em “correia de transmissão” de seus interesses.

Nos depoimentos reunidos pela Rede Mulher percebemos a importância que tiveram os Clubes de Mães na mudança de vida de cada uma. Através das atividades reunidas nos Clubes é que elas se descobrem enquanto um grupo de mulheres, e tentam assumir um papel diferente daquele que até então conheciam. Essa caminhada não foi fácil. Muitas mulheres tiveram que enfrentar dificuldades e problemas no seu dia-a-dia para defender os seus direitos enquanto pessoas, e se questionavam, depois de tanto trabalho nos Clubes, o que fazer para que mais mulheres percebessem que eram oprimidas e que deveriam lutar enquanto grupo. A narrativa seguinte delinea as mudanças vivenciadas:

Foi através da participação que eu deixei de ser aquela mulher tão oprimida. Agora, pra mim, ser mulher é uma coisa maravilhosa! Me sinto mais importante porque assumi um papel diferente. Deixei de ser aquela mulher que só cuidava da casa, dos filhos e costurava para fora para ganhar o pão. Vocês sentem isso também? E, olha, agora acredito muito na força e na capacidade das mulheres para mudar tudo isso que a gente vive, sabe? (informação verbal)

Esta outra complementa:

Pelo menos, é o que a gente percebe nesses anos todos de trabalho. Imagina, se há dez anos atrás a gente conseguia levar um homem pra ficar fazendo o serviço, enquanto a gente ia num encontro de dia inteiro pra discutir os nossos problemas! Nem passava isso pela nossa cabeça, né? Há pouco tempo fizemos um encontro com 600 mulheres na Zona Sul. E os homens ajudaram a servir o almoço, cuidar de crianças. Então, pra mim o clube de mães não só educou as mães, as mulheres como educou muitos maridos, filhos e até o operário. (informação verbal)

Ambas as falas expõem as dificuldades que as mulheres enfrentaram para sair da vida rotineira de casa, como, a desconfiança dos maridos, a proibição dos pais, os cuidados com os filhos, o trabalho de casa que ficava todo em seus ombros, e os comentários nas ruas, bares e até das próprias vizinhas. Todavia, alguns problemas ainda permaneceram arraigados no imaginário de cada mulher, mesmo aquelas com certa experiência de luta. Nas palavras delas notamos estes sentimentos: “Mas eu acho que a luta já teria pegado fogo se não fosse o

machismo do marido e dos filhos que também seguram muito a participação da mulher” (informação verbal). Essa outra afirma: “Às vezes o marido não proíbe, ele não briga, mas ele não dá condições. A comidinha tem que ser feita na hora e a mesa bonitinha, né?” Esta lembra: “Então sempre me pergunto: por que os homens não resolvem assumir um pouco o serviço de casa? O meu marido, se eu não tiver em casa, ele não come” (informação verbal).

Para as mulheres, das camadas populares, e negras, os papéis familiares de mãe e dona-de-casa têm um peso maior do que para as mulheres das camadas médias, e brancas. Seu cotidiano está intrinsecamente demarcado por suas atividades domésticas e ligado às relações de vizinhança. Para as mulheres de camadas médias, com grau de instrução mais elevado e algum nível de formação profissional, seus recursos permitem contratar empregadas domésticas que as substituem naquele trabalho que consideram opressivos e embrutecedor. A presença de empregadas domésticas na casa das famílias de classes média e alta é uma particularidade brasileira e este fato se relaciona decisivamente nas possibilidades de uma parcela da população feminina e reflete os limites da outra (SARTI, 1988).

As mulheres de classes média e alta puderam (aquelas que se interessam) se dedicar ao ideário feminista, mesmo que essa dedicação não às fizessem (até hoje) se sensibilizar ou pensarem nos direitos das companheiras negras e de camadas populares que executam o trabalho doméstico antes feito por elas. Esse debate foi apresentado por Audre Lorde no artigo “*Las Herramientas del amo nunca desmontan la casa del amo*”, no qual ela pergunta:

Onde estão os seus filhos e quem limpa suas casas, mulheres feministas enquanto assistem a conferências em que buscam libertar a mulher? Quem tem assumido o cuidado? A custa de quem deixam seus filhos para ir trabalhar? Por acaso recebem a solidariedade de seus maridos? Ou na realidade estão subordinando outras, outras mulheres não brancas e pobres. Temos que questionar que tipo de libertação é essa que emancipa a umas enquanto condena a outras (LORDE, 1982, p.37, tradução nossa).

Para Audre Lorde qualquer debate feminista sobre questões pessoais ou políticas fica desvirtuado se não leva em consideração as diferenças de raça, de sexualidade, de classe e de idade. Afirma que no âmbito acadêmico se constroem debates sobre a teoria feminista sem analisar nossas numerosas diferenças e sem conceder espaço para as significativas contribuições das mulheres do terceiro mundo.

Cynthia Sarti (1988, p. 40) analisa: “A independência feminina tem a marca de sua classe e de sua cor. A existência da empregada doméstica é parte integrante deste contexto

hierárquico. Vale ressaltar que é alta a incidência de empregadas domésticas negras, herança da escravidão”. Olívia Cunha (2007) também aborda esse tema e aponta ser possível no espaço doméstico encontrarmos relações sociais existentes em outras esferas da vida social: hierarquias simbólicas no âmbito das distinções de gênero, classe e étnicas. O caráter natural da associação do trabalho doméstico com o gênero feminino e também com o grupo racial negro⁴³ são, portanto, representações produzidas socialmente.

Mesmo aquelas mulheres dos clubes, cujos maridos participavam dos movimentos, eram exigidas para que cumprissem com as tarefas da casa, cabia a elas resolver com quem ficaria o filho ou se iriam desistir de ir à reunião. O exemplo dessa participante é ilustrativo: “Desde pequeninos, eles são criados pra fazer o que quiserem. Por mais consciência que tenham de participar, os homens muitas vezes nem se lembram de que têm filhos para criar e que a sua mulher tem o direito de ser livre e de participar também” (informação verbal).

Diante de todas essas dificuldades específicas da condição construída de ser mulher, percebem que precisam criar na periferia um movimento amplo de mulheres que se preocupe com as questões que lhes dizem respeito. Reconhecem nas narrativas a importância dos Clubes de Mães para a construção e crescimento das lutas nos bairros, pois grande parte das pessoas envolvidas nos movimentos populares entra por essa via. Diz uma delas:

Foi nesse processo de crescimento coletivo que acordamos também para a luta em defesa das mulheres, dos nossos direitos como mães, donas de casa e chefe de família. Mas se queremos mudar a situação da mulher, os clubes têm que se voltar um pouco mais para os problemas da gente mesma, enquanto mulher. (informação verbal)

Neste momento, o debate sobre a questão feminina passa a ser priorizado nas reuniões dos clubes: “Porque, em geral, a gente nem tem lugar. Isto é que é duro, né? Por isso acho importante, sabe? Não ver a mulher só como tarefaira dos movimentos. Mas pensar nela como pessoa, né?”, diz uma integrante. É importante retomar que, na sua formação ou em seus propósitos iniciais, não podemos dizer que o movimento de mulheres, incluindo os Clubes de Mães, era feminista, pois não lutava pela mudança de papéis atribuídos às mulheres na

⁴³Tomamos como referência a definição de raça como construção política e social. Segundo Kabengele Munanga (2009) o termo raça enquanto realidade científica é contestada, não há existência real, porém em termos políticos e ideológicos o conceito é significativo, na medida em que funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas.

sociedade brasileira. Porém essa distância, ou mesmo uma resistência, tendeu a diminuir (PINTO, 2003).

O feminismo brasileiro ressurgiu na década de 1970, dentro do quadro de mobilizações que ocorriam no Brasil. Surge como um dos aspectos do movimento de mulheres, interligando os grupos de camadas médias e os movimentos populares. O que contribuiu para isso foi sua estreita ligação com as lutas democráticas em oposição ao regime militar. A definição feminista implicava a convicção de que os problemas específicos à mulher não seriam resolvidos com a mudança da estrutura social, mas precisavam de discussão específica (SARTI, 1988). O movimento emerge influenciado pelas experiências europeias e norte-americanas, dado o retorno na década de 1980, das exiladas ao país depois da anistia de 1979. Fora do país, o ideário feminista repercutia com mais força, e as brasileiras tomam contato com as discussões sobre sexualidade, aborto, planejamento familiar e outros temas difíceis de serem debatidas no âmbito público. No Brasil, estas temáticas permaneciam no âmbito privado, diante do regime militar e de uma esquerda muito fechada e ligada à igreja progressista (SARTI, 2004). O feminismo brasileiro foi se desenvolvendo dentro das possibilidades e limites presentes no processo de abertura política, por isso sua principal característica foi a resistência das mulheres à ditadura.

Nesse contexto, as mulheres dos clubes começam a participar dos encontros feministas e os sentimentos que trazem indicam as contradições do feminismo brasileiro diante dos movimentos de mulheres na periferia. Segundo essa participante que esteve em um congresso:

Bem, os congressos que eu fui foram os de Mulher Paulistana. Em 1980, acho que foi o primeiro. O que eu pude perceber é que muitas propostas que discutiram ali eram diferentes das nossas. Porque em muitas coisas os nossos problemas na periferia são outros. A gente nunca se preocupa com os problemas delas, e os nossos, pra elas, eram completamente desconhecidos. Não é que a gente ache que não sejam importantes. Porque quanto mais união de mulheres ou homens, melhor. Agora, a gente pode respeitar a proposta delas, mesmo que não sirva pra gente e que elas também respeitem as nossas propostas, não é mesmo? Igual à comemoração do Oito de Março. Lembra, Luísa? A gente escuta tantas coisas, mas muitas ficam lá tão longe... porque a realidade nossa na periferia é outra, sabe?. (informação verbal)

As mulheres dos Clubes apontam as diferenças sociais entre elas e as feministas. Apontam, por exemplo, a omissão quando uma mulher da periferia é assassinada, e a ampla repercussão na imprensa quando o mesmo acontece a uma mulher da classe média. Afirmam

que quando acontece na periferia, a vítima é acusada e culpabilizada. Também chamam atenção para as dificuldades de serem ouvidas nos encontros feministas: “Por isso que quando a gente vai nesses encontros e comemorações, a gente acaba até achando que perdeu tempo, sabe?”. E outra mulher complementa:

Porque do nosso lado, não conseguimos colocar as coisas como elas são na periferia. Às vezes a gente entra numa discussão e sente que não tem condições de discutir. Eu, por exemplo, tenho uma grande experiência de vida. Disso tenho certeza! Mas não são todos os assuntos que eu sei discutir. Então, como vou impor a minha opinião? Tem assuntos que não consigo discutir com uma mulher intelectual. Logo nas primeiras colocações ela vai usar umas palavras tão difíceis que vou ficar assim: “o que ela tá querendo dizer aí mesmo? (informação verbal)

Cynthia Sarti (2004) aponta as diferentes perspectivas que marcaram o movimento feminista brasileiro. Tendo origem social os grupos feministas na classe média e intelectualizada, estes buscaram atuar articulados com as camadas populares, mas essa união não durou muito. As perspectivas, demandas e motivações dentro do movimento eram diversas e distintas. Segundo Cynthia Sarti:

O feminismo teve que se enfrentar, ainda com o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. Pressupõe assim, recursos de ordem material e simbólicas não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais (SARTI, 2004, p. 44).

Notamos nos depoimentos, que as mulheres das camadas populares nos movimentos sociais também se emanciparam daquele lugar de submissão, porém suas prioridades eram outras devido as suas experiências também serem outras. A significação dos recursos produzidos pelas mulheres na periferia ocorre no contexto da experiência, através do discurso, pois “os processos históricos posicionam sujeitos e produzem suas experiências” (SCOTT, 1998, p. 304). Segundo Joan Scott “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, 1998, p. 304).

Neste contexto, aquelas feministas observadas na citação de Cynthia Sarti não consideraram a experiência das mulheres da periferia como base para a sua emancipação, ou

também para a construção de novos conhecimentos. Segundo Patrícia Collins (apud BAIROS, 1995) os critérios epistemológicos negam a experiência como base legítima para a construção do conhecimento. Para a autora, o ponto de vista das mulheres das periferias e/ou negras é definido a partir da opressão vivida por elas, isto é, a partir do lugar que ocupam na estrutura social.

bell hooks⁴⁴ (2004) adiciona a esta discussão a importância de enfatizar a relação entre a produção intelectual e a transformação pessoal em suas obras. Segundo ela, o pessoal é ponto de partida para conectar politização e transformação da consciência.

No depoimento seguinte, percebemos que a perspectiva da mulher da periferia era a libertação da mulher e da população pobre: “É, porque a gente quer se libertar, mas se libertar junto com os homens, com os filhos. Nós queremos uma libertação geral, do povo” (informação verbal). E o que as incomodava era a dificuldade das mulheres da classe média para compreender que elas também puderam se emancipar, nas lutas do bairro e do seu jeito. Era difícil conceber que elas também pudessem ensinar e não estivessem ali apenas para ouvir. Essas questões apontam a relevância social e política de pensar os limites do feminismo em sua perspectiva universalista. Dessa forma, aponta Cynthia Sarti “a análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado” (SARTI, 2004, p. 44).

Algumas autoras brasileiras, feministas e negras, dentre elas Sueli Carneiro (2001), Jurema Werneck (2001), Lélia Gonzalez (1998), Cláudia Cardoso (2012), entre outras apresentam a busca de “outras falas” que apresentem a multiplicidade dos pontos de vista da luta das mulheres no Brasil e dos feminismos. Essas versões se constituem vinculadas à história dos excluídos, “histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas” (FERREIRA; AMADO, 2005, p. 14). É importante trazer a fala das mulheres dos clubes, pois recuperamos o olhar desses sujeitos envolvidos no fazer contínuo da história. Para Lélia Gonzalez (apud CARDOSO, 2012), o movimento feminista no Brasil tem em grande parte reproduzido o “imperialismo cultural”, ou seja, ele reflete na desqualificação das lutas, na produção de conhecimento e nas estratégias políticas de mulheres das classes populares e negras. Esse imperialismo se impõe através das experiências e das marcas das diferenças de muitas mulheres, tornando essas diferenças algo irrelevante.

⁴⁴ bell hooks adotou a grafia de seu nome em minúsculas e, em respeito às convicções que a levaram a fazê-lo, eu a mantenho neste texto. Para ela, nomes, títulos, nada disso têm tanto valor quanto as ideias.

Notamos essas rupturas entre diferentes grupos de mulheres em outros momentos históricos, quando o movimento feminista não consegue apreender uma diversidade de questões das mulheres, pois não é possível apenas um ponto de vista se as experiências entre as mulheres são muitas. Lembremos o período já discutido, quando do surgimento do movimento sufragista no século XIX nos EUA, que impulsionou o movimento de mulheres e ao mesmo tempo não conseguiu entender e partilhar das demandas de opressões vivenciadas pelas mulheres brancas trabalhadoras e pelas mulheres negras em um país em fins da escravidão.

Cláudia Cardoso (2012) alerta para a formação de uma memória única, objetando um feminismo hegemônico e referente que acaba por determinar, principalmente, quem fala pelo feminismo e qual é o sujeito do feminismo. Segundo Audre Lorde (1982), a nós mulheres ensinaram a omitir nossas diferenças, a vê-las como motivo de segregação e desconfiança, em lugar de potencialidades para a transformação. Para ela, somente um marco de interdependência das diversas forças reconhecidas em um plano de igualdade pode gerar o poder de buscar novas formas de ser no mundo, o valor e o apoio necessários para atuar em um terreno que precisa ser transformado: as condições desiguais de gênero. Assim, a sobrevivência é aprender a assumir nossas diferenças e a convertê-las em potencialidades.

Nas conversas entre as mulheres dos clubes, elas sentiam a necessidade de articular os clubes em um grupo maior, “e não ficar cada grupo discutindo no seu canto”. Segundo essa integrante:

É importante sim participarmos desses encontros das feministas, mas acho também que a gente tem que fazer mais encontros que batam com a realidade da mulher da periferia, que falem nos problemas que estamos sentindo na pele no dia a dia, do valor e do lugar que a gente tem na sociedade, né? (informação verbal)

Diziam: “E porque não ampliar a organização de mulheres da periferia?”. Não eram todas as mulheres que concordavam que deveria haver um movimento de mulheres na periferia porque o feminismo não as contemplava. Como diz esta integrante: “Não sei se concordo com isso. Acho que aí a gente está se separando demais, sabe?”. E outra retrucava:

A gente não está! Todas nós, mulheres, temos problemas, mas eles são diferentes. Por exemplo, uma mulher da classe média tem uma realidade diferente da nossa. Ela pode fazer coisas que as minhas condições de vida não permitem. Ela, às vezes, luta por uma realização profissional e está mais do que certa nisso. Mas não trabalha

como nós, propriamente por uma questão de sobrevivência, com problemas de não ter o que comer, entende? O mesmo acontece entre ela e uma mulher rica que tem outra condição de vida diferente. (informação verbal)

Elas também não esqueciam que havia mulheres da classe média, tais como, profissionais das áreas do jornalismo, medicina, advocacia, psicologia, sociologia entre outras, que colaboravam com as lutas da mulher da periferia. Mas advertiam sobre a imposição de um modelo de pensamento:

Mas essa participação deve começar com elas se entrosando com a gente, aprendendo com a gente porque nós também temos coisas para ensinar. Nós estamos abertas para a colaboração dessas profissionais, mas desde que não venham com o jogo já feito, com tudo mastigadinho, só despejando teorias que elas têm na cabeça. (informação verbal)

Nas reuniões elas discutiam que os caminhos de luta para combater o machismo em alguns momentos eram comuns entre todas as mulheres e em outros eram diferentes: “Acho que por isso a gente não pode fazer todas as lutas junto”. E outra participante assinala:

Olha, quer saber de uma coisa? Eu acho que só no dia em que as mulheres da periferia descobrirem a sua força e a sua capacidade é que a gente vai conseguir lidar com tudo isso aí. Cada vez mais acredito que, quem vai resolver a nossa situação, somos só nós mesmas. Inclusive, os caminhos de luta somos nós também que temos que descobrir. A solução a gente não encontra nos outros. A nossa história, só a gente mesma vai fazer. (informação verbal)

Moema Viezzer quando escreveu seu livro “O problema não está na mulher”, em 1989, após ter feito a pesquisa-ação sobre os Clubes Mães, acreditava que se tratava de “um outro nível do feminismo”, que a partir dos setores populares urbanos abria-se o caminho para um feminismo diferente “de conteúdo, base e direção populares”. Segundo a autora:

Sem status próprio, enquanto dona-de-casa, sem lugar e sem projeto próprio, enquanto membros de clubes criados e mantidos por instituições como as igrejas, entidades filantrópicas e partidos políticos, essas mulheres chegaram, no entanto, a representar a própria vitalidade do povo. Foram elas que deram suporte aos movimentos sociais e engendraram também condições para os avanços do feminismo. (VIEZZER, 1989)

Entretanto, os clubes de mães e os demais movimentos de mulheres nas periferias, em alguma medida se fortaleceram, mas não ganharam a visibilidade necessária para pautar suas questões e pontos de vista dentro do movimento feminista que continuou distante delas. Na década seguinte, entre 1990 e 2000, as mulheres da Zona Leste tiveram grandes conquistas, como a criação da Associação de Mulheres e os Centros de Defesa. Todavia, os clubes de mães e associações, por diversos motivos enfraqueceram e deixaram de existir. Nesse período, “houve uma certa diluição das mulheres na temática de gênero, e a invisibilidade da maioria delas continuou nos movimentos sociais não feministas, embora possamos denominá-los movimentos de mulheres” (GONH, 2010, p. 146).

Notamos nos depoimentos das mulheres dos clubes, a separação entre as feministas e os Clubes de Mães. As mulheres dos Clubes dizem: “as feministas”, elas não se incluem enquanto feministas porque não se reconhecem neste grupo. A não identificação das mulheres provenientes dos movimentos populares é compreensível quando o debate das feministas torna-se cada vez mais circunscrito ao meio acadêmico, meio de “elas com elas e sobre elas”, entre pesquisadoras ou intelectuais, as quais no Brasil estão, geralmente, na academia também (GONH, 2010, p. 131).

Fazendo uma viagem até a atualidade e perguntando às mulheres da Zona Leste, frutos desses movimentos de mulheres – os clubes, e também influenciadas pela Teologia da Libertação-, elas se reconhecem enquanto pertencentes do movimento de mulheres e feministas. A geração seguinte de mulheres militantes da temática na periferia - e que também fazem parte dessa pesquisa⁴⁵ - tiveram acesso ao ensino formal e, inclusive ao ensino universitário, no caso das mulheres colaboradoras desta pesquisa. O discurso o qual tinham as mulheres dos clubes foi mudado. Elas se percebem como feministas, devido a sua atuação, porém com algumas críticas ao movimento feminista por não reconhecer e invisibilizar as demandas das mulheres da periferia ou populares. A partir da etnografia realizada na Casa Viviane, encontramos alguns apontamentos sobre o assunto, Thatiane Coghi Ladeira⁴⁶, ao discutir sobre as dificuldades do serviço por ser conveniado à Secretaria de Assistência, aponta:

O trabalho da Assistência acaba se voltando pra quem? Para as mulheres, e o movimento feminista não olha para a Secretaria de Assistência no sentido de cobrar,

⁴⁵ Entraremos na discussão mais atual nos próximos capítulos quando veremos a atuação delas dentro dos Centros de Defesa provenientes da luta do movimento de mulheres.

⁴⁶ É feminista, assistente social e ex-gerente da Casa Viviane. Moradora de São Matheus atuante em Guaianases/Lajeado.

de exigir assembleias públicas. O movimento feminista está muito longe das mulheres populares, não vê as questões destas mulheres. (informação verbal)

Fabiana Pitanga⁴⁷, gerente do Centro de Defesa Casa Anastácia na Cidade Tiradentes, traz críticas ao feminismo por este estar muito longe das “mulheres reais”, por não debater a questão das mulheres encarceradas, em sua maioria pobres e negras, por não discutir os problemas das empregadas domésticas, da violência e humilhação sofrida no espaço doméstico em que trabalham e ainda não terem direitos iguais aos de outras categorias de trabalhadores. Ela endossa:

Esse feminismo você não vê falar das meninas jovens, as meninas que são violentadas sexualmente, a maioria, são meninas jovens negras e que tem condições precárias, até o papel de informar. O feminismo quer saber disso? O feminismo vai até onde? Esse feminismo discute o aborto que é interessante para as mulheres brancas e de classe média, não que não seja para nós, mas não fala da patroa que explora e humilha a empregada doméstica e não fala de equiparar os direitos que ela precisa. Tem mulheres nossas aqui [Casa Anastácia] que contam o que passam com as patroas, delas chegar e mandar passar a roupa toda de novo porque não estava bem passada. A maioria das mulheres jovens negras que eu conheço que vem aqui e que foram trabalhar em casa de família, a maioria das mulheres que vieram do nordeste, que são a maioria foram assediadas sexualmente ou violentadas pelo patrão, quase todas que tenho contato, poucas, raríssimas que você não vê falar que o patrão assediava moralmente ou tentava mesmo violentar sexualmente ou até conseguia, tem gente que tem filho de patrão é complicado, eu nunca vi o movimento feminista falar sobre isso. Eu acho que a luta das mulheres que sofrem de fato a opressão, no talo, ainda não estão mobilizadas, tem muito movimento de mulheres negras, tem movimentos bem interessantes fora do Estado de São Paulo, outros estados, na Bahia, mas pode ver que elas são invisíveis, elas não aparecem muito, esses grupos de mulheres que vão falar das mulheres periféricas, pobres, pouco se fala, pouco se escuta, pouco se lê, a gente sabe quando vai para o movimento, a gente troca experiência, aí você vê que as mulheres estão enfrentando por mais que não seja assim publicizado, numa palestra, não aparece em mídia nenhum, nem nas alternativas, é bom que quando você vai num encontro de mulheres você escuta a experiência, mas ainda é minoria. (informação verbal)⁴⁸

⁴⁷ Assistente Social e gerente da Casa Anastácia; membro da organização Força Ativa. Feminista e moradora da Cidade Tiradentes.

⁴⁸ Entrevista realizada no dia 17 out. 2013, no Centro de Defesa e Convivência da Mulher Casa Anastácia.

Fabiana Pitanga também fala dos movimentos de mulheres negras⁴⁹ que tratam os temas que para ela são relevantes - para a população pobre e negra com a qual convive e trabalha. E que ela não considera como parte do movimento feminista, pois não são assimilados por este.

Para dar conta dessa problemática que surge com os clubes de mães, algumas analistas têm usado duas categorias: “movimentos de mulheres e movimentos feministas”. O movimento de mulheres, muito mais numeroso, mas quase invisível enquanto movimento de/ou das mulheres. O que adquire visibilidade social e política é a demanda pela qual são responsáveis tais como creches, vagas ou melhores escolas, equipamentos de saúde e outros. São demandas que atingem toda a população e todos os sexos, mas foram protagonizadas por mulheres. O movimento feminista está, em geral, envolvido nos debates e na organização do campo feminista, interfere nas políticas, participa das coordenadorias e das políticas sociais, mesmo estando voltado para si. Ao realizar um debate que é recortado por correntes e tendências, luta por ideais e pelo exercício pleno da democracia na medida em que tem a questão da igualdade e da liberdade como horizontes de ação coletiva. Ele tem visibilidade, tem voz e dá voz às mulheres, multiplica os espaços de atuação das mulheres, encontra-se nas ONGs, nas passeatas, nos protestos. Leva em frente campanhas e lutas em que as demandas e reivindicações estão centradas nas mulheres, tais como a violência física contra as mulheres, discriminações, questões sobre aborto e a sexualidade em geral (GOHN, 2010).

É pertinente perguntar aos sujeitos desta pesquisa o que pensam sobre essa separação, entre movimento de mulheres e movimento feminista, na atualidade. Para Thatiane Coghi Ladeira:

Eu acho pertinente a maneira como a Gohn trata esta distinção, porque no movimento feminista a questão de gênero se articula com a questão de classe, uma preocupação que implica mesmo uma bagagem teórica para ser realizada (e mesmo assim é bem trabalhosa de se fazer) enquanto que no movimento de mulheres a questão de classe é levada a cabo por elas pela emergência da sobrevivência e a figura da mulher destaca de maneira mais assertiva tal emergência. O exemplo do movimento de moradia é bem emblemático: as mulheres têm muito protagonismo, mas, elas não se protegem quando uma mãe deve sair para trabalhar e deixa os filhos na ocupação, quando isso acontece elas são severamente julgadas pelas mulheres do movimento e mesmo que tenha uma liderança mais sensível para a questão a defesa

⁴⁹ Podemos citar várias entidades importantes, entre as mais conhecidas estão: o Geledés – Instituto da Mulher Negra/SP; Criola/RJ.

tem pouca ressonância. Eu sou um exemplo concreto de que se não tivesse engajada na academia não sei se teria condições de ser feminista como sou hoje, afinal, a estrutura machista e patriarcal que recai sobre as mulheres é muito massacrante, né? (informação verbal)

Thatiane Coghi Ladeira traz as limitações do movimento de mulheres em pautar o ideário feminista, menciona a dificuldade das mulheres populares em defender-se do machismo. Keli Oliveira⁵⁰, atual gerente da Casa Viviane, assinala:

De certa forma, concordo com a autora, sobretudo a forma como a luta por direitos das mulheres, as reivindicações se deram no Brasil, considerando os setores populares. Como ela diz, a demanda das mulheres na década de 70/80 se dava em torno da luta por creche, contra a carestia, por escola etc. Não necessariamente havia uma identificação direta com o feminismo, haja vista, que as feministas também eram encaradas como mulheres mal amadas, mulher macho, contra os homens além de tocar em temas importantes, mais que ressoavam muito mais nas mulheres brancas e de classe média. Não havia pensado como duas categorias distintas, como ela coloca, tenho dificuldade, aliás, mas a forma como ela coloca faz sentido, assim como o exemplo que citei acima. No que diz respeito a vivência com as mulheres na Casa Viviane, acho que se tem uma distinção porque todas as últimas coordenadoras são feministas, assim como equipe, supervisão então dá o tom, a linha do trabalho, pensa as intervenções com a rede e com as mulheres a partir deste prisma, ou seja, as mulheres aqui, são provocadas a pensar seus direitos, suas questões a partir da nossa experiência, vivência e identificação com o feminismo, mesmo depois disso, nem todas se afirmarão como tal, nem acho que este seja o objetivo, mas não tenho dúvida que muitas coisas passam a fazer sentido pra elas, inclusive passam a falar a se apresentar de forma diferente. Enquanto equipe, a forma como organizamos pensamos e preparamos nossa atuação parte muito da nossa identidade como mulheres feministas. No que foi descrito por ela, só acho importante ressaltar, pelo menos a meu ver, que não necessariamente movimentos protagonizados por mulheres ou que tenha em sua grande maioria mulheres, se identifiquem ou possam ser classificados como feministas ou movimentos de mulheres, mãe de maio, por exemplo...não sei se elas se diriam feministas, embora suas pautas estejam ligadas ou se aproximem da luta feminista, também. (informação verbal)

Keli Oliveira tem dificuldade de fazer essa distinção entre ambos, pois tem transitado entre os dois, tanto no movimento feminista quanto no movimento de mulheres. Isso foi

⁵⁰ É feminista, formada em Sociologia, moradora da região de Guaianases, participante dos movimentos populares.

perceptível entre as mulheres que colaboraram com a pesquisa quando realizamos a etnografia nas Casas. As mulheres que trabalham nos Centro de Defesa – Casa Viviane e Casa Anastácia –, principalmente Casa Viviane, são mulheres moradoras da periferia, participam e organizam movimentos populares na periferia e também tem atuação feminista ao participar dos debates e na organização do campo feminista. Exigem às coordenadorias e políticas para as mulheres, que as demandas das mulheres da periferia sejam adicionadas, e buscam levar o debate feminista para próximo das mulheres das camadas populares. Exemplos disso são os debates realizados nas Casas e a organização de saídas das mulheres para participar de protestos feministas nas regiões da periferia e em regiões centrais, sem a perspectiva de que essas mulheres se tornem feministas.

2.5 A Associação de Mulheres da Zona Leste (AMZOL)

Nos anos de 1980 intensificaram-se as mobilizações de grupos de mulheres enquanto movimento coletivo. Uma característica importante deste momento foi a ampliação de trabalhos e entidades cujos objetivos se relacionavam mais diretamente com as reivindicações feministas. Surgem, à época, grupos feministas autônomos organizados, principalmente em torno da discussão sobre violência e saúde. A questão da violência contra a mulher era tratada no Brasil como um tema tabu. O homem protegido por uma legislação arcaica e uma moral conservadora cometia crimes contra a mulher em legítima defesa da honra, ou seja, a eliminação da mulher era um direito considerado legítimo (SARTI, 2004; PINTO, 2003; TELES, 1999; MORAES, 1985). As feministas passaram a denunciar casos de violência doméstica e sexual. Os casos de violência e assassinatos cometidos contra mulheres da classe média tiveram grande repercussão na mídia e potencializaram o debate.

Através de congressos feministas as mulheres colocaram em destaque a questão da violência e propiciaram a constituição de organizações de defesa da mulher. A partir do encontro em Valinhos, ainda na década de 1980, foi criada a primeira entidade em defesa da mulher vítima de violência, o SOS-Mulher, em São Paulo, em seguida no Rio de Janeiro e Pernambuco. Por sua vez, em Minas Gerais foi criado o Centro de Defesa da Mulher. Todas eram entidades autônomas e tinham o objetivo de atender à mulher vítima de violência, contando com serviço voluntário de psicólogas e advogadas. Também realizavam grupos de reflexão sobre a questão da violência e procuravam os meios de comunicação para promover o debate junto à opinião pública (PINTO, 2003; TELES, 1999).

Outro fator importante neste contexto foi a abertura política. A redemocratização do país trouxe a crença na possibilidade de construção de instituições políticas democráticas para dar conta das demandas sociais. As mulheres que haviam lutado contra o regime militar, viam agora a chance de ter espaço para a defesa de suas questões. Elas ganham visibilidade nas políticas públicas e surgem os primeiros Conselhos da Condição Feminina, os SOS Mulher, e as Delegacias da Mulher (PINTO, 2003).

Dessa forma, já nos anos 1980 as mulheres dos Clubes de Mães na Zona Leste, diante de toda a discussão sobre a opressão de gênero, idealizaram um espaço de atuação que fosse autônomo e com prioridade para os problemas das mulheres. A partir da articulação com outras categorias de mulheres - professoras, mães solteiras, donas de casa chefes de família, trabalhadoras rurais - avaliam a necessidade de mudar a denominação de Clubes de Mães para Grupos de Mulheres e constroem novas formas de articulação como associação de mulheres, casa de mulher ou coordenação de mulheres (VIEZZER, 1989). Foi nesse contexto social e político que surgiu a ideia de criar a AMZOL. Até o momento, só existiam Associações de Bairro, geralmente, comandadas por homens. Nas reuniões durante o Encontro Latino Americano de Mulheres realizado em 1985 e após outros encontros de mulheres entre os anos de 1985 a 1987, definiu-se um estatuto com as opiniões das mulheres das regiões de Ermelino Matarazzo, Itaquera, Guaianases, São Miguel e Itaim Paulista.

A AMZOL foi fundada por 150 mulheres no salão da igreja Jardim Silva Teles (Itaim Paulista) no dia 24 de maio de 1987. A primeira sede foi na Vila Jacuí, em espaço cedido pela SempreViva Organização Feminista (SOF). A sede permaneceu neste local até 1997, quando a SOF precisou sair do local e a associação não conseguiu arcar sozinha com as despesas. Logo depois, foi cedida pelo movimento de moradia uma sala localizada no mutirão na região da Vila Mara, Jardim Helena. Atualmente, a sede está situada na região do Itaim Paulista.

Segundo Cida Lima⁵¹ (ex-presidenta da associação) a denominação AMZOL não é apenas uma sigla, existe um ideal de “pescar” a mulher de uma situação de subordinação e anulação para uma situação de autonomia, além de estimular a conscientização e organização através de cursos, palestras e projetos de geração de renda. De tal modo, durante sua trajetória, a associação promoveu seminários, palestras e cursos de formação sobre as temáticas de gênero, cidadania, direitos da mulher, saúde reprodutiva, violência de gênero. Incentivava atividades educacionais e culturais para mulheres de várias faixas etárias, fortalecendo os grupos de base, juntamente com a comunidade e outras entidades.

⁵¹ Entrevista realizada no segundo semestre de 2007 na subprefeitura do Itaim Paulista/Curuçá. Não foi registrada.

As coordenadoras ou presidentas participaram de encontros feministas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais. Em 1992, a entidade realizou o primeiro Encontro Feminista da Zona Leste, o que significou para muitas das mulheres participantes da associação o primeiro contato com o feminismo. O encontro durou três dias, “foi a realização de um sonho antigo, as mulheres da Zona Leste discutiram o feminismo por elas mesmas. Estávamos tecendo nossa história”, diz Cida Lima.

A AMZOL também promoveu, em parceria com a União de Mulheres em 1994, o primeiro curso de “Promotoras Legais Populares”, este aproximou a discussão das mulheres com os profissionais da área da justiça e do direito. Segundo Cida Lima, no curso de promotoras elas conheceram os instrumentos jurídicos para defender a cidadania das mulheres, tomando consciência de que poderiam realizar um trabalho concreto de atendimento às mulheres da região. Por conseguinte, em meados de setembro do ano de 1996, foi criado o Centro Maria Miguel de Atendimento à Mulher conveniado com a Procuradoria de Justiça de São Paulo por iniciativa da Associação de Mulheres da Zona Leste e da Coordenação de Mulheres. O Centro Maria Miguel, parte integrante da associação, visava o atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero. A partir do convênio com a Procuradoria puderam contratar advogados para atender às mulheres.

A designação do Centro de atendimento “Maria Miguel” foi para homenagear uma militante negra da região com 78 anos de idade, que segundo as mulheres da associação “era valente e combativa e sempre lutou para conseguir justiça, esperança e tudo de bom que o povo merece” como afirmava. Entrou no movimento aos 60 anos, sempre muito participativa; também era poeta e, às lutas e à AMZOL dedicou muitos de seus poemas⁵².

A iniciativa de fundação da AMZOL e do Centro Maria Miguel tornou-se importante por estes estarem em uma região de população muito carente, principalmente neste período, quando não havia nenhum equipamento jurídico que atendesse à população. Segundo Cida Lima, a atuação das mulheres da associação era triar e orientar as mulheres para defender sua cidadania: “Incentivávamos as mulheres em situação de violência a ir à luta em busca dos seus direitos e propiciávamos condições para que recuperassem sua estrutura socioemocional sob a ótica de gênero” (informação verbal). A equipe de trabalho era composta por três advogadas, três estagiárias, uma secretária e uma voluntária. O atendimento era feito

⁵² Tive a oportunidade de entrevistar e registrar a entrevista com seis mulheres, entre coordenadoras e usuárias da AMZOL que fizeram parte da pesquisa – Discriminação de gênero e sua interface com o racismo: mulheres negras e a Associação de Mulheres da Zona Leste. Trabalho de conclusão de curso. Todas as entrevistas respeitam as especificidades do TCLE.

pessoalmente, através de um primeiro contato quando era agendada uma entrevista com as advogadas. A mulher era acolhida em um grupo de apoio. Para ser atendida era necessário residir em São Miguel, Ermelino Matarazzo, Guaianases ou Itaim Paulista. O trabalho foi possível graças a um convênio da Procuradoria Geral do Estado com a Associação de Mulheres da Zona Leste que efetivou o repasse de uma verba mensal e também a instituições internacionais que realizavam doações.

Tivemos a oportunidade de conhecer e registrar o depoimento de três das presidentas. Dona Emereciana, terceira presidenta, conta que a motivação para a criação da Associação surgiu nos grupos, no contato com as mulheres no dia a dia:

“Foi nos clubes de mães que começou tudo em 1976, fazíamos várias coisas: crochê, tricô, grupos de oração, aí fomos descobrindo que existia muita violência entre quatro paredes no conversar com as mulheres fomos descobrindo, aí que surgiu a AMZOL [...] (informação verbal)⁵³.

Cida Lima, quarta presidenta da AMZOL, relembra os primeiros momentos quando a igreja preocupava-se com a possibilidade de perder a autoridade sobre a vida privada - sexualidade, reprodução e direitos da mulher. O trabalho nos movimentos sociais e nas organizações de Clubes de Mães era estimulado, mas sempre reafirmando atribuição prioritária à esfera doméstica, ficando para a igreja a responsabilidade pelas principais decisões: “A necessidade de criar a associação se fortifica quando as mulheres começaram a discutir seus direitos à saúde, ao seu corpo, de ter filhos e isso começou a incomodar os padres” (informação verbal).

A AMZOL caracterizava-se por ser de origem popular. Não havia diferenças entre as mulheres atendidas e as que trabalhavam na Associação, todas faziam parte do mesmo contexto social, conviviam com as mesmas carências; a diferença aparecia quanto à autonomia e a militância na igreja que possibilitou a formação dessas mulheres. As mulheres atendidas no Centro de defesa Maria Miguel se identificavam com as organizadoras e para estas era fácil a aproximação com àquelas. Isso foi perceptível nos depoimentos das mulheres atendidas que analisamos. Esta posição diferenciava dos demais Centros de Defesa que foram criados na época, como o SOS Mulher⁵⁴. As plantonistas do SOS eram mulheres intelectuais que viviam num contexto social e cultural diferente daquele das mulheres atendidas,

⁵³ Entrevista realizada no dia 13 fev. 2008, na sede da AMZOL.

⁵⁴ Foi a primeira organização de apoio à mulher vítima de violência, inaugurada no Rio de Janeiro em 1981 (PINTO, 2003).

valorizavam no seu trabalho os momentos de crítica excluindo o cotidiano das mulheres, buscando transformar noções e crenças arraigadas sem interferir nas configurações de vida dessas mulheres. Elas não conseguiam construir um diálogo sobre o cotidiano das mulheres usuárias. As mulheres que chegavam ao SOS desejavam, muitas vezes, um espaço para queixas e nem sempre aceitavam transformar isso em revolta, porque não poderiam ser autônomas e talvez não o desejassem. Esta autonomia implica ruptura com aqueles que partilham do seu universo de valores: sua família de origem, seu marido; teriam que rever sua formação e suas crenças mais arraigadas (GREGORI, 1993).

Filomena Gregori (1993) aponta que estas contradições levaram ao término do SOS Mulher: as plantonistas foram se desgastando, pois as mulheres não correspondiam às suas expectativas de se tornarem militantes feministas também. Mas ela afirma que mudar consciências mediante esses procedimentos pode ter feito sentido e resultado em mudanças de vida para mulheres que tinham à disposição um ambiente cultural no qual “mudar a cabeça” não supunha a ruptura de laços afetivos importantes. Se há ruptura deve haver também acesso a outros espaços sociais que possibilitem um cotidiano diverso. No caso da maioria das mulheres que foram ao SOS esses laços se formavam basicamente no meio familiar.

Para Céli Pinto (2003), o confronto entre essas duas realidades – a das feministas de classe média e a das mulheres populares atendidas no SOS Mulher - fez surgir um novo tipo de militância feminista. As feministas deixavam de buscar a identificação com o seu grupo alvo e passavam a organizar-se de forma profissional. Segundo a autora, surgiu um feminismo de prestação de serviço, que se espalhou na década de 1980 e se fortaleceu na década de 1990, produzindo um feminismo profissionalizado das organizações não governamentais. No Centro de defesa Maria Miguel da AMZOL, as presidentas e outras militantes tinham até a quarta série de escolarização, algumas terminaram o Ensino Médio bem depois de iniciado esse trabalho, eram donas de casa assim como as mulheres que frequentavam o Centro, e por isso não relatam os mesmos conflitos que as feministas da SOS Mulher. Estas características possibilitavam fácil socialização e identificação das mulheres que buscavam ajuda com as associadas que estavam sempre em contato. Este também é um diferencial da Casa Viviane e Casa Anastácia, pois as profissionais também são da região e conseguem se aproximar das atendidas, o que torna o trabalho entre mulheres da periferia mais efetivo.

As três mulheres que entrevistamos da AMZOL, todas ex-presidentas, eram ligadas à igreja católica, duas delas mais fortemente e até hoje muito engajadas. Elas valorizavam o

trabalho nas CEBs, os encontros com as Católicas pelo Direito de Decidir⁵⁵ e as formações com irmãs estrangeiras, que dedicaram a esses espaços o aprendizado para trabalhar com as mulheres, quando então aprenderam sobre saúde mental, autoestima e direito das mulheres. Muitas das usuárias passaram a fazer parte da AMZOL depois de saírem da situação de violência doméstica. Duas das usuárias entrevistadas afirmaram que se sentiam acolhidas e adoravam as atividades elaboradas – passeios, seminários e cursos. A associação neste período se tornou uma entidade importantíssima para a região, único recurso para uma população carente. Rosa, uma das mulheres que foram atendidas na Associação, relata o seu sentimento em relação à entidade: “A AMZOL eu nunca vou esquecer, principalmente quando a gente tinha seminário, nossa os debates que tinha explicando, os debates informativos explicando para as mulheres os direitos, as lutas... Nem imaginava” (informação verbal)⁵⁶.

Estando a Associação no mesmo ambiente social onde estavam as mulheres que necessitavam do atendimento, os locais de convivência eram os mesmos, estavam próximos e poderiam ser facilmente sociabilizados com as mulheres que buscavam sair da condição de violência, possibilitando alternativas, sejam no trabalho na igreja, nas conversas no grupo de apoio ou nos projetos de geração de renda. Nos encontros do grupo de apoio, que aconteciam uma vez por semana na associação as mulheres, discutiam seu cotidiano e percebiam que seus problemas não eram limitados a elas, muitas passavam por situações semelhantes. Maria Lúcia, segunda presidenta da AMZOL, relata como eram esses momentos:

Às vezes as mulheres chegavam aqui cabisbaixas, achando que elas mereciam estar passando por aquilo e aí conversando elas viam que não era aquilo, que a gente tem nosso valor, que as mulheres são fortes e era isso que a gente tentava passar para elas; que elas crescessem, principalmente, as mulheres que sofriam violência. Tinham umas que achavam que não era violência o que elas sofriam: levar xingo, tapa na cara, tinha umas que não achava que era violência, tudo aquilo que era normal. A gente é sexo frágil, mas não é assim, né. (informação verbal).⁵⁷

⁵⁵ Católicas pelo Direito de Decidir é uma organização não governamental feminista. Tem por objetivo contribuir para a construção de um discurso ético-teológico feminista pelo direito de decidir. Fonte: <<http://www.catolicasonline.org.br/institucional>>. Acesso em: 01 maio 2014.

⁵⁶ Entrevista realizada no dia 31 maio 2008 no Espaço Cultural Conjunto Nossa Caixa, na região da Sé em São Paulo. A entrevistada se chama Rosália, mas em consideração a sua preferência, é chamada de Rosa.

⁵⁷ Entrevista realizada com Maria Lucia no dia 23 jan. 2008, na sede da AMZOL.

A finalidade desses encontros era estimular a solidariedade e a cumplicidade entre as mulheres. Acredita-se que a emancipação só ocorre se for resultado de uma experiência coletiva de desvendamento de vivências particulares. Trata-se de descobrir coletivamente quais são os dispositivos de poder e autoridade, qual é o universo de práticas e crenças que imperam na construção social, cultural e política da condição feminina. No caso das mulheres da Associação, fortemente ligadas ao catolicismo, estas práticas também incluem discutir o papel da igreja na construção da submissão feminina. Segundo as militantes da AMZOL para que a mulher se coloque como sujeito é preciso que se sinta amada, sem temores e vergonhas. Assim, rompendo silêncios e interditos, desvencilhar-se de algumas representações ligadas ao gênero que constroem sua submissão.

Segundo as colaboradoras da pesquisa, a AMZOL enfraquece quando surgem disputas internas e ela perde seu caráter de trabalho comunitário. Isso ocorre quando as mulheres da base e fundadoras da associação se desvinculam e muda o perfil das mulheres organizadoras. Maria Lúcia relata a reunião que levaria ao término dos trabalhos:

Nós, a Emereciana, a Madá e eu tínhamos só até quarta série, éramos todas donas-de-casa, eu era a mais nova quando mudou, a gente poderia estar aqui até hoje. Mas, a gente não se sentiu acolhida porque as novas eram todas assistentes sociais e elas achavam que tinha que mudar... Eu não estava presente no dia da reunião, mas a Emereciana e a Madá ficaram muito magoadas, eu achei uma injustiça onde já se viu?! A gente que estava aqui na AMZOL que levantamos tudo, eu nem me considero, mas a Dona Emereciana e Dona Ilza [...] mas assim agora só porque elas não têm estudo não valorizá-las, eu senti assim, que o Centro Maria Miguel que luta por mulheres em situação de violência elas fez uma violência muito grande. Como se elas não servissem mais, então elas se afastaram mesmo e depois quiseram ir atrás delas mais ai não adiantou mais. [...]. Pode ser que elas não tinham estudo mais elas tinham muito mais sabedoria do que aquelas que tinham estudo (informação verbal).

Maria Lúcia refere-se à mudança que ocorreria na gestão da Associação, com a participação de mulheres com formação acadêmica que acreditavam que as donas de casa não tinham competência para assumir os cargos mais importantes como presidência e tesouraria, pois não saberiam gerir os financiamentos que aumentavam. Porém, elas já faziam isso há mais de dez anos, recebendo financiamento de instituições internacionais desde os Clubes de Mães.

Maria Lúcia cita a reunião de eleição da nova diretoria quando há a disputa entre dois grupos para assumir a coordenação da AMZOL. O grupo que defendia a permanência na

coordenação das mulheres que eram da base, oriundas dos clubes de mães, as donas de casa, e o grupo que defendia que as novas participantes com ensino superior e que não tinham o histórico de lutas no bairro assumisse. Segundo Dona Emereciana, surgem desconfianças, disputas, concorrências – o que não poderia ocorrer. Ela explica que o problema se inicia quando a AMZOL, diante do reconhecimento de seu trabalho, recebe bons financiamentos. Afirma “o trabalho comunitário não depende da formação acadêmica e sim da participação e união junto com o povo”, e acrescenta:

[...] a mulher do Toninho que falou que não era obrigada a trabalhar com velhas analfabetas, aquilo doeu muito [...]. O que adianta pegar uma pessoa que não é da base, pessoas formadas, que é envolvida em tanta coisa. A gente não, éramos da base, coisa que saiu da base. O trabalho comunitário é diferente, há muitos anos a gente trabalha no trabalho comunitário, já trabalhei na saúde, no movimento de terra, depois voltei para o AMZOL e fiquei nove anos, depois deu esta confusão toda. [...]. Eu acho muito feio um trabalho comunitário acontecer o que aconteceu, todo mundo veio da igreja e participava. [...]. A gente nunca foi da alta sociedade, todo mundo era pobre. Trabalho de base não é assim, não é para qualquer um. [...], voltar agora ia dar um trabalho dos diabos, só se elas deixassem como nós deixamos sendo analfabetas (risos). Não era para ter competição, era para entrar em um consenso. Mas o que é o dinheiro né, na época que saímos entrou 21.000 reais, e uma professora universitária que veio para ajudar e acabou atrapalhando, era tanta desconfiança, tanta que tivemos que fazer uma reunião para falar tudo que a gente tinha pegado e estava deixando – prestação de contas, foi sério mesmo. [...] coisa que começa com sujeira não vai para frente não viu. (informação verbal)

Segundo as mulheres entrevistadas, as novas participantes não valorizaram o conhecimento das mulheres antigas e agiram com preconceitos, desencadeando o esvaziamento da associação pelas mulheres que eram a base, pois estavam muito próximas da comunidade e conviviam com as mulheres atendidas. Com o esvaziamento de participação das mulheres da base a atuação refluíu até o término das atividades. Elas contam que após essa reunião, a Associação continuou seus projetos, porém a participação foi reduzindo e o atendimento jurídico conveniado com a Procuradoria de Justiça foi revogado, mas poderia ter sido prolongado com novos projetos. Quando conhecemos a AMZOL em 2007, a maioria dos projetos já havia sido encerrada, mas a associação continuava com algumas atividades dirigidas por Cida Lima que tentava fortalecer a entidade novamente. Conhecemos a última presidenta, formada em economia, em um evento no qual a associação foi premiada, mas não

conseguimos marcar uma entrevista ou estabelecer qualquer outra forma de aproximação. A associação nos foi apresentada por Cida Lima. O espaço da associação ficou parado, sem atividades durante um tempo, e perdeu o espaço cedido pelo movimento de moradia em São Miguel Paulista/Vila Mara. Atualmente a instituição tem um novo endereço no bairro do Itaim Paulista e realiza atividades de geração de renda com as mulheres da região. Cida Lima continua atuando na associação.

O foco desse capítulo foi propor uma conversa sobre os movimentos populares que iniciaram na década de 1970, empreendidos principalmente por mulheres, restringido ao contexto da Zona Leste. Significa algo mais do que um trabalho de documentação histórica – também muito necessário –, um trabalho de construção de uma narrativa silenciada. Sabemos que a produção intelectual está atravessada por interesses econômicos e impõe a experiência de um grupo social como hegemônico e inviabiliza outras leituras históricas, culturais e sociais de grupos silenciados por este mesmo poder hegemônico. Por isso, é preciso permitir outras experiências, sem ter a pretensão de restaurar a verdade dos fatos, mas outras verdades e destacar a importância de produzir um conhecimento que tem como objetivo “dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências” (GOMES, 2010, p. 495). Importante retrato dessa situação foi pensado pelo filósofo francês André Gorz, que sintetiza a forma como grupos postos na posição de marginais não tiveram “permissão para narrar”⁵⁸ suas experiências:

Nós não temos palavras para falar sobre nossa opressão, nossa angústia, nossa amargura e nossa revolta contra o esgotamento, a estupidez, a monotonia, a falta de sentido de nosso trabalho e de nossa vida [...]. E nós não temos palavras para dizer tudo isso porque a classe dominante monopolizou não apenas o poder da tomada de decisões e da riqueza material; eles também monopolizaram a cultura e a linguagem (GORZ apud FIGUEIREDO, 2010).

Dessa forma, relembrar a atuação dos Clubes de Mães no contexto da Zona Leste também colabora para entendermos as experiências passadas que são referenciais significativos para o presente, e foram referenciais para a atuação das mulheres de hoje. Retomando as palavras de Patrícia Collins (apud BAIROS, 1995), quando esta discorre sobre o ativismo das mulheres negras, e que também dialoga com as mulheres dos Clubes de

⁵⁸ Expressão utilizada por Edward Said.

Mães. Segundo a autora, as estratégias de resistência no cotidiano empreendidas por estas mulheres deixaram um legado de histórias de luta e deram suporte à ação de outras mulheres a fim de pensarem estratégias de resistência cotidianas.

Figura 3 – Material de Trabalho dos Clubes de Mães (1)



Figura 4 – Material de Trabalho dos Clubes de Mães (2)



Figura 5 – Movimento do Custo de Vida (1978)



Fonte: Materiais cedidos pela AMZOL

Figura 6 – Entrega do Abaixo-Assinado do Movimento do Custo de Vida (Brasília)



Figura 7 – Mulheres da Zona Leste em Comemoração ao Oito de Março (1986)



Figura 8 – Assembleia de Fundação da AMZOL (1987)



Figura 9 – Encontro Feminista da Zona Leste (1992)

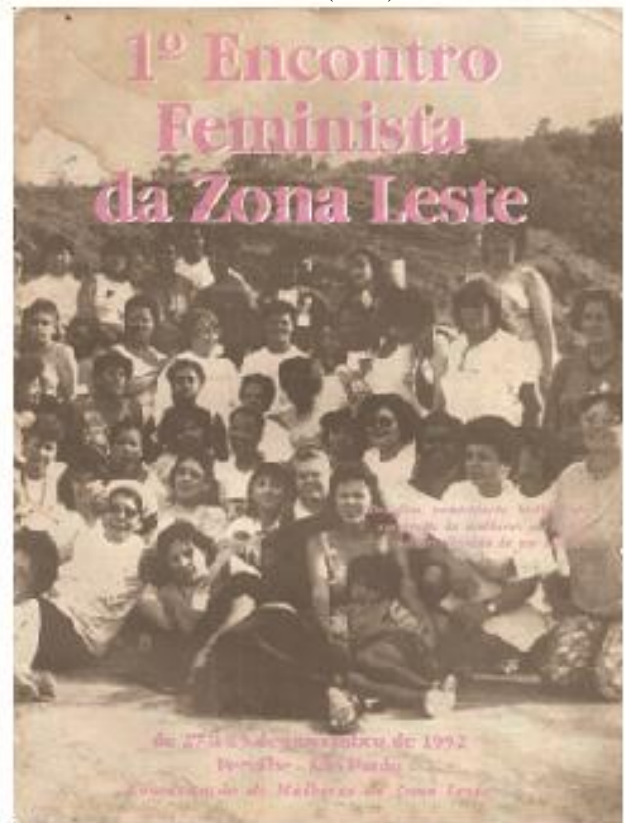


Figura 10 – Fundação do Centro Maria Miguel (1996)



3. ENTRE MULHERES DA PERIFERIA: EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA

Sei que estamos nessa luta por um tempo indeterminado, que não vamos resolver esse problema nem hoje nem amanhã. Portanto, temos que aprender a manter a alegria, mesmo quando enfrentamos grandes dificuldades. Meu trabalho representa a forma como escolhi viver. Quero continuar lutando.

Angela Davis⁵⁹

3.1 Novo Contexto

Nos anos 1990 altera-se a conjuntura sociopolítica do Brasil, novas estruturas de oportunidades políticas disponibilizam canais institucionais e estruturas de alianças antes inexistentes para o movimento feminista. O retorno à democracia ampliou as possibilidades de pressão sobre o sistema político (MACIEL, 2011). Para Céli Pinto (2003), a relação do feminismo com o campo político deve ser analisada sob três perspectivas: a conquista de espaços no plano institucional, como os Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos; e as formas alternativas de participação. As mudanças no ambiente sociopolítico, observa Debora Maciel (2011), transformaram os padrões de ativismo. O judiciário constituiu-se como novo campo de ação para reclamar, proteger e promover direitos. Segundo a autora “a reforma da legislação, as decisões judiciais e o monitoramento das políticas públicas converteram-se nos principais focos das mobilizações feministas, sinalizando a substituição do protesto público, por ações de caráter propositivo, dirigidas para temáticas específicas” (MACIEL, 2011, p. 103).

Essa esfera de mobilizações coletivas das feministas no processo político fomentou a campanha em prol da formulação da Lei Maria da Penha⁶⁰ que teve início na segunda metade

⁵⁹ Citado por WERNECK, Jurema. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006, p. 72.

⁶⁰ O nome da lei remete ao caso de Maria da Penha: Na noite de 29 de maio de 1983, no Ceará, a Biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, na época com 38 anos, levou um tiro enquanto dormia e ficou paraplégica. O autor do disparo foi seu marido, o professor universitário Marco Antonio Heredia Viveiros. Duas semanas depois ele tentou matá-la novamente, desta vez por eletrochoque e afogamento, durante o banho. Mas nada ocorreu de repente. Durante todo o tempo em que ficou casada, Maria da Penha sofreu repetidas agressões e intimidações, sem reagir, temendo uma represália ainda maior contra ela e suas três filhas. Depois dos ocorridos, tomou coragem e decidiu fazer uma denúncia pública. Apesar da condenação Heredia através de

da década de 1990. A lei foi aprovada em 2006, mas as mobilizações continuaram para garantir a efetivação da lei. Segundo Debora Maciel (2011, p. 104), as mobilizações em prol da criação e efetivação da Lei Maria da Penha foram importante tanto para “o movimento feminista como para a institucionalização da agenda da violência contra a mulher no Brasil dos anos de 1990”. Para a autora, ao institucionalizar o problema da violência doméstica, a lei promoveu o reconhecimento formal da vulnerabilidade da mulher nas relações domésticas, familiares e afetivas, e também instituiu a força simbólica da pena na redefinição jurídica da violência como ato lesivo a valores e sentimentos coletivos. Assinala:

O quadro interpretativo da violência de gênero como violação dos direitos humanos foi decisivo para transformar o direito em recurso político e simbólico. A tônica sexista da bandeira feminista das décadas anteriores foi substituída pela noção de direitos humanos, convertendo conflitos privados em problemas públicos a ser solucionado pela intervenção do aparato estatal-legal. A mudança nos significados da violência contra a mulher permitiu às ativistas tanto legitimar publicamente as reivindicações para a mudança legal, como angariar novos aliados dentre diferentes identidades femininas e o público masculino (MACIEL, 2011, p. 105).

Contudo, esse período se caracteriza pelo enfraquecimento dos movimentos sociais que agiam independentes de organizações ou políticas públicas que tenderam a dissipar-se da cena pública enquanto mobilizações, e contrariamente fortaleceram-se os grupos institucionalizados. Neste novo cenário, ainda em meados dos anos 1990, surgiu um fenômeno novo significativo no Brasil e também em outros países da América latina: as ONGs. Junto a esse fenômeno, emergiu também o que se denominou de feminismo institucional – as ONGs feministas. Criadas e coordenadas por mulheres, se multiplicaram em todas as classes e camadas sociais e foram se tornando a forma predominante de representação das mulheres no Brasil. Elas passaram a se articular, principalmente como movimento feminista ao invés de movimento social de mulheres. Buscaram articular-se em práticas institucionalizadas, atuando via ONGs em projetos e programas sociais apoiados por

recursos conseguiu ficar em liberdade. O caso de Maria da Penha foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998, pela própria vítima apoiada por organizações transnacionais ligadas ao movimento de direitos humanos. Até que, 18 anos depois, já em 2001, a CIDH acatou as denúncias, responsabilizando o governo brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica, exigindo reparação no caso específico de Maria da Penha e a revisão das políticas públicas vigentes no âmbito da violência contra a mulher. Aproveitando o resultado as organizações civis iniciaram campanha pública para a criação de legislação específica, o resultado foi a promulgação da Lei n. 11.340/2006, intitulada de Lei Maria da Penha (MACIEL, 2011; CEFEMEA).

órgãos públicos e organizações internacionais (GONH, 2010; HASAN, 2011). A AMZOL é exemplo dessa mudança nas classes populares, as ONGs trabalharam com apoio de instituições internacionais e também com convênios realizados com órgãos públicos. Deixaram de atuar como movimentos sociais, mas organizações sociais que trabalham com mulheres.

Para Sonia Álvarez (1997), dois motivos explicam o aumento da demanda de instituições não governamentais que tratam da situação das mulheres. Segundo ela, por um lado, as instituições dominantes incorporaram alguns dos temas da agenda feminista – aqueles culturalmente mais aceitos –, e por outro lado, se destacaram as instituições governamentais e intergovernamentais que discutiam a problemática das mulheres, e também a proliferação de leis específicas - já citadas, e outras formas de institucionalização da agenda de transformação feminista. As ONGs se apresentam, na atualidade, como um mecanismo eficaz para a instrumentalização de políticas públicas (ÁLVAREZ, 1997; HASAN, 2011).

No entanto, essas mudanças não vieram sem debates e oposições dentro do movimento feminista. Segundo Sonia Álvarez (1997), as chamadas autônomas, representadas por coletivos ou grupos feministas que se correspondiam com o modelo inicial da militância feminista ligada a estruturas de organização mais informais, em geral participantes voluntárias, contrapunham o novo modelo de feminismo institucional. Elas repeliavam toda instituição que fosse sustentada pelo financiamento externo. De acordo com Sonia Álvarez (1997), as chamadas “autônomas” consideravam que a partir da institucionalização progressiva do feminismo dentro dos partidos políticos, das ONGs ou das instituições do Estado, o movimento perderia o caráter libertário e subversivo próprio de sua origem, e perderia sua força. Para a autora, a proliferação de espaços de ações feministas, através das redes transnacionais, das ONGs profissionalizadas e do Estado, não se reconciliou com as práticas políticas culturais feministas históricas e deu lugar a renegociações e a debates importantes sobre objetivos e fins para as políticas feministas ou para o feminismo mesmo (ÁLVAREZ, 1997; HASAN, 2011).

Essa dicotomia ficou evidente nos congressos latino americanos, a exemplo: no VI Encuentro Feminista Latinoamericano y de El Caribe (EFLAC) em 1993, em El Salvador, e no VII EFLAC em 1996, em Cartagena, no Chile, quando se manifestaram as novas divisões dentro do feminismo, nesse caso latino-americano, que se expressavam nas dicotomias: “as ongueiras” versus “o movimento”; “o movimento de projetos de mulheres” versus “o movimento de mulheres”; “movimento burocrático/institucional” versus “feministas independentes”; “as especialistas” versus “as metafóricas”. Alguns consideravam que as

feministas que haviam se incorporado ao Estado constituíam uma nova tecnocracia de gênero que aos poucos iria abandonar os princípios centrais do feminismo (ÁLVAREZ, 2011).

Segundo Valeria F. Hasan (2011), para compreender a profundidade do debate é importante entender o que está em questão por trás dele. Afirma que a institucionalização do feminismo e o feminismo hegemônico foram uma dupla perigosa nos últimos vinte anos, isto porque a força da institucionalização resultou em uma tentativa de tornar, novamente, o feminismo hegemônico absoluto. Através da institucionalização do feminismo buscou-se afirmar a participação nas instâncias do poder como única via para a libertação das mulheres latino-americanas. Portanto, a institucionalização teve como intuito controlar os movimentos populares (e suas particularidades) dos governos latino-americanos no período de transição para a democracia (1989 a 2008), impulsionaram a homogeneização de um feminismo das instituições e com ele a imposição de um feminismo hegemônico com o intuito de apagar as expressões rebeldes do pensamento feminista (HASAN, 2011; GARGALLO, 2009).

No entanto, na atualidade, as ONGs constituem os principais espaços de organização mobilizados pelas mulheres negras e periféricas. Para Cláudia Cardoso (2012), as ONGs

ao enfrentarem o poder instituído – expondo a dura realidade das mulheres negras e reivindicando soluções para os processos de opressão que produzem vulnerabilidades múltiplas e recaem sobre as mesmas – asseguram o fortalecimento coletivo e promovem a sua transformação efetiva em sujeito social, político e histórico, aprofundando seu empoderamento (CARDOSO, 2012, p. 62).

Segundo Cláudia Cardoso, o termo “empoderamento” utilizado por ela é inspirado na compreensão de Patrícia Collins, segundo a qual, o termo tem o sentido de fortalecimento: “as mulheres negras se fortalecem e se tornam empoderadas quando entendem e usam, individualmente e em grupo, as dimensões e as formas disciplinares de saber que promovem a sua/nossa humanidade como sujeitos plenamente humanos” (COLLINS apud CARDOSO, 2012, p. 62). Para ambas as autoras empoderar-se implica rejeitar as dimensões do conhecimento, seja pessoal, cultural ou institucional que perpetuam a objetificação e a desumanização dos indivíduos.

As organizações de mulheres são importantes instrumentos de emancipação, principalmente para as mulheres negras e periféricas, pois para estas existem raros espaços em que suas diferentes opressões tenham legitimidade. As ONGs dirigidas por estas mulheres constituem espaços privilegiados para efetivar sua participação social e elaboração da luta contra as opressões e de resistência.

3.2 “Abra os Olhos Companheira” - Formação do CDCM “Viviane dos Santos”

Foi nesse ambiente social e político que o movimento “Abra os Olhos Companheira”, formado por mulheres no bairro de Guaianases, extremo da Zona Leste de São Paulo, se organizou em prol da criação de um Centro de Defesa da Mulher para a região. O grupo, incentivado por padres, principalmente estrangeiros, se mobilizou não a partir de protestos, mas através da realização de uma pesquisa que mostrou o número expressivo de mulheres que viviam em situação de violência na comunidade pesquisada. Com os dados obtidos, elaboraram uma proposta para a criação do centro de defesa, e pressionaram pela implementação deste, por meio de audiências públicas do Orçamento Participativo (OP).

Renata Carvalho foi a primeira coordenadora do “Centro de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos” (CDCM) que chamaremos aqui de Casa Viviane ou apenas Casa. Renata participou de todo o processo de constituição. Foi por meio de sua iniciativa que em 2002 surgiu essa proposta. Durante a formação em Serviço Social, a militante teve a oportunidade de estagiar no abrigo de Santo André. Neste local tomou conhecimento, ainda que sumariamente, do conceito de gênero. Segundo ela, à medida que ia lendo sobre gênero e violência “um filme sobre sua vida e das mulheres que faziam parte de seu cotidiano passava em câmera lenta” e a sinapse ocorria da seguinte forma:

O tapa que minha mãe levou quando estava grávida da minha irmã mais nova não era um caso isolado! Muitas mulheres viveram, viviam e viveriam problemas muito parecidos, mas a gente não ouvia falar sobre isso nos poucos círculos que se frequentava: de família, da igreja, de escola... e mesmo nos movimentos de bairro periférico dos quais fizemos parte, por melhoria na saúde, na educação, saneamento, asfalto, o discurso dos “direitos das mulheres” era muito reservado a uma ou outra figura que se dizia feminista e militante do PT, mas que sempre era ouvida com deboche pelos “companheiros”. Então, restava certo preconceito, inclusive que partia também de mulheres contra as mulheres que falavam dos direitos das mulheres (informação verbal)⁶¹.

A partir dessa introdução, Renata resgata o estágio que fez de um ano e meio para explicar a história da Casa Viviane e o porquê da vontade de somar sua voz à daquelas mulheres que eram “debochadas”. A pesquisa de conclusão de curso de Renata foi sobre as mulheres que conheceu no abrigo e a tentativa de traçar o perfil delas. Isso era final de 2001.

⁶¹ Relato cedido por Renata Carvalho em 16 fev. 2014.

Em fevereiro de 2002 ocorreu a morte de Viviane dos Santos que era vizinha de Renata, esta a conhecia pouco, mas sempre a via, já que tinha um pequeno comércio no bairro. Viviane sofria agressões do marido e foi sua mãe quem a encontrou em casa desacordada após ser agredida e pediu ajuda para levá-la ao hospital. Segundo Renata, Dona Ana (mãe de Viviane) por desconfiar do genro, fez o Boletim de Ocorrência (B.O.) contra ele que chegou a ser preso, mas pagou fiança e foi solto. Para que ele fosse preso novamente, seria necessária a confirmação de assassinato por laudo médico, o que não aconteceu. Renata ficou indignada:

Sentia a necessidade de que essa história não fosse mais um caso que se houve falar e fica apenas na memória, sobretudo de quem é mais próximo da vítima. Acho que isso se explica por um conjunto de vivências: um pouco pela minha trajetória religiosa anterior, que se baseia num cristianismo progressista da teologia da libertação, que instiga a transformação da realidade de injustiças; e também tem um pouco da opção profissional, sobretudo no que tange à discussão de políticas sociais (surgimento histórico no Brasil); mas infelizmente, nem a Igreja (ainda que de uma linha progressista) e nem o Serviço Social foram capazes de instigar a leitura de gênero... por isso, acredito que muito daquela necessidade que eu sentia adivinha das leituras feministas que realizei durante o tempo de estágio sobre a história do surgimento dos primeiros serviços de atendimento a mulheres em situação de violência. (informação verbal)

É importante observar que Renata, como as mulheres dos Clubes de Mãe, teve influência das CEBs e da Teologia da Libertação, suas experiências são reflexos do movimento de mulheres iniciado na década de 1970. Assim como as mulheres anteriores ela também foi influenciada pelas CEBs no modelo de organização popular, mas com críticas ao ideário cristocêntrico.

A morte de Viviane e a impunidade de seu marido motivou em Renata a vontade de saber: “quantas Vivianes existiriam em Guaianases? Onde elas estariam? Como estariam sendo atendidas? Pediriam ajuda? Onde? A quem?”. E, então, surge a ideia de fazer uma pesquisa no bairro. A princípio seria uma pesquisa reduzida ao espaço da igreja, que era um lugar com o qual já tinha certa familiaridade e acreditava que o padre autorizaria. Por conversas virtuais, compartilhou essa vontade com um amigo italiano, Paolo Boschini, que também era padre e professor de filosofia em uma universidade de Bologna⁶². Foi quando ele

⁶² O contato com Paolo Boschini e essa Universidade Italiana veio da experiência com as CEBs. As mulheres dos Clubes de Mães e outros movimentos populares nas periferias tinham contato com padres missionários. A mãe de Renata (Dona Lili) era assídua atuante nos movimentos de alfabetização popular e dela e da sua atuação

propôs uma parceria com a universidade para a realização da pesquisa, abordando um número maior de mulheres, não apenas participantes da igreja. E assim aconteceu, ele conseguiu auxílio para financiar o projeto. Parte do instrumental desta pesquisa foi retirada do TCC de Renata. A ideia era bastante ousada, pois as mulheres deveriam ser pesquisadas por mulheres. Para isso foram treinadas cerca de 50 lideranças das CEB's. "Foi uma experiência muito rica esta. As mulheres chegavam com muitos depoimentos de violência, algumas chegavam abaladas. Pena que não houve um registro apropriado dessa experiência da pesquisa" (informação verbal).

Através da pesquisa, mais de 1.000 mulheres acima de 15 anos foram entrevistadas no distrito Lajeado. A mostra da pesquisa foi escolhida a partir do número total de mulheres moradoras do distrito. Toda a parte de tabulação foi realizada pelo grupo italiano⁶³, que tinha um programa de tabulação que era alimentado durante os 15 dias de realização da pesquisa. As mulheres chegavam com os instrumentais e eles alimentavam o banco de dados. Ao final, obtiveram o resultado de que pelo menos 60% das mulheres entrevistadas já tinha sofrido ou estava sofrendo violência psicológica, física ou sexual, sendo a psicológica de maior magnitude.

nas CEBs vem o contato da Renata com Paolo Boschini. Nas CEB's desenvolviam trabalhos com padres Xaverianos (Congregação Italiana), e desses trabalhos surge a AVIB, entidade da qual Renata faz parte e que irá assumir o convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) para criação do Centro de Defesa em Guaianases. As principais ações foram desenvolvidas pelo missionário Xaveriano Pe Alberto Panichella, o qual definiu que apenas leigos poderiam assumir a direção da AVIB, isso se oficializa no Estatuto da entidade. Está é a principal característica da AVIB que a diferença das demais entidades nascidas com influência da igreja. Apenas leigos podem fazer parte da diretoria. Foi através dos padres xaverianos que a AVIB firmou convênio com uma instituição internacional. A entidade recebe desde 1999 até hoje apoio financeiro da "Amici Del Brasile" Rede Ativa de Amigos do Brasil, que opera na Província de Macerata-Itália. Esta entidade que se constitui como organização não governamental apoia os trabalhos desenvolvidos pelos Missionários Xaverianos em Guaianases. O repasse financeiro é destinado a manter a administração da AVIB e mantém bolsistas moradores da região em universidades brasileiras. Após a saída dos padres Xaverianos em 2003 que migram para o Estado de Manaus, a entidade rompe com a igreja e se torna autônoma, muitos leigos deixam de participar nas atividades da igreja e se voltam para a Associação. Por necessidades financeiras, em 2000 a entidade consegue seu primeiro convênio com a SMADS para manter o funcionamento do abrigo que até aquele momento era mantido por doações. Em 2004 firma o segundo convênio com a SMADS para a instalação da Casa Viviane. Hoje a Associação tem no total seis convênios com a SMADS. Segundo a diretoria da Associação, formada por moradores de forma voluntária, os convênios com a SMADS permitem financiar os serviços, mas de forma precária. E o repasse da instituição Italiana continua, mas diminuiu. Para a Diretoria isso ocorreu devido as seguintes questões: mudança na realidade brasileira, já não é o principal país a receber os padres xaverianos; a autonomia da AVIB; e a saída dos padres xaverianos da região de Guaianases. Ver página da ONG Italiana: <<http://www.amicidelbrasil.it/static/index.cfm?idp=5>>.

⁶³ Segundo Marilda de Oliveria Lemos, co-fundadora da Casa Viviane, essa pesquisa virou a dissertação de mestrado de alguém na Universidade de Bologna, porém os dados produzidos durante a pesquisa ficaram com esse grupo. A AVIB não possui nenhum material sobre a pesquisa.

Para Renata, um conjunto de elementos foi fundamental para a ideia de um centro de defesa em Guaianases: a sua recente experiência de trabalho com mulheres em situação de violência somada à trágica história de Viviane; a quantidade de mulheres mobilizadas para realizar a pesquisa, bem como o apoio dos padres envolvidos, principalmente do padre italiano Alberto Panichella, para que a pesquisa pudesse ser realizada no território, mobilizando as 23 comunidades da Paróquia Sagrada Família; também o apoio do Paolo Boschini, que mobilizou o financiamento da pesquisa. “Uma coisa ia dando sentido à outra, achávamos que tínhamos que tornar público esses dados e torná-los de conhecimento das autoridades”. Para isso, Renata se uniu a outras mulheres formando o grupo de mulheres, ao qual deram o nome de “Abra os Olhos, Companheira!”, nome sugerido pelo padre.

O movimento de mulheres “Abra os Olhos, Companheira!” foi até São Mateus para conhecer o Centro de Defesa - Casa Cidinha, que mostrou o funcionamento do serviço conveniado junto à Secretaria de Assistência Social (SAS). Com este projeto em mãos, construíram uma proposta semelhante de estruturação de um serviço em Guaianases e solicitaram formalmente a implementação do serviço, justificando-o através dos resultados da pesquisa. Durante um ano o movimento de mulheres “Abra os Olhos, Companheira” participou de todas as audiências públicas do OP que ocorreram em Guaianases, garantindo nas principais propostas a criação de um serviço de atendimento a mulheres em situação de violência. Só então, a Secretária de Assistência Social, Aldaíza Sposati, convocou uma reunião para a celebração do convênio, parabenizando a iniciativa de pesquisa e a organização do movimento através do OP, pois apesar dela achar a pesquisa muito importante, sem essa garantia de orçamento não seria possível implementar um novo serviço, por falta de verba. Em maio de 2004 a Casa Viviane foi inaugurada na gestão da Prefeita Marta Suplicy. Portanto, completou 10 anos no ano de 2014.

Atualmente, a equipe de profissionais da Casa é composta por mulheres jovens, moradoras do distrito de Guaianases ou provenientes de bairros vizinhos como Itaim Paulista, São Matheus e Mogi das Cruzes (município próximo). São, na maioria, negras. Conheceram-se nos movimentos feministas e de luta das mulheres da Zona Leste de São Paulo, mas foi principalmente na atuação como profissionais e parceiras do Centro de Defesa e Convivência da Mulher “Viviane dos Santos” que sentiram despertar a vontade de fortalecer a luta de combate ao fenômeno da violência doméstica contra as mulheres da região.

Cada membro da equipe participa individualmente de grupos e movimentos de mulheres na cidade, tais como: Jovens Feministas de São Paulo; Marcha Mundial das Mulheres de São Paulo; Coletivo Ana Montenegro; e grupo de estudos sobre políticas

públicas e relações de gênero Ativas no Mundo, o qual ocorre na própria Casa. Além de articuladoras desses grupos, participam de ações que dão visibilidade às questões de gênero, principalmente no que diz respeito à violência. Realizam seminários, atos, panfletagens, palestras em escolas e postos de saúde e demais ações de intervenção que de alguma maneira tornam pública a questão da violência contra a mulher, considerando principalmente as especificidades das mulheres da periferia. Ainda nesta linha, participam ativamente das conferências de mulheres, da juventude, da assistência social e da defensoria pública.

Nesses dez anos, desde a implementação do serviço, a Casa Viviane já atendeu quase 2.500 mulheres – mensalmente, mais de 100 mulheres. No entanto, o índice de violência contra mulheres continua crescente, demonstrando ainda o quanto são importantes ações e políticas transversais para combater a violência e garantir os direitos das mulheres. Segundo Keli Oliveira Rodrigues⁶⁴:

Nestes dez anos, além dos atendimentos técnicos oferecidos as mulheres no centro de defesa (psicologia, serviço social, orientação jurídica) a experiência de trabalho com as mulheres, provou o quanto é importante outros momentos para que elas possam dar o passo de falar de si e da situação de violência que atravessam suas vidas. As oficinas oferecidas na Casa são alguns destes espaços, mas a experiência com a poesia, a leitura e a expressão corporal conduziu muitas mulheres a enxergar outras possibilidades. Possibilidades de viver uma vida sem violência (informação verbal)⁶⁵.

Uma das características da Casa que a diferencia de outros serviços com a mesma tipificação é a militância da maioria das profissionais do serviço. A atuação do grupo vai além do trabalho na Casa. As profissionais mobilizam a população local, e também participam de fóruns, protestos e outros tipos de ações para pressionar o judiciário e governos a priorizar a necessidade de implementação de Políticas Públicas para as mulheres. Exemplo disso foi a ação desenvolvida no distrito de Guaianases/Lajeado em 2011 para denunciar e sensibilizar a comunidade frente ao alto índice de violência praticado contra as mulheres na região, após o assassinato de mulheres no Bairro Jardim Bandeirantes. O serviço, em parceria com a população, grupos culturais e outras organizações no entorno, realizou uma caminhada na região em defesa da vida das mulheres no intuito de denunciar e enfrentar a situação.

⁶⁴ É feminista, negra, moradora de Guaianases, socióloga e atual gerente da Casa Viviane.

⁶⁵ Depoimento adquirido a partir da vivência na Casa.

Infelizmente, no início de 2013 foi registrada a perda de uma usuária⁶⁶ da Casa. Apesar do desolamento da equipe e da perda irreparável de qualquer mulher vítima fatal da violência doméstica, uma das primeiras ações da equipe foi articular um estudo de caso em conjunto com a rede⁶⁷ envolvida no atendimento desta usuária, tendo em vista o repactuação do fluxo dos atendimentos feitos por cada serviço da rede. Esse encontro se desdobrou na Rede de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Mulher dos Distritos do Lajeado e Guaianases, com atores/atrizes dos diversos serviços da rede de atendimento⁶⁸, encontrando-se bimestralmente durante o ano de 2013.

Na Casa Viviane trabalham sete funcionárias fixas: psicóloga, assistente social, educadora, auxiliar administrativa, operacional (limpeza), gerente e advogada, e às vezes, uma estagiária. Esse formato segue as diretrizes de atendimento e uniformização dos Centros de Defesa e Centros de Referência da Mulher, utilizando como instrumento a portaria 46, emitida pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), e a Norma Técnica de Padronização da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, as quais estabelecem em âmbito nacional e municipal diretrizes, atribuições e padrões gerais de funcionamento desse tipo de equipamento.

O Centro Jurídico Maria Miguel para o Atendimento à mulher em Situação de Violência idealizado pela AMZOL (discutido no capítulo II) não seguia esta padronização, pois era anterior à regulamentação e não possuía convênio com a SMADS, que também não era vinculada à Coordenadoria da Mulher. Existia um convênio com a Procuradoria de Justiça de São Paulo que custeava os profissionais de advocacia. O serviço era composto por três advogadas, três estagiárias, uma secretária e as mulheres da AMZOL, que compunham um grupo de apoio que acolhia as mulheres e mantinha reuniões semanais com as mesmas.

Apenas mulheres frequentam e trabalham na Casa Viviane, excepcionalmente há homens. Frequentemente, uma ou duas das funcionárias estão em atividades externas, participando de audiência das usuárias, acompanhando-as à delegacia para realizar Boletim de

⁶⁶ “Usuária” é o termo usado pelas profissionais para se referir as mulheres atendidas, quando não é necessário citar nomes.

⁶⁷ Rede refere-se à integração dos serviços da Assistência Social, como CRAS, SASF, CDCM, inclui Unidade Básica de Saúde e outros órgãos públicos com a finalidade de efetivar o atendimento das usuárias de forma mais eficiente e contribuir para a superação da violência vivenciada pelas mulheres. Pensando na problemática da mulher da periferia, muitos serviços precisam ser acionados.

⁶⁸ Fazem parte desta rede os seguintes serviços: Casa Viviane, Casa Cidinha, Casa Anastácia, CDCM Mulheração, CDCM Naná Serafim, Casa Zizi, CDCM Maria da Penha, Abrigo Helenira Rezende, Abrigo Espaço da Comunidade, Abrigo Bianca Consolli, Grupo Bem querer Mulher, Promotoras Legais do Hospital São Mateus, NUDEM/Defensoria Pública, GEVID/Ministério Público, Equipe técnica JVD Penha.

Ocorrência (casos mais urgentes ou complexos), encaminhando-as para abrigos e participando de reuniões da rede de serviços a fim de melhorar os atendimentos, além de palestras e formações.

O trabalho entre as profissionais é realizado da seguinte forma: às segundas-feiras os atendimentos com as técnicas – psicóloga, assistente social ou advogada – são agendados pela manhã, e à tarde tem reunião de equipe e estudo de caso; às terças-feiras o atendimento é agendado o dia todo; as quartas-feiras são reservadas aos primeiros atendimentos previamente agendados, isto é, a qualquer momento pode chegar uma mulher em sua primeira visita a Casa, podendo ser acolhida pela educadora ou auxiliar administrativa, ou por outra funcionária que esteja disponível, que compreendendo a situação irá agendar o atendimento para uma das técnicas. Por vezes, chega alguma situação complexa e elas se juntam rapidamente para pensar na melhor forma de iniciar o trabalho, pois alguns casos necessitam passar por mais de uma técnica, sendo o trabalho realizado em conjunto. De acordo com a necessidade da usuária, é iniciado o acompanhamento semanal ou quinzenal. Às quintas-feiras ocorrem os atendimentos já em andamento, as sextas-feiras pela manhã são destinadas ao atendimento habitual e à tarde acontece a reunião de avaliação da semana e planejamento para a semana seguinte.

Além dessa programação, há outras atividades, tais como: oficinas, palestras, grupos de conversa e grupo de geração de renda. Uma vez por mês acontece o Chá Lilás. Trata-se de uma tarde de formação para as usuárias com uma palestrante convidada, esta vem à Casa voluntariamente e discute assuntos pertinentes às mulheres. São iniciadas duas oficinas por mês, com duração de quatro meses em média, que pode ser de ginástica, patchwork⁶⁹ e outros temas. Uma vez por mês, também acontece o grupo social, atividade que reúne as duas assistentes sociais e as atendidas de ambos os Centro de Defesa – Casa Viviane e Casa Anastácia – para conversarem sobre assuntos pertinentes à área, considerados importantes para as usuárias. Uma vez por mês há a supervisão com Marilda Oliveira Lemos, consultora para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Este é um momento para discutir os casos mais complexos, pensar em saídas, e avaliar as ações. Há passeios com as mulheres, além de ações programadas para reivindicar direitos, dos quais as usuárias também participam. Nota-se que algumas atividades ocorrem junto com a Casa Anastácia.

⁶⁹ O *patchwork* é uma técnica que envolve o ofício de unir retalhos variados, compondo diversas misturas de cores, formatos e design. Esta expressão, traduzida literalmente para o português, significa ‘trabalho com retalhos’ ou como popularmente se conhece, ‘colcha da vovó’. Fonte: <<http://www.infoescola.com/artes/patchwork/>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

3.3 Desafios e Ações

Na Casa Viviane acontecem uma vez por mês as reuniões do grupo feminista “Ativas no Mundo: reconstruindo saberes”, composto principalmente por mulheres que trabalham ou trabalharam na Casa. O objetivo do grupo é pensar políticas afirmativas de gênero para a região. Nas reuniões discutem feminismo, políticas para as mulheres, gênero e outras demandas relacionadas que surgem das experiências. Eventualmente, mulheres são convidadas a ministrar palestras e organizam ações na região. Os membros não são fixos, há rotatividade. Nesses encontros estão presentes as gerentes de ambos os serviços, Casa Viviane e Casa Anastácia, e outras mulheres da região, também feministas. Elas observam alguns desafios com relação à atuação do serviço (CDCM). Um deles seria a falta de formação para as profissionais dos serviços de atendimento à mulher, cujo tema tem se tornado cada vez mais complexo; buscam aprimoramento e a efetivação de um tempo para rever o trabalho.

A Casa Viviane atende, em média, 100 mulheres por mês. Busca não agendar atendimento para todos os dias, à exceção daquelas mulheres que chegam pela primeira vez, pois é impossível dar continuidade aos casos a fim de resolvê-los. Alguns Centros de Defesa atendem todos os dias sem descanso, outros espaços escolhem um dia da semana para reuniões pedagógicas e formação, e nesse dia não atendem. Mas, a Casa Viviane e Casa Anastácia ainda não têm um *feedback* da AVIB – responsável pelo convênio com a prefeitura, para reservarem um dia da semana para as trabalhadoras fazerem formação. Para elas, esse tempo de parada é importante para pensar na atuação. Segundo Thatiane Coghi Ladeira⁷⁰: “Admite-se que seria um erro as profissionais acharem que devem atender o máximo de pessoas, pois não há profissionais suficientes para a demanda, precisaria duplicar a equipe técnica”. O único momento que as profissionais têm de auxílio para discutir os casos mais complexos é o momento de supervisão com Marilda de Oliveira Lemos⁷¹. Essa supervisão não faz parte das diretrizes de execução do serviço determinada pela SMADS, por isso, o convênio não arca com esse custo. Marilda vem de forma voluntária, recebe apenas ajuda de custo para o deslocamento, pois vem de outro município, Pirajuí. Marilda tem grande experiência na área de enfrentamento à violência contra a mulher, foi atuante na região do ABC e ajudou Renata Carvalho da Silva (primeira gerente) a fundar a Casa.

⁷⁰ Thatiane Coghi Ladeira é formada em Serviço Social, feminista, branca, moradora da Zona Leste, presidenta da AVIB e foi gerente da Casa Viviane de 2009 a 2013.

⁷¹ Já apresentada na introdução.

Ambos os Centros de Defesa questionam a carga horária da advogada, de apenas 20 horas semanais, pois o valor atribuído pelo convênio com a SMADS para o salário não arca com uma carga horária maior. Afirmam ser este apoio insuficiente para a demanda, e para instruir as mulheres sobre os recursos da lei. A todo o momento questionam as dificuldades e limites do Centro de Defesa para resolver os problemas das mulheres da região. Alguns Centros de Defesa e Convivência da Mulher estão submetidos à Secretaria da Mulher e outros à SMADS. A Casa Viviane está subordinada à SMADS. Para o grupo, isso traz benefícios e também dificuldades. A crítica à Secretaria da Mulher se deve ao fato de esta receber um orçamento baixo; por outro lado, o benefício da Secretaria de Assistência é o fato de ter um orçamento maior. Porém, não elabora políticas para as mulheres e não trata a questão das desigualdades de gênero.

Mesmo sendo feministas, criticam o movimento feminista por não atentar para a Secretaria da Assistência. Retomemos o relato de Thatiane Coghi Ladeira:

O trabalho da Assistência acaba se voltando pra quem? Para as mulheres, e o movimento feminista não olha para a Secretaria de Assistência no sentido de cobrar, de exigir assembleias públicas. O movimento feminista está muito longe das mulheres populares, não vê as questões destas mulheres. (informação verbal)

Fabiana Pitanga⁷² endossa: “O movimento feminista está muito distante das mulheres reais, essas mulheres não acompanham as discussões que o movimento traz, algumas discussões são muito intelectualizadas”. Assim como Fabiana, bell hooks (2013) critica a teoria feminista que não consegue conversar com a prática social. Para ela nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar o público. Os esforços das mulheres negras e de outros grupos minoritários para desconstruir a categoria “mulher” e a luta em reconhecer que o sexo não é o único fator que determina as construções de feminilidade, produziu uma revolução no pensamento feminista, questionando e perturbando as bases da teoria feminista hegemônica. Mesmo assim, ainda há o pressuposto de que a teoria não é prática social. Retomaremos esse debate ao discutir o trabalho das profissionais com as usuárias.

O tema das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) é recorrente nas reuniões, por ser um ponto gritante. As DDMs são criticadas por não terem preparação para trabalhar com a

⁷² Assistente Social, negra, atual gerente da Casa Anastácia e membro da organização cultural Força Ativa.

Lei Maria Da Penha, e não focarem a mulher. Roseane Ribeiro Arévalo⁷³ questiona indignada: “Pra que a Lei Maria da Penha? Se ela não é aplicada, se a mulher é agredida e fica no abrigo, agora com o novo artigo os filhos também podem ficar no abrigo e o agressor fica na rua?”. Keli Oliveira Rodrigues aponta: “Como a Lei faz sete anos e nada mudou? As delegacias não trabalham de acordo com os artigos da Lei e a mulher é maltratada, não adianta”. Elas se mostram preocupadas com os rumos que vão desenhando as políticas para as mulheres: “não anda e são muitos os retrocessos”, aponta Keli. Segundo ela, os órgãos de justiça não cumprem o seu papel e ao invés de promover os direitos das mulheres, tendem a recusá-los, além de criminalizá-las:

As reuniões com a DDM (Delegacia de defesa Mulher) são muito difíceis, o delegado ou a delegada tende a dificultar o atendimento recusando os procedimentos previstos na Lei Maria da Penha, por exemplo, não toma as medidas protetivas, não orienta a mulher sobre os procedimentos que precisam fazer. (informação verbal)

Segundo Keli, certa vez, o delegado diante de um caso de violência disse: “Eu também bato na minha mulher”. E completa: “É com essas pessoas responsáveis em cumprir a lei que precisamos lidar diariamente”. As profissionais ficam perplexas com as injustiças e imaginam como estariam estas mulheres sem o acompanhamento da Casa, sozinhas não conseguiriam nenhum atendimento.

As críticas e preocupações que elas trazem são significativas para pensar a Lei Maria da Penha e as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres. Pesquisa⁷⁴ realizada a partir da análise de sentenças proferidas após a vigência da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, com o intuito de compreender como os magistrados percebem o universo da violência contra as mulheres e como suas concepções pessoais podem ou não influenciar suas decisões, em detrimento da referência legal, tem sido conclusiva:

Pode-se afirmar que os magistrados percebem a violência contra as mulheres como elemento constitutivo das relações entre gêneros, como um fato que não oferece perigo para elas e que não se enquadra no estatuto jurídico, não configura crime. Há uma naturalização do lugar social definido para as mulheres pela sociedade

⁷³ É feminista, negra, atuante na Marcha de Mulheres, na qual também participa do coletivo de Lésbicas e Bissexuais e, na Casa Viviane ocupa a função administrativa.

⁷⁴ Ver PORTO, Madge e COSTA, Francisco P. Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres. Estudos de Psicologia, Campinas, 2010.

patriarcal e a consequente invisibilidade das várias formas de violência por elas sofrida, o que dificulta o acesso à justiça (PORTO & COSTA, p. 479, 2010).

Segundo Porto & Costa (2010) foram coletados 15 processos enquadrados na Lei Maria da Penha, estes continham 20 vítimas e 24 situações enquadradas como crimes, tanto de lesão corporal quanto de ameaça. Foram determinadas 15 absolvições, oito condenações e observada uma desistência. Nesses processos, há decisões proferidas por juízes dos dois sexos. Na análise foi observada a justificativa do/a juiz/a quanto à sua decisão, neste espaço onde há uma expressão mais livre do/a juiz/a podem se identificar representações sobre o tema. Em alguns momentos os magistrados negam a violência sofrida pela mulher e em outros negam a lei.

A não efetivação da Lei e o péssimo atendimento nas DDM prejudicam o trabalho realizado nos Centros de Defesa, pois desestimulam a mulher em situação de violência a buscar a efetivação do seu direito e a possibilidade de exercer a plena cidadania, o que leva ao sentimento de injustiça da vítima e a reafirmação de seu lugar subalterno em relação aos homens. O que a Casa pretende desconstruir junto às mulheres, o judiciário reafirma. Dessa forma, Porto & Costa (2010, p.484) observam: “Enfim, o magistrado pensa o universo das relações mediadas pela violência fora de seu contexto, a partir de uma referência pessoal, ou mesmo, de um modelo idealizado do que deveria ser a relação entre mulheres e homens”.

Nas reuniões, as mulheres articulam ações para enfrentar estes desafios, entre eles, cobrar e impor da 7ª DDM - delegacia de referência da região, o atendimento correto e a efetivação da Lei. Algumas usuárias reclamam da negação do atendimento nesse estabelecimento. Nessas ações participam todas as mulheres ligadas ao serviço, desde as profissionais às usuárias. Algumas ações foram organizadas junto à mobilização do dia 25 de novembro⁷⁵ que é o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Nessa data foi lançada a Campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. A campanha mundial, iniciada em 1991, ocorre anualmente e tem por objetivos revelar as

⁷⁵ Esta data foi estabelecida no Primeiro Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe realizado em Bogotá, na Colômbia, 1981, em homenagem às irmãs Mirabal. Las Mariposas, como eram conhecidas as irmãs Mirabal – Patria, Minerva e Maria Teresa – foram brutalmente assassinadas pelo ditador Trujillo em 25 de novembro de 1960 na República Dominicana. Neste dia, as três irmãs regressavam de Puerto Plata, onde seus maridos se encontravam presos. Elas foram detidas na estrada e foram assassinadas por agentes do governo militar. A ditadura tirânica simulou um acidente. Minerva e Maria Teresa foram presas por diversas vezes no período de 1949 a 1960. Minerva usava o codinome “Mariposa” no exercício de sua militância política clandestina. Este horroroso assassinato produziu o rechaço geral da comunidade nacional e internacional em relação ao governo dominicano, e acelerou a queda do ditador Rafael Leônidas Trujillo. Fonte: <<http://jornalggn.com.br/fora-pauta/dia-internacional-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

dimensões do feminicídio, isto é, denunciar o aumento do número de casos de mortes de mulheres por razões de gênero. Assim foi decidida, em parceria com a Rede Leste – Rede de Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, a realização de um ato em frente 7ª DDM localizada na região de Itaquera (Zona Leste).

O Ato foi organizado pela Casa Viviane, que tem a Delegacia como referência devido à localização, e por isso presenciou inúmeros casos de negligência, tais como, negação da efetivação dos Boletins de Ocorrência (B.O.), a não aplicação e orientação da Lei Maria da Penha e, por consequência, das medidas protetivas que visam assegurar a vida das mulheres. “São estúpidas no atendimento e as mulheres saem pior do que quando chegaram à delegacia, inviabilizando a resolução do problema”, conta Keli. O Ato reuniu toda equipe e algumas usuárias da Casa Viviane, as equipes da Casa Anastácia, Casa Cidinha de São Mateus e algumas mulheres da Marcha Mundial de Mulheres - movimento feminista.

No início do ato as mulheres estavam com medo e muito receosas. Foi uma tarde muito chuvosa. As ativistas panfletavam na rua, abriam faixas nos faróis, entregavam panfletos nos carros e se revezavam para falar ao microfone denunciando o péssimo atendimento da DDM. Uma usuária dizia ao microfone: “Minha filha veio até está delegacia e não foi atendida, disseram que ela teria que procurar uma delegacia em Ermelino, lá não tem delegacia especializada”. E, reclamavam: “A Delegacia especializada no atendimento à mulher atende outras demandas que não estão relacionadas à violência de gênero, ou seja, atende tudo e não atende nada” (informação verbal).

Algumas frases dos cartazes e faixas que foram divulgados no ato: “Em briga de marido e mulher se mete a colher”, “O feminismo não mata ninguém. O machismo mata todos os dias”, “Por mim! Por nós! Por todas! Pelo fim da violência contra a mulher e meninas. Todo o nosso apoio à Lei Maria da Penha” e, “A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer”.

As coordenadoras dos serviços entraram na delegacia para protocolar uma carta-denúncia, elaborada conjuntamente. Elas foram bem recebidas e deixaram a carta com a intenção que a Delegada se abrisse para o diálogo e entendesse as especificidades das mulheres. E, diziam: “A luta é para que as mulheres sobrevivam!”. Antes do ato iniciado às 16 horas, a equipe da Casa Viviane fez panfletagem na estação de trem de Guaianases às 07 horas, horário de maior frequência de pessoas, para sensibilizar para a importância da data (25 de novembro).

As profissionais avaliaram bem as ações nos 16 dias de ativismo, principalmente por terem contado com boa participação das usuárias e das profissionais da Casa, e criticaram a

atuação dos demais Centros de Defesa que não compareceram. Só na Zona Leste existem oito CDCM. Compareceram ao ato apenas as mulheres das Casas Viviane e Anastácia e somente duas dirigentes de outras duas Casas. Também foi criticado o fato de na CPMI⁷⁶ – da Violência Contra a Mulher, só ter comparecido a Casa Viviane. As demais Casas também foram criticadas por não terem um princípio de luta, de militância, por não se fazerem presentes nos eventos mais importantes de reivindicação. Para as profissionais, o diferencial do CDCM Viviane dos Santos é ser também um espaço de luta e de militância, fato que não ocorre em todos os Centros de Defesa.

3.4 Subjetividades Ausentes: Vozes das Usuárias

“Aqui me sinto gente” é uma frase de Rosineis Silva, usuária da Casa e participante do projeto “Contos de Viviane”. Este projeto, iniciado em agosto de 2014, tem o objetivo de estimular a produção literária nas usuárias da Casa a partir de oficinas de poesia e prosa com foco na literatura periférica, principalmente de outras mulheres, em sua maioria, negras. Finalizamos as oficinas com a publicação de um livro chamado “Contos de Viviane” com os textos das usuárias. Foi em uma dessas oficinas que Rosineis disse a frase, entre mais duas pessoas. Ela falou distraída quando realizava uma atividade, dizia que em outros lugares suas opiniões não eram valorizadas, ela era desacreditada, em sua família sempre falavam “você quer ser sempre do contra”. Disse que a Casa Viviane faz muito bem para as mulheres, por isso sempre convida as conhecidas. Acreditamos que as mulheres neste espaço saem do seu lugar de anonimato e silenciamentos. Dar a opinião parece algo simples, mas não para sujeitos subalternizados e invisibilizados. bell hooks (2013) ao estudar a obra de Paulo Freire, trazendo-a para a teoria feminista, alerta para o reconhecimento da subjetividade dos menos favorecidos, dos que têm de carregar a maior parte do peso das forças opressoras. A autora lembra que Paulo Freire não reconhecia as realidades da opressão e da exploração distinguidas segundo sexos. Porém, podemos criar a partir de seu ponto de vista: “esse ponto de vista confirmava meu desejo de trabalhar a partir de uma compreensão vivida das vidas das mulheres negras e pobres” (HOOKS, 2013, p. 75). Nesta pesquisa privilegiamos o

⁷⁶ Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Fonte: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

reconhecimento da subjetividade e da experiência das mulheres periféricas e negras, também como produtoras de conhecimento.

Rosineis sente a ausência de ter legitimidade na sua fala, e compreende a importância da mesma. Segundo a autora Gloria Anzaldúa (2005, p.713), com a qual Rosineis mais se identificou quando a apresentamos nas oficinas: “Nunca nos foi permitido desenvolver-nos sem restrições – nunca nos foi permitido sermos nós mesmas completamente”. Apesar da sociedade branca e machista silenciar nossas experiências, acreditamos, tanto as autoras feministas e negras, bell hooks e Gloria Anzaldúa e, também, Rosineis: “Mas existo, nós existimos” (ANZALDÚA, 2005, p. 713).

Por essa e por outras razões acreditamos ser importante trazer as impressões das usuárias do Centro de Defesa. Seus relatos pessoais ou sobre a Casa muito nos dizem sobre o trabalho realizado pelas profissionais, e as experiências vivenciadas nos contam sobre a diversidade da concepção da categoria mulher em uma periferia de São Paulo.

Encontramos na Casa principalmente mulheres de meia idade, que não são necessariamente as mais atendidas, mas são as que mais frequentam as atividades. Mulheres que convivem com a violência há cerca de 20 anos. Segundo Marta Vale⁷⁷, para interromper essa situação que se repete durante décadas, elas:

Necessitam romper a relação violenta ou de poder não só com o marido, mas com toda a sociedade, isto se torna uma tarefa árdua e de resistência. Elas são marcadas num lugar em que as pessoas acreditam que a mulher deve ser submissa, sendo normal a mulher sofrer a vida toda, como uma sina de toda mulher. Quando elas chegam à Casa e dizem: Não tinha com quem conversar sobre o meu problema! Demonstram um profundo sentimento de abandono e solidão além de entenderem a situação de violência como um problema delas. Isto porque todos - familiares, amigos, vizinhos e outros agem entendem a violência contra a mulher como natural e mais, que a mulher não deve se rebelar contra isso. Ela deve ser boa dona de casa e esposa, apesar do sofrimento. Quando esta mulher que convive com a violência há mais de 20 anos vai até o Centro de Defesa ela está contrariando um grupo, toda uma rede de pessoas com quem se relaciona, que ela poderá perder. É difícil enfrentar todo esse processo sozinha, quando ela se permite sentir revolta e toma uma atitude para sair dessa situação é por que sabe que seu sofrimento não é normal, é uma injustiça, é resultado um ato perverso “Eu me anulei a vida inteira”. Ela busca uma vida diferente e isso pode demorar muitos anos, as feridas que ficam demoram a cicatrizar. (informação verbal)

⁷⁷ Psicóloga da Casa, negra, feminista e moradora do município vizinho, Mogi das Cruzes.

Gloria Anzaldúa (2004) observa a forma de tirania cultural que molda a vivência das mulheres populares. Para a autora, a cultura molda nossas crenças, assim, percebemos a realidade a partir da versão em que ela nos é comunicada. Paradigmas dominantes e conceitos predefinidos que existem como inquestionáveis e impossíveis de romper nos são transmitidos através da cultura. Anzaldúa aponta que a cultura espera que as mulheres mostrem maior aceitação e compromisso com o sistema de valores imposto do que os homens: “Se uma mulher não renuncia a si mesma em favor do homem é egoísta” (ANZALDÚA, p.73), e ainda: “A habilidade de servir, afirmam os homens é nossa maior virtude” (ANZALDÚA, p.79).

Marta Vale conta que as mulheres podem levar muitos anos para se desvencilhar dessas crenças, que para elas funcionam como correntes, sem saber como se desprender das amarras. Ouvimos esta frase de muitas usuárias: “Comecei a viver agora, com quase 50 anos”, ou “Comecei a viver depois dos 60 anos”. Elas chegam ao Centro de Defesa por sua própria vontade, sozinhas, contrariando a maioria das pessoas de sua convivência por acreditar que podem ter uma história diferente. E quando rompem as amarras sentem-se como se tivessem iniciado a vida a partir desse momento.

Compreender as expressões das experiências das mulheres usuárias da Casa é importante para entender as aflições e demandas que têm as profissionais da Casa e de outras mulheres, também feministas, moradoras da região que se unem para pensar estratégias para mudar a realidade de opressão das mulheres. A forma que pensamos para dialogar sobre o dia-a-dia da Casa e sobre os desafios e demandas que são recorrentes para as profissionais foi a partir de situações de algumas usuárias que acompanhamos durante um período de seis meses, dialogando com as usuárias e profissionais.

A primeira usuária foi Nina⁷⁸. Muito participativa nas atividades da Casa, frequenta o local há três anos. É dona de casa, analfabeta e sobrevive de pequenos serviços como panfletagem⁷⁹ e venda de bijuterias. O motivo que a levou até a Casa foi a convivência com a violência do marido e do filho. Nina é muito comunicativa, e sofre muito com a separação das duas filhas do primeiro casamento, as quais se mudaram com o pai para o nordeste, e desde então, Nina nunca mais teve contato com elas. Segundo as profissionais da Casa o estado psicológico de Nina é agravado pela situação de violência.

A violência desencadeia sofrimentos permanentes e crônicos às mulheres, como saída procuram os serviços de saúde tentando encontrar solução para o sofrimento e para outras

⁷⁸ Os nomes das usuárias foram trocados para que não haja nenhuma exposição ou constrangimento.

⁷⁹ Pessoas que ficam nas ruas entregando panfletos de comércios.

consequências decorrentes da violência sistemática, mesmo que não haja consciência de sua parte de que estejam vivendo nesse estado (SCHRAIBER, D'OLIVEIRA, STRAKE & LIBERMAN, s.n.; D'OLIVEIRA & SCHARAIBER, 2000). Em menor proporção essas mulheres também buscam as instâncias da justiça, o que pressupõe a decisão consciente de responsabilizar o agressor para uma possível mediação dos conflitos conjugais ou familiares (BRANDÃO, 1998).

A violência doméstica contra as mulheres pode ser definida como aquela ação de dominação infligida à mulher pelo homem com o qual tem ligações afetivas e que objetiva mantê-la sob comando (SABADELL, 2005; SILVA, 1999; SAFFIOTI, 1997). Esse tipo de violência é de difícil constatação e se apresenta muitas vezes de forma sutil, o que dificulta a percepção de sua gravidade e consequências. Isso também ocorre pelo fato de o agressor ser alguém com quem a mulher tem alguma ligação afetiva: companheiro, pai, padrasto ou outro familiar. Os companheiros ou ex-companheiros frequentemente são os principais agressores que aparecem nas denúncias registradas nas DDMs (BRANDÃO, 1998; DINIZ, SILVEIRA & MIRIM, 2006; D'OLIVEIRA & SCHRAIBER, 2000; GIFFIN, 1994; VENTURI, RECAMÁN & OLIVERIA, 2004). Além dos cônjuges e/ou namorados serem os principais agressores, esse tipo de violência ocorre majoritariamente na residência da mulher⁸⁰.

Marta Vale (psicóloga) e Keli Oliveira Rodrigues (gerente) acompanharam a audiência de Nina, e retornaram desanimadas, julgando não ter havido nenhum avanço no caso dela. Elas reclamam da dificuldade no reconhecimento da Lei Maria da Penha pelo judiciário: “Esta não é aplicada a favor das mulheres, muitas vezes, a mulher é de alguma forma responsabilizada, e seus direitos são negados” (informação verbal). Segundo Keli, o juiz persiste em ignorar a Lei Maria da Penha e outorga a partir da Lei 9.099/1995⁸¹, que não deve ser aplicada aos crimes por violência doméstica e familiar contra a mulher, diz “A justiça acaba por dificultar a vida das mulheres”. E Thatiane Coghi Ladeira completa: “Um juiz, muitas vezes, toma uma decisão que acaba com a vida da mulher”.

A negação da aplicação da lei e sua efetiva desconsideração pelo judiciário, como citado anteriormente, colabora para o aumento dos números da violência contra a mulher, pois quando o/a juiz/a minimiza o ato praticado sem fazer nenhuma intervenção, o efeito do acesso

⁸⁰ Ver: Mapa da Violência. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf>. Acesso em: 09 out. 2014.

⁸¹ Lei dos Juizados Especiais aplicável aos crimes com pena de até dois anos, considerados de menor potencial ofensivo.

ao judiciário pode ser a banalização do ato praticado e do próprio sistema (PORTO & COSTA, 2010).

Nina, através da audiência foi responsabilizada por cuidar do filho, um jovem maior de 21 anos que a agride e possui o diagnóstico de esquizofrenia. A situação de violência desestabilizou Nina, esta anteriormente mantinha uma situação de vida razoável.

Em outro momento conhecemos a Dona Elizabete, que aguardava para iniciar o atendimento com a Assistente Social. O seu olhar era de apreensão e tristeza, havia três meses que não aparecia na Casa, isso porque seu marido não permitia que saísse. Ficamos alguns minutos do seu lado e logo se abriu: “Tenho um filho especial que apanha do pai, ele sofre muito e tem ficado muito nervoso, agora com onze anos já enfrenta o pai”. Segundo Dona Elizabete, sempre foi assim ao longo dos vinte e quatro anos de casada. Afirmou ter uma vida muito solitária. Dos seus parentes, apenas uma irmã mora próximo, mas não a visita, pois não gosta do seu marido. Dona Elizabete diz: “Gostaria de ir embora para o Norte com meu filho, mas meu marido promete ir atrás e fazer um inferno. Os meus pais estão velhos e não quero levar esse problema para eles” (informação verbal). Se sente isolada e sem saída. O seu caso é complicado, o marido sempre a expõe na rua e a deprecia, além disso, não permite que ninguém se aproxime dela. O seu tempo era curto, aproveitou o momento em que “o marido foi fazer um bico”, pois ele não poderia descobrir que saiu de casa.

Na atividade do Chá Lilás, evento que acontece uma vez por mês e reúne as mulheres da casa para uma palestra sobre um tema de interesse delas, conhecemos Dilma, de aproximadamente 40 anos de idade. Ela reclamava do seu estado emocional, sentia muito nervosismo, raiva, dizia que seu estado emocional mudava todo o dia, às vezes, já acordava brigando com todo mundo e não queria falar com ninguém, outras vezes acordava rindo e feliz. Foi até a Casa para passar na psicóloga e “resolver esse nervosismo”. Disse que por isso “acabava tratando mal o atual marido, por nada e depois se arrependia”. Quando perguntamos se sempre foi assim, disse que não. O seu último marido a agredia fisicamente e a ofendia muito. Na primeira vez que a agrediu, já procurou a delegacia, “fez o B.O. e se separou”. Depois disso ficou muito nervosa, transtornada, pois sofreu violência quando estava grávida de quatro meses, pensava em se matar, passou quatro dias fora de casa vagando na rua e dormiu em uma pensão, além de conviver neste período com a depressão pós-parto.

A psicóloga Marta Vale da Casa Viviane afirmou que algumas mulheres desenvolvem alguns transtornos como resultados da agressão: por mais que a violência cesse ou que o relacionamento termine, a dor da violência não sai do corpo e da mente da mulher. Atualmente, Dilma está em um novo relacionamento, diz que o seu marido é uma ótima

pessoa e a ajuda muito. Deu-lhe uma carona até a Casa Viviane e iria buscá-la. Dilma fala rapidamente e expõe seu pensamento de forma muito clara. Ela está recebendo atendimento psicológico na Casa. E na segunda vez que a encontramos havia iniciado também tratamento com um psiquiatra no Posto de Saúde. Na segunda vez ela falava pouco, disse que estava tomando os remédios prescritos pelo psiquiatra, que a deixavam com muito sono. Ela quase não se expressava, não queria conversar, o olhar estava distante, dessa vez passou todo o evento (Chá Lilás) em silêncio.

Outro dado que a Casa traz é sobre a saúde mental das mulheres, o quanto a violência tem contribuído para deteriorar a saúde física e mental das mulheres. Segundo as profissionais da Casa há grande relação entre saúde mental e a violência de gênero, pois a situação de violência gera dor e sofrimento e esta mulher, em geral, não tem assistência. Quando procura tratamento de saúde é simplesmente dopada com medicamentos. “Como gerir essa dor causada por um trauma – da perda e da violência sem atendimento?” conta Keli Oliveira. Segundo Carla C. Garcia (1995), as mulheres são as que mais procuram algum auxílio psíquico. Para a autora isso pode ser interpretado como uma das consequências do peso de ter que arcar com múltiplas funções, muitas vezes, incompatíveis:

Os trabalhos fora do lar, os cuidados com a casa e a família e os inúmeros partos perigosos que consomem a saúde tanto física quanto mental, fazem com que as mulheres estejam sob tensões e ordem muito diferente das masculinas. Ser mulher numa sociedade profundamente patriarcal leva um número desproporcional delas a entrar em colapso (GARCIA, 1995, p. 115).

No mesmo encontro, conhecemos a usuária Ana, ela contou a história de sua irmã que “apanhou a vida inteira do marido, mas não conseguia denunciá-lo”. A irmã dizia que “não poderia denunciar o pai de seus filhos”. A violência só terminou quando os filhos cresceram e enfrentaram o pai. O caso de Ana também é difícil, ela sofreu agressões do marido e se separou, mas o seu problema: “é que ainda não saiu o divórcio” – se trata de separação litigiosa⁸², seu processo está no Fórum de Ferraz de Vasconcelos há um ano e meio. A região é conhecida pelos grandes problemas com relação à morosidade da justiça. Mesmo se separando, Ana não conseguiu terminar com o drama pessoal, pois o ex-marido ainda mora no mesmo local que ela, dividindo um sobrado e a atual esposa a agride verbalmente, ou seja, a

⁸² O divórcio litigioso é a alternativa que um dos cônjuges dispõe para solicitar a separação, quando não há acordo amigável entre os dois.

violência continua através da esposa do ex-marido, incentivada por ele. Ana tem medo de sair de casa e perder os seus direitos, por isso vai à Casa Viviane para esclarecer suas dúvidas com a advogada.

Também conhecemos Dona Clemilda. Na primeira vez que conversamos com ela tinha saído de casa há dez dias, acabou um relacionamento de 24 anos, tem quatro filhos desse relacionamento e mais quatro do anterior. Começou a ser atendida na Casa Viviane há dois meses, a partir dos agentes do SASF⁸³ que a visitaram e a aconselharam a procurar atendimento no Centro de Defesa. Os agentes do SASF realizam visitas às famílias regularmente e fazem encaminhamentos para os serviços públicos. Perguntamos o que achava da Casa, em lágrimas, disse:

Me senti muito bem acolhida, não tinha ninguém pra falar do meu problema, que estendesse uma mão. As orientações me ajudaram muito a entender o problema, às vezes, chego muito mal, muito angustiada com o problema e saio mais tranquila, mais aliviada. Passei a entender que eu estava me anulando, agora eu penso como consegui viver 24 anos desse jeito. Sei que foi pelos meus filhos, e consegui criar eles. Estou sentindo muitas saudades da minha casa e dos meus filhos. É ruim ficar num lugar que não é seu. (informação verbal)

Dona Clemilda está na casa de uma das filhas. Conta que diferente do primeiro marido que a agredia fisicamente, o atual só a agride verbalmente, e também a persegue impedindo-a de sair de casa, de ter amizades, e a desqualifica na frente das pessoas. Clemilda diz:

Ele tem um mundo quadrado e eu tinha um mundo redondo, eu sempre estava pra lá e pra cá. E, ele acabou com isso, eu me fechei, ele dominou minha cabeça. Na Casa Viviane eu consegui sair das correntes, estava presa, isso porque achei alguém pra me ouvir, um lugar que me sinto bem. (informação verbal)

As mulheres sentem dificuldade em revelar a situação de violência vivida, isso por ser algo difícil de partilhar, pois causa dor e sentimento de vergonha, também por ser desagradável e incômodo, além disso, por existirem poucos espaços de acolhimento dessas experiências. A Casa Viviane é um dos poucos espaços de escuta e de cumplicidade, no qual a mulher se sente respaldada para buscar justiça ou até para se separar. Além disso, auxiliam a eliminar o sentimento de culpa que as mulheres nessa situação carregam, pois há a percepção

⁸³ Serviço de Assistência Social à Família, este também é um serviço ligado a AVIB e conveniado com a SMAD.

pela sociedade de que existe algum tipo de merecimento quando alguém sofre violência, ou seja, que a mulher estaria sendo punida por não ter cumprido alguma obrigação, o que a faz sentir-se culpada (PORTELLA, 2000). Clemilda reclama por não ter tido até o momento, um lugar de escuta do seu problema.

O primeiro casamento também foi de muita violência, diz Clemilda. Conta: “Ele batia em todo mundo, se não tivesse fugido teria morrido”. Esse marido gostava muito dela, diz que “era uma coisa doentia”. Precisou sair e deixar os filhos, pois não tinha como levá-los, e se sente muito culpada por isso. Clemilda diz que conheceu o segundo marido e logo foi morar com ele, “isso pelo desespero de morar de favor, ele parecia uma pessoa boa, não o amava, aos poucos foi gostando dele, mas logo todo o gostar acabou porque ele não possibilitou gostar dele”.

Encontramos Dona Clemilda pela segunda vez no Chá Lilás. A última vez que a vimos fazia dez dias que tinha saído de casa, sentia medo, chorava muito e não sabia como seria o futuro. Nesse encontro estava um pouco melhor, com o cabelo pintado e com “escova progressiva”. Disse que estava trabalhando em um “lugar bom, em casa de família, lá conseguia trabalhar com tranquilidade, e sem pressa”. Estava conseguindo ver o filho mais novo, este com 12 anos de idade. Disse que o filho até dormiu na casa da filha, onde está morando agora. Mas ainda sentia um pouco de tristeza, ainda não se acostumara com a nova fase. “Ainda sofro com tudo que passou”. A saudade dos filhos e de sua casa a deixava triste, porém, depois que redescobriu a liberdade dizia que nunca mais se deixaria aprisionar. Participou da reunião, deu suas opiniões, estava mais aberta ao diálogo. Disse que é seu ex-marido que leva o filho para ela ver, e sempre pergunta: “quando voltará?” Ela diz não gostar quando ele “entra nesse assunto”. Na primeira vez que conversamos dizia que “sentia muito medo de encontrá-lo na rua, não sabia qual seria a reação dele”.

Em outra oportunidade contou que se sentia muito melhor desde a última vez que nos falamos. Ela disse: “Um dia desses o meu ex-marido tentou me agarrar na rua, quando foi levar meu filho mais novo pra mim ver (*sic*), eu me senti como se tivesse sido estuprada, sabe, a força dele, cheguei em casa me sentindo muito mal” (informação verbal). Contou que quando casada era constantemente estuprada pelo marido. Agora, longe dele se sentia muito melhor. Já fazia cinco meses que acompanhávamos Dona Clemilda desde os primeiros atendimentos na Casa. Ela estava cada vez mais bonita. No evento do dia da beleza na Casa a encontramos. Nesse dia tinham cabelereiros (as) e manicures na Casa para cuidar das mulheres. Ela escolheu fazer as unhas. Quando nos viu, veio conversar. Ficamos contentes com a liberdade que adquiriu para nos contar fatos de sua vida, sabendo que nossa função na

Casa era apenas de pesquisadoras. Perguntamos como se encontrava, disse que estava bem e que sair do convívio com o marido foi a melhor coisa que fez. Ela refletiu:

O que me angustia é a saudade dos filhos, do meu canto. Depois de tantos anos precisar morar na casa da filha ou na casa da patroa. Eles não me fazem mal, mas sinto vontade de ficar só, para refletir e não tenho esse espaço. Às vezes, caminho um tempão na rua sozinha para pensar, se aparece alguém conhecido, acha que estou doida. Meu filho me encontrou, disse: “a senhora tá doida, vai pra casa”.
(informação verbal)

A convivência na Casa Viviane, a partir dos atendimentos e das atividades, proporciona às mulheres olharem para si mesmas e refletir sobre suas vivências, o que não faziam antes por estarem mergulhadas nos problemas cotidianos e nos cuidados das outras pessoas. Elas vão perceber suas necessidades, o que gostam de fazer, cuidar da aparência e procurar aquilo que as fazem bem. Segundo Carla Garcia (1995, p. 116), “a esfera que cabe à mulher é a da família, onde a única possibilidade de existência que encontra é o viver para os outros. Qualquer desobediência a esta regra não é somente considerada uma violação social, mas é vista como uma desnaturalização”. Agora, Dona Clemilda inicia um duro processo de voltar a pensar em si, o que a faz refletir por um longo tempo e sentir necessidade de ficar sozinha com seus pensamentos. Ela resolveu não encaminhar seu caso para a justiça, separar-se judicialmente e dividir os bens, pois a casa que morava era da família do marido e não quer mexer com nada. Tem medo que o marido exija que ela pague pensão, algo que não teria como fazer. Mas entende que isso não vai acontecer porque ambos “não querem abrir um processo”. Infelizmente, para as mulheres é mais difícil entrar no mercado de trabalho e conseguir um emprego formal. Ela sabe que no futuro irá “conseguir alugar um cantinho e ir comprando suas coisas”.

Dona Maria Amélia foi uma das pioneiras a ser atendida pela Casa. Já a frequenta há nove anos. Participou da pesquisa sobre violência doméstica no bairro que deu origem a Casa Viviane. Chegou pela situação de violência empreendida pelo marido. Ela diz: “o problema amenizou, comecei a estudar Serviço Social e agora o problema se repete, mas com o meu filho mais velho”. A situação de violência desencadeia em vários problemas de saúde: tem síndrome do pânico, depressão, diabetes e outros problemas. Diz que o marido bate, mas também cuida dela. Ela gosta muito dele e não quer se separar, sempre diz que “ele tem jeito”.

Comenta: “se ele conversasse com as meninas, se tivesse um lugar de recuperação pra ele⁸⁴”. Ficou um tempo sem ir a Casa e agora voltou para se cuidar. Segundo a Psicóloga Marta Vale, muitas mulheres apresentam dificuldades em aceitar que a pessoa que escolheram como companheiro, em quem investiram afetivamente e a quem dedicaram cuidados seja um homem agressivo e não as ame, passam então a justificar o agressor e a atribuir a causa das agressões a influência de outra pessoa ou ao uso de entorpecentes. Nesses casos é preciso trabalhar o que a mulher traz, ou seja, qualquer que seja a sua dificuldade, precisa ser trabalhada no tempo da mulher, se for forçada ela pode não voltar mais.

Na segunda conversa com Maria Amélia estávamos indo para um passeio com outras mulheres da Casa. Fomos à exposição *Mestres do Renascimento* no Centro Cultural Banco do Brasil. Ela estava preocupada com o horário que iríamos retornar, pois precisava chegar até às 17 horas. Durante a viagem o seu marido ligou várias vezes. Ela precisou ficar explicando por um longo tempo aonde iria. E disse: “avisei pra ele, várias vezes, durante a semana e ele não ouviu, agora que não me achou em casa, ligou”. Estava com o filho mais novo, disse que o marido a cobra sobre o serviço de casa e o cuidado com os filhos, mesmo sem nenhuma necessidade, pois “os filhos já eram grandes e já sabiam se virar”.

Em outra visita a Casa, conhecemos Maria José, casada há 45 anos. Ela demonstra autoconhecimento e esclarecimento sobre sua condição, adquiridos durante os dois anos de vivência na Casa. Conta que foi subserviente ao marido e aos filhos, servia materialmente e cuidava dos netos. Acredita que passou muito tempo aceitando a violência física e psicológica porque a família e conhecidos tratavam aquilo como algo natural, dizendo: “é assim mesmo, toda mulher passa por isso, você deve aceitar”. Não ouviam e nem se importavam com ela. Dona Maria José sente muito rancor por isso e disse-nos: “Me anulei a vida toda, fiz só as vontades dos outros. E agora que parei de servir a família, eles viraram as costas pra mim. Se distanciaram porque agora eu não sirvo mais” (informação verbal). Nas conversas com as mulheres, percebemos a tentativa delas de dividir o problema com familiares e/ou outras pessoas próximas que são testemunhas das violências e mesmo assim serem ignoradas. Há a

⁸⁴ O art. 35, inciso V, da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), aborda a importância da instalação dos Centros de Educação e Reabilitação de Agressores como forma eficiente de auxiliar no combate à violência doméstica e familiar em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os objetivos da própria lei. Os Centros de Educação e Reabilitação de Agressores, conforme projetados na Lei Maria da Penha, ainda são raros em todo o país. O primeiro surge em março de 2009, em Nova Iguaçu (RJ). Alguns exemplos são promovidos pelas ONGs Instituto Papai, do Recife, Instituto Promundo e Instituto Noos, do Rio de Janeiro, bem como no Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel, de São Gonçalo (RJ). Ver: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciacriminais/IV/44.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

naturalização da violência doméstica contra a mulher, por isso o sentimento de raiva por ter convivido com a violência por tanto tempo. A Casa Viviane torna-se esse lugar de conforto e fortalecimento diante das opressões, sejam as provenientes da violência doméstica ou dos condicionamentos sociais.

Ela não se separou do marido, diz: “Pra quê? Já tenho mais de 65 anos, procurar lugar pra ficar agora seria muito difícil e já estou muito cansada. Trabalhei a vida toda, ajudei a pagar a casa, a arrumar a casa e agora ele (o marido) diz que não tenho direito a nada”. Sente-se “sozinha, desanimada e desgostosa da vida, não cuido tanto da casa como antes porque o corpo não aguenta mais”. Afirmou que a Casa Viviane foi uma benção em sua vida, melhorou muito, ficou emocionada ao falar e disse:

Minha casa vivia cheia, mas eram muitos os conflitos, até caso de polícia já teve em razão da minha neta querer morar com a gente a contragosto da mãe. Tentava ensinar outros valores pra minhas filhas, de não se aproximar das pessoas por interesse, mas o meu marido desqualificava tudo que eu falava, dizia que eu era doida que não falava nada de importante. (informação verbal)

Dona Maria José criou estratégias de sobrevivência ao lado do marido, disse-nos que as condições melhoraram. Ele continuava bebendo, mas ela conseguia perceber os momentos de tensão e evitar os conflitos. A vivência na Casa Viviane possibilitou olhar a sua realidade de forma crítica e a sair da situação de subserviência. Expôs-nos uma visão crítica sobre a situação da mulher na sociedade. Chegou até a Casa encaminhada pela Delegacia da Mulher (DDM), quando fez o B.O. por agressão do marido, mas não deu continuidade ao processo. Ela diz: “perdi muitas coisas e ganhei outras, sofri muito pra manter algo que não valia a pena”. (informação verbal)

Marta Vale comenta que o caso de Maria José, assim como o de outras mulheres que sofrem violência de seus companheiros é muito difícil, mas com apoio multidisciplinar que visa o fortalecimento pode-se assegurar sua maior autonomia. Muitas conseguem confrontar a situação, efetivar a denúncia, tomar ciência de seus direitos e assumir uma postura de sujeito e não mais de objeto diante dos agressores; apesar deles continuarem perversos, autoritários e violentos, elas conseguem reagir à violência e às imposições do outro.

A vivência na Casa tornou fácil a proximidade com as usuárias, que chegavam e cumprimentavam, contavam como estavam e perguntavam sobre nós. Dessa forma, tivemos a oportunidade de conversar com Sandra, mulher bastante retraída, calada e muito presente em todas as atividades da Casa. Permanecia a maior parte do tempo em silêncio, com o olhar

triste e a cabeça baixa. Já havíamos tentado conversar com ela, mas não tivemos êxito. Dessa vez, ela mesma se aproximou e sabia do nosso propósito na Casa. Acreditamos que a frequência possibilitou essa aproximação. Ela contou um pouco da sua história: “aqui foi o primeiro lugar que fui bem tratada, sinto amor e cuidado aqui”. Atualmente, mora em um abrigo na região do Belém, divide um quarto com mais dez mulheres, e mesmo longe, não falta nas atividades da Casa. Seus pais que a adotaram, morreram. Relatou que sofreu muito com os irmãos, sendo muito maltratada por eles; passou por desmotivação e desvalorização da família. Demorou muito tempo para conseguir sair de casa e socializar-se. Tem muito medo de ter contato com pessoas. Frequenta a Casa Viviane há quatro anos. Afirma que já melhorou muito desde a primeira vez que nos conhecemos. Ela saiu da casa que morava com os irmãos e diz “não quero saber de ninguém da minha família”. Está trabalhando como auxiliar de limpeza à noite. Conta: “não quero nunca mais me relacionar, namorei dois anos e fui abandonada, senti muita dor, me senti usada, sabe. É melhor ficar sozinha que mal acompanhada”. (informação verbal)

Chegou uma senhora na Casa, era sua primeira visita. Roseane, do setor administrativo fez a acolhida. Considerando o caso muito delicado, pediu a Keli (gerente) que ouvisse a senhora. A senhora veio falar da filha que havia acabado de sair do hospital, pois ficara internada “depois da surra” que levou do marido. A jovem tem três filhos pequenos, entre eles um casal de gêmeos, ainda bebês. Segundo a senhora, a filha estava sem perspectivas, acreditava que não conseguiria sair dessa situação e não tinha para onde ir com as crianças. A senhora dizia que seu marido, o pai, não deixava a filha retornar para casa. Ouviu falar da Casa Viviane na Unidade Básica de Saúde (UBS). Ela permaneceu na sala enquanto as profissionais debatiam o caso. Esta é uma situação de “abrigamento”, pois a qualquer momento a filha poderia ser assassinada. Seria necessário levá-la à delegacia para fazer um Boletim de Ocorrência de ameaça de morte, condição para pedir as medidas protetivas, e realizar o exame de corpo de delito. Infelizmente, a Delegacia só faz o Boletim de Ocorrência e pede as medidas protetivas se o marido já tiver agredido a mulher, se for apenas ameaça verbal não é feito o procedimento, não obedecendo à Lei Maria da Penha. Segundo as profissionais, a delegacia invariavelmente desconfia da mulher e negligência o atendimento. Essas medidas só poderiam ser tomadas com a presença da filha. As profissionais orientaram a senhora a retornar com a filha. A senhora estava muito apreensiva e assustada.

As profissionais da Casa mantêm uma relação diferenciada com as usuárias. O comportamento das técnicas diverge das profissionais de outros serviços públicos, pois não há um distanciamento entre funcionárias e usuárias, visto que não estão formalizadas numa

instituição que impõe um modelo de atendimento que as distancie das usuárias numa posição de superioridade ou de poder, semelhante à experiência vivenciada pela AMZOL. Para as atendidas, chegar até o Centro de Defesa sempre é muito difícil; as mulheres que chegam, normalmente “já estão no limite”, pois lidar com o problema da violência é muito doloroso. As usuárias contam que quando chegaram esperavam encontrar mulheres muito diferentes delas, expondo um comportamento formal e distante. A primeira surpresa é com a imagem, por serem mulheres, na sua maioria, negras, e com atributos diversificados, vestimentas coloridas ou não, cabelos crespos, lisos e enrolados. Quando perguntamos às usuárias sobre a primeira vez que chegaram ao espaço, elas contam que esperavam chegar a um local em que teriam de lidar com o medo, a reprovação e a vergonha. O resultado foi diferente, pois as profissionais, também em sua maioria, são moradoras da região. Acreditamos que esse aspecto provoque estranhamento no primeiro contato com as usuárias, mas o efeito nos parece positivo. As profissionais se mostram muito comunicativas e acessíveis, e as usuárias se sentem acolhidas.

A Casa Viviane também se propõe a possibilitar outros repertórios culturais para as mulheres, incomum devido às rotinas, aos impedimentos da classe social que estão inseridas e das relações sexistas que as condicionam. Assim, acompanhamos as usuárias e as profissionais em alguns locais, como ao Centro Cultural Banco do Brasil para conhecer a exposição *Mestres do Renascimento – Obras Primas Italianas*. Dentre as profissionais da Casa, foram a Psicóloga Marta e a Educadora Michele, mais a Educadora da Casa Anastácia com duas usuárias de lá. O ônibus contratado pela Casa chegou cedo. A Casa estava cheia, as mulheres pegaram seus lanches com seus filhos e seguiram para o ônibus. Percebemos que a maioria das mulheres que participa das atividades da Casa, como passeios, palestras e manifestações pelos direitos das mulheres, já havia transformado a situação de violência em que vivia. Algumas haviam se separado dos agressores, outras não se separaram, mas mudaram a posição que ocupavam no seio familiar, modificando a situação. Chegaram alegres, comunicativas e brincalhonas. “Agora me sinto livre”, diz Dona Izabel. Algumas estavam ansiosas, pois iam ao Centro Cultural pela primeira vez. A maioria delas, através dos passeios da Casa, visitou pela primeira vez o cinema, o museu, o Parque do Ibirapuera e eventos como as Marchas do Oito de Março; afirmam “não achava que poderia sair na rua gritando contra o machismo”, para elas “uma conquista!”.

Observamos que outro grupo de mulheres da Casa, raramente, frequenta esses eventos, pois ainda estão sob o olhar rígido e violento do agressor que não as deixa livres para ir e vir. O olhar delas é de medo, angústia e de expectativa de acontecer o pior, devido às ameaças do

agressor que podem se concretizar. Além disso, têm medo de encontrá-lo nos espaços públicos, pois ameaçam desqualificá-las e agredi-las verbalmente, caso as encontre na rua. As mulheres que iam para a exposição, ao contrário, estavam alegres, e diziam que se sentiam livres. Lembrando um ditado do feminismo boliviano: “Detras de una mujer feliz hay un machista abandonado⁸⁵”.

Dona Izabel ficava o tempo todo brincando, fazendo graça e contando mentirinhas, ela dizia: “agora posso viver tudo que não vivi a vida toda”. Quando chegamos ao centro da cidade, ela apontava para um prédio e dizia:

Já trabalhei ali, naquele apartamento, também, conheço muito bem o Centro. Meu pai me colocou pra trabalhar em casa de família desde os 13 anos. Teve um dia que cheguei à casa da patroa, ainda com a mala e a dona me mandou comprar produto de limpeza, fui e não consegui voltar, não achei o prédio e o apartamento, fiquei perdida e meu pai veio me buscar. Ela está esperando até hoje eu voltar (risos).
(informação verbal)

Dona Izabel passou a vida inteira trabalhando como diarista – trabalhadora doméstica – e conseguiu com muito custo sustentar os filhos. Dizia que depois de uma vida inteira trabalhando nos apartamentos de pessoas esclarecidas e com dinheiro, ela se sentia velha e com o corpo cansado, não conseguia mais trabalhar fora e não tinha nenhum bem, também não possuía aposentadoria. Os filhos já criados a ajudam pouco. Agora que conseguira se separar do marido agressor, via nos filhos os maus tratos perpetrados pelo marido se repetirem. Segundo as profissionais isso acontece em algumas histórias: o filho passando a ocupar o lugar do pai agressor.

Um dos obstáculos que as mulheres em situação de violência doméstica precisam ultrapassar é a idealização da família. Em nome da harmonia e união familiar, muitas mulheres, veem seus direitos de uma vida sem violência serem prejudicados. Um exemplo é o caso de Nina – primeira usuária que citamos. O juiz absolveu seu filho pelas agressões. Segundo Porto & Costa (2010) há uma fala do senso comum utilizada como justificativa judicial, ou seja, há uma ideia de harmonia na relação familiar, a partir da compreensão superficial, desprovida de uma análise da situação, dos sujeitos envolvidos e das consequências para a mulher. Esta harmonia dentro do lar custa, em alguns casos, até a vida da mulher.

⁸⁵ Fonte: <http://mujerescreandocomunidad.blogspot.com/>.

bell hooks (2013) critica a família burguesa idealizada pelo ocidente, em defesa da qual os papéis sexistas são proclamados como tradições estabilizadoras. Há uma visão de vida familiar associada a uma noção de segurança, que implica a imagem de que estaremos sempre mais seguros junto a nossa família. Mas não é isso que dizem as estatísticas de violência doméstica, estupro, feminicídio e maus tratos de crianças. Indicam que a família patriarcal idealizada não é um espaço seguro⁸⁶ e que as vítimas de violência, principalmente as mulheres, têm mais chances de serem atacadas por pessoas próximas a estranhos. As ideias conservadoras se perpetuam e muitas vezes, por conta do senso comum, a lei Maria da Penha não é efetivada pelo judiciário, ou mesmo, as mulheres deixam de denunciar por conta da imposição social de manutenção da família à custa de uma vida digna para elas. Muitas delas demoram a denunciar e dizem “como denunciar o pai dos meus filhos” ou “mas ele é meu filho”. Para bell hooks não há uma mudança nos valores porque a cultura de dominação promove a conservação dessas ideias (HOOKS, 2013). Essas ideias potencializam o poder de dominação do agressor e reafirmam o lugar de subalternidade da mulher.

Partilhar as vozes e subjetividades das usuárias da Casa Viviane reafirma seus direitos como sujeitos de resistência e direito de definirem sua realidade, dispondo outro olhar que não o de vitimização. Todas as mulheres que acompanhamos traspõem o lugar de vítimas para outro em que suas decisões são valorizadas e potencializadas. Suas decisões nem sempre vão se concretizar na separação do agressor, mas na mudança de seu lugar nas relações pessoais, seja na relação com o companheiro, e/ou nas relações com os filhos, nas relações de trabalho, significando a saída de um lugar de passividade para assumir uma postura ativa nos rumos da própria vida, por isso a fala recorrente: “eu me anulei a vida toda” ou “comecei a viver agora”.

A percepção e o reconhecimento da subjetividade e do potencial de resistência das mulheres da periferia são possíveis quando partimos de uma teoria que não apaga nossas diferenças e que reconhece o impacto da raça e da classe social como fatores que moldam a identidade feminina. Para essa tarefa trouxemos autoras feministas negras e latinas, como Gloria Anzaldúa e bell hooks que não se rendem a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis.

⁸⁶ Ver: Mapa da Violência. Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf. Acesso em: 9 out. 2014.

3.5 A Revolução Começa Justamente na Revolução da Vida Cotidiana: Vozes das Profissionais

“Creio que a revolução começa justamente na revolução da vida cotidiana” diz Faundez (apud HOOKS, 2013, p. 69). bell hooks ao discutir a prática social no feminismo traz à discussão as ideias de Antonio Faundez em seu livro *Por uma pedagogia da pergunta*, no qual o autor aponta as dificuldades para concretizar no cotidiano, nas ações individuais, a transformação social que almejamos. Também dialoga, conforme dissemos anteriormente, com Paulo Freire discutindo a necessidade de tornar real o que já sabemos na consciência. Esse é o grande desafio das feministas⁸⁷ e profissionais da Casa Viviane, tornar a teoria feminista uma prática constante nos atendimentos e ações da Casa. Tarefa que não é fácil e requer trabalho árduo, pois nenhuma de suas formações seja na Academia ou mesmo dentro dos debates feministas têm trazido metodologias para pensar as ações na vida cotidiana, principalmente, na vida cotidiana de mulheres dos setores populares.

Marta, psicóloga da Casa, assinala a necessidade de construir metodologias para trabalhar com as mulheres atendidas; conta que nada aprendeu na sua graduação sobre gênero, violência, ou mesmo violência doméstica, sendo sua prática um processo de construção que se dá no contato com as usuárias. Diz que procura criar grupos psicoterapêuticos e psicoeducativos, avalia os resultados dos trabalhos tanto em grupos como individuais, discute com a equipe e assim vai construindo uma metodologia que seja adequada ao trabalho com mulheres em situação de violência.

Essa é a proposta dos encontros com Marilda Lemos, supervisora do trabalho da Casa, a convite das mulheres. Marilda é consultora para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Tem uma longa experiência na temática e também exerce essa função em outros estabelecimentos. Ela também contribuiu na fundação do Centro de Defesa Viviane dos Santos. As discussões com Marilda acontecem uma vez por mês, momento em que as

⁸⁷ É importante frisar que as profissionais da Casa Viviane são feministas, o que não é comum em todos os Centros de Defesa. Isso foi decorrente dos primeiros Centros de Defesa fundados por reivindicação do movimento de mulheres, e organizados por elas, período conhecido como início do feminismo institucional. Os Centros de Defesa mais recentes, geralmente, não têm em seus quadros funcionárias feministas. As diferenças no atendimento e nas ações são preponderantes. A Casa Anastácia (discutiremos no capítulo IV) se difere da Casa Viviane nesse ponto, apesar de haver uma gerente feminista, as demais profissionais não o são ou estão em processo de ser. Notamos críticas ao feminismo por parte delas, mas que são referências ao desconhecimento do mesmo. E por não entender a importância do feminismo para o serviço, privilegiando o atendimento, sem a reflexão feminista.

profissionais da Casa, inclusive dos setores administrativo e operacional (limpeza), buscam dialogar sobre as experiências cotidianas, os casos atendidos, principalmente os mais complexos, e sobre a teoria. Para este debate é importante trazer o pensamento de bell hooks (2013), segundo a qual as experiências concretas das mulheres é um terreno fértil para a produção de uma teoria feminista libertadora. A autora critica as teorias que não ajudam os indivíduos a integrar o pensamento e a prática feministas em sua vida cotidiana. Afirma que apenas uma pequena parte da teoria feminista procura falar a respeito de como podemos transformar nossa vida mediante a conversão à prática feminista (HOOKS, 2013).

Que teoria feminista pode auxiliar as profissionais e usuárias a mudar o quadro sexista do lar? Ou mesmo, da política, das instituições de defesa da mulher, como as DDMs ou da Assistência Social que não atua pensando políticas para as mulheres, sendo a Casa dependente dessa instituição pública. São tensões que as profissionais precisam tratar cotidianamente. Segundo bell hooks a teoria feminista é:

Mais significativa quando convida as leitoras a se engajar na reflexão crítica e na prática do feminismo. Para mim, essa teoria nasce do concreto, de meus esforços para entender as experiências da vida cotidiana, de meus esforços para intervir criticamente na minha vida e na vida de outras pessoas. Isso, para mim, é o que torna possível a transformação feminista. Se o testemunho pessoal, a experiência, é um terreno tão fértil para a produção de uma teoria feminista libertadora, é porque geralmente constitui base da nossa teorização. Enquanto trabalhamos para resolver as questões mais prementes da nossa vida cotidiana (nossa necessidade de alfabetização, o fim da violência contra as mulheres e crianças, a saúde da mulher, para citar alguns), nos engajamos num processo crítico de teorização que nos capacita e fortalece (HOOKS, 2013, p. 97).

Segundo bell hooks a teoria que procura falar com as mulheres, homens e crianças a respeito de como podemos transformar nossa vida a partir de uma conversão à prática feminista ainda é restrita. Para ela não pode haver brecha entre a teoria feminista e a prática feminista. As profissionais buscam construir essa união; suas críticas e ações afirmam, na qualidade de ativistas feministas, o compromisso com um movimento feminista politizado e revolucionário que tem por objetivo central a transformação da sociedade. Por isso, a necessidade de pensar em teorias que falem com um público o mais amplo possível. No entanto, nas reuniões visualizamos as dificuldades de realizar essa união, pois as teorias (nem sempre feministas) com base na discussão da violência de gênero/familiar/doméstica

raramente falam diretamente com as experiências vivenciadas na Casa. Devido a este fator, os desafios e a exigência de criatividade das profissionais para pensar ferramentas para a prática social feminista são grandes. Nesse sentido trazemos algumas das experiências e reflexões das profissionais nessa empreitada.

Tivemos a oportunidade de acompanhar o trabalho de Marta Vale – psicóloga da Casa –, o que auxilia na compreensão do ponto de vista das profissionais que atuam na instituição. Ela contou um pouco sobre o modelo de trabalho escolhido, que se refere ao trabalho psicológico com as usuárias. Existem, segundo Marta, muitas formas de tratamento: o tratamento que realiza com as mulheres é o psicoterapêutico de base psicanalítica⁸⁸. Segundo ela, neste modelo “não se trabalha o corpo e não se faz uso de remédios”, apenas através da escuta estimula-se a autopercepção pela mulher e a transformação por sua própria atitude. Marta observa:

Na maioria dos casos, a mulher em situação de violência perdeu a própria identidade e passou a viver o “outro”, ela não consegue se vê, ela não deseja, não sonha. Ela vive a vida do agressor, se percebe a partir do olhar dele. Sua identidade é a que ele lhe atribui, o agressor diz que ela é feia, que é um nada, que depende dele pra tudo e ela toma isso para si como uma verdade. Sendo um nada, como esta mulher irá reagir? O nosso trabalho é fazer a mulher se voltar pra si, se olhar, se escutar, investir em si, reaver sua identidade, se questionar sobre os próprios desejos? O que espera do marido? E se a pessoa pode oferecer isso? Ela precisa voltar a sonhar, a desejar porque até então ela abre mão dos próprios sonhos para atender as exigências do outro. Para a mulher ter de volta sua autonomia e autoestima leva tempo, e isso depende de uma série de fatores, sendo importante a implicação dela com o acompanhamento na casa e com ela mesma, mas isso ocorre aos poucos. Não interferimos em suas decisões, mas as discutimos juntas, avaliamos a viabilidade delas. A mulher aprende a confiar em suas decisões a aceitar os próprios desejos. Se ela se vê como vítima, trabalhamos esse fator até que ela entenda que aceitou este lugar. Lógico que existem uma série de motivos que a levaram a esta situação, fatores sociais, culturais, familiares, questões financeiras, emocionais, dentre outras. Em um primeiro momento ela vai sempre culpar o outro, ela só consegue falar do outro, não consegue falar de si mesma. Questiona por que o outro age dessa ou daquela forma, mas não questiona a si mesma. O que a levou a aceitar um lugar submisso em suas relações? Por que permitiu que o outro a colocasse nesse lugar? Às vezes leva um tempo pra ela conseguir deslocar as questões do outro para si, se

⁸⁸ O processo psicoterapêutico consiste em um trabalho de cooperação entre psicólogo e cliente, cujo objetivo é a liberação desse núcleo da personalidade, obtendo-se com isso a descoberta ou redescoberta da autoestima, da autoconfiança e do amadurecimento emocional, de acordo com L. Binswanger (1970).

conhecer melhor, e adquirir força suficiente para dizer não! Algumas mulheres estão em atendimento há dois anos e ainda não conseguiram chegar nesse ponto, outras com menos tempo conseguem. O nosso trabalho é focado no sentido de possibilitar uma ressignificação do sofrimento psíquico e fortalecimento da autoestima a partir da elaboração de ideias conflitantes e da reflexão do sentido da violência em suas experiências. Ao se voltar para si, e compreender sua implicação no processo de violência a mulher pode abandonar o lugar de vítima e romper com o vínculo violento estabelecido com o parceiro e outras pessoas ao longo da vida. Ela precisa recuperar sua autoestima. E assim vai compreendendo que a relação que ela estabeleceu com o agressor, também se reproduz com outras pessoas, mantendo uma relação de subalternidade no trabalho, na escola, permitindo que outros a desrespeitem e a humilhem. Apesar de sofrer muito com os maus tratos não consegue ter uma atitude de enfrentamento, sente medo, não se percebe tendo direitos. É um trabalho muito difícil porque ela demora a aceitar que depende de uma mudança de atitude sua e não apenas do outro. Teme o olhar punitivo e severo da sociedade então, acha que se for submissa e não se opuser as exigências sociais estará desempenhando de forma adequada seu papel de mulher e não será rejeitada. (informação verbal)

De acordo com Marta, o trabalho psicológico desenvolvido com as usuárias propõe romper com os discursos paternalistas e vitimistas que elas introjetaram da própria experiência e que lhes foram ensinados como uma maneira de aceitar o lugar de subalternidade e na impossibilidade ser outra coisa, além do que os padrões sociais, ditados por uma sociedade patriarcal determinam. Mudar esse repertório não é tarefa fácil, pois essa autonomia muitas vezes implica ruptura com aqueles que partilham do seu universo de valores, como sua família de origem, seu marido. Precisam rever sua formação e suas crenças mais arraigadas. Como analisa Carla Garcia (1995, p. 121), “esta mulher que durante a maior parte de sua vida viveu para os outros não sabe o que é viver para si, nem cultivar interesses fora do espaço doméstico. A vida de esposa, amante e mãe parece ser a única justificativa que elas encontram para a sua existência”. Em vista disso, a Casa Viviane propõe às mulheres outros repertórios culturais, e por consequência a ampliação dos laços afetivos. É importante que elas acessem outros espaços sociais para que não se sintam sozinhas e se fortaleçam, caso necessitem romper laços afetivos importantes. Esses laços, no caso das mulheres das camadas populares, geralmente se formam no meio familiar. No ambiente da Casa Viviane, muitas delas conseguem ampliar esses laços através das oficinas e dos passeios, pois se formam grupos de mulheres que se apoiam. Marta acrescenta:

Tem mulheres que não se vinculam ao serviço, algumas necessitam de atendimento clínico e vêm aqui porque não conseguem atendimento no SUS (Sistema Único de Saúde). Elas chegam angustiadas, precisam falar, ser escutadas, falar da sua dor, então, em um primeiro momento elas falam muito do agressor. Leva um tempo para conseguirem falar de si: penso isso e quero isso! Tempo para descobrirem o que querem e se a pessoa com quem ela está convivendo tem como corresponder às expectativas delas. A violência desencadeia muitos sofrimentos, na mulher ela não consegue trabalhar, deixa de se relacionar com outras pessoas, ela se anula e quando pergunto o que ela mesma pensa disso, ela desmonta emocionalmente, isso porque se dá conta que não sabe o que quer, quem ela é, ela deixou de pensar em si há muito tempo. Muitas mulheres apresentam um sofrimento comum que é a depressão, uma forma de defesa que a psique encontra de fazer a pessoa parar e se voltar para si. É nesse estado que muitas mulheres procuram ajuda, quando estão consumidas pela angústia, quando não conseguem mais dormir, cuidar da casa, se alimentarem, quando já perderam o ânimo, a vontade de viver, ou já tentaram o suicídio. A depressão é um estado que se assemelha a morte para poupar a pessoa da morte e economizar energia para mantê-la viva. Mesmo nesse estado elas se culpam pelo sofrimento que estão passando e pelo comportamento do agressor. (informação verbal)

Carla Garcia (1995) observa que as mulheres deprimidas, anuladas e apagadas são muitas em todas as idades, e a depressão, mesmo que não resultando no atendimento hospitalar, é um dado constante da condição feminina. Segundo a autora, “a falta de alternativas para a vida aprisiona a mulher num estado de impotência que pode terminar em diversas formas de expressão que são sempre historicamente determinadas” (GARCIA, 1995, p.117). Com base no entendimento de que a violência doméstica contra as mulheres é fruto de uma construção social e histórica de um lugar de subordinação, entendemos que os sentimentos de culpa e o próprio adoecimento é parte desse processo, pois as representações sociais identificam na mulher algum tipo de merecimento quando esta sofre alguma violência, seja física, sexual ou moral. Há o entendimento de que a mulher estaria sendo punida por não ter cumprido alguma obrigação, “saiu de seu lugar”. É comum a frase “o que você fez”? Quando recorrem ao serviço judicial ou mesmo a pessoas próximas. Esta mentalidade gera a desqualificação do problema por parte da equipe de saúde que irá atendê-la, da polícia e do judiciário. Assim, as mulheres, além de sofrerem a violência quando buscam apoio, acabam muitas vezes achando que não há solução para os seus problemas (PORTO & COSTA, 2010).

Marta Vale trabalha na Casa há dois anos, e diz que o trabalho está cada vez mais complexo, pois a demanda psicossocial é grande. Ao ser questionada sobre o fato de algumas mulheres não se separarem do agressor, discorreu sobre alguns pontos:

Vou falar a partir do meu lugar de psicóloga da Casa. O nosso foco não é orientar a mulher a se separar do companheiro, é o rompimento com a situação de violência. Tem mulheres que se separam rápido, outras que levam um tempo se preparando para esse momento, e outras que não querem se separar. O nosso objetivo é auxiliá-las a sair do lugar de submissão que está posto e que aceitou. Muitas delas não querem se separar, querem acabar com o sofrimento, mudar. O lugar de sujeitamento das mulheres acontece não apenas porque elas não têm trabalho remunerado, ou porque não têm casa, ou porque precisam de apoio financeiro do companheiro para manter os filhos. Diversos fatores estão relacionados a esse fenômeno como os fatores socioculturais e as experiências pessoais vivenciadas no ambiente familiar que se reproduzem posteriormente nas relações interpessoais, de trabalho, com namorado e marido. Foi uma vida ouvindo e aceitando críticas, sendo passiva, não reagindo diante de abusos de poder, acreditando em um ideal de família e um ideal do que é ser mulher. Às vezes ela rompe com o agressor, mas não rompe com esse padrão ideativo sociocultural, então outras pessoas vão exercer esse papel de poder sobre ela. Ou seja, no trabalho será humilhada pelo chefe, nas reuniões do filho na escola pelas figuras de autoridades que a apontam como uma péssima mãe que não sabe educar o filho, na família é a boazinha que resolve o problema de todo mundo e não consegue falar não. Ela precisará deixar de se identificar com esse lugar passivo de menos valia que introjetou dentro de si, isso porque a forma que ela encontrou para ser valorizada pelo outro é ocupando o lugar de servir de cuidar do outro. Ela não é sujeito da própria vida, não deseja é objeto. Muitas mulheres quando rompem com o agressor é porque já chegaram numa situação muito crítica, se elas continuarem vão morrer. (informação verbal)

Marta aponta a necessidade de a mulher destituir seu lugar de submissão nas relações sociais, o que vai além da relação com o agressor, mas também nas relações com familiares, no espaço de trabalho e em outros meios sociais e pessoais. Não é tarefa fácil sair do lugar de vítima que lhe foi inculcido durante toda a vida e ocupar o lugar de controle. Para Gloria Anzaldúa (2004, p. 78), “sentimo-nos vítimas quando outra pessoa tem o controle e, portanto é responsável e pode ser culpado - ser uma vítima é transferir a culpa para a cultura, a mãe, o pai, o ex-marido, o amigo, e me absolver da responsabilidade – o sentir-se forte, em grande medida, é ter o controle”. Marta acrescenta:

Muitas vezes quando a mulher sai de um relacionamento conflituoso e entra em outro sem trabalhar sua subjetividade e o lugar que assume diante do outro, ela rompeu com o agressor, mas não rompeu com o tipo de relação, ou de vinculação baseado na submissão e “coisificação”. Esse padrão vai se repetir no próximo relacionamento dela. Pode-se alcançar melhores resultados quando é possível trabalhar com a mulher enquanto ela ainda está no relacionamento, vivenciando o conflito do que quando ela se separa de imediato. Dentro do relacionamento ela fica menos defensiva e vai aos poucos percebendo a realidade violenta do vínculo estabelecido com o parceiro, da sua própria posição dentro desse relacionamento, pode se fortalecer mudar de posição e aprender a lidar com as perdas e assim abrir mão de qualquer recompensa a qual se apegava. Agora, quando ela se separa sem antes ter passado por um acompanhamento ela está fragilizada e não consegue sustentar um rompimento, os problemas do momento, como a saudade dos filhos, da casa vão prevalecer e a levarão a pensar nos benefícios de quando estava casada. São coisas mínimas, irrelevante para outra mulher, mas para ela qualquer coisa que o marido tenha feito de bom no período de casada será elevado alto nível, colocando os momentos de violência em baixa, ou seja entra em um processo de negação da violência. Porque o processo de separação é difícil, envolve perdas, rompimentos, iniciar uma nova vida é difícil, traz medo insegurança, é desafiador, traz consigo novas responsabilidades exige uma novo posicionamento para consigo e com o outro e a mulher se não estiver preparada psicologicamente para enfrentar esses desafios e se não contar com uma rede de apoio familiar, de amigos e da política pública que garantam seus direitos ela volta para o agressor. Nós trabalhamos com a decisão da mulher, ela é quem decide se quer se separar, ou se vai manter a relação, Um exemplo, é aquela mulher que separa e volta, separa e volta isto porque ela não se sente capaz de viver sozinha, de decidir sozinha necessita de alguém que fale o que ela precisa fazer. Ela se acostumou a fazer o que os outros entendem como correto e adequado, tem medo de ficar sozinha, de errar, não sabem decidir, não sabem lidar com o poder. (informação verbal)

As conversas que tivemos com as usuárias elucidam alguns pontos colocados por Marta: como apresentamos, a maioria delas tem a percepção de que delegava a outros a responsabilidade pelas decisões em sua vida. Elas dizem “me anulei a vida inteira”, representando a compreensão de que não tinham o controle da própria vida e o quanto isso custou caro a elas. Como já foi dito, Marta expõe que a sua metodologia vem sendo construída no trabalho diário na Casa, afirma “nada descobri na faculdade, os planos de trabalho vão sendo construídos aqui”, junto com suas experiências e as experiências das usuárias, por isso muitas reuniões com as profissionais e usuárias são feitas para que todas possam sinalizar os caminhos.

Além das conversas com Marta, também participamos das reuniões de supervisão com Marilda Lemos, momento importante para as profissionais, que lhes dá suporte para o trabalho. Para Marilda é importante manter este vínculo com os Centros de Defesa para não perder o contato com a prática, pois as ações precisam sempre estar mudando, já que novas questões vão surgindo. Ela também realiza supervisão na Casa Anastácia – que abordaremos no capítulo IV. Na Casa Viviane, as reuniões ocorrem a cada terceira segunda-feira do mês.

Nas reuniões as profissionais debatem os casos mais complexos e discutem assuntos relacionados ao serviço, com auxílio de textos, filmes e outros materiais pertinentes para auxiliar na reflexão das experiências do dia-a-dia da Casa. Em um desses encontros conversou-se sobre o “Amor Romântico” e o nascimento do ciúme, visto que a violência vivida pelas mulheres também é associada ao amor e ao ciúme, ocasionando muitas vezes sentimento de culpa, pois o ciúme justifica o crime contra as mulheres; justifica o dito “crime passionnal”. Na discussão de caso, analisamos a situação de uma usuária que sofria perseguição do marido. Ele a vigiava em todos os locais que ia, inclusive no atendimento com a psicóloga. Marta precisou atendê-la na UBS, local que a deixava ir, pois o atendimento na própria Casa Viviane seria perigoso. Ela não conseguia separar-se do marido, pois ele ameaçava matar toda a família. As funcionárias precisaram pensar em estratégias para tirá-la dessa situação e preservar-lhe a vida. Segundo as profissionais, por sofrer violência psicológica, a usuária potencializava a força do marido, e o medo a paralisava. A conversa seguiu em torno de pensar alternativas para tirar a mulher da situação de violência, visto que era um caso grave.

Nas reuniões participam toda a equipe. Em outro momento iniciamos a reunião assistindo ao documentário: “Clitóris: prazer proibido” (2003) de Mechèle Dominici, Variety Maszynski e Stephen Firmin. O documentário traz depoimentos de médicas, educadoras sexuais e mulheres em geral, contestando a concepção religiosa e patriarcal de que sexo existe apenas para a reprodução. Também aborda questões delicadas como a mutilação genital e a “adequação estética”. Após o vídeo, iniciamos uma conversa sobre sexualidade refletindo sobre as mulheres atendidas. Marta Vale salientou a dificuldade desse tema para as mulheres: “Algumas carregam traumas por terem sofrido ou sofrerem abusos, outras se reprimem, algumas dizem que a pior parte do casamento é a relação sexual, e o quanto é difícil pra elas negociar com o parceiro uma relação mais prazerosa”. O documentário evidencia o fato de muitas mulheres serem consideradas histéricas, por historicamente verem a culpa de doenças e do seu estado emocional no útero e no clitóris. A palavra histérica origina-se da derivação de útero no grego (VIANNA, 2014). Marta aponta:

Histeria, para a psicanálise, é uma neurose que tem como origem o recalçamento de um desejo repudiado pela consciência. A ideia é reprimida e o afeto ou desejo associado à ideia é convertido para uma parte do corpo, impedindo a mulher de obter prazer, ou melhor, o prazer é substituído pelo sintoma ou sofrimento. (informação verbal)

Marilda assinala:

Muitas mulheres passam a vida toda sem ao menos ver sua vagina, e/ou sem saber o que lhe dá prazer, e nós (mulheres) não falamos sobre sexo, as mulheres não conversam entre si. Esse tema ainda é um tabu para as mulheres. Como seria se as mulheres soubessem que é o clitóris que lhe dá prazer, a única função desse órgão? (informação verbal)

O documentário destaca o fato de o prazer vaginal ocorrer para apenas 30% das mulheres, ele é mais difícil que outras formas da mulher sentir prazer. Marta assinala que as atendidas não sabem disso e se queixam: “Como eu não sinto prazer se eu o amo, isso gera um sofrimento na mulher”. Após o debate, retomamos o estudo do caso da reunião anterior, no qual a mulher corria risco de vida. Marta Vale, responsável pelo caso, contou que a usuária pediu desligamento da Casa, dizendo que “o agressor estava bonzinho e que aquela perseguição não iria mais acontecer”. A usuária perdeu o emprego por conta de uma discussão com o chefe e estava totalmente dependente do marido agressor, e este a estava ajudando muito, estava pagando um curso pra ela e auxiliando o seu filho. Segundo as profissionais, a usuária está passando pela fase “lua de mel” do ciclo de violência⁸⁹, e o que resta a fazer nestes casos é dizer que “a Casa está de portas abertas para quando ela quiser e precisar voltar”. Infelizmente, é sabido para as profissionais que terminada esta fase – a lua de mel, em que o marido busca a reconciliação –, a violência é retomada. Marilda observa que a usuária

⁸⁹ Para alguns analistas a violência doméstica funciona como um sistema circular – o chamado ciclo da violência. Esta dividido em três fases, sendo elas: **1- Aumento de tensão:** as tensões acumuladas no cotidiano, as injúrias e as ameaças tecidas pelo agressor, criam na vítima, uma sensação de perigo eminente. **2- Ataque violento:** o agressor maltrata física e psicologicamente a vítima; estes maus-tratos tendem a escalar na sua frequência e intensidade. **3-Lua-de-mel:** o agressor envolve agora a vítima de carinho e atenções, desculpando-se pelas agressões e prometendo mudar (nunca mais voltará a exercer violência). Este ciclo caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, isto é, pela sua repetição sucessiva ao longo de meses ou anos, podendo ser cada vez menores as fases da tensão e de apaziguamento e cada vez mais intensa a fase do ataque violento. Usualmente este padrão de interação termina onde antes começou. Em situações limite, o culminar destes episódios poderá ser o homicídio. Fonte: Guia de Procedimentos para o atendimento às mulheres em situação de violência nos Centros de Referência de atendimento à mulher e nos Centros de Cidadania da Mulher – Prefeitura de São Paulo.

faz a grande aposta da sua vida, esperando que o marido possa mudar. No ponto de vista das profissionais, o que resta é esperar, e quando ela voltar começar o trabalho de novo.

Outro caso complexo para a equipe é com relação às mulheres evangélicas que estão passando por situações de violência doméstica. Elas não conseguem sair do lugar de sujeição, pois introjetam as justificativas da religião, que as mantêm no lugar. Alguns exemplos são elucidativos: “O que Deus pôs sob o mesmo jugo, não o separe o homem⁹⁰”; “O marido é a cabeça de sua esposa⁹¹”; “Esposas, estais sujeitas aos vossos próprios maridos⁹²”. Elas pedem conselhos para o pastor que as aconselham a obedecer ao marido. Marilda diz:

Quando temos que competir com Deus a gente sempre vai perder. Temos que buscar ser parceiras da mulher, elas precisam ver em nós parceria. Então, temos que falar de Deus sem precisar falar de nossas crenças e enfatizar o lugar do homem na religião. Observando com a usuária a importância que o padre e o pastor têm na sociedade, o quanto são valorizados e dominadores. Porque quando vamos enfrentar Deus, vamos sempre perder. (informação verbal)

Marilda foi freira por 16 anos, dos 24 aos 40 anos, e o que a fez desistir da congregação foi a estrutura da igreja, na qual via muitas injustiças e se indignava, além da estrutura patriarcal. No almoço continuamos a conversa da reunião de forma descontraída, falando sobre a militância, sobre os debates que se acirravam nos espaços de formação e sobre Deus. Marilda observou que Deus tem um momento de criação na história e um propósito: “é um discurso para a dominação”. A maioria da equipe de profissionais da Casa, com exceção da educadora e psicóloga, conheceu e vivenciou o trabalho de base das CEB's na região.

Em outra reunião, Marilda realizou dois exercícios com a equipe para posteriormente serem trabalhados com as usuárias. O primeiro deles foi o exercício do relógio, o qual se tratava de um círculo em que preenchíamos as horas do dia, e a cada hora anotávamos o que fazíamos naquele horário. Depois de pronto, analisamos quanto tempo do nosso dia dedicávamos a nós ou ao lazer, e quanto tempo dedicávamos ao cuidado de outras pessoas. É perceptível o pouco tempo que dedicamos a nós. “As mulheres nunca têm meia hora [...] que possam chamar de sua” (WOOLF, 2014, p. 96) disse Virginia Woolf em seu livro *Um Teto Todo Seu*, discutindo as limitações para que uma mulher se tornasse escritora no século XX. O objetivo da atividade é auxiliar as usuárias a refletir sobre a vida e analisar quanto tempo de

⁹⁰ Mateus 19:6.

⁹¹ Efésios 5:23.

⁹² 1 Pedro 3:1.

seu dia dedicam a si e quanto tempo dedicam a outros; na maioria das vezes, trabalhando para os filhos, para o marido, e se dedicado ao serviço doméstico. Marilda apontou: “As mulheres que ficam em casa trabalham muito, e o que elas fazem que esteja voltado pra elas?”.

Fizemos outro exercício semelhante, o qual solicitava que fizéssemos uma lista de quantas pessoas cuidamos. Uma coluna para os membros da família, outra para os amigos, outra para pessoas da sociedade (instituições, grupos e movimentos que participamos), e a última coluna para colocarmos aqueles que cuidam da gente. Esse exercício auxilia as usuárias a pensarem no tamanho de sua rede pessoal, com quem elas podem contar em um momento de vulnerabilidade, e também para pensarem em quantas pessoas elas cuidavam e com de quantas pessoas elas podem obter apoio em um momento de fragilidade. Marilda acrescentou:

Em um momento de necessidade, a cabeça não pensa direito, elas precisam estabelecer essa rede pessoal antes. A rede de cuidado é pessoal, qual o tamanho da nossa rede pessoal? São dois exercícios para as mulheres se darem conta de si e o valor disso, isso é fundamental para quem sofre violência. Precisamos criar estratégias para a usuária de acordo com suas vivências, contar com a sua rede primária e ajudá-las a entender que quem nos sacaneia é o agressor e não outra mulher. (informação verbal)

Em uma das reuniões avaliamos os trabalhos no ano de 2013. As profissionais avaliam a supervisão como um espaço para trazer novas perspectivas teórico-metodológicas, discutir e encontrar saídas para as demandas do dia-a-dia. A complexidade do trabalho exige a tarefa contínua de invenção e criatividade para alterar a realidade sexista vivenciada pelas mulheres nesse contexto. Toda a equipe da Casa se apropria dos casos. Na ausência da profissional de referência, outra profissional pode assumir o caso. Segundo as profissionais, o ano de 2013 foi um ano em que tiveram muitos casos complexos, que apontaram as fragilidades e limites institucionais. Avaliaram também que faltaram parcerias. Segundo Michelle Dias (Assistente Social) “muitas vezes, a mulher está conseguindo trabalhar a afetividade, isto é, a ideia de não viver mais com o agressor, porém não consegue o suporte social necessário” (informação verbal). Existe um programa administrado pelo Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), chamado aluguel social, em que as mulheres em situação de violência têm a possibilidade de receber um valor para pagar aluguel por um tempo determinado a fim de se distanciar do agressor. As profissionais questionam os critérios para obtenção do benefício, aos quais muitas mulheres não atendem, como por exemplo, possuir trabalho formal, entre

outros que acabam excluindo as mulheres de acessar o benefício. Também há demora na efetivação do recebimento do benefício. Além disso, muitas delas são prejudicadas por sofrerem discriminação dos locatários, que não aceitam alugar a casa para mulheres solteiras com mais de dois filhos. Por conta desses entraves elas acabam não usando o recurso. Essa é uma das dificuldades para as mulheres da periferia que sofrem violência e não possuem um suporte financeiro para distanciar-se do agressor.

Marilda perguntou as profissionais o que foi positivo e o que precisaria melhorar no ano 2013. O grupo apontou como negativo o banco de dados, pois ainda não fora possível atualizá-lo; ele se encontra em construção, muitos problemas aparecem quando tentam alimentá-lo. A Casa fez dez anos em 2014 e todos os cadastros ainda estão manuscritos. Outro ponto negativo se refere ao valor do aluguel, fator que onera as despesas, pois o custo é muito alto. A Secretária de Assistência é um problema à parte. As profissionais não contam com a Assistência. Observou-se como ponto positivo, a emenda de financiamento para as instituições comprarem equipamentos. Antes do financiamento realizava-se todo o trabalho com apenas um computador; com o recurso, compraram mais computadores. Infelizmente, no mês de junho de 2014 a Casa sofreu um assalto e os equipamentos conseguidos com a emenda foram roubados.

No ano de 2012 a Casa sofreu doze assaltos em um período de sete meses, obrigando a mudança de endereço. No novo endereço houve o primeiro assalto. A equipe desde então, passou a pressionar a prefeitura para disponibilizar um serviço de vigilância. Depois de muitos enfrentamentos o serviço foi disponibilizado no dia 06 de outubro de 2014 para o CDCM Viviane dos Santos, e algum tempo depois (novembro) para a Casa Anastácia, que também exigiu o serviço de vigilância após passar por situação semelhante, tendo as funcionárias ameaçadas por um agressor. As profissionais acreditam que o alto número de assaltos ocorridos em 2013, seja consequência do aparecimento de mulheres que vivem situações de violência perpetradas por trabalhadores do tráfico ou do Primeiro Comando da Capital (PCC), na maioria, mulheres jovens. Isto porque, além de roubarem, os assaltantes destruíam a Casa, pichando e quebrando, o que pode ser entendido como vingança.

Segundo a equipe, no ano de 2013 tiveram muitos abrigamentos. O abrigamento exige muita atenção e tempo da profissional responsável, pois esta precisa acompanhar a usuária até a delegacia para fazer o Boletim de Ocorrência, e algumas vezes, ao Hospital Pérola Byington – Centro de Referência da Saúde da Mulher, para realizar o exame de corpo de delito antes de encaminhar para o abrigamento, o que leva muito tempo. A profissional fica o dia inteiro para resolver o caso. Apesar do aumento dos abrigamentos, as profissionais conseguiram se

organizar bem para não desgastar excessivamente uma profissional. Souberam ser solidárias uma com as outras, segundo elas, e dividiram as demandas externas, pois a dinâmica da Casa consome muito as profissionais.

3.6 Espaços de Oposição: Chá Lilás

Toda última quinta-feira do mês acontece na Casa Viviane o Chá Lilás. Neste evento reúnem-se as usuárias da Casa para debater um tema pertinente a elas ou à sociedade em geral. São tratados assuntos diversos: questões relacionadas à política, ao direito, ao gênero e muitos outros. A cada encontro é chamada uma convidada para conduzir o debate. São mulheres de diversos espaços como movimentos sociais, profissionais do direito, ou especialistas em determinadas questões. Estas profissionais vêm de forma voluntária. Neste texto registramos alguns momentos dos encontros.

O tema de uma das quintas-feiras foi a Lei Maria da Penha. A palestrante foi a Advogada da Casa, Karina, mas em geral, a convidada é de outros espaços. Esses encontros foram momentos privilegiados para conhecer e conversar com as usuárias da Casa. Além das usuárias e algumas crianças, ocasionalmente participam funcionárias da rede de atendimento da região. Neste encontro sobre a Lei Maria da Penha, por exemplo, uma funcionária do Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica no Domicílio (SASF) e a supervisora do CREAS estavam presentes.

As usuárias falaram muito durante o debate do Chá, expuseram dúvidas e contaram suas experiências. Diziam que haviam chegado à Casa Viviane sem nenhuma informação sobre a justiça e não sabiam como proceder, como sair da situação de violência e que, na delegacia, não foram instruídas conforme a Lei Maria da Penha determina⁹³. Nos depoimentos agradeciam muito à Casa por terem saído da situação de violência, pois haviam chegado ao local “desanimadas” e já estavam em um momento em que “não viam saídas”, “não sabiam se deviam acreditar no que as funcionárias orientavam”. Uma das mulheres falava de forma alegre, dizia que sua situação era muito delicada, “chegou desanimada e em crise pela demora da justiça”. Não sabia se daria certo e temia, “mas agora estou muito melhor”, havia saído “daquela situação de violência”. Aconselhava que as mulheres não desistissem e persistissem seguindo as orientações das técnicas.

⁹³ Segundo o artigo 11, inciso V, da Lei 11.240/06 – Lei Maria da Penha, a autoridade policial deve: “informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis”.

A advogada Karina alertou às mulheres que a delegacia deveria informar à reclamante sobre os procedimentos da Lei, avisando sobre as medidas protetivas, algo que raramente acontece. Segundo Karina “o maior problema tem sido a negligência das delegacias, as mulheres acabam dependendo da boa vontade do delegado que muitas vezes desencoraja as mulheres a seguirem com o processo”. Já falamos sobre o problema das delegacias, mas a todo o tempo ele se manifesta nas discussões entre as mulheres, em virtude de sua importância.

As mulheres, também tiraram suas dúvidas com relação ao fato de elas mesmas terem que entregar a intimação para o agressor ou serem chamadas para depor no mesmo dia que ele. Isso ocorria com a Lei n. 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais) aplicável aos crimes com pena de até dois anos, considerados de menor potencial ofensivo, e nas sentenças era determinada a aplicação de penas pecuniárias, como pagamento de cesta básica e multa. A Lei Maria da Penha retira dos Juizados Especiais a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher⁹⁴. Essa situação mudou na vigência da Lei Maria da Penha. A intimação não pode ser entregue pela reclamante e não se aplicam mais as penas pecuniárias. Outra dúvida que trouxeram foi com relação ao alcoolismo do agressor. Karina alertou:

A maioria dos agressores não tem nenhum vício, trabalham, ou seja, estão dentro do padrão estabelecido de bom cidadão ou de bom pai. Em raros os casos em que o agressor apresentava algum problema psicológico, o que dificultava a mulher em pedir socorro, pois o agressor possuía um comportamento social comum. Na maioria dos casos, simplesmente, o agressor acreditava que a mulher merecia aquele tratamento. Cada caso é uma história diferente, a nova Lei permite ver os casos na sua especificidade. É necessário coragem para começar e cada mulher tem seu tempo. Tem mulheres que nunca mais irão se relacionar e tem outras que vão recomeçar com outro companheiro. (informação verbal)

Karina aponta o álcool como fator precipitante da violência, mas não como causa. O que causa a violência é o entendimento de que as mulheres estão subordinadas aos desejos e caprichos dos homens (MIRIM, 2006; SOARES, 2005). E encerrou modificando um ditado muito conhecido: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” para: “em briga de marido e mulher todo mundo tem que meter a colher”.

Dona Izabel agradeceu muito por ter saído da situação de violência, dizendo:

⁹⁴ LAZARINI NETO, Pedro. Código Penal Comentado e Leis Penais Especiais Comentadas. 2009.

Hoje me sinto muito feliz, cheguei aqui muito mal, triste e recebi carinho e atenção. Nos momentos de crise fui acolhida, recebi atenção, temos que lutar. A orientação me tranquilizou, a equipe me ajudou muito, não conhecia a lei, não sabia o que fazer. Hoje a paz voltou a reinar na minha casa, mas continuo vindo à Casa Viviane para participar dos eventos e para fazer amizade. Nunca tinha dançado na vida, o meu pai era ciumento e não tive infância. Hoje estou vivendo, participei da festa da Casa, dancei muito, tinha sanfoneiro e muito forró. (informação verbal)

Uma das finalidades do encontro é estimular a solidariedade e a cumplicidade entre as mulheres. Acredita-se que a emancipação ocorre como resultado da experiência coletiva de desvendamento de vivências particulares. Trata-se de descobrir coletivamente quais os dispositivos de poder e autoridade, qual o universo de práticas e crenças que imperam na construção social, cultural e política da condição feminina.

Em outro Chá Lilás discutimos a Economia Solidária com Dona Vera da ONG SOF. Ela começou a conversa perguntando para as usuárias sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Foram dados exemplos muito particulares como: “a mulher não pode ter amigos, não pode ir à igreja que eles ficam maldando”; “o trabalho dos filhos é só da mulher e o trabalho doméstico, também. E, o salário deles é maior”. Quando a palestrante afirmou que os homens não são companheiros, elas repetiram em coro: “não são!” A palestrante continuava:

Em cada bairro deveria ter um restaurante público, uma lavanderia pública para que esse trabalho não ficasse todo nas costas das mulheres, além do trabalho de casa ser dividido. Mas, até aqueles homens que se dizem feministas são apenas na teoria porque na prática reproduzem o machismo. O objetivo de discutir esse tema no Chá Lilás é incentivar a construção de uma economia solidária entre as mulheres, já que elas são as primeiras a serem excluídas da economia capitalista, impedidas de inserção no mercado de trabalho e renegadas ao trabalho no âmbito privado que não é remunerado, ou de baixa remuneração. (informação verbal)

Na Casa Viviane há o “Inana”, projeto de geração de renda autônomo, e faz parte dele um pequeno grupo de usuárias conduzido por Margarida Escaldin, responsável pelo serviço de limpeza da Casa. Elas produzem objetos artesanais a partir de retalhos, como bonecas de fuxico, tapetes, colares, passadeiras, e outros objetos para serem vendidos na loja social da SMADS, juntamente com outras ONGs. Uma mulher do grupo precisa fazer plantão na loja uma vez por semana, porém esse trabalho não tem sido vantajoso e traz preocupações. Segundo Margarida, “não há nada de solidário na loja, imitam os padrões do capitalismo, há

muita briga e desavenças. A loja deveria ter um perfil cooperativo, mas tem funcionado com ideologia mercadológica”. (informação verbal). O dinheiro arrecadado é destinado ao “Inana”.

Em mais um Chá Lilás, discutimos o tema da mulher encarcerada e a maternidade. A convidada foi Talita Melo, formada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e membro do Coletivo Anastácia Livre, da Zona Leste. Talita Melo iniciou o debate com um vídeo contendo o depoimento de três mulheres que foram presas grávidas e perderam a guarda dos filhos, sem autorização e sem explicação. Após assistirmos o filme, ela perguntou às usuárias o que havia de semelhante entre as três mulheres do documentário. As usuárias responderam prontamente, surpreendendo a palestrante: “são negras, são pobres, e usuárias de drogas”. E Talita observou alguns pontos:

O Estado toma os filhos das presas isso há 10 anos, tempo em que a Pastoral Carcerária atua nos presídios de São Paulo e fez essa notificação. Elas dão à luz algemadas, os filhos são adotados e não se tem mais notícias deles. Por que isso acontece com elas? Elas não tem advogado, não são ouvidas pela justiça. Em 2013 o número de mulheres presas aumentou para 37 mil. O número de mulheres presas vem crescendo duas vezes mais que o número de homens presos. A velocidade em que são presas é maior. Por que o Brasil está prendendo tanto as mulheres? E de cada dez presas, seis são negras⁹⁵. A prisão, também, está relacionada ao patriarcado. Essas mulheres estão sendo presas porque não estão onde deveriam – no espaço privado. A escolha dos presos é um ato político, está determinado quem o Estado escolhe para prender. Elas são presas na medida em que deslocam do seu lugar e vão para o espaço público. E, são presas com facilidade por já estarem num lugar criminalizado, isto porque fogem do papel de subalternidade imposta à mulher, no qual ela deve ser educada, arrumadinha e quietinha. Da mesma forma, que sempre foram presas prostitutas, mulheres que bebiam ou lésbicas. Existe uma escolha política de quem eu vou prender, os órgãos de Direitos Humanos procuram melhorar as condições das mulheres presas, porém aquele espaço não pode ser humano, é um local desesperador, elas precisam tomar remédio para conseguirem estar ali. Os órgãos de Direitos Humanos não discutem a escolha política de quem prender, apenas tenta melhorar as condições impostas a essas mulheres. E, por que o Estado tira os filhos dessas mulheres? Algumas foram pedir ajuda e perdeu o filho, isso é comum acontecer. Por que o Brasil está prendendo tantas mulheres? Acha que essas mulheres não devem ser mães, a mulher negra, a mulher pobre não deve ser mãe. E, elas sofrem muito. (informação verbal)

⁹⁵ Ver: Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino – 2008. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

As usuárias citaram casos próprios ou de conhecidas, de mulheres que perderam os filhos porque o marido fugiu com eles, e nunca conseguiram retomá-los. Disseram que são tidas como loucas, a justiça não olha pra elas, são esquecidas. As usuárias se reconheceram na temática proposta porque também são mulheres discriminadas e marginais para o direito. Muitas vezes, os casos em juízo de violência doméstica demoram a serem resolvidos por efeito da representação que o judiciário tem das mulheres, conforme já apontamos, e isso se agrava quando as mulheres são pobres e negras (NASCIMENTO, 2003). Talita Melo acrescenta que o juiz poderia reverter à situação dessas mulheres que perderam os filhos, “mas não se importa, pois o lugar que ocupam já as criminaliza, apenas dizem que elas não têm como cuidar e tiram, não pensam que estejam passando por um momento de dificuldade”.

A Defensora Pública Thais Helena Costa também compareceu em um dos encontros do Chá Lilás. Ela iniciou a fala trazendo informações sobre a condição da mulher ao longo da História, sobre o Estatuto da mulher casada, profissão do homem e da mulher, diferenciação nos salários, chefia política e empresarial, assédio sexual no trabalho, sobre o trabalho doméstico e tirou muitas dúvidas das mulheres com relação ao judiciário. Thais trouxe alguns casos reais, sem identificar o nome das reclamantes, ocorridos na Defensoria. Perguntava para as usuárias o que elas deveriam fazer naquela situação. Como a justiça deveria proceder? E o debate seguiu esclarecendo muitas dúvidas das mulheres. Uma das usuárias relatou: “Sofri muita violência psicológica, faz pouco tempo que participo da Casa Viviane e hoje eu não deixo mais ele me xingar, eu respondo e faço o que eu quero”.

Ao final de cada Chá Lilás as mulheres se reúnem no fundo da Casa para uma pequena confraternização e comemoração das aniversariantes do mês. Dona Teresa, a primeira usuária que discutimos, costuma ser a última a ir embora. Ela conta que gosta muito de estar na Casa, tem muito carinho pelas funcionárias: “Elas são um amorzinho, me ajudam muito”. Percebemos que além dos problemas relacionados à violência, ainda há os problemas financeiros, muitas delas deixaram de trabalhar devido à perseguição do marido, outras trabalharam toda a vida como domésticas e não restou nenhuma garantia ou direitos⁹⁶ que as mantivesse na velhice.

⁹⁶ A extensão dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) às trabalhadoras domésticas só foram promulgadas em 2014 com a lei nº 12.964, que garante as trabalhadoras domésticas direito à carteira assinada, jornada de oito horas semanais, hora-extra, INSS e FGTS. Fonte: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/115508409/lei-12964-14>>. Acesso em: 16 out. 2014.

Todo final de ano a equipe prepara uma avaliação com as mulheres e elas sugerem temas para o Chá Lilás: o que elas querem conhecer ou precisam entender melhor e outros temas também são sugeridos pelas profissionais.

Os encontros são importantes para a desconstrução coletiva da cultura da desinformação na vida cotidiana das mulheres usuárias da Casa, fortalecendo a capacidade de enfrentar a realidade e a vontade de intervir e mudar as circunstâncias de injustiça (bell hooks, 2013). Segundo Chandra Mohanty:

A resistência reside na interação consciente com os discursos e representações dominantes e normativas e na criação ativa de espaços de oposição analíticos e culturais. Evidentemente, uma resistência aleatória e isolada não é eficaz quanto aquela mobilizada por meio da prática politizada e sistêmica de ensinar e aprender. Descobrir conhecimentos subjugados e tomar posse deles é um dos meios pelos quais as histórias alternativas podem ser resgatadas (MOHANTY, 1990 apud HOOKS, 2013, p. 36).

O Chá Lilás é mais um espaço de oposição e resistência dentro da Casa Viviane, espaço de, junto com as usuárias, desconstruir saberes colonizados.

Figura 11: Ato de Enfrentamento à violência contra as mulheres em Guaianases/2013



Figura 12: Ato de denúncia em frente a 7º DDM contra a negligência nos atendimentos e não aplicação da Lei Maria da Penha/ 2014.



Figura 14: Oficinas Casa Viviane/2014 (2)



Figura 13: Oficinas Casa Viviane/2014 (1)



Figura 15: Festa de lançamento do livro Contos de Viviane, atividade realizada pelas usuárias da Casa Viviane/ 2015.



Fonte: Fotos cedidas pelo Centro de Defesa e Convivência da Mulher “Viviane dos Santos”.

4. A INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA NA LUTA DAS MULHERES NA PERIFERIA

Os feminismos negros servem para que cuidemos de nós mesmas

Angela Davis⁹⁷

4.1 Outro Contexto: Casa Anastácia

A ideia de fundar a Casa Anastácia surge como uma necessidade semelhante a identificada pelas funcionárias da Casa Viviane. Entre elas, Thatiane Goghi Ladeira, nesta ocasião gerente da Casa e Fabiana Pitanga, moradora da Cidade Tiradentes e assistente social na Casa Viviane na época. Elas percebiam a grande procura pelo serviço por mulheres de Cidade Tiradentes e também, uma característica importante no perfil da maioria, o recorte racial. Assim, a fundação do CDCM Casa Anastácia surge como estratégia para beneficiar mulheres moradoras da Cidade Tiradentes que procuravam o CDCM Casa Viviane em Guaianases e tinham dificuldade de aderir às atividades que a Casa oferecia. Por não possuírem recursos financeiros para a locomoção, conseqüentemente não conseguiam manter os atendimentos técnicos e se desligavam.

Os movimentos sociais da Cidade Tiradentes também já apontavam nas Conferências da Mulher e da Saúde a necessidade de se criar o Centro de Defesa. Dessa forma, foi deliberada e aprovada a proposta de um CDCM no bairro. Em 2012 a Administração Municipal abriu edital para que entidades concorressem ao convênio de implantação do CDCM; a AVIB, já conveniada com a prefeitura (CDCM Casa Viviane entre outros), inscreveu-se por iniciativa de Thatiane e Fabiana, e foi contemplada.

Fabiana Pitanga, atualmente gerente da Casa Anastácia, aponta as primeiras conversas que fomentaram a idealização da Casa:

Na Casa Viviane não explicita o recorte racial, mas sabe-se que a maioria das mulheres são negras e tem esse dado na Casa Viviane da cor das mulheres, a partir do momento que a Thati assumiu a coordenação, ela tinha uma preocupação e talvez foi um pouco, não sei, mas talvez o que pesou pra minha contratação na Casa

⁹⁷ Entrevista realizada no evento Latinidades, 2014 por Blogueiras Negras. Ver: <http://blogueirasnegras.org/2014/07/29/angela-davis-no-latinidades-2014/>. Acesso em: 29 de julho de 2014.

Viviane porque ela já tinha uma leitura racial. Ela tinha uma leitura que as mulheres eram negras, que as mulheres negras sofriam um pouco mais, agravada pela questão da violência, então ela tinha uma leitura e isso facilitava o entendimento, então na hora de fazer as atividades, de fazer as discussões com as mulheres tinha essa compreensão, mas nunca se intensificou o debate porque a casa Viviane é aquela coisa para tratar de mulheres vítima de violência, aqui [Casa Anastácia] deu um tom mais pesado porque eu achava que tinha que ser assim, já que tinha que ser eu, já que sobrou essa proposta pra eu coordenar a casa Anastácia. (informação verbal)

Este depoimento traz um dado importante: embora a violência de gênero contra a mulher esteja presente em todas as classes sociais, incide de maneira diferente entre os segmentos mais fragilizados da população, nos quais se incluem as mulheres negras. A ausência de recorte racial na análise do tema da violência, assim como em relação a outros agravos (tema da saúde, educação e outros) tem dificultado a identificação das desigualdades a que estão expostas as mulheres negras. Autoras/es, principalmente as/os de grupos de feministas negras, começaram a mostrar que há um agravamento das violências quando a mulher é negra, ocasionado pelo racismo que gera outras violências⁹⁸. Quando pensamos na constituição da sociedade brasileira, marcadores como gênero, classe e raça/etnia delineiam hierarquias produzidas historicamente que vão apontar os lugares vistos como naturais a este grupo e como tais representações simbólicas informam como é situado na sociedade, como é visto e percebido. Outra fala de Fabiana Pitanga sobre sua experiência como assistente social na Casa Viviane demonstra esta situação com relação às mulheres negras:

[...] e para as mulheres negras é pior ainda porque elas já têm um problema de inferiorização muito grande, a gente se sente inferior e sempre que puder, né, se sente lá embaixo, sem alto estima, feia, não aceita, então para essas mulheres é mais degradante ainda. Quantos relatos na Casa Viviane as mulheres falavam que elas iam à delegacia e elas percebiam o tratamento diferenciado por elas serem negras e morarem na favela, elas nem falavam pobres, falavam morar na favela: “só porque eu sou uma neguinha, preta da favela eu sou tratada assim? Agora quando chega aquela mulher branca”, é assim que elas falam: “chega aquela mulher branca com advogado e fala na minha frente, então que justiça é essa? Que lei Maria da Penha é essa, né? Não é pra proteger as mulheres? (informação verbal)

⁹⁸ Ver: CARNEIRO, Sueli. Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileira de Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras [AMNB], 2003.

A partir desse olhar, Fabiana Pitanga considera a questão racial como ponto relevante na constituição do novo Centro de Defesa, um tema sempre a ser estudado, principalmente, com relação ao gênero. Ela aponta as dificuldades das mulheres negras para acessar direitos, sendo importante observar que fatores relacionados a identidades sociais, como classe, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação de gênero. Tais diferenças podem fomentar problemas e vulnerabilidades exclusivos a determinados subgrupos, ou mesmo que desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002).

O depoimento de Fabiana também nos remete as indagações de Sojourner Truth na declaração *Por acaso não sou eu uma mulher?* de 1851, já citada no primeiro capítulo, no qual ela reivindica os direitos das mulheres negras de se enquadrarem na categoria mulher, já que não eram percebidas, pois sua humanidade era negada pelo racismo. Sojourner Truth inicia um debate que pode ser contextualizado ainda hoje, visto que o tratamento, cuidado e preocupação com relação aos direitos não são atribuídos da mesma forma frente as “diferenças entre as mulheres”. Apesar das dessemelhanças atribuídas à distância temporal e à localização geográfica, o discurso de Sojourner Truh reflete uma realidade das mulheres negras que pode ser observada até hoje. Sueli Carneiro (2001) atualiza o discurso de Truh ao refletir sobre a situação das mulheres negras nas Américas, principalmente no Brasil, afirmando:

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular (CARNEIRO, 2001, p.1).

Para Sueli Carneiro, o período colonial permanece vivo no imaginário social, apenas adquiriu novos contornos e funções em uma ordem supostamente democrática, acrescenta:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”. Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão (CARNEIRO, 2001, p.2).

A autora Kimberlé Crenshaw problematiza no seu artigo *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da discriminação racial relativos ao gênero* a discriminação racial quanto aos aspectos de gênero. Para a autora, a discriminação racial é:

(...) frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres podem às vezes vivenciar discriminações e outros abusos dos direitos humanos de uma maneira diferente dos homens, o imperativo de incorporação de gênero põe em destaque as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação racial e por outras intolerâncias correlatas (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Nesse sentido, considerando a racialização do gênero, afirma Avtar Brah (2006, p. 331) “independente das vezes que o conceito é exposto como vazio, a ‘raça’ ainda atua como um marcador aparentemente inerradicável de diferença social”. Este conceito é importante para compreender as experiências vividas pelas mulheres da Cidade Tiradentes, igualmente a outras periferias, majoritariamente, constituídas pela população negra. O conceito de “raça” empregado neste trabalho é o de “raça social” (GUIMARÃES, 2003; HALL, 2009; MUNANGA, 2004). Isto é, não se trata de um dado biológico, mas de construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Para Stuart Hall (2009) “raça” é a categoria discursiva diante da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo. Kabengele Munanga (2004) endossa que o conceito

de “raça” é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. É uma construção política e social.

Contudo, Lia Schucman (2012) observa que o gênero está na origem dos processos de significação e de legitimação do poder. Para a autora, isso significa que ele não atua independente de outras categorizações sociais, compreende a categoria gênero como legitimadora do poder hegemônico atuando concomitantemente com outros marcadores de diferenciação.

Na história do pensamento feminista, a relação com outras diferenciações tem sido tensa, uma vez que algumas correntes consideravam que dar peso a elas debilitava um pressuposto político relevante: a identidade entre mulheres. Os escritos críticos de finais da década de 1980 tendem a reconhecer essas diferenças. Entretanto, esse reconhecimento nem sempre se expressou no plano analítico e quando ele existiu, muitas vezes privilegiou uma única diferença articulada, o gênero (PISCITELLI, 2008).

Dessa forma, é importante trazer dados que justifiquem a relevância dessa abordagem na sociedade brasileira. As mulheres negras estão entre os contingentes de maior pobreza e indigência do país. Possuem uma menor escolaridade, com uma taxa de analfabetismo três vezes maior que as mulheres brancas, além de uma menor expectativa de vida. São trabalhadoras informais sem acesso à previdência, residentes em ambientes insalubres e responsáveis pelo cuidado e sustento do grupo familiar. As negras estão em sua maioria em postos de trabalho mais vulneráveis e precários e são minoria nos cargos de direção, gerência ou planejamento⁹⁹.

Segundo dados do IPEA sobre taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça, no Brasil em 2009: os homens brancos estão na margem dos 5,3%; homens negros: 6,6%; mulheres brancas: 9,2%; e mulheres negras: 12,5%. Uma expressão da desigualdade marcada pela linha de cor pode ser vista nos dados sobre a renda média de brasileiros (as) segundo sexo e cor/raça: homens brancos: R\$ 1491,00; mulheres brancas: R\$ 957,00; homens negros: R\$ 833,50; e mulheres negras: R\$ 544,00¹⁰⁰.

Os dados permitem observar um importante mecanismo de estabelecimento da subordinação racial, a saber, a administração desigual do acesso aos resultados do trabalho coletivo e das riquezas produzidas segundo a raça de indivíduos e grupos. Dizendo de outro modo, podemos verificar a forma como o racismo permite a apropriação desigual da renda e da riqueza, a partir do privilégio do (as) brancos (as), especialmente dos homens deste grupo

⁹⁹ Ver: Marcelo PAIXÃO; Luiz CARVANO (Org) e IPEA et al. Retrato das Desigualdades. 4. ed., 2011.

¹⁰⁰ IPEA et al. Retrato das Desigualdades. 4. ed., 2011.

racial (WERNECK, 2013). Para Lia Schucman (2012), ficam evidentes as desigualdades sociais entre brancos e não brancos quanto ao acesso a bens materiais e valores simbólicos. Evidencia-se uma hierarquia em que no topo estão os homens brancos e que vai descendo para as mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Essa realidade resulta de complexos mecanismos de discriminação, preconceito, diferenciação e super-exploração, cuja compreensão está na análise das determinações histórico-estruturais em que se articula gênero e raça. Assim, é necessário analisar as variáveis: classe, raça e gênero para compreender as hierarquias da violência.

É necessário o entendimento da intersecção entre gênero e raça para questionar os modos como as representações da feminilidade também podem articular o racismo, a exemplo do modo como foi constituída a identidade da mulher negra a partir do olhar ocidental que a definiu como selvagem, perigosa, amoral e detentora de uma raça distinta, permitindo submetê-la a todo tipo de violência¹⁰¹. Entretanto, não se trata apenas de afirmar a necessidade de trabalhar com a multiplicidade de diferenças que marcam corporalmente determinados grupos. Segundo as acadêmicas feministas, a questão não se resolve adicionando as diversas formas de opressão na configuração da condição social das mulheres e das relações de gênero, mas percebendo sua interconexão, percebendo como elas se intersectam. A “racialização” é pensada como o efeito de um modo cruel e complexo de operação das desigualdades, através do qual se excluem grupos corporalmente marcados (PISCITELLI, 1996).

O racismo produz discursos que procuram normalizar as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas. Maria Bento (2002) analisa a categoria negra como construída pelo olhar do branco, que revela mais a sua própria psicologia (a dimensão projetiva da imagem) do que aquela do negro. Segundo ela:

[...] considerando (ou quiçá inventando) o seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado da moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre, por fim, justifica as desigualdades raciais (BENTO, 2002, p. 25).

¹⁰¹ Para entender o processo de construção do discurso civilizador no ocidente que considerou os “outros” corpos não ocidentais como exóticos e objetos, ver FERREIRA e HAMLIN, 2010.

Para a autora, procura-se diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social como saída utilizada para não focar o branco e evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio, ainda que todos os índices que comparam a situação de trabalhadores negros e brancos explicitem um déficit maior para os negros, em diversos aspectos como saúde, educação e trabalho. Maria Bento (2002) ainda questiona o silêncio das militantes nos grupos de feministas e de lideranças do movimento sindical sobre a situação da mulher negra. Para Sueli Carneiro (2001), a origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero, a autora reivindica a necessidade de enegrecer o movimento feminista brasileiro, o que significa concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca.

O debate sobre as interseccionalidades permite perceber a coexistência de diversas abordagens. Diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para se referirem à articulação entre diferenças, mas elas variam em função de como são pensadas as diferenças e o poder (PISCITELLI, 2008). Kimberlé Crenshaw (2002), retomado por Adriana Piscitelli (2008), aponta as interseccionalidades como estilos de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação, por exemplo, sexismo, racismo, patriarcalismo. Essa noção de interação entre formas de subordinação possibilitaria superar a ideia de superposição de opressões, negar a ideia de que a mulher negra é duplamente oprimida. A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas, geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002 apud PISCITELLI, 2008). Essas categorias não existem isoladamente umas das outras, existem em e por meio das relações entre elas.

Para Lia Schucman (2012), apesar das distinções acadêmicas separarem os marcadores de raça, classe e gênero em categorias isoladas, a experiência de qualquer sujeito no mundo não é vivida fragmentariamente e considerados em conjunto os marcadores do corpo como raça e gênero agem uns sobre os outros de maneiras diferentes. Citando a autora Vron Ware (2004, p.285) “as masculinidades e feminilidades brancas e negras não são constituídas como simples pares binários, elas operam em relações sistêmicas e assimétricas umas com as outras”.

De acordo com Sueli Carneiro (2001) é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas como são as

sociedades latino-americanas têm como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades; portanto ao analisar a trajetória de algumas mulheres negras de uma região periférica de São Paulo, compreendemos as associações feitas entre raça e gênero nas falas dos sujeitos e como elas se objetivam em seu cotidiano desencadeando situações de violência. Procurando destacar como raça e gênero enquanto sistemas de opressão podem afetar especialmente alguns grupos de mulheres em detrimento de outros em contextos particularizados.

Pensando nestas questões, o Centro de Defesa e Convivência da Mulher “Casa Anastácia”, implantado como reivindicação da Casa Viviane e dos movimentos sociais da Cidade Tiradentes, surge para suprir a demanda de mulheres que vivenciavam situações de violência, mas com uma especificidade importante: a incorporação da discussão de gênero como prioridade do debate racial. O Centro preocupa-se em trabalhar para a eliminação da discriminação racial e de gênero.

Nesse sentido também, o Centro recebeu o nome de “Anastácia” em referência a memória de Anastácia, mulher negra escravizada, remota ao período de 1740. Há fontes que consideram essa história um mito e outros que acreditam na real existência. Segundo a história popular, Anastácia foi vítima de estupro cometido por seu senhor e da inveja de uma senhora que a condenou ao castigo mordaz: usar a máscara de flandes sobre a boca que a impedia de falar e de se alimentar, uma das marcas do sistema escravocrata. Acredita-se que Anastácia era defensora dos cativos, e que mesmo impossibilitada de falar comunicava-se com os seus pares pelo olhar. A Casa Anastácia mantém um banner com a imagem de Anastácia na sala de recepção onde as mulheres aguardam atendimento, que frequentemente atrai a curiosidade das usuárias ao se identificarem com a imagem. A Casa tem a figura de Anastácia como símbolo de resistência às opressões sofridas pelas mulheres negras. Segue abaixo a imagem de Anastácia divulgada na Casa:

Figura 16 - Anastácia



Fonte: Centro de Defesa e Convivência
da Mulher Casa Anastácia

Fabiana explica as dificuldades em manter a especificidade do serviço, pois a valorização do debate racial recebe críticas inclusive dos movimentos sociais:

A particularidade da Casa é focar no debate racial e a explicação para isso é simples: a maioria da população da Cidade Tiradentes é negra. Criticam a nossa atuação por atendermos apenas mulheres negras, mas não entendem, não querem perceber que isso não é um critério. Atendemos todas as mulheres, porém na maioria são mulheres negras, isto devido ao histórico da região e porque trabalhamos para que as mulheres se reconheçam enquanto negras. Falar da questão racial sempre gera desconforto, mesmo para militantes, a nossa priorização no debate racial soa pra elas como racismo ao contrário. Esta é uma especificidade da Casa. (informação verbal)

Fabiana critica a inexistência do debate racial no movimento feminista brasileiro. Acredita que a construção dessa pesquisa é importante para se criar uma memória da Casa, especialmente, para as próximas funcionárias que virão; também aponta as características do bairro como importantes na produção da identidade do serviço.

A localização do Centro de Defesa na Cidade Tiradentes colaborou para introduzir e fortalecer as especificidades do espaço, isto porque o bairro teve grande contingente de migração negra, população que foi sendo expulsa das regiões mais centrais de São Paulo. O bairro abriga um dos maiores conjuntos habitacionais da América Latina, tendo sido construído no início da década de 1980 pela Prefeitura do Município de São Paulo (SILVA; PESTANA; GALVINO, 2008). Sua constituição é mais recente que os demais bairros do extremo da Zona Leste, que citamos no segundo capítulo. Trata-se de um complexo de

conjuntos habitacionais localizado a 35 quilômetros do centro da cidade de São Paulo (marco zero – Praça da Sé). Sendo um dos últimos distritos da Zona Leste, igualmente a outras regiões periféricas da cidade, recebe a denominação de bairro dormitório, caracterizado pelo processo de segregação espacial da população pobre.

A região que fora ocupada por uma fazenda da época da escravidão, com senzala e pelourinho, recebe no início dos anos 1980, logo após a construção das primeiras habitações, um contingente de população negra proveniente dos mais tradicionais bairros da Zona Norte. Até meados dos anos 1970 essa população concentrava-se nos seguintes bairros: Bexiga, Casa Verde, Limão, Vila Prudente, Ipiranga, Vila Formosa e Jabaquara. Bairros que foram o berço das grandes escolas de samba da cidade, tais como: Rosas de Ouro, Peruche, Camisa Verde e Branco e Vai-Vai (SILVA; PESTANA; GALVINO, 2008). A saída desses bairros ocorre a partir do rearranjo habitacional e da segregação espacial resultantes das mudanças econômicas que alteraram o custo de vida, viabilizaram a desocupação de cortiços e deslocaram para a Cidade Tiradentes a população negra que ainda residia nessas regiões.

Devido ao formato de suas edificações, a Cidade Tiradentes chegou a ser conhecida como "caixote de exclusão". Segundo os primeiros habitantes do conjunto, as moradias e as ruas eram absolutamente iguais, e ninguém conhecia os vizinhos. Pessoas voltavam do trabalho e se perdiam, pois não tinham referências do caminho de casa. Não havia transporte, nem comércio, ou mesmo serviços (DIAS, 2003).

Segundo o arquiteto e urbanista Kazuo Nakano, no início do século 20 a população negra vivia em espaços justapostos aos espaços de moradia dos grupos de maior renda. Nesse período, a segregação socioespacial era marcada pela contiguidade entre riqueza e pobreza. Hoje, os distritos citados de tradição da população negra aparecem com baixa concentração de negros. A “periferização” dessa população seguiu o processo de mudança no padrão de segregação urbana, que demarcou grandes distâncias físicas e sociais entre os grupos de alta e baixa renda da cidade (DIAS, 2003).

4.2 Casa Anastácia: Símbolo de Resistência

Na primeira visita à Casa Anastácia fui recebida por Dosdete, uma senhora responsável pela limpeza. De acordo com as normas, a responsável por esse serviço exerce a função de operacional. Dosdete foi muito simpática. A Casa é bonita, tem flores desenhadas nas paredes, cortina lilás e branca, e há uma mesa com café, chá e bolachas. O lugar é aconchegante e muito receptivo. As funcionárias passavam e me cumprimentavam, e uma

delas me perguntou se já havia sido atendida - não me conheciam e não sabiam o que iria fazer ali -, acreditavam que eu seria mais uma usuária. Fabiana – gerente da Casa – me chamou para subir, pois os atendimentos são feitos no andar de cima, onde está a sala de Administração, da Gerência, do Serviço Social, da Psicóloga e da Advogada. Fabiana estava com um penteado bonito, um pano amarelo brilhoso circundava seus *dreads* e dava a impressão de uma coroa. Disse que fez esse penteado para um casamento em que esteve no final de semana. A reunião ocorreu na sala da psicóloga com toda a equipe, com exceção de Dosedete. A Casa estava no momento sem educadora. Suzi realizava esta função, depois de ter sido estagiária da Casa por um ano. Com a saída da assistente social, ela já formada, assumiu o cargo.

A impressão é de cumplicidade entre as funcionárias, lembrando um grupo de ativistas de algum movimento por não estabelecerem, a princípio, hierarquias entre os cargos, mas existindo a cobrança das próprias funcionárias na definição dos cargos, principalmente da gerência. Depois percebemos que nenhuma delas é militante, com exceção de Fabiana Pitanga, ativista do movimento negro – mais especificamente do grupo “Força Ativa¹⁰²”. Fabiana que tem a função de gerente da Casa, durante todo o tempo pede a opinião das demais, sua fala não é preponderante, mas sim de complementariedade. O telefone toca muitas vezes, e a cada momento uma delas atende. Além de usuárias, a Casa também recebe ligações de outras organizações. Disseram que estavam com um caso sério, que a usuária atendida ligava todo o tempo.

Este é o primeiro Centro de Defesa da Cidade Tiradentes. O distrito possui 212.937¹⁰³ habitantes. O serviço ainda não é conhecido por todo o bairro. Possui dois anos de atendimento (fundado em junho de 2012), mas precisaria duplicar a equipe para suprir toda a demanda. As usuárias são acolhidas todos os dias, sem exceção. A equipe ainda se divide para dar conta dos trabalhos externos.

¹⁰² Organização que trabalha a politização das pessoas por meio da luta de classes e atividades dos quatro elementos do hip hop e ancestralidade africana. O Núcleo Cultural Força Ativa - NCFA é uma organização que tem como objetivo trabalhar a consciência do povo preto, a conscientização política, a música RAP e outros seguimentos do HIP HOP – break, DJ, mc e graffiti, através de eventos culturais, palestras, debates e bate-papo, grupo de estudo e os mais diversos modos de trabalhos existentes em comunidades visando uma consciência coletiva da exclusão social. Existente desde outubro de 1989, na zona norte de São Paulo, denominada Posse Força Ativa, comumente recebeu o nome de Núcleo Cultural Força Ativa. Na zona leste, no distrito de Cidade Tiradentes, está organizado de forma colegiada (centralismo democrático).

¹⁰³ Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Censos Demográficos / SMDU/Dipro - Retroestimativas e Projeções, 2011. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/regioes.php?regiao=22>>. Acesso em: 05 maio 2014.

A equipe discutiu diferentes assuntos, como a confraternização do primeiro aniversário da Casa. O Cine Anastácia – atividade que ocorre uma vez por mês com as usuárias, sempre às quartas-feiras – foi citado como importante. Apontaram também problemas com relação à rede de serviços da região, por não conseguirem realizar trabalho em conjunto, deixando evidente que necessitam de outros serviços para que o trabalho funcione. A partir desse primeiro contato fui me aprofundando nos registros etnográficos.

Às segundas-feiras à tarde, o grupo se dedica à reunião de equipe, na qual são discutidos os casos mais complexos na primeira parte da reunião. Estes, devido à complexidade, necessitam da abordagem de todas as profissionais em conjunto para se chegar à melhor solução. Na segunda parte da reunião fazem a avaliação da semana anterior e o planejamento da semana corrente. Criticaram, durante a reunião, a precarização do trabalho, o que as obriga a trabalhar além da carga horária diária e às vezes no final de semana, para darem conta de participar de reuniões e conferências. Destacaram a preocupação com o fato de receberem menos que deveriam e não terem todos os benefícios, a exemplo do convênio médico. Entendem que a Prefeitura ao passar o serviço para a sociedade civil – a entidades como OSS, OCIPE e ONG – precariza o serviço, pois a verba repassada não é suficiente para arcar com todas as demandas, inclusive com as despesas relacionadas aos direitos trabalhistas. Isso obriga, por exemplo, a advogada a ter uma carga horária muito reduzida, o que compromete uma área essencial para a Casa.

Segundo Fabiana Pitanga: “o trabalho acaba sendo resultado da militância e grande luta por parte da equipe, por estas mulheres de baixa renda, semi-escolarizadas e que sofrem violência por toda a vida, não apenas a violência doméstica” (informação verbal). A equipe da Casa entende que o trabalho não deve ser realizado apenas com o intuito de mudar a situação de violência de gênero, mas também com o objetivo de valorizar a mulher, os seus conhecimentos. Contam que algumas mulheres se tornamicineiras após participarem das oficinas da Casa, por isso a equipe se desdobra para trazer as moradoras do bairro para o espaço. Para Fabiana Pitanga “as atividades visam desenvolver as mulheres do bairro”. As oficinas de geração de renda têm como fim potencializar as qualidades profissionais das mulheres que frequentam a Casa. Existe a preocupação em oferecer várias oficinas, palestras e outros eventos, possibilitando às mulheres conhecerem espaços como teatro, cinema, exposição, parques. Este ano o passeio de encerramento foi uma viagem à praia.

Na Casa só trabalham mulheres, perfil de todos os Centros de Defesa de São Paulo. A diferença da Casa Anastácia é que todas as funcionárias são mulheres negras. Segundo Fabiana Pitanga, essa diferença surpreende em princípio as usuárias:

Na primeira vez que a mulher chega à Casa ela se surpreende, e a primeira reação é desqualificar o trabalho. Não acreditam que mulheres negras, na maioria das vezes iguais a elas, possam ter formação superior e sejam capacitadas para ajudar a resolver seus problemas. Elas se habituaram a encontrar outro tipo de funcionários nos espaços públicos. No imaginário inicial das usuárias a pessoa qualificada para atendê-la só poderá ser uma pessoa branca. Assim, no primeiro momento ficam com receio, isso até as primeiras conversas. Depois elas passam a compreender melhor os processos, ou seja, a inculcação da ideologia racista e machista. (informação verbal)

Como exemplo, Fabiana Pitanga, nos contou a história de Jovelina, usuária da Casa Anastácia. Disse-nos que ela foi atendida inicialmente por Marta Vale, psicóloga da Casa Viviane, que na época, utilizava o espaço do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para os atendimentos por conta de uma série de assaltos que ocorreram na Casa. Marta a encaminhou para a Casa Anastácia por esta ficar mais próxima à sua residência. Jovelina, quando chegou ao local, ficou sem entender como poderia uma mulher branca não querer atendê-la: “Como poderia ter feito isso comigo” – dizia de Marta, pois acreditava que pessoas brancas com estudo são pessoas admiráveis e importantes. Quando chegou à Casa Anastácia e conheceu a gerente não gostou do que viu, “não acreditava que mulheres negras e ainda com *dreads* poderiam ajudá-la”. Também se surpreendeu com a psicóloga Shirlei, por essa também ser negra e não estar de jaleco. Disse: “Oxe! Uma psicóloga negra que nem eu; será que ela é boa?”.

Jovelina é negra, moradora da Cidade Tiradentes, atualmente mudou seu ponto de vista com relação a Casa, e sente admiração pela equipe. Tivemos a oportunidade de conviver com Jovelina e ela mesma trouxe algumas vezes essa história. Disse que passou a acreditar no trabalho das profissionais e a gostar delas. Em outro momento quando reviu Marta agradeceu por tê-la encaminhado para a Casa Anastácia. Ela foi importante colaboradora para a criação da peça: “Engravidei, pari cavalos e aprendi a voar sem asas”, idealizada pela companhia de teatro “Os Crespos”, que realizou no mesmo período desta pesquisa, uma vivência na casa para montagem do trabalho. A partir de entrevistas com mulheres negras, a companhia construiu um discurso cênico sobre afetividade.

Jovelina possui uma maneira eloquente no falar. Quando a conhecemos falava do atendimento que teve no Hospital da Paulista. Dizia:

O médico que me atende é muito bom, ele é humano. Ele conversa comigo, me deu chocolate, me abraça. Esse atendimento nunca tive aqui na UBS [Cidade Tiradentes]. Olha, na primeira vez que cheguei pra ser atendida por ele estava três

dias sem tomar banho, estava suada, suja e o médico mesmo assim me tratou bem e não usou luvas. Eu o convidei pra conhecer a Casa Anastácia, ele disse que vai vir. A casa Anastácia é o lugar que eu mais gosto de estar, porque as meninas são um amor comigo, sou muito bem cuidada. E, elas são bem novinhas e tratam a gente com amor. (informação verbal)

A grande vontade de Jovelina é aprender a falar melhor, diz que algumas palavras não sabe pronunciar direito. Quer falar melhor para dar palestras sobre a Casa Anastácia e divulgar o trabalho. Em outro momento, conversamos mais demoradamente e a sós:

Aqui encontrei amor, e as meninas trabalham com amor, elas tratam as mulheres que chegam com humanidade e amor, e não é só pela profissão, mas se importam. Quando vim, indicada pela subprefeitura estava muito mal, chorava muito, e estava perturbada e não tomava banho há uma semana. E fui muito bem recebida. No início não gostei da Fabiana (gestora da Casa), foi a primeira que me atendeu, pensei ela é preta e não gosto de coisas de preto. Fiquei desconfiada, não acreditava no que elas me diziam, quando falavam que estavam preocupadas eu pensava: elas não sabem o que estou passando. Mas, fui percebendo que existia amor aqui, que elas realmente se preocupavam e comecei a adorar estar aqui. É muito difícil eu gostar de algum lugar e quando não gosto eu sou sincera, já falo que não gostei do atendimento. Percebi que as meninas, mesmo muito jovens se preocupavam com as mulheres. Nos passeios percebo a preocupação e penso: como pode meninas tão jovens, que poderiam estar curtindo a vida, se preocupando com mulheres velhas, e cheias de problemas? (informação verbal)

Jovelina demorou a contar sua história, apenas depois que sentiu confiança passou a narrar aspectos pessoais. Frequenta a Casa para resolver seus problemas com o filho, este está internado numa clínica para dependentes químicos. Disse-nos que foi abandonada pelos pais muito pequena e sofreu violências de familiares desde muito nova. Seu filho é fruto de um estupro, conta. Não gosta de participar das oficinas da Casa. Não gosta de morar na Cidade Tiradentes, gosta do antigo bairro em que morou, a Mooca. Diz ainda, que na Mooca as pessoas sabem conversar, tratam melhor, são educadas, e também não gosta de passar nos serviços públicos da Cidade Tiradentes, dizendo que foi muito maltratada na UBS e no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) e “fiz um barraco porque nesses locais os funcionários não são humanos”. É atendida pelo médico da Mooca. Não gosta de nada que esteja relacionado à etnia negra, principalmente das vestimentas e de panos na cabeça. Diz: “gosto do cabelo comprido e solto, balançando, vou colocar aplique para o cabelo ficar grande”. É

dessa forma que expõe os sentimentos que tem das violações e preconceitos que sofreu e sofre por ser mulher negra¹⁰⁴.

Jovelina também participou do projeto “Contos de Viviane”, realizado na Casa Viviane, que consistia em oficinas de literatura, trazendo poesias, contos de escritoras, também negras e periféricas para dialogar sobre o cotidiano das usuárias. Cada participante escreveu um conto para o livro “Contos de Viviane” que será lançado, através do financiamento do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) da Secretaria de Cultura de São Paulo. O processo de digitalização de seu conto, Jovelina o terminou com a frase: “hoje eu me sinto muito mais gente”. Reflexão sobre seu percurso até chegar ao serviço, contava o que significava para ela poder participar como escritora de um livro. Nas oficinas em que propusemos discutir o tema da mulher negra, a partir da escritora Carolina Maria de Jesus, a qual é muito parecida com Jovelina fisicamente, ela evidenciou suas angústias com relação a sua etnia/cor. Acredita que aos poucos está conseguindo entender os processos que a fizeram não gostar de negros. Aponta que a Casa Anastácia tem ajudado nesse caminho. Contou-nos nessa oficina que se surpreendeu com a imagem que viu quando me conheceu na Casa Anastácia, dizendo que estranhou e não gostou do cabelo bem cheio, crespo e ainda enfeitado com um tecido.

Também tivemos a oportunidade de conhecer outras usuárias da Casa Anastácia, como Palmira. Percebemos que gostava de conversa, se mostrou muito simpática. Participa de muitas atividades na Casa, tais como oficina de artesanato, *patchwork*¹⁰⁵, ginástica, palestras e passeios. No momento está sem trabalho devido a uma doença. Ela nos conta:

Adoro as oficinas da Casa, pra mim, conhecer a Casa Anastácia foi um achado, me sinto muito bem aqui. Eu não sofro violência física, mas meu marido tinha umas brincadeiras de dizer que ia quebrar os meus dentes. Não gostava até que um dia num susto dei um soco na boca dele que ficou inchada. Meu maior problema é a violência psicológica. Ele me desvaloriza, principalmente, na frente dos filhos, diz que sou louca, que só falo besteira. Acho que meus filhos acreditam nele. E fico muito chateada com isso. Gostaria de me separar numa boa, sem precisar de juiz, mas meus filhos não querem. Eles acham que o pai é bom. Eu nunca passei uma

¹⁰⁴ O Discurso de Jovelina volta-se a ideologia do branqueamento, processo pelo qual passa parte significativa dos negros que é buscar aproximação com as características dos brancos. Acreditava-se que a partir dessa ideia a raça negra seria extinta. Estudar essa ideologia é importante para entender o racismo brasileiro. Ideologia oriunda no século XIX que faz eco até a atualidade e foi estudada por importantes autores(as) a exemplo dos mais recentes: Schwarcz, 1996; Guimarães, 1995; e Munanga, 1997.

¹⁰⁵ O *patchwork* é uma técnica que envolve o ofício de unir retalhos variados, compondo diversas misturas de colorações, formatos e design. Ver: <<http://www.infoescola.com/artes/patchwork/>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

imagem ruim do pai para os filhos, não dizia o que ele fazia pra mim, por isso os filhos ficam do lado dele. (informação verbal)

Palmira tem três filhos e se sente muito desamparada enquanto mulher. “Gosto de sair, de conhecer as coisas e sempre incentivo os filhos a fazerem o mesmo, a fazerem cursos”. Gostaria de voltar a trabalhar, porém aguarda para fazer uma cirurgia. Mora próximo à Casa Anastácia. Segundo ela, a primeira vez que chegou à Casa se “sentiu mexida” pela imagem da escrava Anastácia no banner que fica na sala de recepção, como se a imagem lhe dissesse alguma coisa, sobre a mulher não poder falar o que pensa, sobre o silêncio da mulher. Ela se identificou com a imagem. Palmirinha, como é conhecida, também participa de um grupo cultural localizado em Cidade Tiradentes, chamado Pombas Urbanas. Lá ela conheceu algumas expressões artísticas e atualmente participa do grupo *Três Marias, Sol e Lua*, grupo de percussão que tem como base a pesquisa de ritmos e cantigas afro-brasileiras, como coco, samba de roda, jongo e outros.

Em uma das visitas conhecemos a usuária Viviane, que tem 38 anos de idade, e nos forneceu o seguinte relato:

Gosto da Casa, me senti muito bem acolhida. Eu devia ter vindo antes. Uma pessoa do Posto de Saúde me indicou e demorei pra vir. Se eu tivesse vindo antes tinha evitado o último problema. Eu passo no atendimento psicológico e jurídico. Sofro muitas humilhações do meu marido. É difícil encontrar alguém que queira ouvir. E na Casa Anastácia encontrei escuta, um auxílio. Parei de estudar e tive filhos muito cedo. Tenho quatro filhos. (informação verbal)

Viviane acredita que a participação na Casa a fortalece no sentido de não se submeter às humilhações, a entender as injustiças e a não ser subserviente, conforme se posicionou por toda a vida. Perguntou da imagem que se encontra no banner na sala de recepção da Casa. Dissemos que era Anastácia, e contamos sua história. Ela disse:

Sem saber quem era me identifiquei com ela. Na hora que vi a foto senti alguma coisa de semelhante, “mexeu comigo”. Eu sinto muito preconceito por ser negra. O meu ex-patrão ficava me assediando, às vezes, falava alguma coisa assim de gente negra, eu sabia que era pra mim. A minha filha, também. Ela é mais branquinha, não gosta de tirar foto do meu lado, fala que estou gorda que vou ficar parecendo àquelas negonas. Eu me separei desse meu marido e me envolvi com um cara do prédio. Ele tinha câncer, mas eu não sabia. Ele não queria falar comigo na frente de ninguém,

me escondia de todo mundo, e pedia pra não usar camisinha. Então, eu engravidei e ele não quis assumir o filho e parou de falar comigo. (informação verbal)

Nesse mesmo dia conheci Ana Clélia, que tem 40 anos e frequenta a Casa há pouco tempo. Veio para São Paulo fugida do Maranhão, pois queria conhecer outros lugares, vivia em uma cidadezinha, nunca mais retornou e não tem nenhum conhecido aqui. Sentiu-se muito bem acolhida na Casa. Passou por um momento de depressão. A psicóloga está auxiliando-a com apoios terapêuticos adequados. Ela diz que tem dificuldade de aceitar a partida do marido, e diz que ele “humilhava, era violento e sempre me colocava pra baixo”. Quando chegou a São Paulo não tinha onde morar. O homem que depois se tornou seu marido foi quem a ajudou. Ela trabalhou inicialmente como doméstica nas casas das irmãs dele. Disse que gosta muito de estar na Casa Anastácia. Apesar de já ter melhorado da depressão, continua a frequentá-la. Afirma: “não gosto de ficar em casa e gosto muito dos passeios da Casa Anastácia, não perco por nada”. (informação verbal)

Em outro momento conhecemos Joyce, mulher de 32 anos. Demonstrava olhar de preocupação, falava devagar, e se mostrava muito pensativa. Participa há pouco tempo da Casa e foi indicada pela Subprefeitura local onde procurara ajuda. Após o atendimento, passou a tarde inteira na Casa. Ficou sentada no sofá assistindo TV, silenciosa, respondendo somente o que perguntavam. Joyce apresenta distúrbios emocionais, e segundo a psicóloga, o seu caso é mais complexo, requer também atendimento no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) com apoio de medicamentos. Segundo as funcionárias, há grande ocorrência de mulheres com sofrimento mental, que apresentam, entre outros, “sintomas de depressão, síndrome do pânico e nervosismo”. Para as funcionárias, a violência está ligada ao desencadeamento desses sofrimentos psicológicos. Joyce contou-nos que prefere ficar em qualquer lugar a ir para casa, gosta de ficar na Casa Anastácia, e de ficar deitada no gramado do CAPS. Ela diz:

Fui muito bem recebida aqui, gosto de vir. Elas estão me ajudando a resolver meus problemas, quero conseguir o bolsa aluguel para sair de casa, e o bolsa família. Tenho laudo do médico, vou passar na perícia, porque não posso trabalhar, fico muito perturbada. (informação verbal)

Muitas mulheres têm direito a benefícios do Estado, porém necessitam de auxílio para obtê-los, pois não conseguem passar pela burocracia sozinhas. A assistente social auxilia nesses casos, orientando e fazendo encaminhamentos. Outra questão observada é a

diversidade de agressores com relação à violência doméstica, a violência não é perpetrada apenas pelo marido agressor, mas há casos em que é praticada por filhos, irmãos, pais e parentes próximos. A Casa tem atuado nessas diferentes situações.

Na sala de recepção aguardava Dona Valéria, a filha e a neta. E mais uma situação de violência psicológica nos foi relatada. Foram, na oportunidade, marcar um atendimento. Dona Valéria conta:

Já apanhei muito do marido, agora ele virou evangélico e não bate mais, mas me agride com palavras. Tenho problemas com meus filhos, um foi usuário de drogas e agora sofre de transtornos mentais. Cuido dos netos e não recebo nada por isso. Sabe que a violência que a mulher sofre abala a família e a mulher pra sempre. A dor nunca acaba, fica na cabeça. O marido mexe muito com a mente da mulher e a deixa doente. Esses sofrimentos, também, prejudicam os filhos. O melhor é o marido trabalhar o dia todo e deixar a mulher em paz. À mulher, também, é bom que ela trabalhe para não ficar com a cabeça na casa, porque são muitos conflitos, muitos problemas. (informação verbal)

A filha confirma tudo que a mãe diz e sonha em estudar e ter uma vida melhor, o que lhe parece uma realidade distante, também já é mãe e procura trabalho. A equipe nesse dia estava com diversas atividades, arrumando as compras e organizando os preparativos para a festa do dia das crianças. Também se encontrava nessa ocasião Dona Dilma, que cumprimentou e já foi se apresentando. Logo começou então a contar sua história:

A Casa me ajudou muito. Eu estava na lama, no fundo do poço e consegui me erguer. Depois de um casamento de 19 anos com um marido muito mandão. Eu me casei com quinze anos, não tive a orientação de ninguém mais maduro. Mas, mesmo com o sofrimento consegui criar meus filhos. Agora sou separada há onze anos, [mas ele] continua me atormentando. Ele mora nos fundos da minha casa. Eu fiquei muito doente, fiquei toda inchada, de cama. Tenho problemas com retenção de líquidos, apareceram manchas pelo corpo, tudo isso devido à depressão. Meu ex-marido procura me ver sempre pra baixo. Hoje me curei da depressão e estou muito melhor. O atendimento da Casa me ajudou a colocar o meu ex-marido no lugar dele, a dar limites, não o deixo entrar na minha casa, repondo os insultos, coisa que não fazia e passei muito tempo numa cama. A Casa foi uma benção e já fui até numa festa daqui. (informação verbal)

Muitos dos pontos trazidos pelas usuárias fazem parte de discussões que já elaboramos nos capítulos anteriores, por isso não cabe repeti-los. Porém, é importante considerar na fala das usuárias a clareza na análise da realidade, principalmente do contexto em que vivem. Isso pode ser resultado da abertura para novas experiências, o conhecimento de novos espaços e instituições nas quais a mulher tem outro papel – inclusive o lugar de protagonista –, além do contato com mulheres que vivenciam circunstâncias semelhantes e podem debater juntas essas realidades. A Casa Anastácia atua no sentido de instigar a mulher a movimentar-se e a reagir de maneira autônoma, isso é possível porque essa mulher já tem a percepção de que “tudo está errado”, ela necessita de apoio, de um local onde se sinta amparada, então, ela procura a Casa.

No diálogo com as mulheres que frequentam a Casa, pode-se perceber que em algum momento elas se voltam para si tirando filhos e marido do lugar prioritário e analisam o sentido de uma vida inteira dedicada a outros, que na maioria das vezes a machucaram. São vozes que requerem um atendimento humano, direitos iguais para mulheres e para homens, agilidade da justiça, entre outros direitos. Questionam, em geral, o quanto se anularam, abriram mão de suas vontades em suas relações familiares.

Neste momento passo a apresentar as indagações e percepções das funcionárias. Em uma das visitas encontramos apenas Dosdete (operacional) e Suzi S. Lucena (Assistente Social). Gerente e Psicóloga estavam realizando atividades externas. O cargo de educadora e técnica administrativa aguardavam novas contratações. A advogada encontra-se na Casa apenas dois dias da semana, obedecendo a uma carga horária prevista. Suzi estava com muito trabalho, tentando organizar a burocracia para a nova administradora. Contou-nos que já havia atendido duas mulheres que não estavam agendadas, ou seja, eram atendimentos novos. Um dos casos não era de violência doméstica. A mulher estava desempregada, grávida de seis meses e iria devolver a casa de aluguel onde morava, tinha mais dois filhos. Segundo Suzi, a demanda por apoio social é grande, sendo este, um aspecto relevante. Tratam-se de casos que não estão diretamente ligados à violência, mas a problemas sociais, como ausência de moradia, pensão, orientação psicológica, problemas com filhos ou orientações para se conseguir benefícios do governo. Suzi assinala:

Algumas vezes a mulher só busca orientação, ela não sabe aonde ir, o que fazer para conseguir os benefícios. Ela não conhece os serviços, e nós orientamos e encaminhamos. Por estarmos localizados em uma região muito carente, as mulheres chegam com demandas de serviços básicos. E, acabam por divulgar a Casa para outras mulheres. (informação verbal)

Estas mulheres procuram um lugar onde se sintam acolhidas, lugares de socialização e, principalmente, de fortalecimento. Cada caso é tratado dentro de suas particularidades, nestes momentos, são vistas e ouvidas. Os apoios recebidos possibilitam a percepção de que o problema não está apenas no âmbito privado e principalmente, que não são culpadas pela violência e pelas frustrações desencadeadas. Visualizam que a sociedade produz esses comportamentos, assim é comum ouvi-las falar de machismo, feminismo, anulação da mulher. Termos usados por militantes ou feministas dos quais elas se apropriam.

Suzi descreveu um pouco como o atendimento do serviço social é realizado:

A mulher que chega pela primeira vez na Casa é acolhida. E a pessoa que a acolheu irá perceber qual a demanda desta mulher, se ela precisa de atendimento psicológico ou social, ou da área do direito. Quando a psicóloga atende e nota que a mulher não se percebe em situação de violência a encaminha para a Assistente Social. Esta profissional irá desconstruir com a mulher os aspectos do machismo que ela introjetou. A usuária começa a se dar conta que aquele tratamento não é normal. O trabalho da educadora é atender ao telefone, realizar o primeiro atendimento e acompanhar as oficinas. A educadora precisa acompanhar as oficinas para auxiliar e ao mesmo tempo perceber se alguma mulher está em situação de violência. Às vezes, elas começam participando das oficinas e depois vão para os atendimentos ou vice-versa. A Administradora trabalha nas contas, realiza, também, o primeiro atendimento. E a administradora mais a educadora organizam festas, passeios e as oficinas. (informação verbal)

Suzi nos relatou um caso que exemplifica o trabalho que realiza:

Era um caso de abrigamento. Ela chegou muito machucada e chorando. Tinha medo de ser abrigada, mas não tinha mais o que se fazer. O companheiro a violentou e espancou por alguns dias seguidos. Ela pediu para deixar a máquina de lavar e computador aqui, na Casa Anastácia. Na época [eu] ainda era educadora, junto com a Assistente Social, a acompanhamos até a delegacia para fazer o B.O. Fomos à delegacia comum, pois a DDM [Delegacia Da Mulher] já estava fechada, funciona até às 17h00. Chegando à delegacia a mulher foi muito maltratada pela escrivã que a todo o tempo fazia juízo de valor e dava conselhos para a mulher de forma a culpá-la pelo ocorrido. Isto é muito prejudicial e desencoraja a mulher a fazer o B.O. A escrivã perguntava à mesma coisa à mulher, várias vezes, para perceber se estava mentindo. Na delegacia a mulher é sempre uma fingida e está tentando se beneficiar de alguma forma. A usuária a achou uma grossa e, provavelmente, se estivesse sozinha não faria o B.O. e não daria prosseguimento ao processo. Feito o B.O

ligaram para o Hospital Perola Byton. E um carro veio buscá-la, era um carro de passeio e já havia uma mulher agredida no carro. Ela foi atendida no hospital, porém só iria para o abrigo no outro dia, e já era tarde. Conseguimos um hotel para ela ficar com os filhos e no outro dia foram buscá-la. O abrigo é sigiloso até para as funcionárias dos Centros de Defesa da Mulher. Esta mulher, também, foi violentada pelo irmão de criação quando tinha nove anos de idade. (informação verbal)

O relato de Suzi reflete mais uma vez o problema das delegacias, bastante debatido no terceiro capítulo, quando trouxemos as experiências da Casa Viviane. Esta é uma questão recorrente para os Centros de Defesa e um dos maiores desafios é conseguir o apoio efetivo das delegacias.

Suzi observa que no bairro há muitos casos de uso de drogas e abuso sexual. Diz: “De uma mesma favela são vários casos”, e acrescenta contando que a Guarda Civil Militar (GCM) “ajuda muito”, sempre que precisam de um carro para levar a mulher para o abrigo ou delegacia, ligam e solicitam o apoio. A Guarda auxilia no transporte porque sabe que a Casa não tem carro.

Em uma das visitas, a sala de recepção estava cheia, as usuárias aguardavam a chegada da oficineira. Quando esta chegou, todas foram para a sala de oficina, restando apenas uma senhora que aguardava a chegada da GCM para ir, juntamente com a Assistente Social, fazer o Boletim de Ocorrência e corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML). Era um atendimento novo, nos casos mais complexos uma das funcionárias acompanha para auxiliar a mulher. A senhora era negra, tinha o cabelo todo branco e estava com os olhos muito vermelhos. Segundo a usuária, havia apanhado do filho com a conivência da nora. Dizia que seu filho pegou seu cartão de benefício. Ela é viúva e pensionista.

Suzi acompanhou a senhora, retornando depois de quatro horas. Suzi, como as demais funcionárias estavam sobrecarregadas. Ela falava rápido, demonstrando muitas preocupações, pois precisava dar conta dos atendimentos, da organização da Casa, dos passeios, e isso, também se devia ao fato de a educadora e a técnica do setor administrativo serem novas e precisarem de apoio. A Fabiana, gerente, também apresentava grande cansaço e isso estava repercutindo em sua saúde, estava passando por insônias e fortes dores de cabeça, problemas que vinham prejudicando seu desempenho na Casa. Ela trabalha em Centro de Defesa há cinco anos, e além das preocupações com o Centro de Defesa, precisa participar de reuniões e tem atividades nos finais de semana do Núcleo Cultural Força Ativa, quando realiza palestras, e eventos em Cidade Tiradentes.

Shirley, a psicóloga que está na Casa desde o início, também falou um pouco do seu trabalho:

Os atendimentos são de quinze a quinze dias, e os casos mais urgentes são semanais. Algumas mulheres têm resistência com relação ao atendimento psicológico, e quando ela percebe que depende dela, ela foge, isso porque ainda não está preparada, e às vezes, leva um tempo para ela voltar. Ela acha que vamos fazê-la separar do marido, e não quer fazer isso. O atendimento depende dela, e nós vamos ajudá-la a entender que para sair da situação de violência depende das decisões que ela for tomar. Por isso, é necessário esperar o tempo da mulher. Então, ela vai passando no serviço social, no jurídico até se sentir preparada para o atendimento psicológico. Não pode ser forçada. (informação verbal)

A psicóloga criticou a precarização dos serviços: “É muito difícil trabalhar com uma equipe tão pequena, e precisávamos de duas equipes, isso porque não podemos deixar de atender, e de participar de reuniões, participar do Fórum Tiradentes, por exemplo. Não dá para abdicar disso, e nós precisamos ir e como?” Fabiana completa: “É muito corrido muitas demandas para uma equipe tão pequena. Precisava ter uma equipe de manhã e outra à tarde”.

A reunião técnica é composta por todas as funcionárias, inclusive a operacional, porém, habitualmente uma delas precisa se ausentar para resolver algum imprevisto. Na primeira parte da reunião discutem-se os casos mais difíceis: em uma das reuniões, por exemplo, discutiu-se o caso de Jovelina. Esta tem um histórico de violações desde a infância e atualmente sofre violências do filho, acometido de esquizofrenia, sendo também usuário de drogas. Durante dois meses esteve internado, mas voltou para casa. Jovelina estava com medo, pois ele é violento, e já tentou prostituí-la para obrigá-la a dar-lhe dinheiro. Ela já esteve em situação de rua devido à violência do filho e não queria que ele fosse preso, mas que recebesse tratamento médico.

Segundo as funcionárias, a dificuldade com relação ao caso é articular a rede de serviços, pois seu filho não conseguiu ser atendido no CAPS Tiradentes com a justificativa que o mesmo é usuário de drogas e a especificidade do CAPS é tratamento de saúde mental, porém, também não conseguiu atendimento no CAPS-AD localizado em Guaianases especializado no atendimento de pacientes usuários de álcool e drogas, porque neste foi diagnosticado esquizofrenia e a instituição não atende pessoas com esse diagnóstico. Dessa maneira, o jovem não obteve a vaga e se encontrava, portanto, sem atendimento, obrigando Jovelina a conviver com o agressor. A equipe mostrou-se apreensiva, temendo inclusive “pelo

piores”. Jovelina não quis fazer o Boletim de Ocorrência contra o filho para não vê-lo preso. Esse caso demonstra a complexidade dos atendimentos e constata que a maior dificuldade é articular a rede de serviços, pois neste caso, por exemplo, necessitavam de outros equipamentos.

Outro caso discutido na oportunidade foi a situação de Dora. Ela é atendida no CAPS, porém um desentendimento com a terapeuta ocupacional a desmotivou, levando-a manifestar inclusive, o desejo de não frequentar mais o espaço, do qual ela necessitava. Avalia-se que esse tipo de situação prejudica muito o trabalho. A equipe preocupa-se com a dificuldade em discutir os casos com os serviços, estes ignoram as demandas e não querem fazer um trabalho em conjunto. Contam que uma mesma mulher é assistida por vários serviços, e por isso teria melhor desenvolvimento se os serviços trabalhassem juntos, pensando em soluções para os casos. Segundo as funcionárias, a saúde, em especial o CAPS é o serviço mais resistente ao trabalho em rede com a assistência social.

A Casa Anastácia, semelhante à Casa Viviane, também tem muitas dificuldades com relação a DDM de referência, por isso, esse tema também é recorrente. A 8ª DDM, localizada na região de São Matheus, é a Delegacia da Mulher de referência da Casa, ou seja, as atendidas devem ser encaminhadas para esta delegacia. As funcionárias discutiam o fato de a delegada não ter feito o Boletim de Ocorrência de uma atendida, e também em consequência não ter aplicado as medidas protetivas¹⁰⁶, alegando que a mulher estaria interessada no benefício¹⁰⁷. Segundo a advogada Patrícia, da Casa, cabe apenas ao juiz deferir ou não o pedido de medidas protetivas, não cabe à delegada. Reclamaram que a delegada não dialogava com a Casa. Segundo a equipe, em um ano e meio de funcionamento a Casa só recebeu um caso encaminhado pela 8ª DDM, contrariando a própria afirmação da delegada de que 60% dos casos são de mulheres residentes em Cidade de Tiradentes.

A posição da delegada explicita a complexidade da questão. Ela afirma apenas conhecer o Centro de Defesa Cidinha Kopcak de São Matheus, embora, Shirley, psicóloga, já tenha realizado palestra sobre a Casa Anastácia, da qual a delegada participou. A gerente Fabiana também já se apresentou a ela. A delegada reafirma, contudo, frequentemente não

¹⁰⁶ Medidas Protetivas de urgência são ações necessárias contra as consequências da violência e para evitar prejuízos iminentes. Para tanto, oferecem condições à vítima de prosseguir com a demanda judicial, de permanecer em seu lar, de exercer o direito de ir e vir, de continuar trabalhando. Segundo o artigo 23 da Lei Maria da Penha que determina as medidas protetivas de urgência, as medidas podem ser requeridas pela própria mulher ofendida, diretamente na Delegacia, ou pelo Ministério Público.

¹⁰⁷ Auxílio como bolsa aluguel pode ser requerido pela profissional do Centro de Defesa ao Centro de Referência da Assistência Social.

conhecer outros Centros de Defesa, além da Casa Cidinha Kopcak de São Matheus. Segundo a equipe, existe a necessidade de “adular” as autoridades para realizar o trabalho. A gerente precisa, por vezes, entrar em contato como se solicitasse um favor, mas mantém a postura de entrar em contato apenas de forma profissional.

O caso da usuária Joyce também foi discutido na mesma oportunidade. O problema desta vez era com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), pois a usuária necessitava do benefício bolsa aluguel para sair do convívio com o agressor, no caso, seu irmão, que faz uso excessivo de drogas. O CRAS afirma, porém, que ela é “uma aproveitadora” por estar em busca do financiamento, contudo, ela não tem outra saída, uma vez que não tem condições de trabalhar. A maior dificuldade da equipe é, conforme já afirmado, realizar o trabalho integrado com outros serviços, o qual chamam de rede. Esse quadro se configura quando a situação de violência extrapola outros fatores, por exemplo, o fator econômico, muito comum nos atendimentos, em que se necessita do auxílio do CRAS, para que a mulher consiga o benefício do aluguel social e saia de casa, ou quando o caso envolve drogadição ou sofrimento mental, necessitando do atendimento no CAPS II e CAPES – AD. No caso da necessidade de abrigar a mulher que está correndo risco de morte busca-se a articulação com DDM para fazer o Boletim de Ocorrência e a aplicação das medidas protetivas em que consta o afastamento do lar, provisoriamente. Segundo Fabiana: “É preciso um trabalho articulado com outros serviços, porém, na maioria dos casos estes serviços não têm a mesma disposição para auxiliar as mulheres. Essa luta para resolver o caso das mulheres vem de um olhar militante”. (informação verbal)

Na reunião de planejamento de 2014, para a qual fui convidada a contribuir, a equipe comentou sobre a palestra de Wagner Tito, morador de Cidade Tiradentes e membro do grupo ativista Força Ativa. O tema foi violência racial, com foco no espaço institucional e nas vivências contra as mulheres. Suzi (Assistente Social) ficou impressionada com a palestra: “ele foi muito extrovertido com as mulheres, conseguiu colocar as mulheres para participar, e fez dinâmica. Questionou as mulheres sobre seu próprio racismo e as ajudou a identificar situações de racismo. O Cine estava cheio” (informação verbal). Infelizmente, não participei deste Cine.

No planejamento, avaliamos o papel das oficinas – as atuais e as próximas. Cada oficina tem, em média, duração de quatro meses. Pensamos em alguns temas para o Cine Anastácia, tais como, maternidade, violência racial, mulher e mídia, trabalho doméstico – apontando os direitos e as violações, por exemplo, o assédio, as humilhações, a exploração. Indagou-se sobre o tema da festa de aniversário da Casa, que ocorreria em junho. Todos os

temas precisavam focar a questão racial. O debate racial é bastante cobrado, inclusive pelas usuárias.

A equipe apontou a necessidade de realizar formações internas. Duas funcionárias novas cobraram a importância das formações para se apropriarem melhor da questão. A educadora e a técnica do administrativo, que têm como funções, além das relativas ao cargo, fazer a acolhida (primeiro atendimento) das mulheres, entender o caso e direcionar para a profissional da equipe técnica, observaram que ainda tinham muitas dúvidas. Shirley, psicóloga da Casa, trouxe a preocupação com as novas demandas que surgiam:

Mulheres que são encaminhadas por outros serviços, como o SASF (Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica no Domicílio), mas que não se enquadram nas especificidades da violência doméstica, por exemplo, mulheres que foram estupradas em vias públicas por estranho e desenvolveram sequelas psicológicas. O Centro de Defesa da Mulher não é apropriado para estes casos, principalmente porque não temos estrutura para clinicar e nosso foco não é esse. Mas, essas mulheres, também moradoras da região, não têm outro serviço para ser atendidas e não podem pagar pelo atendimento particular. Outra demanda grande é com relação à violência sexual, principalmente, de meninas. As mães as trazem para a Casa procurando ajuda, porém o serviço é para mulheres acima dos dezoito anos. Indiretamente a Casa acaba atendendo essa demanda, pois não tem um serviço para isso. Tem aumentado a demanda com relação aos transtornos mentais. As mulheres que sofrem violência desenvolvem sofrimento mental. Outra questão é a violência que as mulheres sofrem de filhos. São demandas novas, nós ainda estamos pensando maneiras de trabalhar isso. (informação verbal)

Percebemos que o desafio das profissionais, em ambos os Centros de Defesa, Casa Viviane ou Anastácia, é pensar em estratégias de acordo com o surgimento das demandas. As equipes não trazem fórmulas prontas, resoluções de suas formações acadêmicas. A universidade nada lhes disse sobre esse trabalho e esse público. Trata-se de algo que elas aprendem com a militância ou com as experiências na Casa. As psicólogas das Casas já sentaram juntas para pensar em metodologias realizando grupos de mulheres e com estas atentaram para suas demandas, observando o que elas tinham a dizer para o serviço, resultando em material para análise e estudo. As equipes técnicas do serviço social de ambas as Casas encontram-se com as mulheres uma vez por mês, reúnem-se para problematizar questões no âmbito da demanda social. Chamam, neste caso, de “grupo social” e a cada encontro discutem uma demanda.

Discutiram também no planejamento, o problema do período de férias escolares, pois nessa época as mulheres costumavam faltar com mais frequência às oficinas. Já foi solicitada à SMADS uma pequena brinquedoteca. Não tiveram resposta porém e não sabem como resolver o problema, asseguram que não podem se responsabilizar por mais esta atividade, por terem uma equipe pequena. A opção encontrada foi reunir as mulheres e perguntar a elas alternativas para resolver a questão.

Segundo o planejamento, para finalizar o mês de janeiro, seria realizado um bingo que sortearia uma cesta básica e um momento de SPA. Esse momento seria realizado na própria Casa, com massagem e banho de hidromassagem, fornecidos por parcerias. Seria privilegiada uma mulher por mês. Em janeiro, também aconteceria o passeio à praia, evento muito esperado pelas mulheres, pois a maioria delas e seus filhos nunca tinham ido à praia. Constatamos que o “Cine Anastácia” de janeiro daria continuidade ao tema de novembro sobre violência racial, contando com a coordenação de Wagner Tito. Em fevereiro, seria discutido no Cine, o Dia Internacional da Mulher e a importância de ir para a rua reivindicar direitos. A proposta envolvia o convite a uma militante da Marcha Mundial de Mulheres¹⁰⁸, o estímulo à produção de materiais, como cartazes, pirulitos e faixas para a Marcha do Oito de Março.

Segundo Fabiana: “Na marcha deste ano (2013) a Casa Anastácia foi a única que citou a questão da discriminação racial nos cartazes, inclusive a Marcha Mundial das Mulheres não citou nada sobre mulheres negras” (informação verbal). Março e abril ficaram em aberto, e em maio dariam continuidade ao tema da mulher e maternidade. Em junho seria realizada a festa de aniversário de dois anos da Casa. Foi marcada outra reunião para se pensar no tema da festa e nos preparativos. Julho seria o momento de um seminário sobre a mulher negra e se previa uma visita ao Museu Afro.

Questões envolvendo práticas de racismo em geral, também são objeto de intervenção da Casa, especialmente, quando trazidas pelas usuárias. A equipe citou o caso da usuária Tuane, que sofre com a discriminação racial envolvendo a filha. A criança gostava muito de ir à escola, porém o racismo da professora e dos colegas a desestimularam. A criança conta que

¹⁰⁸ A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. Ver: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

falam mal do seu cabelo, e ir à escola gera grande sofrimento. A mãe sofre com o problema da filha. Por esses motivos as usuárias pedem que haja mais debate sobre a questão racial na Casa. Já presenciamos a própria Tuane sugerir à equipe este debate. Fabiana já entrou em contato com a escola para fomentar debates com professores/as e alunos/as. Os membros do grupo Força Ativa, movimento negro da região, se propuseram a realizar seminário na escola, porém a unidade escolar não quis realizar o evento.

Outra atividade importante na Casa são as oficinas. Uma das oficinas mais procurada pelas usuárias é a de patchwork, ministrada pelaicineira Kátia. Nessa atividade as mulheres aprendem a bordar figuras no pano de prato. Em um dos encontros a oficina atrasou e as usuárias aguardavam na sala de recepção, animadas, a conversa fluía intensamente. Quando aicineira chegou, a turma subiu para a sala e cada uma pegou seus materiais. Elas já sabiam como fazer e aicineira apenas ia auxiliando, corrigindo alguns pontos. As mulheres conversavam muito durante a oficina, falavam de cirurgia plástica, do tamanho do peito, cuidado com os filhos, contavam piadas e histórias. O momento era de descontração. A maioria delas não estava em situação de violência, mas em algum momento da vida haviam passado por isso. Nota-se que, na maioria, são negras e moram no bairro, muitas já eram avós e estavam desempregadas. Algumas faziam a oficina em busca de ofício para ganhar dinheiro, outras ocupavam o tempo enquanto não podiam trabalhar, ou vinham para aprender algo diferente. As idades variavam pouco, encontravam-se entre a meia idade e a velhice. Diziam que gostavam muito de estar ali, que divulgavam as atividades e traziam as amigas.

Em outra oficina de EVA¹⁰⁹ percebemos que as usuárias já estavam bastante acostumadas com a nossa presença, cumprimentavam, contavam coisas, perguntavam, ensinavam. Nessa oficina produziam flores de EVA e formavam arranjos. Durante a oficina conversaram sobre muitas coisas. Nesse dia conversaram muito sobre filhos e os passeios da Casa. O passeio à praia era muito esperado e diziam como se organizariam para ir. Algumas diziam que não iam levar ninguém de casa, era o dia delas se divertirem com as amigas. As mulheres procuram as oficinas para aprender um ofício e produzir algo para comercializar. Discutem onde encontrar a matéria-prima, onde é mais barata. Outras participam como um passatempo, dizem que gostam de aprender coisas diferentes e não querem só ficar em casa. Um grupo afirma não poder trabalhar porque se encontra em tratamento médico. As mulheres desempregadas participam até conseguir um novo emprego, sendo a maioria, empregadas domésticas.

¹⁰⁹ EVA (Etil Vinil Acetato) "Material Emborrachado", que por sua vez, destaca-se pela flexibilidade, versatilidade de cores e a infinidade de produtos que se pode fazer com ele.

Aicineira gosta muito do que faz e demonstra no ato de ensinar, carinho e dedicaão. Ela também ministra esta oficina em outros espaos dedicados ao atendimento de mulheres. Disse-nos que nas oficinas acompanha a evoluão das mulheres e sente grande satisfaão em vê-las “numa nova condião de mulheres, emancipadas”. No final da oficina as mulheres recolhem os materiais, limpam a sala, tomam caf e partem.

Outra atividade importante é o Cine Anastácia. O propósito desse evento é debater um assunto de interesse das mulheres, utilizando-se como suporte, um vídeo. Buscam, com esse recurso, não dar a aparência de uma palestra. Procuram dessa forma, tornar o momento bem descontraído para as mulheres. Ao final ocorre uma pequena confraternizaão, e a comemoraão das aniversariantes do mês. A atividade ocorre toda última quarta-feira do mês e traz uma convidada ou um convidado (diferente da Casa Viviane, a Casa Anastácia traz palestrantes homens, porém, a probabilidade é menor).

Em um dos encontros do Cine, além das usuárias, chegaram muitos visitantes que participavam das palestras e conheciam o serviço. No dia previsto, chegaram duas funcionárias do SASF e dois educadores do Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) Vila Paulista (Cidade Tiradentes) levando em média 15 adolescentes. A equipe continua realizando os atendimentos. Os convidados para ministrar a atividade foram dois funcionários do Ministério Público, dois Assistentes Sociais (homem e mulher) e uma estagiária. Ambos atuam no Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID), órgão do Ministério Público do Estado de São Paulo. O local estava arrumado, com cadeiras e projetor. Todos se apresentaram e a atividade proposta teve início com o vídeo: “Lei Maria da Penha em Cordel”. Após o vídeo, começaram os debates sobre a lei, com os convidados explicando os procedimentos passo a passo. As mulheres falaram do problema do alcoolismo, sobre a pensão, a morosidade da justiça. Após a conversa teve uma confraternizaão com todos, em comemoraão às usuárias aniversariantes do mês.

A Casa mantém um grande fluxo de atendimentos e visitaão. Observamos que muitas mulheres chegavam e se dirigiam às salas de atendimentos, constatamos diversas vezes que todas eram negras. Sentimo-nos bem no local, apresentando-se desde o início como pesquisador/a. As mulheres com facilidade contavam suas histórias. Notamos que a Casa era considerada um espaço de sociabilidade, de interaão com segurança, sem o olhar reprovador da sociedade ou ameaçador do agressor. Um lugar para serem ouvidas e cuidadas.

Em outra atividade do Cine Anastácia a convidada foi Patrícia, a advogada da Casa. Ela iniciou com o vídeo “Sonho Impossível”, que mostrava em animaão a história de uma dona de casa que trabalhava exaustivamente para dar conta do serviço de casa, do cuidado dos

filhos, além de sofrer assédio moral do chefe. O vídeo mostra que essa história poderia ser diferente, com a divisão do trabalho doméstico com o companheiro, sem cobranças e com mais carinho. As mulheres se identificaram com a dona de casa do vídeo e deram outros exemplos desse martírio.

Após o vídeo, as usuárias falaram suas impressões e a advogada tirou as dúvidas com relação ao divórcio, união estável, abandono do lar, reparação de danos, entre outras. A maioria das mulheres que participam dessas atividades é conhecedora dos serviços e estão bem informadas. Dizem que “o que impede de conhecer outras coisas é a falta de dinheiro, o trabalho doméstico, os filhos e o marido”. Após a reunião seguiu-se uma pequena confraternização, como de costume. A própria equipe preparara tudo: salgados e bolos.

Em novo “Cine Anastácia” o debate foi sobre a maternidade com a psicóloga da Casa Viviane, Marta Vale. A palestrante trouxe alguns pontos para discutir com as mulheres, a saber: como surge à ideia de maternidade como algo sagrado; o ideal de mãe; a imposição às mulheres da obrigação de ser mãe; a ideia do amor incondicional; do amor de mãe como algo instintivo; e o ato de doar a vida pelos filhos. Marta buscou desconstruir essas ideias que promovem o sentimento de culpa nas mulheres. A Casa estava cheia e as usuárias foram muito participativas. As mulheres apontavam o quanto se dedicavam a cuidar dos filhos, “uma vida em prol dos filhos”. Enquanto isso, elas ficavam descuidadas, desistiam dos sonhos e das suas vontades.

Shirley apontou algumas questões que enfrenta sobre esse tema no seu trabalho:

As ideologias que a mulher incorpora envolvem a relação com a maternidade. Ela precisa cuidar do outro, se ela não faz se sente em falta enquanto mãe. E o filho reproduz a violência do pai. A mãe não consegue dizer não. Às vezes, para ela ter um filho é uma forma de não se responsabilizar por si mesma, e passa a se responsabilizar pelo outro. (informação verbal)

O encontro seguiu animado, o tema atingiu diretamente as mulheres. Elas ouviram atentas e com olhar longe, rememorando a vida, algumas relataram lembranças do momento que iniciaram o matrimônio, lembrando-se dos sonhos, das esperanças que tinham, e da vida que passou, restando o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos no lar. Após a conversa e o vídeo, cantamos parabéns para as aniversariantes e as mulheres foram embora. Algumas saíram rápido para buscar os filhos na creche.

Em outra visita, registramos um momento importante, o da confraternização. A Casa estava cheia, as mulheres vieram com os filhos, namorados e parentes. Na festa teve feijoada, sorteios e uma tarde cultural com DJ e muita poesia. Fabiana, considerando minha surpresa com a quantidade de pessoas disse: “Infelizmente, comida chama, mas precisamos oferecer mais que isso”. A recepção das mulheres foi ótima, mesas decoradas, flores e frutas, lembrava um salão de festas. As funcionárias cuidaram de tudo: o preparo do almoço, decoração do espaço, recepção das mulheres e cuidados com a limpeza. Fabiana trouxe um grupo de poetas de Cidade Tiradentes, chamado Lual. Era um grupo de jovens, montaram um sarau e declamaram poesias dedicadas às mulheres e às crianças.

Houve algumas dificuldades, por exemplo, o atraso da chegada dos equipamentos de som, fato que incomodou a equipe. Com exceção de Fabiana, as funcionárias achavam que só deveria ter o bingo como entretenimento. Acreditavam que as mulheres não se interessariam pelas poesias. Na verdade, de toda a equipe, apenas Fabiana já tinha participado de saraus, as demais, bem como as usuárias, nunca tinham participado. No entanto, as usuárias gostaram, aplaudiram e elogiaram os jovens. Algumas precisaram sair mais cedo para buscar o filho na creche. Mas, para não deixarem de participar do bingo, as funcionárias as substituíram. Foi uma grande festa, elas estavam contentes.

Divertiram-se com o bingo, que disponibilizou diferentes prêmios, por exemplo, bolsa, cesta de produtos de beleza, cesta de doces, cesta básica e brinquedos para as crianças. No fim da festa, a equipe lavou a Casa, pois no outro dia (sexta-feira) não poderia ajudar, devido aos atendimentos. Para o dia da festa não marcaram atendimentos, porém ficaram atentas caso houvesse um primeiro atendimento. Fabiana confia na equipe e acredita que são ótimas profissionais:

Elas são ótimas organizaram uma festa bonita, deram o sangue para que tudo desse certo. São ótimas profissionais, e tratam com muito carinho as mulheres. Porém, não são militantes, ativistas, não perseguem um problema maior. Seguem à risca o padrão de vida imposto por um sistema econômico perverso. Eu optei por não contratar militantes, também é difícil lidar com o pessoal da esquerda em alguns momentos. (informação verbal)

Fabiana é uma voz que grita sozinha, diferente da Casa Viviane, a qual dispõe no seu quadro de funcionárias de mulheres que já “militaram”, seja, na área da educação e juventude, na área da saúde mental, ou em outros movimentos populares; aquelas que não eram se tornaram militantes com o trabalho na Casa. Na Casa Anastácia, a equipe privilegia o

atendimento ao máximo de mulheres que puderem, e a resolução de seus casos, mas isso não tem sido plenamente possível e o trabalho cresce significativamente. Embora o tempo de existência da Casa seja ainda pequeno, admitem que a instituição precise ser mais conhecida na região.

As usuárias da Casa demonstram iniciativa e protagonismo. Elas opinam, exigem, se manifestam em todos os momentos e demonstram o carinho que têm pela Casa. O espaço, realmente é uma casa, bem maior que as moradias habituais da região. O ambiente da Casa não imita uma empresa ou uma instituição. Isso tanto para as usuárias como para as trabalhadoras. Estas não se sentem num ambiente de trabalho convencional e as usuárias não se sentem em um espaço de assistencialismo, como se desenham outros projetos da prefeitura ligados à Secretaria de Assistência Social. O local lembra o aconchego de um lar. Tanto na Casa Anastácia como na Casa Viviane, percebe-se que isso é fruto do trabalho autônomo das funcionárias e do movimento de mulheres da região, pois não está no regulamento que deva ser assim. Este olhar acolhedor da equipe permite a participação das usuárias na resolução dos desafios. Há também a preocupação com as trabalhadoras, quanto ao cansaço, saúde e a liberdade para opinar e aprender juntas. O diferencial está no surgimento da Casa que provém da luta popular, da militância do movimento de mulheres e a Casa Anastácia é um braço dessa luta, ela surge pela percepção das mulheres de que havia uma grande demanda da Cidade Tiradentes e este espaço deveria ter uma especificidade, que é a discussão da questão racial.

Fotos do ato organizado pelos Centros de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos e Casa Anastácia de enfrentamento à violência contra a mulher em Cidade Tiradentes realizado no dia cinco de dezembro de 2014.

Figura 17



Figura 18



Figura 19



Figura 20



Figura 21



Figura 22



Fonte: Materiais cedidos por Issa Paz.

Figura 23



Figura 24



Figura 25



Figura 26



Fonte: Materiais cedidos por Issa Paz.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: DAQUI DE ONDE VEMOS

Um discurso eurocêntrico pode ser o discurso dominante da antropologia social, mas os antropólogos que vivem em “*espaços periféricos*” como a Índia ou o Brasil construíram suas próprias comunidades de conversação a partir de seu meio mais próximo (grifos nosso).
Veena Das¹¹⁰

No decorrer deste trabalho, percebemos como os movimentos de mulheres na periferia se consolidaram e se diversificaram ao longo das décadas. Demonstrando protagonismo e empenho na resolução de problemas que os acometiam. Procuramos demonstrar que os movimentos de mulheres da periferia pensaram alternativas ao silenciamento das opressões que vivenciam, construindo sua autonomia política, ou seja, a capacidade de ler e interpretar sua realidade, sem os estereótipos e a condolência imposta por um sistema social que vê as mulheres como sofredoras e necessitadas de auxílio externo, vistas sempre como objeto e não sujeitos.

A partir do exposto nas etnografias dos Centros de Defesa e, também dos relatos das mulheres dos Clubes de Mães, é possível compreender as contribuições dos movimentos de mulheres na periferia para transformar sua realidade, afirmando, como expõe bell hooks (2013), o direito como sujeito de resistência para definir sua realidade e, desmitificando um imaginário coletivo que nega a diversidade de experiências sociais e descredibiliza experiências que estão situadas à margem do modelo hegemônico. Como afirma Spivak (2009): “a epistemologia ainda hegemônica nas ciências sociais tende a criar ‘violências epistemológicas’, a construção de pesquisas dentro dos quais certas experiências sociais se tornam invisíveis, secundárias ou sem importância¹¹¹” (SPIVAK, 2009 apud MISKOLCI, 2012). A autora critica o processo de produção do conhecimento científico que continua a

¹¹⁰ VEENA DAS, *Critical Events*, 1995 apud MISKOLCI, 2012, p. 17.

¹¹¹ Essa crítica tem trajetória longa nas Ciências Sociais, tendo iniciado com os trabalhos dos Estudos Culturais Brintânicos de Raymond Willians e E.P. Thompson, chegando ao nosso conhecimento por teóricos/as como a feminista pós colonial, indiana, citada, Gayatri Spivak em sua crítica às violências epistemológicas ou do sociólogo português Boaventura Souza e sua proposta de uma sociologia das ausências e das emergências, e também através da feminista negra brasileira Sueli Caneiro com a proposição de epistemicídio, processo de desvalorização e ocultamento da contribuição de homens e mulheres negros/as no campo intelectual. Segundo Richard Miskolci (2012) essa perspectiva de crítica teve pouca repercussão no Brasil, não foi preponderante no modo de fazer pesquisa social e no uso das fontes literárias, raramente como parte central da investigação.

tratar as experiências subalternizadas como “minoritárias”, isso também com relação aos processos de transformação nas sociedades “não ocidentais” levando em consideração o que pressupõem como o centro.

Os Centros de Defesa descritos nesse trabalho surgem como lugares de resistência e ‘contralinguagem’, trazem exemplos de transgressões, de enfrentamentos à opressão sexista e de práticas feministas elaboradas por mulheres dos seguimentos populares, a maioria delas negras. Os exemplos são muitos, desde espaços de formação e debates fomentados pelos Centros em que as mulheres populares, usuárias, são o âmago, modificando a realidade de servilismo, submissão e sujeição para a realidade de autonomia e empoderamento. Empoderamento entendido aqui, conforme apresentado por Patricia Collins (2000), com o sentido de fortalecimento: “as mulheres negras se fortalecem e se tornam empoderadas quando entendem e usam, individualmente e em grupo, as dimensões e as formas disciplinares de saber que promovem a sua/nossa humanidade como sujeitos plenamente humanos” (COLLINS, 2000 apud CARDOSO, 2012, p. 62). Para a autora, empoderar-se implica rejeitar as dimensões do conhecimento, seja pessoais, culturais ou institucionais que perpetuam a objetificação e a desumanização dos indivíduos.

Rejeitamos o sentido de empoderamento vinculado como ‘dar poder a outrem’, empoderar alguém advindo de outro lugar, isso significa poder que vem externo à mulher na periferia. As mulheres dos movimentos populares não precisaram ser empoderadas por outras externas a elas. Em todo percurso que tratamos discutindo o movimento de mulheres na Zona Leste, estas mulheres criaram saídas e construíram ações de resistência.

Outro dado que destacamos refere-se às usuárias mais antigas, que em geral, aparentavam não terem vivenciado situações de violência doméstica, pois demonstravam emancipação na sua condição de gênero. No entanto, durante uma das atividades nas oficinas de literatura desenvolvidas no projeto “Contos de Viviane” estas usuárias indicaram na elaboração de seus contos, a vivência no passado de situações de violência doméstica. Em vista disso, esse evento indica a produção de ‘contralinguagem’ no sentido de modificar o lugar imposto às mulheres pobres e negras pelos marcadores sociais (gênero, raça, classe). Além de demonstrarem uma forma de emancipação incomum para mulheres da mesma origem, apesar de serem provenientes de classes populares e semiescolarizadas, elas participavam de uma oficina de escrita, na qual produziam seus textos, e suas experiências e subjetividades ganhavam contornos de história impressa por suas próprias mãos.

A escritora negra brasileira Conceição Evaristo exemplifica o peso das marcações sociais sobre as mulheres, principalmente negras: “Espera-se que a mulher negra seja capaz

de desempenhar determinadas funções, como cozinhar muito bem, dançar, cantar, mas não escrever. Às vezes me perguntam: ‘você canta?’. E eu digo: ‘não canto nem danço’” (REVISTA RAÇA, 2006 apud EVARISTO, 2013)¹¹². Gloria Anzaldúa (2000, p. 229) em seu texto: *Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, acrescenta “A mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando”.

Virginia Woolf em seu livro *Um Teto Todo Seu* afirmava que as condições de vida influenciam a produção artística das mulheres, discutindo as limitações para uma mulher se tornar escritora no início do século XX. Exatamente em 1928, quando da publicação do seu livro, dizia: “As mulheres, portanto, não tiveram a mais remota chance de escrever poesia” (WOOLF, 2014, p.151). Virginia Woolf talvez não imaginasse que no final do século, as condições por ela analisadas continuariam influenciando, porém não impediriam, a partir da persistência das mulheres sem as condições financeiras que assinalava, o surgimento de escritoras como Carolina Maia de Jesus, ex-catadora e favelada, e obras de poetas e escritoras negras e periféricas, tais como *Negrices em Flor* (2007) de Maria Tereza; *Águas da Cabaça* (2012) de Elizandra Souza; e além destas, o livro produzido pela Casa Viviane com os textos das usuárias, *Contos de Viviane* (2015).

No entanto, como a autora destacou em 1928, essas obras continuam sem validação social, não fazem parte dos cânones hegemônicos. Inclusive a obra de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, lançada em 1960 que obteve repercussão internacional e foi traduzida em treze idiomas. No Brasil, a autora teve pouco reconhecimento e ainda hoje, muitos intelectuais não consideram uma obra literária o livro mais importante de Carolina.

A percepção e o reconhecimento da subjetividade e do potencial de resistência das mulheres da periferia são possíveis quando partimos de uma teoria que não apaga nossas diferenças e que reconhece o impacto da raça e da classe social como fatores que moldam a identidade feminina.

Diante disso, como ponto de partida para a leitura da realidade observada, utilizamos a epistemologia feminista, e através dela o feminismo negro, como principal lente e fonte para analisar e construir nossos saberes. Entendemos que a base conceitual da teoria feminista negra seja a intersecção entre os diversos sistemas de dominação (racismo, sexismo,

¹¹² Revista Raça, ano 10, n. 96, 2006, p. 15.

classismo, heterossexismo). Introduzindo teorias e conhecimentos que apontam a diversidade da teoria feminista a partir de saberes localizados, e também da crítica ao feminismo hegemônico, apostando na construção de um pensamento próprio confirmado por experiências concretas das mulheres negras, pobres, indígenas, lésbicas e do terceiro mundo.

A teoria apresentada nos auxilia a identificar as especificidades das opressões, a compreender a articulação das opressões, nos convidam a construir modelos de articulação política que modifiquem posições estáticas em um diálogo contínuo, entendendo as diferenças, sem hierarquizar ou fixar conceitos unitários e excludentes de vítimas e opressores.

De maneira geral, este trabalho se dedicou a contar experiências que ‘não contam’. Retomamos as experiências de mulheres ligadas aos movimentos de mulheres na periferia por acreditar que, como diz Richard Miskolci (2012, p. 181), “a experiência é o que faz do social uma realidade não apenas teórica, mas vivida”. Pelo esforço de reconhecimento das subjetividades, de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de mulheres não brancas e moradoras da periferia. E por repensar os modos de conhecimento e pelo questionamento de antigas epistemologias, propondo outras formas de conhecimento e de humanidade.

AINDA ASSIM, EU ME LEVANTO

*Maya Angelou*¹¹³

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me
levantar.



Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.

Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.

Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh'alma enfraquecida pela solidão?

Meu orgulho o ofende?
Tenho certeza que sim
Porque eu rio como quem possui
Ouros escondidos em mim.

¹¹³ Poetisa e ativista norte-americana Maya Angelou, pseudônimo de Marguerite Ann Johnson, foi professora de Estudos Americanos na Wake Forest University, tendo falecido em 2013 com 86 anos. *Tradução de Mauro Catopodis*. Fonte: <<http://vinteculturaesociedade.wordpress.com/2014/02/15/still-rise-de-maya-angelou-em-duas-traducoes/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.

Minha sensualidade incomoda?
Será que você se pergunta
Porquê eu danço como se tivesse
Um diamante onde as coxas se juntam?

Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto

Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.
Deixando para trás noites de terror e atrocidade
Eu me levanto

Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.

E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.

A NOITE NÃO ADORMECE NOS OLHOS DAS MULHERES

*Conceição Evaristo*¹¹⁴

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois nosso sangue-mulher
do nosso líquido lembradiço



¹¹⁴ Conceição Evaristo é Mestre em Literatura Brasileira pela PUC Rio, e Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Estreou na literatura em 1990, na série *Cadernos Negros*, antologia editada anualmente pelo Quilombhoje, de São Paulo, grupo de escritores afro-brasileiros reunidos, desde 1978. É autora dos romances *Ponciá Vicêncio* e *Becos da memória* (Mazza Edições).

em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.

*Em memória de Beatriz Nascimento,
poema publicado em Cadernos Negros, São Paulo, n.19, 1996.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ, Sonia. Articulación y transnacionalización de los feminismos latino-americanos. **Debate feminista**. México, n. 15, 1997.
- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000.
- _____. Movimientos de rebeldia y las culturas que traicionan. In: _____. **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. p. 71-80.
- _____. La consciência de la mestiza. Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n. 3, set./out. 2005.
- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Estudos Feministas**, v. 2, n. especial, p. 203-216, 2. sem. 1994.
- AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy. O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região Sul (SP). **Cadernos Cedem**, Marília, v. 2, n. 2, p. 133-146, 2011. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/viewFile/1647/1400>>. Acesso em: 30 mar. 2014.
- BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995.
- _____. Lembrando Lélia Gonzalez. In: **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vem de longe**. Organizadores: Jurema Werneck; Maisa Mendonça e Evelyn C. White. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.
- BARBOSA, Lícia M.L. Feminismo negro: notas sobre o debate norte-americano e brasileiro. In: FAZENDO GÊNERO, 9, 2010, Florianópolis. GT Diáspora, Diversidade, Deslocamentos. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291423_ARQUIVO_FazendoGenero9LiciaBarbosa1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1.
- BENTO, Maria A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. E Bento, M. A. S. (Org.). **Psicologia social do racismo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 25-27.
- BERQUÓ, Elza. Parte V – Heterogeneidade de raça e gênero em epidemiologia. Esterilização e raça em São Paulo. In: BARATA, RB. et al (Org). **Equidade e saúde: contribuições da epidemiologia** [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. 260 p. EpidemioLógica series, n. 1. ISBN: 85-85676-34-5. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/3y5xk/pdf/barata-9788575412640-15.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.
- _____. Estudo da dinâmica demográfica da população negra. In: BERQUÓ, Elza; BERCOVICH, Alicia; GARCIA, Maria E. In: **Textos NEPO 9**. Campinas: Nepo-Unicamp, 1986.

_____. Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil. In: **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Olinda, 1988, v. 3, p. 89-103.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIDASECA, Karina; LABA, Vanesa V. (Comp.). **Feminismo y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América latina**. 2. ed. Buenos Aires: Editora Godot, 2011. 480 p.

BINSWQNGER, Ludwig. **Per um'antropologia fenomenológica**. Saggi e conferenze Psichiatriche. Milano: Feltrinelli Editore. 1970.

BORDO, Susan. A feminista como o outro. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n.1, 2000.

BRANDÃO, Elaine. R. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa B. de (Orgs.) **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**: São Paulo: Editora 34. p. 53-84, 1998.

BRASIL. Lei Maria da Penha nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Grupo de Trabalho Interministerial - **Reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino**. Brasília: SPM, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. **Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários(as)**. Brasília: SPM, 2005. 64 p.

CADERNOS DO CEDI: o caminho da escola – luta popular pela escola pública. São Paulo, v. 15, 1986.

CALDEIRA, Teresa P. R. São Miguel Paulista. In: _____. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.

CARDOSO, Cláudia P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFobia E GÊNERO, 2001, Durban. **Anais...** p. 1-6. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

CARVALHO, José J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n.15, p. 107-147, jun. 2001.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COMBAHEE River Collective. Una declaración feminista negra. In: MORAGA, Cherríe; CASTILHO, Ana. (Org.). **Essa ponte, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos**. San Francisco: Ism Press, 1988.

COSTA, Claudia de L. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. In: **Portuguese Cultural Studies 4 Fall**, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Olívia, M. G. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia, M. G; GOMES, Flávio, S. (Org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 377-417.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975 – 1993). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.1, jan./abr. 2012.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Plataforma Gueto, 2013.

DIAS, Edney C. Cidade Tiradentes é a memória negra. **Folha de São Paulo**, São Paulo, set. 2003.

DNA Paulistano 2012, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2012. Disponível em: <http://folhaspdados.blogfolha.uol.com.br/2012/09/14/dna-paulistano-navegue-pelos-dados-em-mapa-interativo>>. Acesso em: 04 mai. 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. 191 p.

FERREIRA, J.; HAMLIN, C. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, 2010, p. 811-836.

FERREIRA, Marieta de M; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FIGUEIREDO, Carlos, V. da S. Estudos subalternos: uma introdução. **Ráidos**, Dourados, MS, v.4, n.7, p. 83-92, jan./jun.2010.

GARCIA, Carla. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011. 118 p.

_____. **Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

GARGALLO, Francesca. El feminismo y su instrumentalización como fenómeno de mestizaje em nuestra América. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, v. 14, n. 33, 2009.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Esterilização: impunidade ou regulamentação. In: **Cadernos Geledés**, São Paulo: Programa de Saúde, n.2, out. 1991.

_____. Mulher negra e saúde. **Cadernos Geledés 1**, São Paulo: Programa de Saúde, n.2, out. 1991a.

_____. Declaração de Itapeverica da Serra das mulheres negras brasileiras. Geledés. São Paulo: GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, 1993.

GEP-URPLAN/REDE MULHER. Que história é essa? Clube de Mães e grupos de mulheres de São Paulo, n. 3, out. 1985a.

_____. Caderno de dados: retrato dos Clubes de Mães e grupos de mulheres da Zona Leste de São Paulo. São Paulo: Edições Rede Mulher, 1985b.

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): p. 146-155, 1994.

GOHN, Maria. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GOMES, Nilma L. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SOUSA, Boaventura de S. S.; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GUIMARÃES, Antonio, S.A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organizadora: Liv Sovik. 1.ed. atualizada. Belo Horizonte: IFMG, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, p. 7-32, 1993.

HASAN, Valeria F. Consideraciones sobre los feminismos em América Latina. Producción teórica y prácticas comunicacionales em la red. En: _____. **Feminismos y poscolonialidad – descolonizando el feminismo desde y en América latina**. Buenos Aires, Argentina: Editora Godot, 2011. 480 p.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.464-478, 1995.

_____. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. 283 p.

_____. Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista. In: _____ et al. **Otras Inapropiables**: feminismos desde las fronteras. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4.ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 15 de jan. 2015.

KINTE, A. Poesias de Akins Kinte. In: **Punga**. [s.l.]: Edições Toró, 2007, p.13.

KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (Org). **São Paulo**: novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política. São Paulo: Editora 34, 2011. 398 p.

LAZARINI, Pedro N. **Código Penal Comentado e Leis Penais Especiais Comentadas**. São Paulo: Primeira Impressão, 2010.

LORDE, Audre. Las herramientas del amo nunca desarmarán la casa del amo. In: MORAGA, Cherríe y CASTILLO, Ana (Ed.) **Esta puente mi espalda**: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. San Francisco: Ism Press, 1982.

MACIEL, Debora A. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da Lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 97-111, out. 2011.

MIGNOLO, Walter. Posoccidentalismo: el argumento desde América Latina. **Cuadernos Americanos**, Nueva Época, Mexico, v, 1, n. 67, p. 143-165, enero/feb. 1998.

MIRIM, Liz. A. Balanço do enfrentamento da violência contra a mulher na perspectiva da saúde mental. In: DINIZ, Simone. G.; SILVEIRA, Lenira. P.; MIRIM, Liz. A. (Org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher**: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p. 266-287.

MORAES, Maria, L. Q. **Mulheres em movimento**: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política. São Paula: Nobel – Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

MORAGA, Cherríe; CASTILHO, Ana. (Org.). **Essa puente, mi espalda**: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. San Francisco: Ism Press, 1988.

MORIN, Edgar. **Sociologia**. Portugal: Publicações Europa América LDA, 1984.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB** (Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade brasileira), Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, n. 5, p. 15-34, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Elisa L. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

PACHECO, Ana C. L. Raça, gênero e escolhas afetivas: uma abordagem preliminar sobre solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. In: FAZENDO GÊNERO, 8, 2008, Florianópolis. GT- Pensamento Negro, Corporeidade e Gênero: Textualidades Acadêmicas, Literárias E Ativistas. Disponível em:
<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Ana_Claudia_Lemos_Pacheco_69.pdf.>
Acesso em: 05 jan de 2014.

PAIVA, Rosália. Feminismo paritário indígena andino. In: **Pueblos Indígenas**, 2007. Disponível em:
<http://www.ecopoArtal.net/Temas_Especiales/Pueblos_Indigenas/Feminismo_Paritario_Indigena_Andino>. Acesso em: 30 abr 2014.

PINTO, Céli R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 120 p.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263-274.

_____. Sexo tropical: comentários sobre gênero e raça em alguns textos da mídia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 6/7, p. 9-34, 1996.

PORTELLA, A. P. Abordagem social sobre a violência e saúde das mulheres. **Jornal da Rede Feminista de Saúde**, n. 22, nov. 2000.

PORTO, Madge e COSTA, Francisco P. Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 27, n.4, 2010.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Editora Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007. 129 p.

ROSADO, Maria J. F. N. De mulheres, sexo e igreja: uma pesquisa e muitas interrogações. In: COSTA, Albertina de Oliveira e AMADO, Tina (Org.). **Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**. São Paulo: Prodir/FCC; Rio de Janeiro: ED.34, 1994.

SABADELL, Ana. L. Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 3.ed., 2005.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo— 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAID, Edward. **Permission to narrate**. London Review of Books, p. 13-17, 16-29, feb. 1984.

SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.4, oct./dec. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.

SANTOS, Boaventura de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007, 126 p.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, G. I; GOULART, J. E; FABER, M. E. Teologia da Libertação: resistência intelectual nos anos de chumbo. **Revista do Historiador**, Porto Alegre, n. 2, ano 2, p. 199-207, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/proposta.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIMFFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.

SARTI, Cynthia, A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.2, p.262, maio/ago. 2004.

_____. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.64, p. 38-47, fev.1988.

SCHRAIBER, L. B. Violência contra a mulher políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? **Revista USP**, São Paulo, n.51, p. 104-113, set./nov. 2001.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n.16, fev. 1998.

SEGATO, Rita L. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: BIDASECA, Karina; LABA, Vanesa V. (Org.). **Feminismos y poscolonialidad**: descolonizando el feminismo desde y en América latina. Buenos Aires: Godot, 2011. Disponível em: <<http://www.uned-illesbalears.net/Tablas/risquez3.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

SILVA, Andréia Priscila da; PESTANA, Maurício; GALVINO. **Cidade Tiradentes**: história e vida da migração negra na cidade de São Paulo. São Paulo: Pestana Publicações, 2008.

SILVA, Maria N. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 232 p.

- SILVA, M. D. Violência doméstica e sexual: o invisível e o indizível nas relações de gênero. In: M. Ferreira (Org.). **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luiz: UFMA, 1999. p.11-118.
- SILVA, Vagner Gonçalves da; REIS, Letícia Vidor de Souza; SILVA, José Carlos da (Org.). **Antropologia e seus espelhos**: a etnografia vista pelos observados. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1996.
- SOARES, Vera. Políticas públicas para a igualdade: papel do Estado e diretrizes. In GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Políticas Públicas e igualdade de gênero**. Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Friedrich Ebert Stiftung, 2004. Caderno 8.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010. 174 p.
- TELES, Maria A. A. **Breve histórico do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 145 p.
- TELLES, Vera. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade: São Paulo** – passado e presente. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- WASELFISZ, Julio J. Caderno complementar 11: Homicídios de mulheres no Brasil. In: _____. **Mapa da Violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf>. Acesso em: out. 2012.
- WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional**: uma abordagem conceitual. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2013.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.
- VARIKAS, Eleni. L'approche biographique dans l'histoire des femmes. In: **Les Cahiers du GRIF**, Le genre de l'histoire. n. 37-38, p. 41-56, 1988.
- VENTURI, G.; RECMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.) **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- VIANNA, Ana C. A. Um olhar sobre a histéria: reflexões e questionamentos. **Círculo Psicanalítico do RGS**. Disponível em: <<http://www.cbp.org.br/cprs/umolharsobreahisteria.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2014.
- VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.